



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2020

Composição da Administração em 31 de dezembro de 2020

Conselho de Administração

Wilson Ferreira Junior - Presidente
Pedro Eduardo Fernandes Brito
Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira
Yana Domesq Sobral Alves

Representante dos Empregados

Felipe Sousa Chaves

Independente

Magali Rogéria de Moura Leite
Susana Hanna Stiphan Jabra

Em 15.03.2021, Wilson Ferreira Junior renunciou à Presidência do Conselho, tendo sido substituído por Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira.

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente

Pedro Eduardo Fernandes Brito

Diretor de Operação e Manutenção	Diretor de Administração	Diretor de Finanças	Diretor de Regulação e Comercialização	Diretor de Engenharia
Djair Roberto Fernandes	Pedro Eduardo Fernandes Brito	Caio Pompeu de Souza Brasil Neto	José Alves de Mello Franco	Claudio Guilherme Branco da Motta

Conselho Fiscal

Efetivos:

Rodrigo Vilella Ruiz
Roberto Pinheiro Klein Júnior
Adriano Pereira de Paula

Suplentes:

André Luiz Amaral dos Santos
Rafael Souza Pena

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A pandemia de Covid-19 marcou o ano de 2020 e provocou a necessidade urgente de ajustes na dinâmica diária de Furnas, com a adoção do trabalho remoto e de protocolos de saúde e segurança para a força de trabalho presencial. A garantia do fornecimento de energia elétrica tornou-se mais que essencial, tornou-se vital para a preservação da vida.

Mais uma vez, os trabalhadores de Furnas não fugiram às suas responsabilidades e vêm cumprindo com coragem e dedicação a nobre missão de gerar e transmitir energia para o povo brasileiro. Nunca duvidamos que seria assim. Hoje, como no passado, temos muito orgulho destes homens e mulheres corajosos e conscientes da importância de sua missão. A todos eles, nosso eterno muito obrigado. A todas as famílias enlutadas pela perda de seus entes queridos, estendemos nosso apoio, solidariedade e a certeza de que, assim como a vida, a luta contra o vírus precisa continuar.

Desde o início da pandemia, adotamos mais de 50 iniciativas de enfrentamento ao coronavírus, para minimizar os efeitos da crise econômica e social, visando proteger não apenas os nossos colaboradores, mas também as comunidades próximas às instalações da empresa. Essas iniciativas incluíram a aquisição de equipamentos de proteção individual, serviços, testes e tecnologia, com soluções de vanguarda em nível mundial e algumas inéditas no cenário nacional. O resultado de todo esse esforço é que a taxa de impacto da Covid-19 no quadro de empregados no período é de menos da metade da média aferida desde o início da pandemia.

Para as comunidades onde a Empresa possui instalações, foram doados kits de higiene e cestas básicas a mais de quatro mil famílias, distribuídos mais de 50 mil máscaras de proteção individual, além de seis milhões de EPIs a 46 hospitais que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em 32 municípios.

Apesar de todas as dificuldades deste período atípico, os resultados financeiros confirmaram a correção das medidas tomadas nos últimos anos para aumentar a eficiência operacional, a solidez financeira, a transparência e a sustentabilidade dos negócios. Furnas apresentou lucro líquido de R\$ 2,57 bilhões. Destacam-se ainda a melhora do Resultado Financeiro em 47%, correspondendo a um incremento de cerca de R\$ 362 milhões no resultado do exercício, e a acentuada redução do endividamento, com impacto positivo de 14% no indicador Dívida Líquida/Ebitda.

A política de austeridade financeira teve sua continuidade no ano de 2020, com a reestruturação e a redução do número de Sociedades de Propósito Específico, as SPEs. Só neste ano foram extintas 15 SPEs em alinhamento ao Plano Diretor de Negócios e Gestão da *holding*, Eletrobras. O passivo tributário também foi reduzido em cerca de R\$ 300 milhões na defesa de processos nas esferas administrativa e judicial. Já a liquidação da primeira emissão de debêntures de Furnas, no valor de R\$ 1,25 bilhão, resultou na troca de dívidas que tinham como base o IPCA +7% pelo IPCA +4,08%. Na revisão tarifária, 2020 foi ano de superação das metas em R\$ 1,3 bilhão / ano (período 2020 a 2024).

Tivemos a conclusão de empreendimentos importantes mesclada com a estreia de novos negócios, alguns inéditos no país. Esse foi o caso do primeiro leilão de Certificados de Energia Renovável, os I-REC. Furnas fez sua inserção no Mercado de Certificação de Energia Renovável ao obter o registro para duas de suas hidrelétricas e um parque eólico. Isso habilitou a empresa a conduzir o leilão que ofereceu esses certificados ao mercado. Ao adquirir os I-RECs equivalentes ao montante de energia consumida, o usuário comprova sua origem renovável e abate as emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para o cumprimento de metas de sustentabilidade. Realizado de forma online, o leilão foi um sucesso, registrando ágio médio superior a 50%.

Furnas realizou o 1º Leilão de Compra de Energia Solar, iniciativa inédita na companhia e uma das poucas no mercado de comercialização de energia nacional. Foram adquiridos 1.000 MW de potência instalada, inaugurando novo modelo de negócio de comercialização. O ano de 2020 marcou também a conclusão do Complexo Eólico de Fortim (CE) e da planta solar de Geração Distribuída da Usina Térmica de Campos (RJ).

De olho no futuro, a Empresa ampliou o Inova Furnas, projeto de intraempreendedorismo que estimulou iniciativas de inovação de sua força de trabalho. Foram formados 75 multiplicadores e recebidas mais de 500 propostas de ideias para a implementação de projetos que, até junho de 2020, já somavam R\$ 5,1 milhões em recursos para a empresa. Ampliado, o modelo deu origem à I Olimpíada de Inovação das Empresas Eletrobras, tendo como vencedor o projeto Hidrogênio Verde, solução para beneficiamento do hidrogênio descartado pelas usinas da Eletronuclear.

A criação do Laboratório de Prototipação, que acelera o processo de conversão dos projetos de inovação interna em produtos, capacita os intraempreendedores em metodologias ágeis, ao mesmo tempo em que reduz custos com fábricas de *softwares* para as etapas iniciais de validação.

Também foi dado o primeiro passo para a criação do Centro de Excelência em RPA (*Robotic Process Automation*), o primeiro do setor elétrico. O objetivo é obter ganhos de produtividade e otimização de recursos a partir da produção de soluções com o uso da inteligência artificial. A iniciativa também prevê a formação e capacitação técnica da primeira turma de cientistas de dados da Empresa.

Furnas entra 2021 em sua nova sede, o Edifício Barão de Mauá (EBM), no centro do Rio. Uma estrutura mais moderna e adequada às novas necessidades de conectividade, acessibilidade e colaboração. A mudança para o EBM resultou em uma economia de R\$ 42,7 milhões em aluguel, condomínio, serviços terceirizados, energia e água.

Sempre em linha com as orientações estratégicas de nossa controladora, a Eletrobras, Furnas segue firme no propósito de proporcionar mais valor aos nossos acionistas e à sociedade brasileira. Podem contar conosco.

Boa leitura!

CONTEXTO

Perfil da Empresa

Furnas Centrais Elétricas S.A. é uma empresa de economia mista de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

Criada em 28 de fevereiro de 1957, Furnas atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, em 15 estados e no Distrito Federal, por meio dos seguintes empreendimentos (próprios, em regime de Sociedade de Propósito Específico, ou em parceria com a iniciativa privada):

- 21 usinas hidrelétricas (UHEs), totalizando 17.765,97 MW de potência instalada;
- 2 usinas termelétricas (UTES), que totalizam 375 MW;
- 5 parques eólicos (EOLs), que totalizam 123 MW;
- 72 subestações, com capacidade de transformação em operação igual a 131.609,65 MVA; e
- 34.995,13 km de linhas de transmissão.

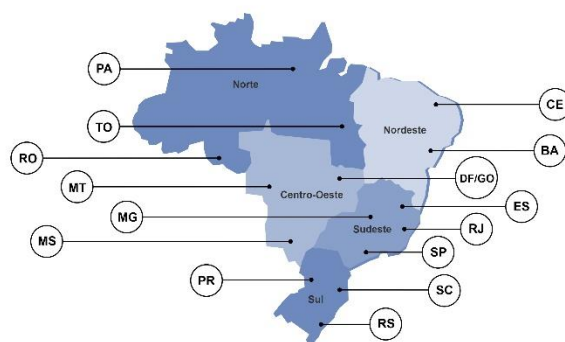
Furnas detém investimentos nos seguintes segmentos:

Geração

A matriz de geração é composta, aproximadamente, por 97% de energia de fontes renováveis.

Capacidade instalada total: 18.263,97 MW;

Localização: 15 estados e Distrito Federal



GERAÇÃO	
Usinas Hidrelétricas (UHEs)	
Quantidade	21
Concessão Integral – não renovadas	4
Sob administração especial – renovadas	6
Parceria iniciativa privada – não renovadas	2
Regime SPEs	9
Potência instalada - total	17.765,97 MW
Usinas Termelétricas (UTES)	

Quantidade	2
Concessão Integral - Potência instalada - total ⁽¹⁾	375 MW
Usinas Eólicas (EOL)	
Quantidade	5
Regime SPEs - Potência instalada total das EOL	123
(1) A UTE Roberto da Silveira (Campos) encontra-se fora de operação comercial, conforme Despacho ANEEL nº 708 / 2019 .	

TRANSMISSÃO	
Linhas de Transmissão (LTs)	
Concessão Integral ⁽¹⁾	21.701,20 km
Renovadas	20.066,20 km
Não renovadas	1.635,00 km
Em SPEs ⁽²⁾	13.293,93 km
Total	34.995,13 km
Subestações (SEs)	
Concessão Integral	55
Em SPEs	17
Total	72
Capacidade de transformação	131.609,65 MVA
⁽¹⁾ Considera 175 km da LT 230 kV Rio Verde / Rondonópolis, C-2, e desconsidera 165 km das LTs 25kV dos eletrodos de terra.	
⁽²⁾ Para os empreendimentos em corrente contínua, das Sociedades de Propósito Específico (SPE), foi alterada a premissa de contabilização da extensão de rede de forma a alinhar com as premissas adotadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Nestes casos Furnas passou a considerar a extensão por polo, e não mais por trecho, como era relatado anteriormente.	

Em 27 de novembro, o Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a portaria nº 409/2020 designando Furnas como responsável pela prestação de serviço de geração de energia elétrica da UHE Jaguari.

A Cesp encerrou suas operações na hidrelétrica, em dezembro, e, a partir de janeiro de 2021, Furnas passou a gerir a UHE Jaguari (27, 6 MW), localizada em São José dos Campos (SP), até a assunção de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União.

O custo anual da gestão dos ativos será usado para a definição da Receita Anual de Geração.

Estrutura Societária

Furnas, sociedade anônima de economia mista federal de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobras, atende aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOx) na prestação de informações para que a *Holding* possa manter a negociação de suas ações por meio de *American Depositary Receipts* (ADRs) Nível II, bem como participar do *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) da Bolsa de Nova York e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE-Bovespa).

Em 2020, o Capital Social de Furnas, no valor de R\$ 6.531.154.365, 54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) apresentou a seguinte composição:

Acionista	Ação Ordinária		Ação Preferencial	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Eletrobras	52.647.326.561	99,83	14.659.406.538	98,62
Outros	91.699.606	0,17	205.277.973	1,38

Propósito, Visão de Futuro e Valores

Em julho de 2020 foi aprovado novo Plano Estratégico das Empresas Eletrobras para o horizonte 2020-2035.

O plano define nova identidade empresarial (propósito, visão e valores) e estabelece um conjunto de diretrizes e objetivos voltados para o crescimento e modernização das Empresas Eletrobras, sendo alinhado às novas tendências do setor. Furnas assume essa nova identidade empresarial:

Propósito	Visão de Futuro	Valores
• Colocamos toda nossa energia para o desenvolvimento sustentável da sociedade.	• Ser uma empresa inovadora, de energia limpa, reconhecida pela excelência e sustentabilidade.	• Respeito às pessoas e à vida; • Ética e transparência; • Excelência; • Inovação; • Colaboração e reconhecimento.

Cenário Setorial

O ano de 2020 foi marcado pelo avanço da pandemia da Covid-19 em todo o mundo. O consumo de energia nacional foi impactado pelo comportamento atípico de diversos setores da economia. Sendo assim, o registro de queda de 1,8% do consumo total de energia, informado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em comparação ao ano de 2019 evidenciou tanto os impactos advindos das restrições de funcionamento como da queda da atividade econômica.

Com efeito, sob a ótica das três principais classes de consumo, contribuíram para essa retração a de comércio e serviços (-10,5%) e a de indústrias (-1,1%). A classe residencial por sua vez registrou crescimento de 4,1% em relação ao ano anterior. Esta última categoria totalizou 74,9 milhões de unidades, que no ano consumiram 148.222 MWh. Isto perfaz um consumo médio de 167 kWh/mês, representando uma expansão de 3,1% em relação à média de 2019; grande parte explicado pelas mudanças de comportamento da força de trabalho que foi colocada em *home office* por suas empresas.

Já para o setor de comércio, a retração no consumo de energia elétrica observada foi generalizada entre as regiões: Sudeste (-11,8%), Sul (-7,5%), Nordeste (-12,7%), Centro-Oeste (-8,8%) e Norte (-3,4%). Pode-se explicar grande parte dessa queda pelas medidas de isolamento que impactaram fortemente o comércio, as escolas, o turismo, além dos aeroportos.

Por sua vez, a classe industrial teve retração no consumo de energia elétrica no ano de 2020 de -1,1%, alavancada pelas regiões Sudeste (-2,3%) e Nordeste (-3,8%). Dentre os subsetores industriais verificou-se forte queda nos seguintes ramos: fabricação de veículos automotores (-17,5%), têxtil (-7,0%), químico (-7,4%) e minerais metálicos (-2,8%).

No olhar prospectivo do planejamento de longo prazo do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2030), a EPE projeta crescimento de 3,1% a.a. no consumo total de eletricidade na trajetória de referência, o que representa a necessidade de investimentos de cerca de R\$ 328.600 milhões no setor elétrico brasileiro, sendo R\$ 239.000 milhões em geração tanto centralizada (R\$ 169.000 milhões) como distribuída (R\$ 70.000 milhões), além de R\$ 89.600 milhões em transmissão.

Ambiente Regulatório

Risco Hidrológico

A permanência da condição hidrológica adversa, ocasionada pela escassez de chuvas e o esvaziamento de reservatórios em anos anteriores, impactou o Mercado de Curto Prazo (MCP), no último ano, que permaneceu com alto índice de judicialização. Segundo dados divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o *Generation Scaling Factor* (GSF), fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) foi de 80,1%. Isso significa que as usinas participantes do MRE geraram 80,1% de suas garantias físicas.

Quanto menor o índice, maior o impacto financeiro das liminares relacionadas ao risco hidrológico no MCP. Conforme informativo referente à contabilização de dezembro de 2020, o montante a ser liquidado pelos agentes participantes totalizava cerca de R\$ 11.278 milhões, sendo que R\$ 6.770 milhões estão relacionados com as liminares vigentes, ou seja, 60,1% do total estão relacionados com liminares de risco hidrológico.

Com a publicação da Lei nº 14.052/20, regulamentada pela ANEEL que trata da repactuação do risco hidrológico, espera-se que haja o resgate da segurança jurídica do mercado de energia elétrica, resolvendo os débitos em aberto na CCEE, e devolvendo a normalidade e a liquidez ao Mercado de Curto Prazo. Alguns agentes já aderiram ao acordo reduzindo o valor em aberto na liquidação do mercado de curto prazo em, aproximadamente, R\$ 3.900 milhões.

Ativos de Transmissão e de Geração Prorrogados

Em 2020, o pagamento do valor residual dos ativos de transmissão considerados não depreciados, existentes em 31 de maio de 2000 - Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), completou o terceiro ciclo de recebimento, na forma do Despacho ANEEL nº 1.779/2017, que excluiu a parcela de remuneração (Ke) do pagamento, em razão de decisão judicial liminar proferida a favor da Abrace e outros.

No que concerne às ações judiciais sobre o tema, em 2019 foram proferidas diversas sentenças conferindo o direito ao pagamento integral do valor em comento, incluindo a parcela da remuneração (Ke). Quanto às decisões de primeira instância, foram interpostos os recursos cabíveis, com remessa à segunda instância, estando ainda pendentes de decisão pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Sendo assim, a partir do ciclo 2020-20221, a ANEEL incluiu a remuneração do componente financeiro pelo “Ke” na RAP. O valor não recebido nos três primeiros ciclos do RBSE será incorporado, por meio de parcela de ajuste, nos ciclos de 2020 a 2023

A Agenda Regulatória 2020-2021 da ANEEL previa para o segundo semestre de 2020 a aprovação da revisão da Resolução Normativa nº 596/2013, resultado da Audiência Pública nº 003/2019, que trata da definição de critérios e procedimentos para cálculo da indenização dos investimentos em melhorias e modernizações de usinas prorrogadas conforme a Lei nº 12.783/2013. Entretanto, a aprovação e publicação da norma definitiva pela Agência não ocorreu até o final de 2020.

O Relatório dos referidos Investimentos apresentado por Furnas, em 2015, indicou o montante de R\$ 1.312 milhões, referidos a dezembro de 2012, como valor base para a indenização complementar.

Receitas Anuais da Transmissão - Contrato de Concessão 062/2001

Em 2020, Furnas participou ativamente do processo de aprimoramento da regulamentação da Revisão Periódica das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das instalações de transmissão de energia, principalmente, no que se refere às regras para apuração da Base de Remuneração Regulatória (BRR), à

definição de Outras Receitas (OR), aos Custos Operacionais Eficientes Regulatórios, aos investimentos em Melhorias de Pequeno Porte - RAP melhoria e ao cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital - WACC Regulatório.

No processo de revisão da receita da transmissão, também foram avaliados os investimentos autorizados pela ANEEL que entraram em operação comercial entre janeiro/2013 e janeiro/2018 apresentados por meio de Relatório de Avaliação da Base de Remuneração Regulatória.

Os referidos investimentos tiveram seu Valor Novo de Reposição calculado em função do Banco de Preços de Referência da ANEEL, revisados pelas Resoluções Homologatórias nº 2.514/2019 e 2549/2019, e validado em fiscalização realizada pela Agência entre março/2020 e junho/2020.

Dessa forma, em 01.07.2020, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.710, que estabelece o resultado da Revisão da Receita Anual Permitida (RAP), fixando um reposicionamento positivo de 13,07% da RAP associada às instalações do Contrato de Concessão nº 062/2001, prorrogado nos termos da Lei nº 12.783/2013, a ser aplicado sobre a receita vigente em 1º de julho de 2018. A revisão da receita de transmissão prevista para julho de 2018 foi adiada para julho de 2020 mantendo-se seus efeitos retroativos a 2018.

O reposicionamento tarifário alcançado por Furnas no âmbito da Revisão se deve, principalmente, (i) à atualização do custo médio ponderado de capital – WACC regulatório de 6,64% a.a. para 7,71% a.a.; (ii) ao aumento de 47% de sua eficiência no cálculo dos custos operacionais regulatórios; (iii) ao início do recebimento da parcela controversa do componente financeiro (Portaria nº 120/2016) relativa ao parâmetro “Ke” (custo de capital próprio).

Em virtude do cumprimento aos Pareceres de Força Executória, o parâmetro “Ke”, de que trata o § 3 do art. 4º da Resolução Normativa nº 762/2017, associado ao Componente Financeiro (Portaria 120/2016) foi incorporado pela ANEEL ao cálculo dos processos de Revisão Periódica da RAP das transmissoras prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Ressalte-se que os valores não recebidos nos três primeiros ciclos do RBSE serão incorporados na RAP, por meio de Parcela de Ajuste - PA, nos ciclos de 2020 a 2023.

Portanto, o acréscimo de 30% da RAP para o ciclo 2020/2021, definida pela Resolução Homologatória nº 2.725/2020, no âmbito do Reajuste Anual, se deve, principalmente, (i) aos efeitos da Revisão da Receita; (ii) ao recebimento da primeira parcela da PA referente ao Ke e aos efeitos retroativos a 2018 da Revisão da Receita; (iii) à entrada em operação de novos projetos de reforços e melhorias ao longo do ciclo anterior, e a (iv) à correção monetária do ciclo 2019/2020 pelo IPCA.

Revisão Tarifária Periódica das Receitas Anuais das Transmissoras Licitadas - Contratos de Concessão nº 034/2001, nº 006/2005 e nº 007/2006

Por meio da Consulta Pública nº 37/2019, instaurada em 28.11.2019, a ANEEL apresentou propostas do processo de Revisão da RAP relativa aos reforços e melhorias autorizados para os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica relativos aos empreendimentos licitados com revisão da receita prevista para 2018 e 2019, bem como a avaliação de Outras Receitas (OR) para destinação à modicidade tarifária.

Em 26.06.2020, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.705 que estabelece o resultado da Revisão da RAP dos Contratos de Concessão Licitados de Furnas 034/2001 (LT Ibiúna-Bateias), 006/2005 (LT Macaé-Campos III) e 007/2006 (LT Tijuco Preto - Itapeti – Nordeste), que alcançaram o reposicionamento tarifário de -8,33%, -18,60% e +37,34%, respectivamente.

A revisão tarifária prevista para julho de 2019 foi adiada para 2020 mantendo-se seus efeitos retroativos a 2019.

Custo Médio Ponderado de Capital Regulatório - WACC da Geração e Transmissão

Por meio da Consulta Pública nº 26/2019, instaurada em 17.10.2019, a Aneel propôs que a discussão referente às taxas regulatórias de remuneração do capital dos segmentos de distribuição, transmissão e geração cotista fossem tratadas conjuntamente, de forma a se obter uma proposta metodológica que pudesse abranger os 3 segmentos, para aplicação nos processos de atualização e revisão periódica das receitas.

Em 18.03.2020, foi publicada a Resolução Normativa nº 874/2020 que aprova a revisão de seis Submódulos dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), que regulamentam ou fazem referência à metodologia da taxa regulatória de remuneração do capital dos segmentos de distribuição, transmissão e geração cotista.

Em 24.04.2020, foi publicada a Resolução Normativa nº 882/2020, que alterou a Resolução Normativa nº 874/2020, e estabeleceu para os segmentos de transmissão e geração cotista o WACC regulatório de 7,71% a.a., 7,40% a.a. e 6,96% a.a. para os anos de 2018, 2019 e 2020, respectivamente.

Ressalta-se que o WACC regulatório vigente antes da publicação da Resolução Normativa nº 874/2020 era de 6,64% a.a. para o segmento de transmissão e 7,16% a.a. para geração cotista.

Prorrogação da concessão da UHE Itumbiara

Por meio do Despacho nº 3.108/2020, publicado em 10 de novembro, a ANEEL encaminhou ao Ministério de Minas e Energia (MME), processo contendo: (i) a recomendação favorável à prorrogação do prazo da outorga de concessão da UHE Itumbiara, outorgada à Furnas, nos termos da Lei nº 13.182/2015, c/c a Lei nº 12.783/2013; e (ii) a respectiva minuta de contrato de concessão, relativa à prorrogação solicitada.

A ANEEL considerou que foram atendidas as condições estabelecidas na Lei nº 13.182/2015 para a prorrogação da concessão pelo prazo de 30 anos (26 de fevereiro de 2050).

Adicionalmente, conforme voto que instruiu a regulamentação da Lei nº 14.052/2020 pela ANEEL, a UHE Itumbiara tem direito à extensão da outorga em 395 dias, decorrentes do Termo de Repactuação nº 129/2015. Nesse sentido, nos cálculos da extensão, será considerada a data de 28 de março de 2051 como a data de referência do final da outorga da UHE Itumbiara.

Reajuste Anual da Receita de Geração Cotista

O valor total da Receita Anual de Geração (RAG) das usinas hidrelétricas de Furnas em regime de cotas foi reajustado pela Agência, para o ciclo 2020/2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.746/2020, publicada em 30.07.2020.

O valor da RAG para o ciclo 2020/2021 alcançou um acréscimo de 12,75% quando comparado ao valor homologado no ciclo anterior. O Reajuste Anual foi impactado, principalmente, (i) pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses; (ii) pelo aumento das parcelas das receitas destinadas a remunerar os investimentos realizados nas referidas usinas, o GAG melhoria e o Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI), motivados pela revisão da taxa de remuneração regulatória - WACC, que aumentou de 7,16% para 7,71%; (iii) pelo recebimento da Parcela de Ajuste (PA) positiva devido ao impacto do aumento do WACC, retroativamente aos ciclos 2018/2019 e 2019/2020; e (iv) pela recuperação e superação dos índices de disponibilidade da UHE Furnas após a sua modernização.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2020, Furnas novamente obteve expressivos resultados econômico-financeiros, o que demonstra a correção das medidas tomadas nos últimos anos para aumentar a solidez e garantir a sustentabilidade da Companhia. Merecem destaque: (i) o robusto lucro líquido de cerca de R\$ 2,6 bilhões, com uma margem líquida de 24%; (ii) o EBITDA (critério CVM) de R\$ 4,6 bilhões, com margem de 43%; (iii) a evolução do resultado financeiro em 47%, correspondente a um incremento de cerca de R\$ 362 milhões no resultado do exercício; e (iv) a continuidade da redução do endividamento líquido, que foi de cerca de 14% com relação a 2019.

Demonstração do Resultado Resumida (em milhões de reais)

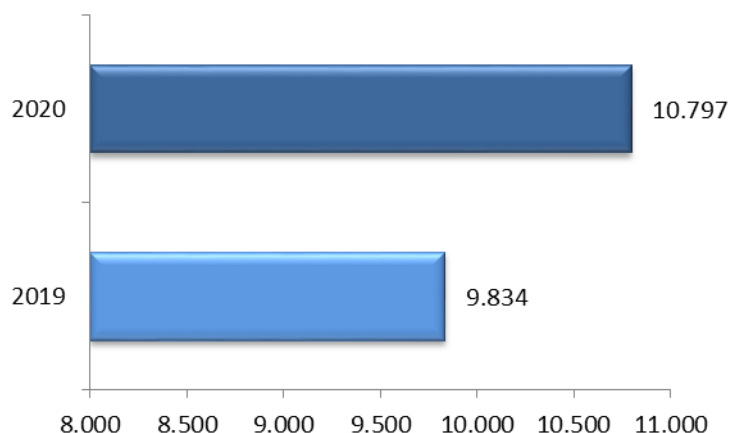
	2019	2020	Variação Percentual
Receita Operacional Líquida	9.834	10.797	10%
Custos e despesas operacionais	(4.650)	(6.224)	34%
Ebitda	5.402	4.599	-15%
Resultado Financeiro	(775)	(413)	-47%
Lucro Líquido	3.798	2.568	-32%

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida em 2020 atingiu R\$ 10.797 milhões, o que representou um aumento de 10% em relação a 2019 (R\$ 9.834 milhões). Tal variação é justificada pelo aumento da receita do segmento de transmissão, em virtude:

- da Revisão Tarifária Periódica de 2018 das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013; e
- do início do recebimento da parcela referente ao custo de capital não incorporado desde a prorrogação dessas concessões, atualizada e remunerada pelo custo do capital próprio (K_e) real do setor de transmissão definido pela ANEEL, retroativo ao processo tarifário de 2017, nos termos da Portaria n.º 120/2016 do Ministério de Minas e Energia.

Receita Operacional Líquida (R\$ Milhões)



Obs.: Análise realizada baseada nos valores de 2019 reapresentados

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais tiveram aumento de 34% devido, principalmente, a itens não recorrentes, como por exemplo:

- perdas de R\$ 298 milhões em investimentos em SPEs (ante um ganho de R\$ 497 milhões em 2019);
- celebração de acordo judicial com a Light, no valor de R\$ 496 milhões, após obtenção de desconto de cerca de R\$ 146 milhões, encerrando processo de 15 anos;
- registro de R\$ 499 milhões em processos judiciais com risco de perda provável (ante um valor de R\$ 359 milhões em 2019).

Por outro lado, o custo com Pessoal (P), Material (M) e Serviços (S) foi reduzido em 12% (R\$ 233 milhões), principalmente devido às seguintes ações realizadas em 2019, porém com impactos no exercício de 2020:

- término dos contratos de mão de obra terceirizada;
- adesão e posterior desligamento de 279 funcionários no Plano de Demissão Consensual (PDC) e incorporação à força de trabalho de 101 terceirizados, por acordo entre a Companhia, o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU).

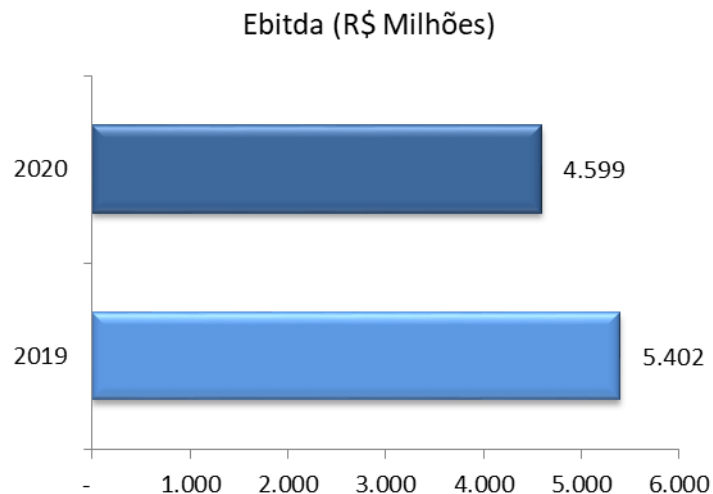


Obs.: Análise realizada baseada nos valores de 2019 reapresentados.

Ebitda

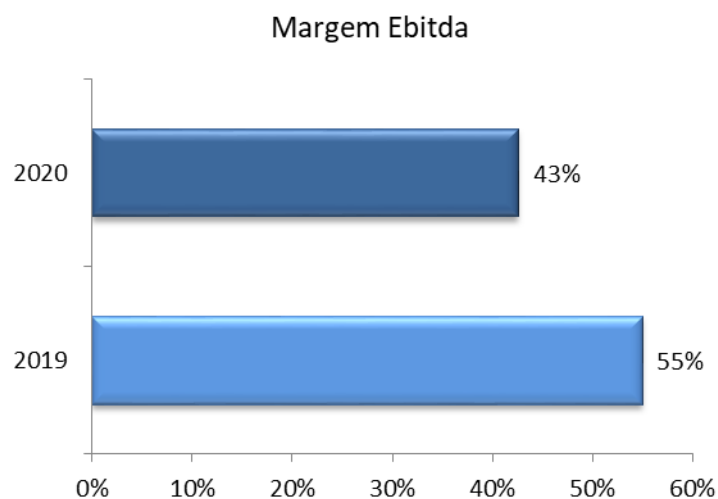
Além dos impactos descritos acima, que sensibilizaram as receitas, custos e despesas, houve redução da receita de geração, no valor de R\$ 481 milhões, em virtude do término de contratos de venda de energia cujos preços eram superiores aos preços atuais de mercado, e aumento do resultado negativo de equivalência patrimonial, no valor de R\$ 198 milhões, impactado principalmente pelos resultados das SPEs Madeira Energia S.A. e Interligação Elétrica do Madeira S.A.

Com isso, o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 2020, calculado no critério da CVM, atingiu R\$ 4,6 bilhões, ante R\$ 5,4 bilhões em 2019, o que representa uma redução de 15%.



Margem Ebitda (Ebitda/ROL)

A Margem Ebitda foi de 43% em 2020, ante 55% em 2019.



Obs.: Análise realizada baseada nos valores de 2019 reapresentados

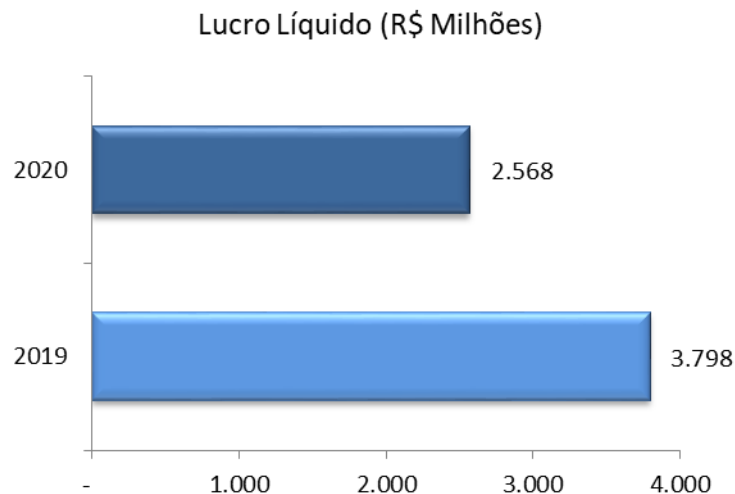
Resultado Financeiro

Verificou-se uma melhora de 47% em relação ao Resultado Financeiro de 2019, passando de -R\$ 775 milhões para -R\$ 413 milhões em 2020. Destacam-se a redução do endividamento da Companhia, bem como a redução do custo da dívida.

Lucro Líquido

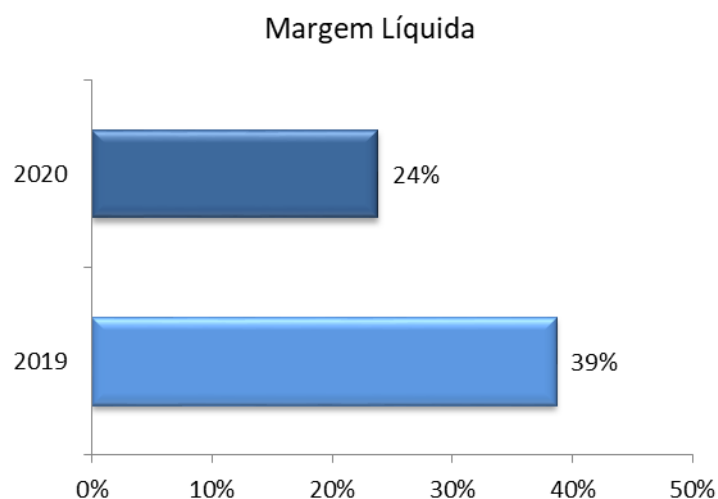
Furnas apresentou Lucro Líquido de R\$ 2,57 bilhões, em função principalmente:

- do aumento da receita de transmissão;
- da redução do PMS;
- da melhoria do resultado financeiro;



Margem Líquida (Lucro Líquido/ROL)

A Margem Líquida foi de 24% em 2020, ante 39% em 2019.

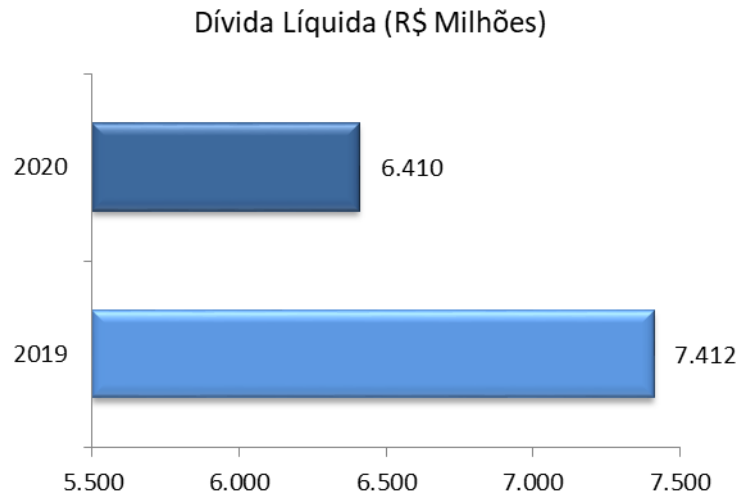


Obs.: Análise realizada baseada nos valores de 2019 reapresentados

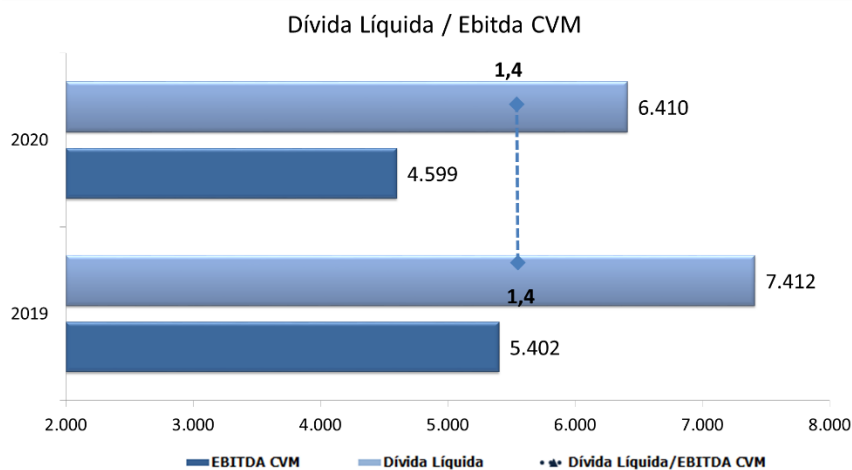
Endividamento

Da mesma forma que no exercício de 2019, e diante da taxa básica de juros da economia nos patamares mais baixos da história, a Companhia seguiu a estratégia de buscar a melhoria no perfil da dívida, liquidando antecipadamente contratos mais onerosos, e ao mesmo tempo alongando os prazos de pagamento, mantendo a liquidez necessária para cumprir seus compromissos de curto prazo.

De 2019 para 2020, a Dívida Líquida foi reduzida em cerca de 14% (R\$ 1 bilhão).



Com os resultados apresentados pela empresa em 2020, o indicador Dívida Líquida/Ebitda CVM manteve-se no mesmo patamar do ano anterior.



Obs.: Análise realizada baseada nos valores de 2019 reapresentados.

Disciplina de Capital

O Projeto Disciplina de Capital, integrante do 2º Ciclo do Programa de Geração de Valor (PGV) de Furnas, teve como objetivo definir um modelo de gestão e otimização da utilização do capital na Empresa, por meio de um robusto conjunto de informações e ferramentas integradas bem como a sua governança.

A partir da visão de alocação dos dispêndios, em sua totalidade e definida a parcela disponível para investimento, tem-se um racional para a priorização de novos investimentos e outro para a priorização de investimentos corporativos.

Também foram definidos processos e ferramentas para a gestão da aplicação do investimento em parcerias, para o acompanhamento do desempenho financeiro dos empreendimentos existentes permitindo a tomada de decisões sobre medidas de melhoria.

Encerrado em 31 de dezembro, deixou um legado de iniciativas para ajustes em lançamentos que ganharam visibilidade com as ferramentas entregues, agregando valor à visão gerencial.



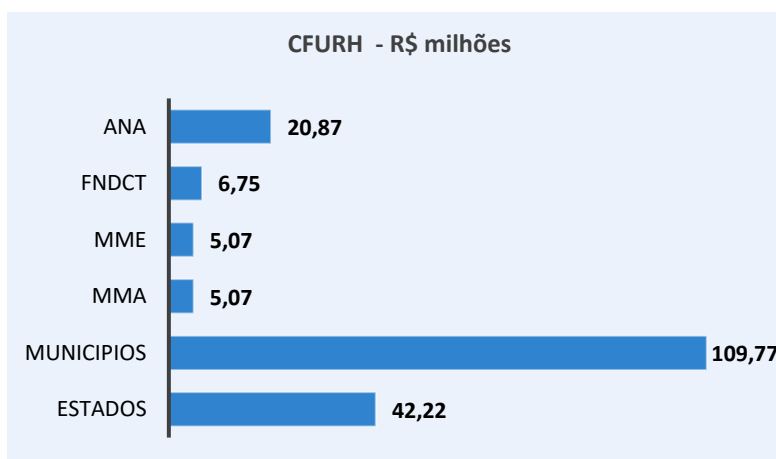
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH é um encargo setorial pago pelas concessionárias de geração hidrelétrica e demais empresas autorizadas a produzir energia hidrelétrica, em virtude da utilização dos recursos hídricos.

Em 2020, o valor total pago por Furnas à ANEEL foi de R\$ 173.685.390,56. Deste total, e conforme legislação vigente, 11% foram repassados à Agência Nacional de Águas (ANA). Os restantes 89% são distribuídos pela ANEEL da seguinte forma: Estados (25%), Municípios (65%) e União (10%).

A parte que cabe à União é dividida entre os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e de Minas e Energia (MME), que recebem 30% cada, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que recebe 40%.

A divisão final do total dos recursos da CFURH teve a seguinte configuração:



Furnas também possui participação acionária em oito usinas hidrelétricas, que desembolsaram pela utilização dos recursos hídricos em 2020 o total de R\$ 209 milhões. São elas, com os respectivos percentuais de participação: Baguari (30,612%) e Retiro Baixo (49%), em Minas Gerais; Peixe Angical (40%), no Tocantins; Foz do Chapecó (40%), entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Serra do Facão (49,4737%), em Goiás; Santo Antônio (43,054%), em Rondônia; Teles Pires (24,72%) e São Manoel (33,333%), entre Mato Grosso e Pará; e Três Irmãos (49,9%), em São Paulo.

DESEMPENHO DO NEGÓCIO

Geração e Transmissão de Energia Elétrica

No desempenho de suas atividades estatutárias de prestação de serviços públicos de energia elétrica, Furnas desenvolve atividades nas áreas de geração e de transmissão de energia elétrica.

GERAÇÃO

A tabela a seguir apresenta, por tipo de geração, os principais grupos de empreendimentos em operação, próprios ou de propriedade compartilhada, com as respectivas potências instaladas.

Geração	2020	2019	MW 2018
Hidráulica			
Renovadas	4.617	4.617	4.617
Não Renovadas	2.944	2.944	2.944
Regime Compartilhamento	1.485	1.485	1.485
Em SPE	8.719,8	8.719	8.684
Térmica			
Não Renovada*	350	380	530
Eólica			
Em SPE	123	0	0

* Solicitada à ANEEL prorrogação da concessão da UTE Santa Cruz nos termos e prazo legais.

A UTE Roberto Silveira (Campos) encontra-se fora de operação comercial, conforme Despacho ANEEL 708/2019.

Projetos de Geração em Implantação

A Empresa implanta o ciclo combinado da UTE Santa Cruz, de 150 MW, com previsão de entrada em 2021.

Segurança de Barragem

As usinas hidrelétricas de Furnas dispõem de Planos de Segurança de Barragens (PSB) que obedecem ao preconizado pela Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Os planos contemplam informações gerais, documentação técnica dos empreendimentos, planos e procedimentos de operação e manutenção a serem seguidos, registros e controles de inspeções e manutenções realizadas e os Planos de Ação de Emergência (PAEs). Os PAEs são encaminhados às prefeituras e às instituições de defesa civil das áreas onde se localizam as barragens.

O corpo técnico de Furnas realiza inspeções periódicas das estruturas, complementando-as com a análise de registros da instrumentação instalada nas mesmas, objetivando a verificação e garantia contínua dos critérios de segurança consolidados no projeto. Os resultados são compilados em relatórios de inspeção técnica e de estudos de comportamento, com frequências compatíveis às características de cada empreendimento, disponíveis para apreciação de conformidade pelos órgãos reguladores, em específico a ANEEL.

As usinas do Sistema Furnas de geração atendem os ditames de segurança operacional, em conformidade com a Lei de Segurança de Barragem, regulamentada a partir da Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015.

Segundo a PNSB, cabe à entidade que concede ou autoriza o uso do potencial hidráulico a fiscalização e ao empreendedor a provisão dos recursos necessários à garantia da segurança da barragem.

TRANSMISSÃO

O parque de transmissão em operação de Furnas apresenta capacidade de transformação total de 131.609,65 MVA, decorrente da operação das 72 subestações próprias ou em parceria via SPEs.

Subestações	Quantidade	
	2020	2019
Renovadas	47	46
Não Renovadas	8	8
Em SPEs	17	15

Obs.: SPEs – 34.318,80 MVA.

As linhas de transmissão operadas pela Empresa alcançam o total de 34.995,13 km de extensão, distribuídas ao longo de 4 regiões geográficas do País, a saber: Norte, Sul, Sudeste e Centro Oeste.

Linhas de Transmissão	km	
	2020	2019
Renovadas ⁽¹⁾	20.066,20	20.434,50
Não Renovadas	1.635,00	1.635
Em SPEs ⁽²⁾	13.293,93	7.876,17

⁽¹⁾ Considera 175 km da LT 230 kV Rio Verde / Rondonópolis, C-2, e desconsidera 165 km das LTs 25kV dos eletrodos de terra.

⁽²⁾ Para os empreendimentos em corrente contínua das SPEs, Furnas passou a considerar a extensão por polo, e não mais por trecho, em linha com as premissas adotadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

O detalhamento da estrutura operacional de Furnas é encontrado na Nota Explicativa 2 deste Relatório.

Operação e Manutenção (O&M)

Operação do Sistema

A operação do sistema elétrico por Furnas tem sido caracterizada pela busca contínua do aprimoramento de seus processos e atividades com o objetivo de preservar a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica em toda a sua área de atuação.

O sistema de transmissão é supervisionado, de forma geral, pelo Centro de Operação do Sistema, localizado no Escritório Central, no Rio de Janeiro, em articulação com os centros de operação regionais. Informações das mais remotas áreas são transmitidas por meio de tecnologias de comunicação aos centros de operação, que dispõem de um panorama *online* completo de todas as instalações da Empresa, utilizando sistemas computacionais em tempo real e tecnologias *videowall* de última geração.

Para que a confiabilidade e a qualidade sejam o diferencial dos serviços prestados, a qualificação de pessoas e o desempenho de equipamentos e instalações são alvo de máxima atenção da direção da Empresa.

Furnas mantém um programa de modernização das instalações para atendimento aos requisitos estabelecidos pelos Procedimentos de Rede, tendo como exemplo projetos de revitalização e reforço no âmbito da geração e transmissão de energia, com destaque para as melhorias nos esquemas de proteção e controle de equipamentos.

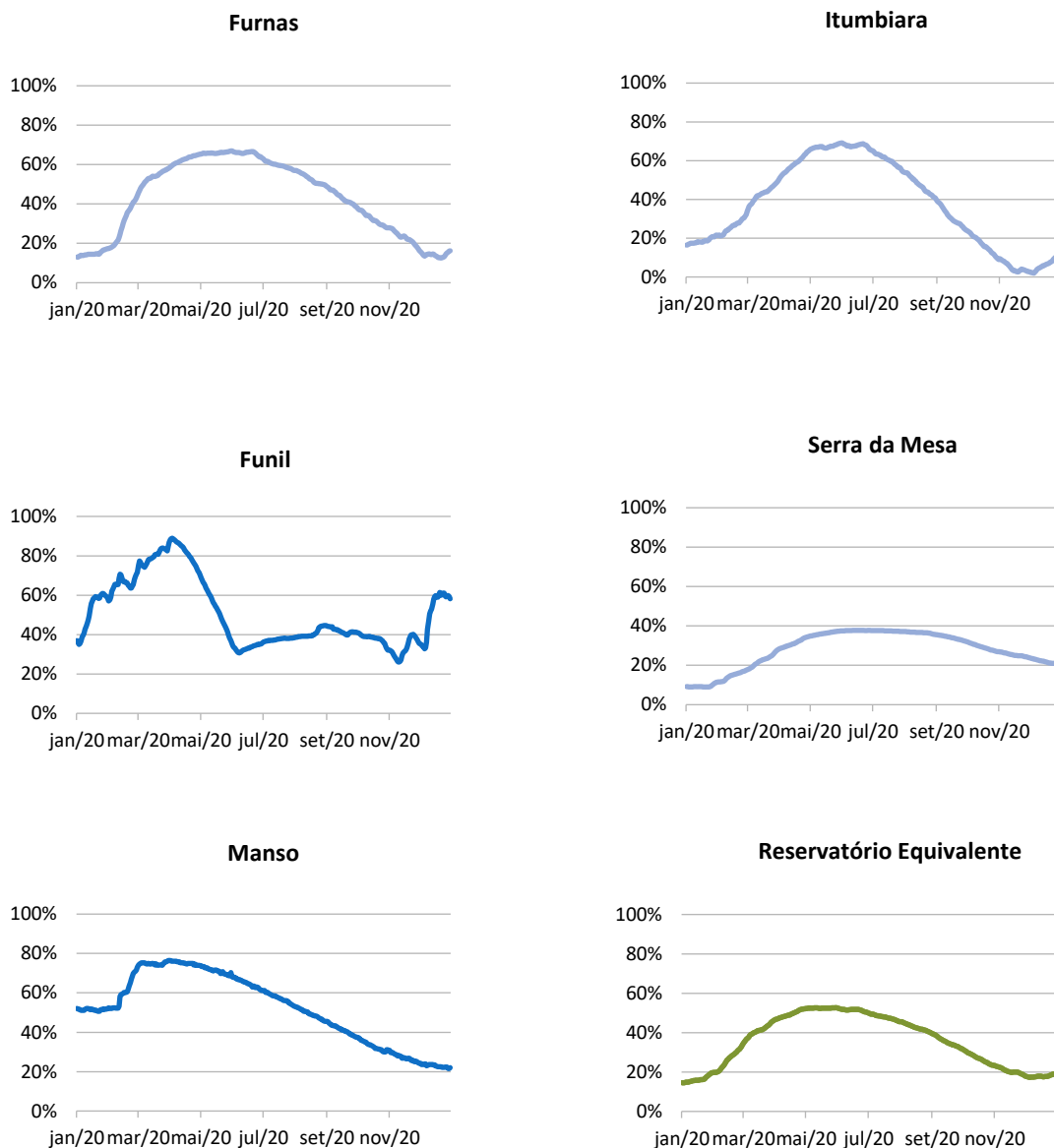
Situação Hidrológica dos Reservatórios de Furnas

O ano de 2020 caracterizou-se pelo declínio do armazenamento dos maiores reservatórios de acumulação da Empresa em relação ao ano anterior.

Ao final do exercício, os níveis de armazenamento eram da ordem de 16,76% no reservatório da UHE Furnas, 10,51% no da UHE Itumbiara, 56,33% no da UHE Funil, 21,02% no da UHE Serra da Mesa e 22,03% no do APM Manso. O reservatório equivalente, que é a representação do volume total de água

armazenada nos reservatórios das hidrelétricas de Furnas, encerrou o período com 19,30% de capacidade, acima dos 14,61% observados no final de 2019.

Armazenamento dos Reservatórios



Os reservatórios das UHEs Furnas, Itumbiara, Funil, Serra da Mesa e do APM Manso são de regularização anual e operam armazenando água durante o período chuvoso (novembro a abril) para utilização no período de estiagem (maio a outubro). Esse procedimento permite que as usinas produzam a quantidade necessária de energia elétrica durante todo o ano, além de fornecerem água para que outras usinas a jusante também possam operar.

As usinas são componentes do SIN e sua operação é planejada e programada em conjunto com o ONS. No caso das hidrelétricas, o nível do reservatório e a energia despachada são definidos pelo ONS, que opera o conjunto de reservatórios brasileiros de forma integrada com o objetivo de garantir a segurança energética a menores custos.

Inter-relação e debate sobre o nível do reservatório de Furnas

Foram realizados encontros e audiências públicas reunindo representantes do setor (Aneel, Agência Nacional de Águas - ANA, Ministério de Minas e Energia, ONS), a Associação dos Municípios do Lago de Furnas e nossa Empresa, para discutir o estabelecimento do nível das águas de alguns reservatórios.

Devido aos baixos níveis dos reservatórios das UHEs Furnas e Mascarenhas de Moraes, foram discutidas as possibilidades de se estabelecer uma cota mínima compatível com as atividades de geração e demais usos múltiplos. Foram analisados os impactos da redução da capacidade de geração nas tarifas e na operação das demais hidrelétricas.

Manutenção das Instalações

No âmbito da manutenção, as instalações de Furnas utilizam a Manutenção Centrada na Confiabilidade (MCC), metodologia mundialmente consagrada, que estabelece a melhor estratégia de manutenção para um dado sistema ou equipamento, gerando planos de manutenção com ações adequadas de manutenção preventiva, preditiva ou detectiva, com base nos modos de falha identificados e suas criticidades.

Tais planos de manutenção são implementados em ambiente SAP-PM e, nas periodicidades adequadas, geram ordens de manutenção que são executadas por equipes de campo altamente treinadas, organizadas em gerências regionais, de forma a cobrir todo o parque gerador e o sistema de transmissão de Furnas.

A efetividade das ações de manutenção de Furnas pode ser verificada através dos altíssimos índices de disponibilidade e confiabilidade das linhas de transmissão, subestações e unidades geradoras do sistema Furnas que, a despeito do longo tempo em operação de algumas instalações, estão entre os mais elevados dentre as concessionárias de transmissão e geração do Brasil.

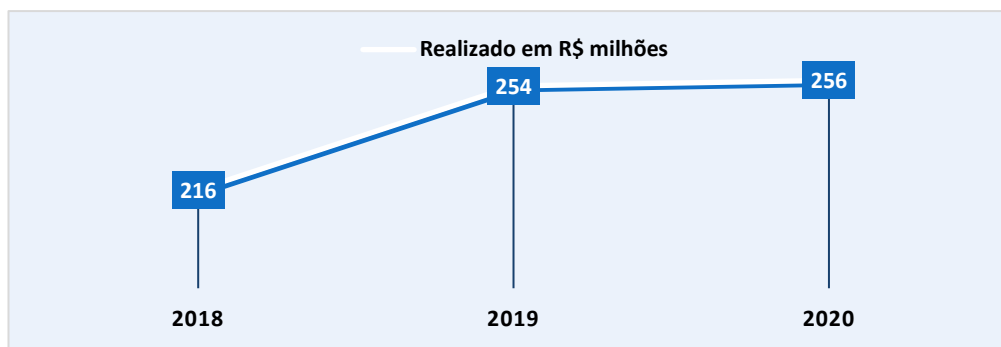
Reforços e Melhorias em Instalações de Transmissão e Geração

Para garantir os altíssimos índices de disponibilidade e confiabilidade do sistema Furnas, as equipes de engenharia estão constantemente acompanhando o desempenho dos equipamentos de geração e transmissão, bem como sua vida útil técnica e regulatória, propondo, quando adequado, a implantação de reforços e melhorias. Tais empreendimentos têm como finalidade a substituição, modernização ou revitalização de equipamentos e sistemas em fim de vida útil, obsoletos, superados eletricamente ou com problemas crônicos de desempenho.

As ações são coordenadas entre diversos órgãos de Furnas e visam, principalmente, priorizar investimentos que minimizem o risco para o sistema, gerem receita adicional e evitem penalidades regulatórias, em consonância com a regulação vigente.

Uma vez priorizados e planejados, os empreendimentos estão agrupados em quatro segmentos baseados em critérios definidos pela ANEEL: proteção e controle; substituição de equipamentos; reforços de transmissão; e modernização do sistema de transmissão e substituição de equipamentos em final de vida útil.

Visando implantar, no parque transmissor existente, reforços autorizados pela ANEEL e melhorias identificadas por Furnas como necessárias à segurança e confiabilidade do sistema, foram investidos, em 2020, R\$ 256 milhões. No quadriênio 2017 - 2020 foram realizados investimentos de aproximadamente R\$ 879 milhões.



Destacamos ainda, no ano de 2020, a instalação de 428 novos equipamentos dentre os quais 315 em atendimento às diversas Resoluções Autorizativas da ANEEL, com receita prévia ou a ser definida na revisão tarifária.

Esses esforços proporcionaram a conclusão de empreendimentos nas subestações Adrianópolis, Brasília Geral, Campos, Guarulhos, Gurupi, Itumbiara, Marimbondo, Poços de Caldas, Porto Colômbia, Samambaia, Serra da Mesa, Tijuco Preto e Vitória.

Comercialização de Energia

Visando maximizar seus resultados, Furnas sempre persegue a melhor estratégia de comercialização, considerando as análises de riscos nos diversos cenários do mercado de energia, contemplando as incertezas inerentes a cada negócio e diversificando seu portfólio de contratos. Vêm sendo estabelecidas estratégias de participação nos diversos certames, contemplando suas especificidades, de modo a ganhar competitividade nos ambientes de comercialização de energia.

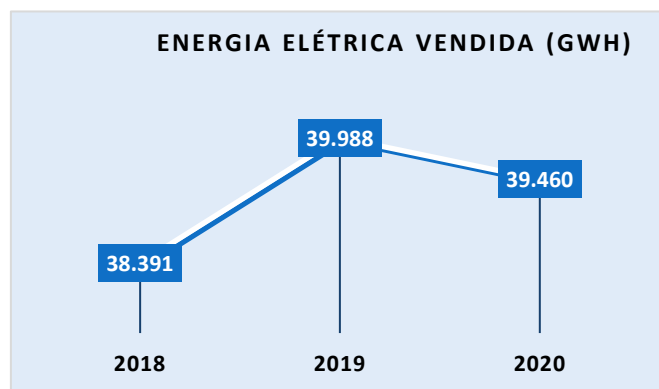
GERAÇÃO

A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadores e consumidores livres de todo o território nacional.

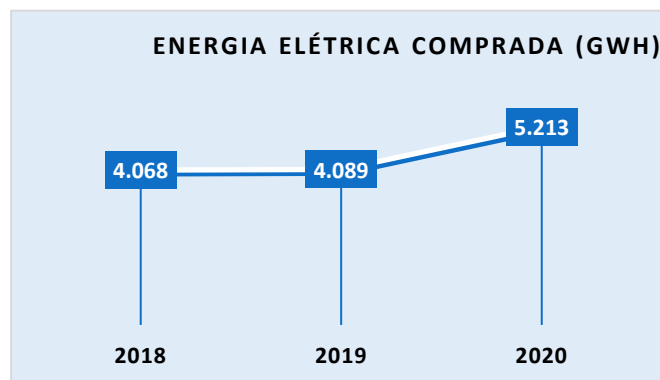
Os contratos de compra de energia de longo prazo são apresentados a seguir.

Contratos de Energia de Longo Prazo				MW médios
	2020	2019	2018	2017
Serra da Mesa	328,1	328,1	328,1	345,0
Manso	3,5	3,5	3,5	3,5
Outros	261,9	135,1	132,8	76,9
Total	593,5	446,7	464,5	425,4

O total de energia elétrica vendida por Furnas, em 2020, foi de 39.460 GWh, o que representa redução de 1,3% em relação a 2019, proporcionando um faturamento 10,8% menor, totalizando R\$ 50.700 milhões em 2020. O gráfico a seguir apresenta a evolução da energia vendida.



Em 2020, Furnas comprou 5.213 GWh de energia, ao custo (valor bruto) de R\$ 988,9 milhões, o que representa acréscimo de 27,5%, em relação à quantidade de energia comprada em 2019.



Obs.: os valores de receitas e despesas apresentados estão com competência comercial

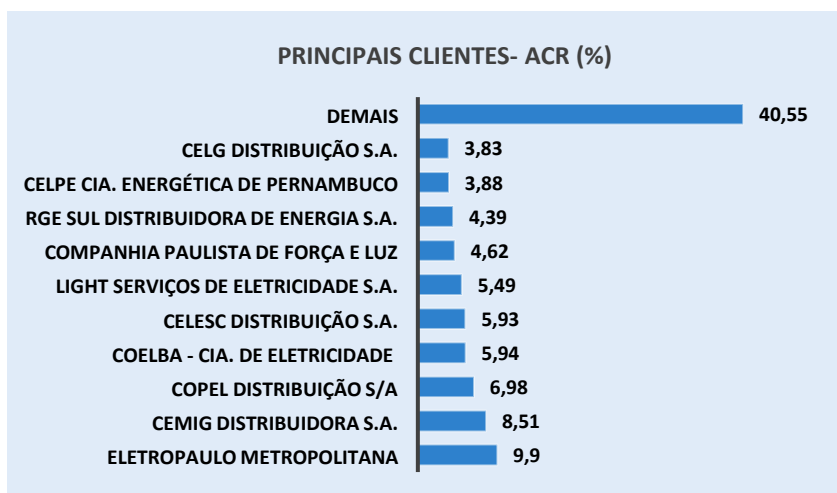
Tendo em vista a prorrogação da concessão das UHEs Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Porto Colômbia, Funil e Corumbá I, a comercialização de suas respectivas energias se dá, desde 1º de janeiro de 2013, por meio do rateio de cotas entre as distribuidoras do SIN, e da aplicação de tarifas definidas pela ANEEL.

Em 2016, a ANEEL anuiu ao pedido de repactuação do risco de GSF para as UHEs Simplício, Batalha, Mascarenhas de Moraes, Serra da Mesa e Itumbiara e para o APM Manso, que vinha acarretando, desde 2014, significativos ônus a Furnas.

A repactuação, em conformidade com a Resolução ANEEL nº 688/2015, prevê a transferência integral, às distribuidoras de energia, dos ônus (GSF) e dos bônus (energia secundária) atinentes ao risco hidrológico aplicável às usinas hidrelétricas de Furnas, tendo como contrapartida pagamento de prêmio de risco de R\$ 9,50 / MWh (referência Jan/2015), a partir de julho de 2020.

Em termos da base de diversificação de clientes, o risco de inadimplência é bem diluído, pois a Empresa deteve 335 contratos bilaterais celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), entre os clientes constam grandes consumidores e as principais comercializadoras de energia do País. Além disso, conta com 324 contratos no regime de cotas de garantia física, com as principais empresas de distribuição de energia.

No âmbito regulado (ACR + cotas de garantia física), Furnas obteve receita em 2020 de aproximadamente R\$ 2.440 milhões, resultantes do relacionamento comercial com 54 concessionárias. Cabe destacar que 10 concessionárias respondem por 59,45% desse montante, restando evidente a pulverização dos clientes, o que mitiga eventuais riscos de inadimplemento. O gráfico a seguir demonstra essa diversificação.



TRANSMISSÃO

No que tange à transmissão, as transações comerciais são realizadas segundo duas modalidades, no ambiente de serviço público (concessão) e no ambiente de interesse exclusivo do acessante (outras receitas).

A prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica é caracterizada no Contrato de Concessão (CTT). O Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) regula as condições técnicas e comerciais relativas à disponibilidade das instalações de transmissão para a operação interligada.

O CTT também prevê o compartilhamento, com outros concessionários, de instalações e infraestrutura, bem como o acesso de usuários do sistema de transmissão. Estão incluídos nesta categoria os Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI) e os Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT).

O CTT permite o desenvolvimento de outras atividades mediante recebimento de receitas que não fazem parte da prestação do serviço público regulado pela ANEEL, regido por instrumento contratual próprio a título oneroso. Nesta categoria estão incluídos os Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) e os Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM).

A tabela a seguir apresenta a evolução da receita dos contratos de transmissão nos dois últimos anos, especificada por tipo de contrato

	R\$ mil	
Natureza do Contrato	2020	2019
Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)		
Encargos Definidos por Resolução Homologatória da ANEEL	131.305	129.814
Furnas Geração ⁽¹⁾	30.578	26.708
Encargos Negociados entre as partes	25.919	24.725
Total CCT	187.802	181.247
Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI)	11.967	13.774
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM)	0	0
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção e Operação (CPSOM)	4.070	4.436
Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) ⁽²⁾	5.772.646	4.885.752
Total Geral	5.976.485	5.085.219

⁽¹⁾ Parcela devida por Furnas Geração a Furnas Transmissão (Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019 e Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725/2020).

⁽²⁾ Inclui a receita dos empreendimentos Ibiúna - Bateias, Macaé - Campos C3, Ouro Preto 2 - Bom Despacho 3, Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste, Mascarenhas - Linhares, Zona Oeste, Xavantes - Pirineus e Transporte Itaipu.

O Contrato de Concessão nº 062/2001, para transmissão de energia elétrica, foi prorrogado nos termos da Lei nº 12.783/2013, de forma que o serviço de transmissão passou, então, a ser remunerado apenas pelas parcelas de operação e manutenção do sistema. No presente momento, a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725/2020 estabelece as receitas de transmissão para o ciclo tarifário 2020/2021.

Gestão de Participações

Furnas participa diretamente de 24 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e tem aprimorado continuamente os mecanismos de gestão, dentre eles o mapeamento de processos, a consolidação de instrumentos normativos e do sistema informatizado para suporte aos gestores de Furnas e profissionais que desempenham as funções de conselheiros fiscais e de administração nessas SPEs.

No sentido de melhorar o desempenho das SPEs, Furnas vem adotando as melhores práticas de controle de governança. Além disso, todos os Planos de Negócios das Companhias foram atualizados e/ou revisados, baseados em parâmetros estabelecidos com o objetivo de acompanhamento e gestão do negócio.

Os bons resultados dessas estratégias já podem ser observados. Os benefícios provenientes de ações de redução de capital e de recebimento de dividendos atingiram R\$ 300 milhões.

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I)

Projetos Regulados pela ANEEL

Para fazer frente aos desafios impostos pelas mudanças regulatórias e tecnológicas no setor elétrico, a gestão de P&D+I é estratégica, sustentada por forte integração com as áreas técnicas, propiciando acompanhamento dos projetos, com a efetiva internalização de tecnologias e novos conhecimentos.

O objetivo principal é a permanente transformação dos estudos realizados em novos serviços ou produtos patenteados, garantindo vantagem competitiva à Empresa.

Como os projetos de P&D+I integram uma verba obrigatória para investimento a Empresa busca desenvolver projetos que darão retorno, por meio do aperfeiçoamento de processos e pela criação de novas tecnologias, para solução de problemas existentes ou para a demanda de inovação do setor.

A prioridade são projetos com foco em sustentabilidade, ligados a fontes limpas de geração de energia elétrica, com abertura de novos nichos de mercado ou aprimoramento dos negócios atuais.

Nos últimos quatro anos a Empresa realizou chamadas públicas de projetos de pesquisa que resultaram na apresentação de 348 propostas e, também, captou propostas com a participação de indústrias e instituições de ensino e pesquisa de todas as regiões do País.

O processo de coleta pública de ideias, junto aos colaboradores de Furnas e ao público externo, continua sendo monitorado permanentemente. Destacamos também a participação de Furnas na Chamada Estratégica da ANEEL sobre Mobilidade Elétrica, através de um projeto apresentado pelo ITA em parceria com a AVL South America Ltda, no qual teremos a participação da Serra do Facão Energia S.A., em cooperação com Furnas.

Esse processo propicia novas parcerias com instituições de ensino, centros de pesquisa e com empresas de base tecnológica. Desde então, foram contratados projetos avançados de P&D+I, diversos deles visando ao aproveitamento sustentável de recursos naturais para geração de energia, desenvolvimento de projetos inovadores em geração de energia fotovoltaica e energia eólica, bem como um projeto para possibilitar a transmissão de grandes blocos de energia, a longas distâncias, com reduzida faixa de passagem. Entre as diversas áreas destacam-se:

- armazenamento de energia;
- gestão de reservatórios de usinas hidrelétricas;
- laboratório de aerodinâmica e túnel de vento;
- mobilidade com tecnologia elétrica e híbrida; e
- geração de energia fotovoltaica e eólica.

Merece destaque o projeto "Desenvolvimento de Sinergia entre as Fontes Hidrelétrica e Solar com Armazenamento de Energias Sazonais e Intermitentes em Sistemas a Hidrogênio e Eletroquímico", em parceria com a Empresa BASE Energia Sustentável, em atendimento à chamada ANEEL nº 021/2016 de projeto estratégico da ANEEL "Arranjos Técnicos e Comerciais para a Inserção de Sistemas de Armazenamento de Energia no Setor Elétrico Brasileiro".

Soluções Digitais, Empreendedorismo e Ecossistema de Inovação

Furnas dedicou o ano de 2020 à inovação e ao empreendedorismo, consolidando e expandindo ações nacionalmente.

A Olimpíada Nacional de Inovação, a primeira do Brasil, reuniu oito empresas e atingiu aproximadamente 160 colaboradores, diretamente, e mais de dois mil colaboradores, indiretamente, como evolução do Programa Inova Furnas expandido para as Empresas Eletrobras.

A equipe vencedora da Olimpíada Nacional de Inovação, Hidrogênio Verde, construiu um protótipo de uma planta 3D para o beneficiamento de hidrogênio, visando desmistificar a complexidade e demonstrar a mínima área e equipamentos necessários para construir uma iniciativa desse porte. O hidrogênio, que era descartado nas usinas da Eletronuclear, passará a ser beneficiado com a utilização de uma membrana de paládio.

O Laboratório de Prototipação foi criado para acelerar a conversão dos projetos internos de inovação em produtos, formar líderes em metodologias ágeis, como o SCRUM e o Lean Startup, capacitar na criação de aplicações LOW-CODE ou NOCODE, e reduzir riscos de atraso em contratações e custos com fábrica de *software* nas etapas iniciais de validação.

Em complementação com o Laboratório de Prototipação, Furnas desenvolveu de forma inédita no setor um modelo interno de *Venture Building*, a Power Ventures, que visa converter projetos internos dos colaboradores em empresas startup com opções de compra de participações por Furnas, o que potencializará a geração de valor dos produtos internos de inovação ao torná-los aptos ao recebimento de investimento externo e oferta ao mercado.

No relacionamento com *startups*, Furnas abriu a oportunidade de atuação em parcerias comerciais na expansão, em escala nacional, dos projetos do Inova Furnas. Mais de 100 *startups* se candidataram. Em atuação conjunta com a Innovation Latam foi disponibilizada uma plataforma digital onde as *startups* puderam receber *insights* de engenheiros e especialistas no setor de energia e ganhar visibilidade dentro do ecossistema de inovação. Furnas ainda disponibilizou R\$ 3 milhões, por meio de chamada pública em parceria com o SENAI, com o objetivo de encontrar novas tecnologias voltadas para o setor elétrico no enfrentamento à Covid-19, em parceria com *startups*.

Furnas iniciou oficialmente a participação no projeto de criação do ecossistema de Inovação em Energia e Sustentabilidade, em parceria com a Coppe/UFRJ e Petrobras, dentre outros. O projeto tem o objetivo de estimular a criação e o desenvolvimento de *startups* e do empreendedorismo focados nos setores de energia e sustentabilidade e implantar no Rio de Janeiro a metodologia do MIT REAP.

Em linha com o incentivo à inovação e a responsabilidade social, Furnas patrocinou o Hacking.Help, evento promovido pelo Hacking.Rio, maior *Hackathon* da América Latina. A edição reuniu mais de 2 mil pessoas para desenvolver soluções para os problemas que a sociedade enfrenta devido à pandemia do novo coronavírus.

A Plataforma *Sharecare* foi disponibilizada para os colaboradores de Furnas permitindo que a equipe de saúde tenha um panorama das condições de saúde dos colaboradores e realize acompanhamento

médico preventivo da Covid-19. Furnas também tornou acessível o uso de um sistema de inteligência artificial para identificar riscos de Covid-19, através do aplicativo *KeyApp*. Os colaboradores na chegada às principais instalações da empresa passaram a realizar o reconhecimento facial em totens que medem a temperatura corporal do empregado.

Centro de Serviços Compartilhados (CSC)

O CSC tem como principal objetivo atualizar e padronizar os processos de suporte administrativo ao negócio da Empresa.

Furnas, como pioneira na experiência de compartilhamento de serviços, logrou liderar o CSC Sudeste, das Empresas Eletrobras, onde atua prestando serviços para a *Holding* e Eletronuclear.

Este modelo de compartilhamento de serviços visa aumentar a rentabilidade a partir da redução de custos no atendimento às demandas das Empresas Eletrobras com atuação no Sudeste e tornar os procedimentos mais eficientes para os macroprocessos de finanças e tesouraria, contabilidade e fiscal, recursos humanos, suprimentos e logística, infraestrutura e serviços gerais, tecnologia da informação e jurídico.

O CSC também apoia atendimentos a emergências, principalmente em linhas de transmissão e equipamentos, que têm impacto significativo no desempenho operacional e, consequentemente, na receita e imagem da Empresa.

Nesse sentido, foi desenvolvido o Projeto de Controle e Recuperabilidade de Sobressalentes que permitiu a indicação de aproximadamente 25 mil materiais para alienação e recuperação. E, apenas em 2020, foram alienados R\$ 10,4 milhões em bens móveis inservíveis.

Outra iniciativa exitosa em reduzir custos foi a contratação de um Almoxarifado Virtual para materiais administrativos e gestão centralizada de EPIs. Em meio à pandemia, o CSC garantiu o fornecimento e reposição de estoque de todos os EPIs relacionados à prevenção contra a Covid-19; o que viabilizou um ambiente de confiança para os profissionais das atividades fim, que receberam da equipe de logística 20 mil kits de teste de Covid-19, distribuídos inclusive para todas as Empresas Eletrobras.

No que concerne ao uso da tecnologia, destacamos a implantação da ferramenta Sharepoint, para registro e acompanhamento dos processos de contratação por Pregão Eletrônico e Contratação Direta (IL/DL). Essa ferramenta traz informações atualizadas sobre cada fase do processo, o que permite um melhor acompanhamento pelos órgãos interessados, além de medir os indicadores de cada processo licitatório.

Em março de 2020 houve uma reestruturação organizacional no CSC por meio de uma realocação de unidades organizacionais entre a Superintendência e as Divisões. As áreas regionais passaram a atuar com Divisões de serviços especializados. Os principais macroprocessos (Suprimentos, Logística e Infraestrutura) passaram a atuar de forma independente, com Gerências próprias. Com a reestruturação ocorreram ganhos imediatos, tais quais:

- Aperfeiçoamento da estrutura sem aumento de custos;
- Aumento da produtividade (especialização das áreas de atuação por Gerência);
- Melhor performance operacional (racionalização dos fluxos de informação e de processos por camadas);
- Maior interação da Superintendência com os gestores dos macroprocessos e com a Coordenação Global do CSC.

Em maio de 2020, ocorreu a reestruturação da área fundiária e patrimonial de Furnas, que unificou a expertise e o *know-how* da área responsável pela aquisição de imóveis e/ou instituição de servidão

administrativa para implantação dos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica de Furnas com o da área responsável pela gestão desse patrimônio, permitindo a otimização de recursos humanos e materiais, trazendo maior agilidade e confiabilidade aos processos vinculados à gestão patrimonial, notadamente na resolução de pendências de regularização de imóveis e contratos de cessão de uso dos mesmos.

No mesmo ano, foram concluídos 3 processos indenizatórios de atingidos pela passagem das Linhas de Transmissão, 345 kV, Tijuco Preto-Itapeti e Itapeti-Nordeste e concluído o processo de contratação de serviços técnicos especializados de estruturação, constituição e execução de Plano de Desestatização de Ativos Imobiliários de Furnas.

GOVERNANÇA

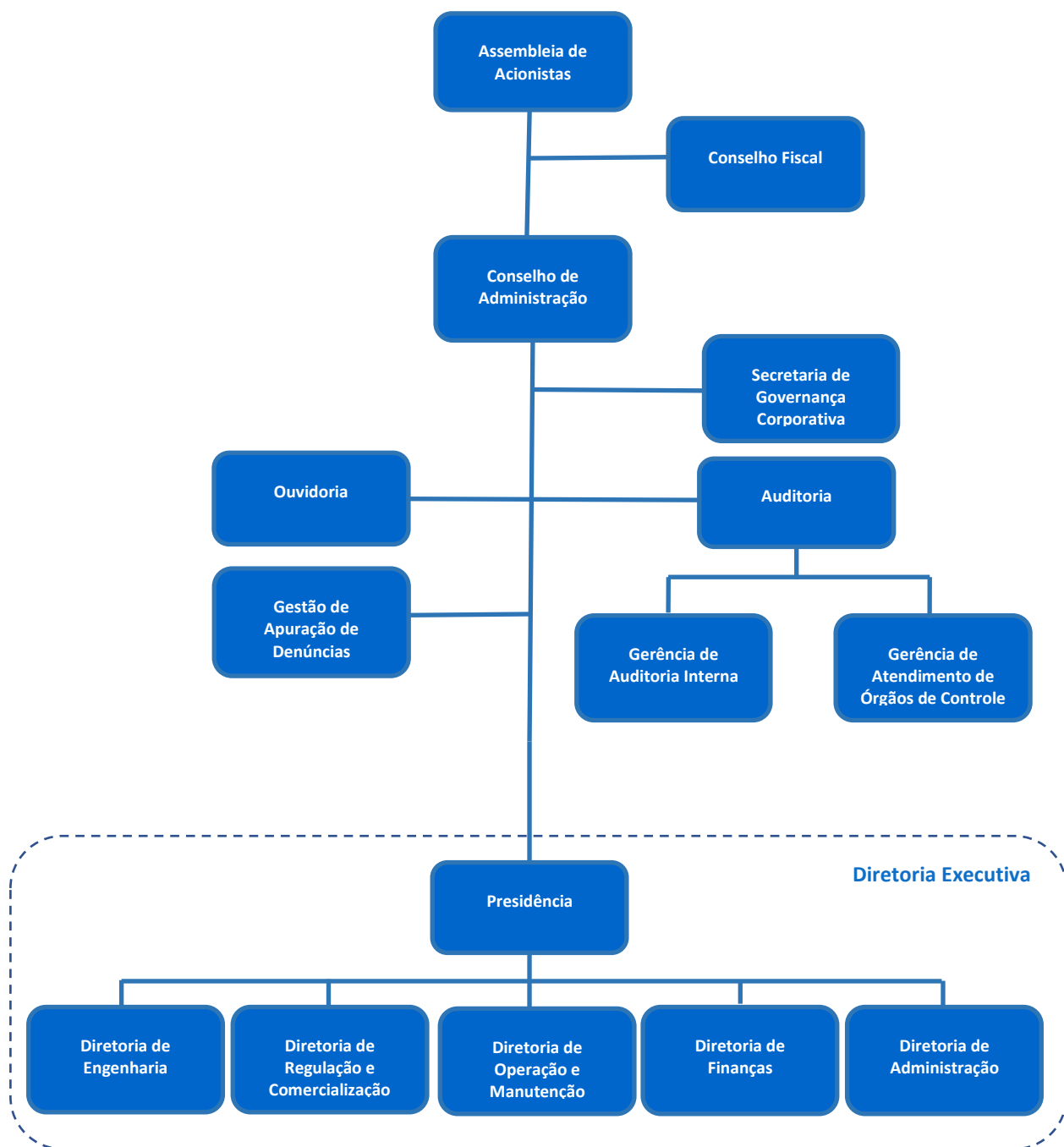
As políticas e práticas de governança corporativa possuem foco na transparência de gestão, em atitude respeitosa no relacionamento com todos os seus *stakeholders*, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com o Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras.

O aprimoramento da governança corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos que seguem as recomendações do Manual de Organização da Empresa, no qual estão incluídos o Estatuto Social, o Regimento Interno, as Políticas e Normas de Organização, as diretrizes que norteiam a atuação dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria Executiva, e as descrições de atribuições de todas as unidades formais da estrutura organizacional.

O modelo se fundamenta, também, no estabelecimento claro dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no que se refere à formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes relativas à condução dos negócios da Empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e contas da Administração.

Estrutura de Governança Corporativa

A governança corporativa de Furnas é assegurada pelos processos internos e relacionamentos da administração superior, composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna.



Obs: A estrutura de Governança Corporativa conta ainda com o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE) que auxilia os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras em assuntos estratégicos.

Em cumprimento ao disposto na legislação que regulamenta o funcionamento das sociedades anônimas, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente para todas as subsidiárias, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos e conferir confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da Empresa às práticas contábeis adotadas no Brasil - Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - e com a legislação específica pertinente.

Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para: alienar, no todo ou em parte, ações de seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura e aumento do capital social; alienar debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emitir debêntures conversíveis em ações; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permutar ações ou outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Em 2020, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu, de forma virtual, conforme previsto na legislação, em 7 de maio de 2020, para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2019, a Destinação do Resultado do Exercício Social de 2019 e a remuneração anual global dos administradores e membros do Conselho Fiscal.

Em 2020, foram realizadas três Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) em:

- 27.01.2020 – para aprovar a inclusão de Taxa Fixa *Flat Fee* (orçamento extra de distribuição) na 1ª (primeira) Emissão (“Emissão”) de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, na 2ª Série da Companhia, no valor de até R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) (“Debêntures”), a ser distribuída através de Oferta Pública de Distribuição com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação e de Melhores Esforços (“Oferta”), assim como seus termos e condições, conforme previsto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), já havendo manifestação favorável do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (“Eletrobras” ou “Fiadora”).
- 30.07.2020 – para deliberar sobre a eleição de membro Suplente do Conselho Fiscal da Empresa, representante do Ministério da Economia; para deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração, representante do Acionista Controlador; e
- 02.10.2020 – para deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração, representante do Acionista Controlador.

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração de Furnas, o Conselho de Administração é composto por sete membros, brasileiros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, na forma estabelecida pelo Estatuto, dentre os quais é designado o Presidente do Conselho e seu substituto designados pela Eletrobras, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

Dentre os membros, um é indicado pelo Ministério da Economia, um indicado pelo acionista controlador, que será eleito Diretor-Presidente e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos, em eleição organizada pela Empresa, em conjunto com as autoridades sindicais que os representam, nos termos da legislação vigente. Os demais membros são indicados pelos acionistas, dentre os quais dois serão independentes, nos termos da legislação aplicável.

Usualmente, o Diretor-Presidente de Furnas é indicado como membro do Conselho de Administração.

No exercício de 2020, este colegiado reuniu-se 27 vezes.

Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE)

O CAE, órgão auxiliar do Conselho de Administração (CA) da Eletrobras, instalado em 2018, tem por finalidade assessorar os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras e estabelecer estruturas de controle, supervisão e fiscalização da atuação das empresas, dirigentes e empregados.

Em atendimento às disposições da Lei *Sarbanes-Oxley*, o CAE é composto por membros independentes e visa atender a uma série de dispositivos legais, com destaque para a Lei nº 13.303/16, instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Programa em Governança de Estatais da B3 e Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

Conselho Fiscal

A atribuição do Conselho Fiscal é a de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO, com prazo de atuação de dois anos, permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente.

É constituído por um membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério da Economia, como representante do Tesouro Nacional, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a Administração Pública Federal; um membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério de Minas e Energia; e um membro e respectivo suplente indicados pela *Holding*.

Em 2020, este colegiado reuniu-se 13 vezes.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva, órgão colegiado, é composta por um Diretor-Presidente e cinco Diretores, gestores dos negócios da Empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. Eles atuam nas seguintes áreas: Presidência; Administração; Finanças; Engenharia; Operação e Manutenção; e Regulação e Comercialização.

Compete à Diretoria Executiva, em reunião semanal ou extraordinária, a direção geral e a administração de Furnas, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e as diretrizes estratégicas estabelecidas pela controladora.

As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas.

Em 2020, foram realizadas 66 reuniões.

Secretaria de Governança Corporativa

A Secretaria de Governança Corporativa tem como principais atribuições:

- Planejar, coordenar, executar e controlar as atividades de apoio ao funcionamento das Assembleias de Acionistas, do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- Controlar as alterações do Estatuto Social e dos Regimentos Internos da Empresa e seus Colegiados, promovendo as ações necessárias à sua publicação;
- Coordenar o processo de desenvolvimento, aprimoramento e atualização do sistema de governança, atuando nas interações entre os agentes e os órgãos de governança;
- Coordenar o fluxo de informações, assegurando que estas sejam direcionadas, tempestivamente, às instâncias deliberativas, executiva, fiscalizadora e consultiva;
- Contribuir para que a divulgação de informações, pela organização, esteja alinhada aos princípios de governança e para difusão destes nas empresas subsidiárias, coligadas e controladas.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, tem a missão de ser uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações da Empresa. Auxilia a mesma a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

Em 2020 foram cumpridas as 23 atividades de auditoria programadas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), o que resultou na emissão de 35 relatórios, incluindo os referentes às demandas extraordinárias da Alta Administração que surgiram ao longo do exercício.

Adicionalmente, a Auditoria emitiu 5 Informações Técnicas para atender as demandas da Alta Administração. Dessa forma, o resultado da atuação direta da Auditoria Interna subsidia a alta administração de informações para a tomada de decisão.

Em continuidade ao processo de adequação do ambiente de controle interno à lei norte-americana *Sarbanes-Oxley* (SOx), a Auditoria Interna providenciou a avaliação independente dos controles internos da Empresa, no exercício de 2020, através dos testes da administração, a partir dos riscos corporativos considerados críticos e determinados segundo a materialidade definida pela Eletrobras.

O relacionamento da Empresa com a Controladoria Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) ocorre ao longo do exercício, a fim de prover atendimento, pela administração, aos referidos órgãos de fiscalização e controle.

Informações no site: <https://www.furnas.com.br/subsecao/172>

Comitês e Comissões Internos

Grupos consultivos, de ação permanente, compostos por representantes de todas as diretorias, que têm por finalidade avaliar determinados temas e suportar as decisões da Diretoria Executiva no cumprimento das políticas internas de gestão.

Políticas Internas

As Políticas Internas da Empresa são instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva e estabelecem princípios básicos e critérios para orientar as diferentes áreas quanto ao trato de assuntos, que cobrem, dentre outros, os temas: Logística de Material; Tecnologia da Informação; Gestão de Pessoas; Segurança Empresarial; Responsabilidade Social; Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional; Segurança Patrimonial; Propriedade Intelectual; Gestão Sociopatrimonial; Gestão de Resíduos; Contratação; e Investimento Social.

Políticas das Empresas Eletrobras

As Políticas das Empresas Eletrobras são instrumentos aprovados pelos Conselhos de Administração da Holding e de cada companhia subsidiária, estabelecendo e uniformizando os princípios e critérios básicos a serem utilizados pela Diretoria Executiva de Furnas, visando garantir que haverá maior integração das diretrizes orientadoras por todas as empresas.

Princípios Éticos e Compromissos de Conduta

Desde 2010 Furnas adota o Código de Ética Único das Empresas Eletrobras que estabelece os princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamento e decisões profissionais de empregados, gerentes, Diretores, Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento.

O código foi atualizado em:

- dezembro de 2016, com a inclusão das legislações referentes a Lei nº 12.813/13 - Conflitos de Interesse e à Lei nº 12.846/13 - Lei Anticorrupção Brasileira;
- dezembro de 2018, recebendo o título de Código de Conduta Ética e de Integridade;
- dezembro de 2020.

A Instrução Normativa relativa a Conflito de Interesses considera obrigatório o preenchimento, por todos os empregados, do questionário de *due diligence*, prática inovadora que visa a prevenção de situações de conflito de interesses.

Vencedora da categoria B do VI Concurso de Boas Práticas em Gestão da Ética, promovido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República, em 26 de novembro, no XXI Seminário Ética na Gestão -

Ética Pública e Governança, Furnas foi premiada pelo êxito e pela inovação do projeto "Orientações para prevenir Conflito de Interesses em Furnas".

O objetivo do concurso é promover a difusão e o intercâmbio de boas práticas de educação para a ética das Comissões de Ética dos órgãos e entidades que integram o Poder Executivo Federal e reconhecer o papel educador das Comissões de Ética na prevenção de condutas incompatíveis com o padrão ético desejável, como também fortalecer na função pública.

Essa é uma prática inovadora dentro do Sistema Eletrobras que conscientiza todos os empregados sobre a importância da questão do Conflito de Interesses, o que, em muitos casos, pode ser um passo para a corrupção. A iniciativa viabiliza o comprometimento à responsabilidade de todo corpo funcional para a relevância do tema, atuando preventivamente, evitando punições, fortalecendo a governança corporativa e consolidando a ética como um valor empresarial.

A Empresa disponibiliza canais independentes para recebimento de denúncias. Por força de lei, a Comissão de Ética possui canal exclusivo de atendimento. No Portal Ética, podem ser feitas denúncias identificadas ou anônimas. A Comissão de Ética também recebe denúncias através do Canal Único da Eletrobras.

Para disseminação do Código de Conduta Ética e Integridade, ações educativas são realizadas para conscientizar os colaboradores no cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta. O objetivo é ser eficaz em orientar e aconselhar sobre a ética profissional no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo ao empregado conhecer concretamente a imputação ou o procedimento suscetível de censura.

A Comissão de Ética realizou em 2020, em conjunto com todas as áreas da integridade, o treinamento virtual, Integridade Corporativa, com a apresentação de vídeos com o *slogan* Você Decide. Ao final os empregados votaram nas opções apresentadas, tendo como foco principal as questões relativas ao assédio moral e ao conflito de interesses nas organizações. Realizou, também, reuniões virtuais com os gestores das Áreas de: Santa Cruz, Funil, Itumbiara, Brasília, Campinas, visando dar orientações sobre questões e comportamentos éticos. Inseriu diversas publicações na intranet e enviou aos empregados, via e-mail, orientações relativas ao comportamento ético durante o teletrabalho e em reuniões virtuais.

Em 2020, a Comissão de Ética recebeu 17 denúncias. Após a devida análise, 12 casos estão encerrados, 1 está sobrestado e 4 processos estão em andamento.

Na intranet, no Portal Ética, encontram-se a legislação vigente, perguntas e respostas relativas à gestão da ética em empresas públicas, os serviços Fale Conosco e o Canal de Consulta de Denúncias de Desvios Éticos. Constam também os dados dos casos analisados pela Comissão de Ética, entre outras informações.

Ouvidoria

A Ouvidoria atua no diálogo entre o cidadão e a Empresa, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania induzam à contínua melhoria dos serviços públicos prestados por Furnas e de seus processos.

A Ouvidoria, órgão imparcial e independente, vinculado ao Conselho de Administração, é responsável por receber, examinar e encaminhar, reclamações, solicitações, elogios, sugestões referentes a procedimentos e ações de Furnas e, também, é responsável pela gestão do canal do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

O acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no website de Furnas, fax, telefone, contato pessoal, carta ou, ainda, algum outro documento. Em todas as formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

Todas as manifestações, independentemente do meio de comunicação, são registradas em Sistema de Ouvidoria, que é o da *Holding*, no qual fica armazenada a base de dados. O sistema foi projetado de forma a não permitir a exclusão ou alteração das informações nele registradas. Após o seu registro, a Ouvidoria realiza o devido tratamento que consiste em: verificar se estão presentes dados suficientes na questão relatada e se a mesma é afeta à Empresa; realizar o encaminhamento à área interna responsável pela questão; gerenciar o prazo da resposta e verificar se o conteúdo de fato atende à manifestação.

A atuação da Ouvidoria encontra-se alinhada com o Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, às exigências da Lei *Sarbanes-Oxley* e aos normativos da Ouvidoria Geral da União.

As denúncias são registradas no Canal Denúncia das Empresas Eletrobras (ICTS), operado por empresa externa, responsável por sua classificação, criticidade e encaminhamento ao Comitê de Sistema de Integridade (CSI), que fará a gestão centralizada de apuração e dos processos de responsabilização e de remediação.

Em 2020 foram enviadas, aos dois canais geridos pela Ouvidoria, 1.390 manifestações e 135 pedidos de Informação ao Cidadão (SIC) de Furnas.

As 1.390 manifestações na Ouvidoria têm a seguinte distribuição: reclamação (694), solicitação (663), sugestão (30), elogio e agradecimento (3). No que tange à origem destacamos que 929 (67%) são de origem externa, 133 (10%) interna e 328 (23%) “não identificada”.

Além disso, foram registradas no ICTS, 126 denúncias a serem tratadas pelo CSI.

Estratégia e Sustentabilidade

Estratégia

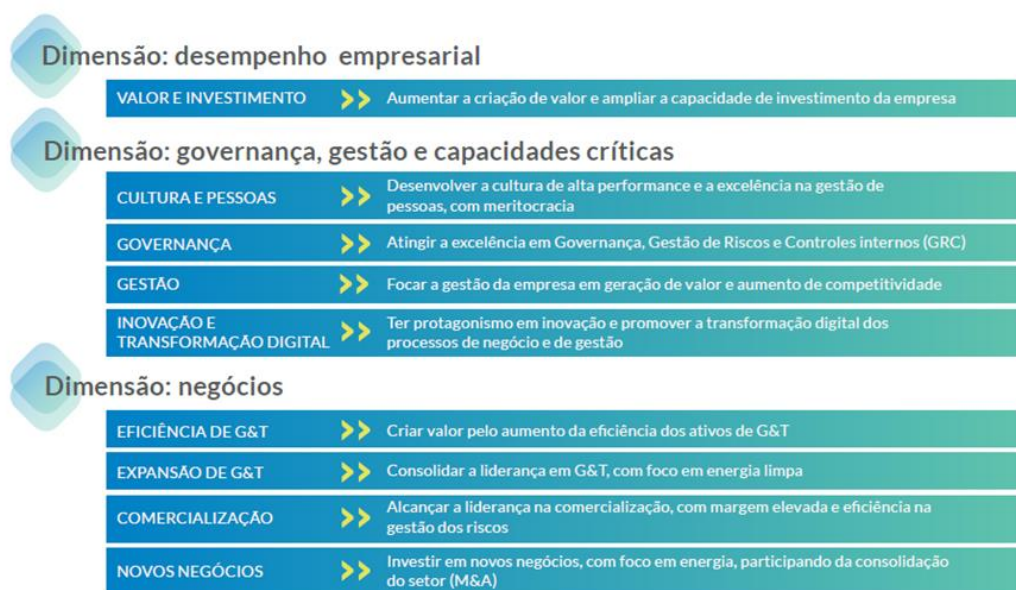
O Plano Estratégico orienta o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) das Empresas Eletrobras.

Plano de médio prazo, o PDNG é revisto anualmente, tem horizonte de cinco anos e define metas e diretrizes para o período. Com seus cenários e premissas, dá origem e, ao final, consolida os Planos de Negócio e Gestão (PNG) das Empresas Eletrobras.

O PNG, por sua vez, contém projeções e estabelece as metas e os projetos específicos de Furnas que serão realizados nos próximos cinco anos. Dele derivam importantes instrumentos para a gestão da estratégia na Empresa:

- Contrato de Metas e Desempenho Empresarial (CMDE)
- Remuneração Variável Anual (RVA) dos Dirigentes
- Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos Empregados

Neste ano, Furnas orientou-se pelas seguintes diretrizes estabelecidas no PDNG 2020-2024:



Informações no site: <https://www.furnas.com.br/subsecao/10>

Sustentabilidade

Desde 2003 Furnas aderiu ao Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, alinhando sua estratégia aos dez princípios de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção.

Indicadores dos ODS considerados prioritários para as Empresas Eletrobras integram o PDNG e o PNG de Furnas, por meio de ações que contribuem com a Agenda 2030 da ONU.

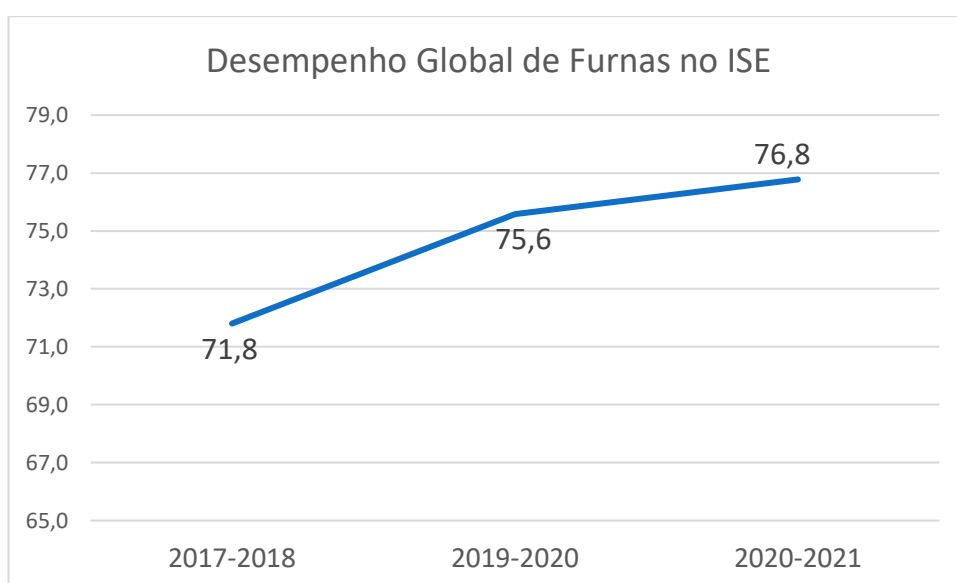
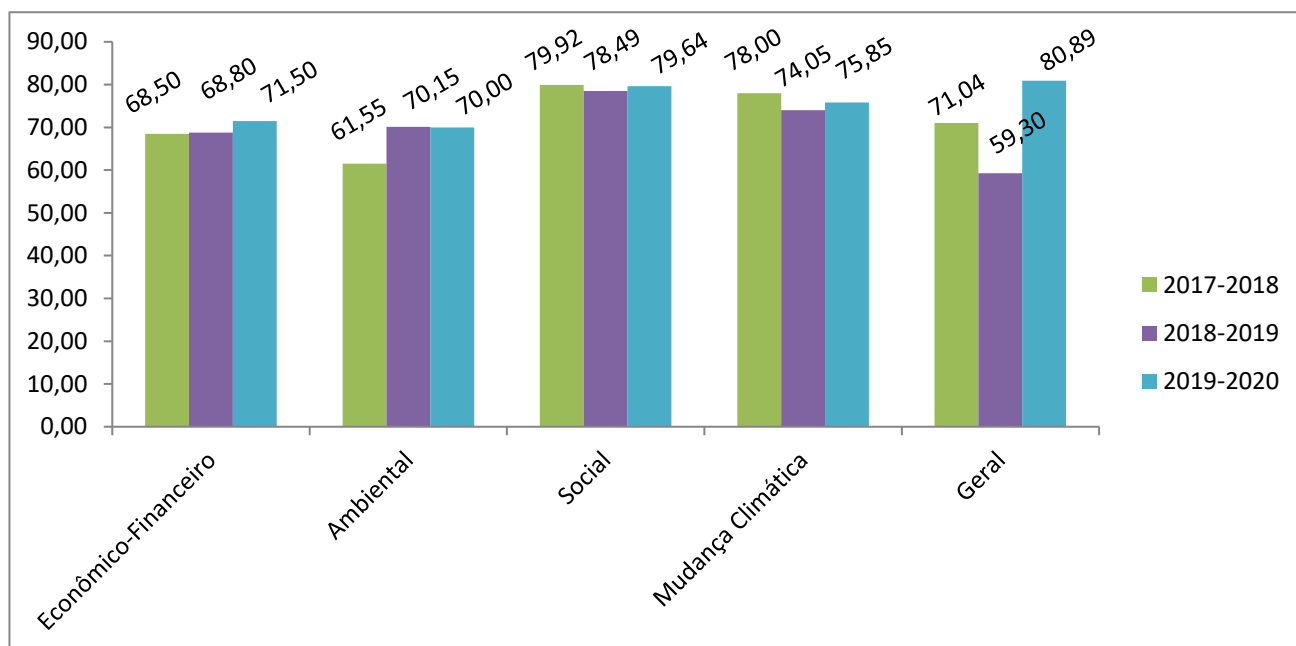
Em 2020, foi criada a Comissão Executiva de Sustentabilidade, composta por representantes das seis Diretorias, que tem como principal objetivo aperfeiçoar a governança da sustentabilidade, garantindo que os aspectos ASG (ambientais, sociais e de governança) sejam adequadamente analisados pela Alta Administração nos processos de tomada de decisão.

O compromisso de Furnas com a sustentabilidade se manifesta também na participação em outras iniciativas e associações para o desenvolvimento sustentável:

- Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS);
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);
- Programa na Mão Certa (Childhood Brasil);
- Fundação Abrinq;
- Programa Pró-Equidade de Gênero (Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República);
- Rede de Empresas pela Aprendizagem e Erradicação do Trabalho Infantil (Instituto Ethos, Organização Internacional do Trabalho e Ministério do Trabalho).

Furnas responde aos questionários do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3) na qualidade de controlada da Eletrobras, e seus resultados são utilizados como indicadores de desempenho no processo de planejamento estratégico. A evolução do desempenho de Furnas no ISE B3 nos últimos três anos é apresentada no gráfico a seguir.

**Evolução de Furnas ISE B3
(2018-2020)**



Furnas vem aperfeiçoando seus mecanismos de relato, em busca de transparência e prestação de contas. Desde 1998, quando foi uma das primeiras empresas brasileiras a publicar o seu balanço social, a Empresa divulga, para seus públicos de interesse, informações sobre o desempenho e os resultados econômicos, sociais e ambientais em seu Relatório Anual.

Informações no site: <https://www.furnas.com.br/subsecao/69/relatorio-de-sustentabilidade?culture=pt>.

Controles Internos

O ambiente de controles internos da Empresa visa assegurar a efetividade e eficiência de suas operações, proporcionar a confiabilidade nos relatórios financeiros, bem como cumprimento de normas e regulamentos. Auxilia na mitigação de riscos corporativos; no alcance de metas; e no crescimento sustentável do negócio, propiciando maior transparência e credibilidade.

Desde 2010, a Eletrobras possui registro na Bolsa de Valores de Nova York com emissão de ADRs Nível II, exigindo de suas subsidiárias adequação aos requisitos da lei norte-americana *Sarbanes Oxley* (SOx), em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos.

Anualmente, a Eletrobras divulga suas Demonstrações Financeiras e a Certificação Anual de Controles Internos à *Securities and Exchange Commission* (SEC) dos EUA, a fim de consolidar os controles mitigadores dos riscos.

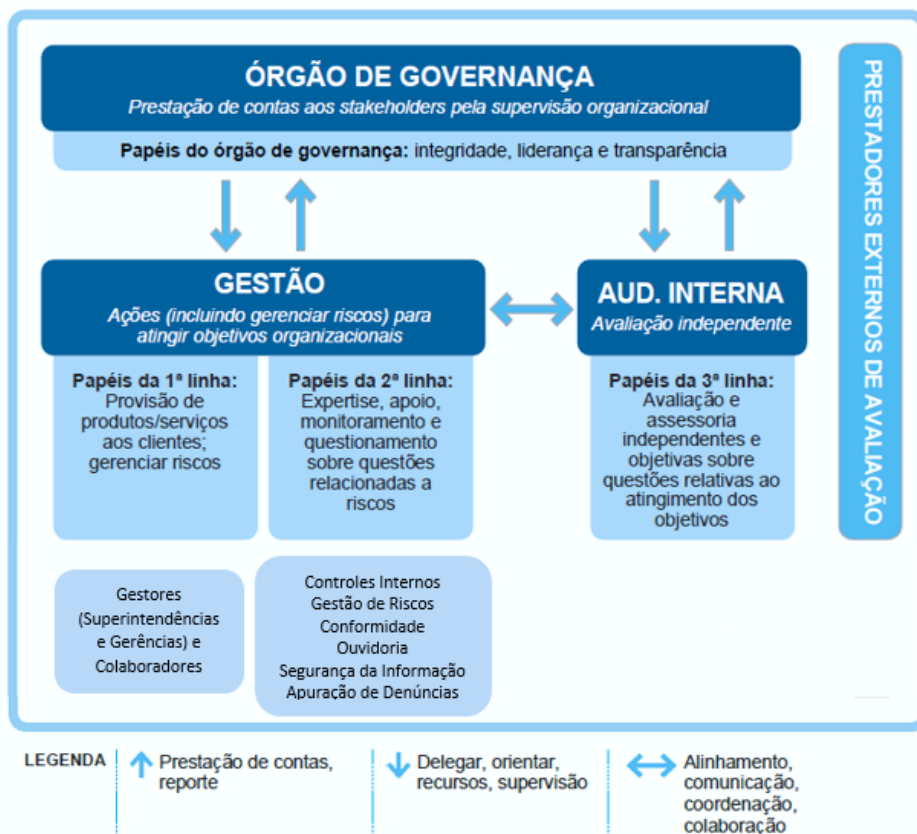
O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOx compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da Empresa. Em 2020, foram selecionados 31 processos, associados a: Compra de Energia; Gestão Contábil; Gestão de Contingências; Entity Level Controls; Empréstimos e Financiamentos; Gestão Financeira; Gestão do Ativo Fixo; Gestão de Materiais; Benefício Pós-Emprego; Gestão de Participações; Venda de Energia; Recursos Humanos; Gestão Tributária; e Processos de Tecnologia.

O programa prevê ações visando o fortalecimento do ambiente de controles internos da Empresa e acesso direto e prioritário aos órgãos superiores de decisão.

Um dos objetivos estratégicos é a redução das deficiências de controles internos mais relevantes, classificadas como fraquezas materiais (*Material Weakness - MW*), em linha com a diretriz estratégica “Aprimoramento da Governança e da Integridade Empresarial.”

Os trabalhos relacionados à certificação SOx desdobram-se em três etapas: Mapeamento; Programa de Remediação e Testes propriamente ditos.

A figura a seguir apresenta, de forma esquemática, o funcionamento das três Linhas de Defesa, no gerenciamento eficaz de riscos e controles internos:



Obs.: O gerenciamento de riscos conta ainda com o apoio do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE) que auxilia os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras em assuntos estratégicos.

Programa de Integridade (*Compliance*)

Furnas adota o Programa Eletrobras 5 Dimensões, previsto no PDNG 2020-2024, implantado em todas as Empresas Eletrobras, com o objetivo de cumprir com as normas internacionais de governança corporativa e de fortalecer a gestão de integridade corporativa. O programa baseia-se nas diretrizes propostas pelo Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais da Controladoria Geral da União (CGU) e pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO).

O Programa de Integridade das Empresas Eletrobras é desenvolvido a partir da integração dos representantes de *compliance* de cada empresa, viabilizada por meio de reuniões semanais na Comissão Diretiva de Compliance (CDC), para o alinhamento das práticas e adoção das medidas necessárias ao amadurecimento do programa.

A partir da CDC são estabelecidos mecanismos e procedimentos para: 1) desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade; 2) análise periódica de riscos; 3) estruturação e implantação de políticas e procedimentos do programa de integridade; 4) comunicação e treinamento; 5) monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades.

O Programa de Integridade de Furnas está fundamentado nos princípios e valores éticos previstos no Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras, bem como na Política Anticorrupção das Empresas Eletrobras, Política de Administração de Conflito de Interesses, Política de Consequências das Empresas Eletrobras, Regulamento do Programa de Integridade das Empresas Eletrobras e Regulamento de Monitoramento de Integridade das Empresas Eletrobras. Nesse sentido, Furnas promove anualmente a revisão da avaliação dos riscos de fraude e corrupção, bem como ações contínuas de conscientização e treinamentos.

Em 2020 implementou o questionário eletrônico de *due diligence* de conflito de interesses aplicável a todos os seus empregados, com o objetivo de mapear os relacionamentos dos empregados e prevenir situações de conflito de interesses. Para lançamento da ferramenta a Companhia realizou um *webinar* de Conflito de Interesses, contando com a participação de palestrantes externos reconhecidos no mercado.

Adicionalmente, foram promovidos treinamentos para toda a Diretoria Executiva, Conselho de Administração e gerentes, bem como gestores de contratos e empregados que mantêm relacionamento com setor público, além de treinamento de integridade para todos os empregados.

Ainda em relação a treinamentos de integridade e ética, Furnas realizou em 2020, por meio de *webinar*, o Projeto Integridade Corporativa, abordando os aludidos temas por meio de esquetes teatrais e reuniões com gerentes de 5 unidades regionais

Em relação aos riscos de integridade no relacionamento com terceiros, no ano de 2020, aproximadamente 500 fornecedores foram submetidos ao processo de *due diligence*.

Furnas participa ativamente do GT Anticorrupção da Rede Brasileira do Pacto Global da ONU, do GT de Integridade do Instituto Ethos, do Instituto Compliance Rio (ICRio), bem como do Fórum de Integridade das Estatais, fóruns de debate e fomento ao tema da integridade, com a participação de experientes profissionais relacionados ao tema.

Furnas conta com o Comitê do Sistema de Integridade (CSI), composto por representantes de todas as Empresas Eletrobras, coordenado pela Diretoria Governança, Riscos e Conformidade da Eletrobras, com a atribuição de gestão e tratamento de todas as denúncias capturadas no Canal de Denúncias único das Empresas Eletrobras.

Gestão de Riscos

O processo de gestão de riscos é integrado – coordenado pela Gerência de Riscos da Eletrobras, com o apoio das gerências de riscos das subsidiárias e o comitê de risco das Empresas Eletrobras, coordenado pela Holding, com a participação das áreas de riscos das Empresas Eletrobras. Tem como principal objetivo reduzir a materialização de eventos que possam impactar negativamente, de forma relevante e permanente, os objetivos estratégicos de Furnas. Esse processo é regido pela Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras, que preconiza a incorporação da visão de riscos à tomada de decisões estratégicas, em conformidade com as regulamentações aplicáveis e às melhores práticas de mercado.

A Matriz de Riscos Corporativa 2020-2021 e os Eventos de Risco Priorizados são baseados nos objetivos estratégicos da Empresa. O Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) e o Planejamento Estratégico contém análise do contexto externo e interno, e sua influência sobre o processo de Gestão de Riscos, a partir de forças e fraquezas e dos principais fatores de risco que podem impactar o ambiente de negócios e o conjunto de diretrizes e premissas.

A Matriz de Riscos Corporativa de Furnas, oriunda da Matriz de Riscos Corporativa da *Holding*, foi submetida a uma revisão em 2020 sendo composta por 4 pilares: Negócio, Financeiro, Operacional e Conformidade, que se subdividem em 19 categorias, dos quais 13 eventos foram avaliados em 2020, a saber: Direitos Humanos, Gestão de Negócio de SPEs, Comercialização de Energia, Operação e Manutenção na Transmissão, Operação e Manutenção na Geração, Gestão Socioambiental de Empreendimentos, Formação e Gestão do Contencioso, Fraude e Corrupção, Segurança da Informação, Regulação Setorial na Geração, Regulação Setorial na Transmissão, Obras em Ativos de Geração e Demonstrações Contábeis e Financeiras.

Os eventos avaliados de 2015 a 2020 perfazem o total de 27 avaliações, dos 34 eventos de riscos, e são periodicamente monitorados quanto às suas respectivas ações de tratamento.

O resultado do monitoramento é reportado para a Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE), quando demandado.

Segurança da Informação

Furnas possui uma área de Segurança da Informação que articula as ações para garantir as propriedades essenciais (Disponibilidade, Integridade, Confidencialidade e Autenticidade) que conferem valor às informações.

O exercício de 2020 foi marcado, principalmente, por ações de adequação à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), com a colaboração de representantes das frentes funcionais de "Tecnologia da Informação", "Gestão de Pessoas", "Jurídico", "Contratos e Convênios", "Contratos de Terceiros" e "Riscos", sendo alguns dos principais entregáveis, a definição do “encarregado pelo tratamento de dados pessoais – DPO” e a criação do Regulamento de Governança de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais das Empresas Eletrobras. Promovemos, ainda, um *webinar* sobre aspectos relacionados à proteção de dados pessoais para todos os colaboradores.

Está em curso a elaboração e implantação de um processo de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), com foco em Segurança da Informação. Dada a complexidade e a abrangência do tema, foi constituído um Grupo de Trabalho, com representantes de cada Diretoria, para acompanhamento e execução das tarefas inerentes ao Projeto. O trabalho contou com a participação de gestores, que através de entrevistas, colaboraram com a identificação dos processos mais críticos para a Empresa e o impacto que é gerado por cada um deles em caso de desastre.

Outro ponto de destaque foi a contratação da plataforma *Hacker Rangers*, ferramenta que subsidiou o programa de conscientização em Segurança da Informação de 2020. Através de identidade visual atraente e proposta baseada em “gameificação”, a participação nos *quizzes*, cursos, “ciberatitudes” e respostas aos questionários gerava um acúmulo de pontos que, somados, formava um *ranking*. As primeiras colocações, foram premiadas, pelo Programa de Reconhecimento e Recompensa da área de Recursos Humanos da Empresa.

Por fim, registramos os diversos comunicados emitidos pela citada área, principalmente em tempos de teletrabalho e a constante melhoria nas avaliações e iniciativas relacionadas à redução do risco cibernético.

Principais Relacionamentos

Fornecedores

Furnas efetua uma série de contratações para garantir a excelência e eficiência dos serviços prestados, dentre as quais: obras e serviços de engenharia, aquisição de bens e serviços em geral, inclusive terceirizados. O quadro de fornecedores é composto por empresas de variados segmentos, desde microempresas até empresas de grande porte. Todas seguem as seguintes diretrizes:

- Todo o processo de aquisição é norteado pela Lei nº 13.303, de 2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas Eletrobrás (RLCE) e pelos demais diplomas legais relativos aos processos de aquisição por empresas estatais;
- Os processos iniciados com patrocínio da Lei nº 8.666/93 permanecem por ela regidos até o encerramento dos respectivos contratos;
- Os editais de licitações possuem cláusulas específicas de sustentabilidade, com a finalidade de integrar critérios ambientais, sociais e econômicos na tomada de decisão do processo licitatório;
- Nos contratos cujo objeto seja terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, os fornecedores são fiscalizados quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo que demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, por meio da apresentação de provas de regularidade fiscal e trabalhista relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação e durante a vigência do respectivo instrumento contratual.

A homologação dos processos licitatórios é precedida de análise de integridade para as seguintes contratações: contratações diretas (exceto casos de dispensa por valor e contratos de adesão); agentes públicos; serviços de consultoria; consultorias de tecnologia da informação, desenvolvimento de software; serviços financeiros, terceirização de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra; obras e serviços de engenharia e empresas de publicidade (quando a alçada de aprovação seja de um ou mais diretores).

Caso seja verificada a classificação de risco “alto” ou “muito alto”, para o agente econômico analisado, será emitido “Parecer de Integridade” pela Instância de Integridade Corporativa. As classificações de risco de integridade são subsídios para a tomada de decisão dos gestores e podem requerer o aumento dos controles de monitoramento, planos de remediação ou, em última instância, a descontinuidade do relacionamento com o fornecedor.

Furnas realiza chamada pública convocando empresas de qualquer segmento e porte que desejem se cadastrar como fornecedores.

Relações Sindicais

Furnas tem como prática a plena liberdade de associação. Atualmente, negocia diretamente com 15 entidades, organizadas em duas representações (Intersindical Furnas e União Intersindical Furnas). As decisões provenientes desses processos de negociação são estendidas a todos os empregados da Empresa.

Nas negociações dos Acordos Coletivos de Trabalho, Furnas atua com o objetivo de assegurar a solução de impasses, buscando resguardar os interesses da Empresa e maximizar a satisfação de seus empregados.

O Acordo Coletivo de Trabalho, cuja data-base é maio, é negociado anualmente e possui duas pautas, uma Nacional, que abrange todos os empregados das Empresas Eletrobras e outra, específica, que abrange todos os empregados de Furnas.

Entidades Representativas

Visando manter relacionamento com as entidades representativas no Setor de Energia Elétrica, a Empresa está presente nos principais fóruns e mantém relacionamento constante com instituições, como: Ministério de Minas e Energia (MME), Eletrobras, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), assim como com órgãos da esfera estadual e municipal, em função de construir e operar empreendimentos situados em grande parte do território nacional.

Adicionalmente, Furnas contribui para diversas entidades, no País e no exterior, das quais destacamos: Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE), Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (ABRATE), Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), Associação Brasileira de Geradoras Termoelétricas (ABRAGET), Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CBCME), Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), Associação Internacional de Hidreletricidade (*International Hydropower Association* - IHA), Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (CIGRÉ-Brasil), Centro de Estudos de Energia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Energia), Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina), Fundação COGE, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (Crea-RJ), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (ABRACONEE), Pacto Global da ONU, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Associação Brasileira de Atividades Nucleares (ABDAN), Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN) e Fundação Abrinq, entre outras.

Comunicação

As mídias adotadas por Furnas para ampliar a interatividade com seus diversos públicos de interesse apresentaram indicadores significativos em 2020. Os destaques estão listados a seguir e se referem à comparação com o ano anterior.

Nas redes sociais, o crescimento foi totalmente orgânico, não havendo nenhum impulsionamento pago ao longo do ano.

- **Twitter (twitter.com/Furnas):** 19.003 seguidores, crescimento de 2,7%.
- **YouTube (youtube.com/CanalFurnas):** 973 novos inscritos em 2020, incremento de 39%, totalizando 3.482 inscritos. Até 31 de dezembro, o conjunto de vídeos publicados alcançou 682.189 exibições, sendo 138.611 em 2020.
- **FanPage de Furnas no Facebook (facebook.com/FurnasEnergia):** chegou à marca de 21.899 fãs ao final de 2020, aumento de 9,4%.
- **Instagram:** o perfil Furnas Energia contava, em 31 de dezembro de 2020, com 12.336 seguidores, aumento de 45%.
- **LinkedIn:** em 31 de dezembro de 2020, o perfil de Furnas no LinkedIn contava com 61.916 seguidores, aumento de 45% em relação ao ano anterior.

- **Fale Conosco:** recebeu 1.017 solicitações de informação sobre assuntos diversos. Desse total, 58% (593) tiveram suas demandas respondidas durante o período de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2020.
- **Website (www.furnas.com.br):** o website de Furnas recebeu 989.140 visualizações de páginas únicas, o que equivale a 82.428 visualizações/mês ou 2.747 visualizações/dia, crescimento de 67,63% em relação ao mesmo período de 2019. Nele, encontram-se informações sobre a Empresa e seus negócios, meio ambiente, sustentabilidade, serviços, cultura, publicações institucionais e de interesse público, como prestação de contas, segurança de barragens, níveis dos reservatórios e cuidados com as linhas de transmissão.

Reconhecimento

Childhood Brasil

O empenho de Furnas pelas atividades de valorização dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes foi, novamente, reconhecido pela Fundação Childhood Brasil por meio do Programa Na Mão Certa. A certificação acontece desde 2009 para mobilizar empresas, governos e sociedade civil no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras.

VI Concurso Boas Práticas na Gestão da Ética

Furnas conquistou o primeiro lugar no VI Concurso Boas Práticas na Gestão da Ética, promovido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República. A empresa foi premiada pela iniciativa "Orientações para prevenir Conflito de Interesses em Furnas", questionário anual preenchido pelos colaboradores sobre vínculos que possam configurar situação de conflito de interesses (*Due Diligence*).

Prêmio IIA May Brasil

Pelo segundo ano consecutivo, a Superintendência de Auditoria de Furnas foi contemplada com o prêmio "IIA May Brasil", que faz parte da premiação internacional do "IIA May". Recebem o Prêmio de Conscientização de Auditoria Interna profissionais que se destacam na promoção de ações voltadas a valorizar a profissão de auditor, conscientizando sobre a importância dos especialistas da área.

SOCIAL

Gestão de Pessoas

A política de gestão de pessoas atua como agente do fortalecimento organizacional, contribuindo para a competitividade, rentabilidade e sustentabilidade do negócio. Com o objetivo de aumentar a satisfação e melhorar a qualidade de vida dos colaboradores, a gestão de pessoas está direcionada a soluções que proporcionem condições adequadas ao desenvolvimento, valorização e retenção de seu quadro de pessoal.

Quadro de Pessoal			
Empregados Efetivos	2020	2019	2018
Entradas	16	111	15
Saídas	21	316	166
Total	2.827	2.832	3.037
Não Efetivos - Mão de Obra Direta			
Quantidade	0	-	1.046
Variação	0	(1.046)	(17)
Estagiários			
Quantidade	82	191	301
Deficientes (IBAP)			
Quantidade	189 ⁽³⁾	192 ⁽²⁾	196 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Refere-se à soma de 25 empregados efetivos e 171 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

⁽²⁾ Refere-se à soma de 23 empregados efetivos e 169 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

⁽³⁾ Refere-se à soma de 22 empregados efetivos e 167 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

Plano de Carreira e Remuneração (PCR)

Furnas adota o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) das Empresas Eletrobras, que utiliza como base o conceito de competências como principal referência para gestão de pessoas. O modelo de carreira utilizado visa alinhar políticas e práticas de gestão ao direcionamento estratégico empresarial, bem como integrar os processos de gerenciamento de pessoas na busca da melhoria do desempenho organizacional.

O PCR está baseado na descrição de cargos, separados por natureza e complexidade. Para as remunerações são considerados os cargos, as faixas de complexidade em que o empregado se enquadra e os critérios para progressões horizontais e verticais, concedidas de acordo com o desempenho do empregado.

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Furnas concede a seus empregados efetivos a participação nos lucros e resultados após o encerramento de cada exercício financeiro.

A PLR está em conformidade com o estabelecido na Resolução do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE) nº 10/1995 e na Lei nº 10.101/2000.

Remuneração Variável – RVA

A Lei nº 13.303/2016 introduziu a possibilidade de pagamento de remuneração variável aos Diretores das empresas estatais, atrelado ao atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios, nos termos estabelecidos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e deve ser fruto de negociação entre as empresas e as entidades representativas dos empregados das Empresas Eletrobras.

Benefícios

Como parte da política de valorização e retenção de seus empregados, Furnas agrega, aos benefícios e vantagens a que está obrigada por lei e aos que concede por força de Acordos Coletivos de Trabalho, outros, de forma espontânea, com base nas premissas da sua política de recursos humanos. Os principais benefícios são: plano de saúde e odontológico, auxílio-alimentação ou refeição, auxílio-creche, auxílio-educacional, auxílio-óculos, auxílio-funeral, cesta natalina, reembolso de medicamentos de uso contínuo e seguro de vida, entre outros.

Desenvolvimento e Capacitação dos Empregados

Em 2020, Furnas disponibilizou ações educacionais e de gestão do conhecimento para capacitação de seus empregados, por meio do Plano Global de Aprendizagem, contribuindo, assim, para o alcance dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico da Empresa.

O Plano Global de Aprendizagem foi estruturado com ações relativas a cinco eixos de desenvolvimento que apoiam o negócio de Furnas: Liderança, Ações Estratégicas, Específicas das Áreas de Negócio da Empresa, Saúde e Segurança e Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Foram ofertadas ações previstas no Plano Global de Aprendizagem tais como cursos de longa duração (Pós-Graduação e MBA, alinhados aos processos de trabalho dos participantes indicados), bem como cursos sobre temas importantes alinhados aos eixos de aprendizagem, como Contratos, *Compliance* e Legislação Trabalhista, dentre outros.

Destaca-se a criação da Comunidade de Prática de Combate ao Coronavírus, cujo principal objetivo foi difundir procedimentos de saúde e segurança no trabalho de forma rápida e atualizada. A dinamização da plataforma continuou por todo o ano.

No início das atividades de Gestão do Conhecimento, em maio, foram apresentados quatro projetos do Inova Furnas 2020, programa de desenvolvimento organizacional com foco na capacitação de colaboradores e formação de equipes funcionais e multidisciplinares, com competência em metodologias de inovação como o *Design Thinking*, o *Lean Startup*, o *Ágil* e o *Effectuation*.

O ano de 2020 finalizou com os seguintes números para participações em Iniciativas de Gestão do Conhecimento:

Eventos	Participantes	Participações	Horas de Treinamento	Participantes s/ Força de Trabalho
252	3.912	5.141	359.275	1.383

Avaliação de Desempenho

Desde a implantação do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) unificado para o Sistema Eletrobras, a Empresa adota o Sistema de Gestão de Desempenho (SGD), o qual contempla, além da avaliação de competências, a avaliação de metas. O processo vem evoluindo, tendo incorporado, desde 2015, a avaliação dos gerentes por suas respectivas equipes.

Os resultados da avaliação são utilizados como subsídio para o desenvolvimento das potencialidades dos empregados e servem de base para progressões salariais individuais e para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Segurança e Saúde Ocupacional

A Política de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional de Furnas tem como objetivo melhorar a qualidade de vida laboral e pessoal de seus empregados e está alinhada à política das Empresas Eletrobras, com foco na prevenção.

Os empregados de Furnas estão representados por 26 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), além de 11 Unidades de Segurança (Usegs), e 5 Designados, que assumem as atribuições das CIPAs em unidades nas quais, pela legislação de segurança e medicina do trabalho, não há obrigatoriedade de instalação de CIPA.

Em 2020, o foco foi a definição dos protocolos de prevenção à Covid-19 e realização de auditorias semanais para verificar a adesão e a ocorrência de não-conformidades nas regionais. A Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Nacional (Sipat), realizada on-line, durante 5 dias, reuniu 870 participantes.

Furnas oferece treinamento e capacitação em segurança e saúde ocupacional a seus empregados, com conscientização em saúde e prevenção de riscos em suas dependências, realizando anualmente um programa que aborda temas como primeiros socorros, prevenção de acidentes e riscos no ambiente de trabalho.

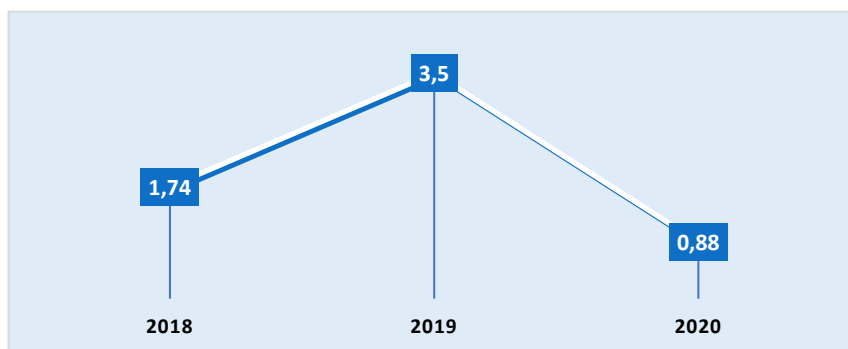
No que se refere a equipamentos e sistemas de proteção coletiva, a Empresa fornece equipamentos de proteção individual a seus empregados, contando com todos os recursos necessários à preservação da integridade física e da saúde da força de trabalho.

Taxas de Frequência e de Gravidade de Acidentes do Trabalho

A Taxa de Frequência (TF) e a Taxa de Gravidade (TG) são os indicadores de segurança do trabalho e saúde ocupacional, representando, respectivamente, o número de acidentes ocorridos no período por milhão de horas humanas em exposição a risco e o número de dias perdidos e dias debitados por milhão de horas humanas em exposição a risco.

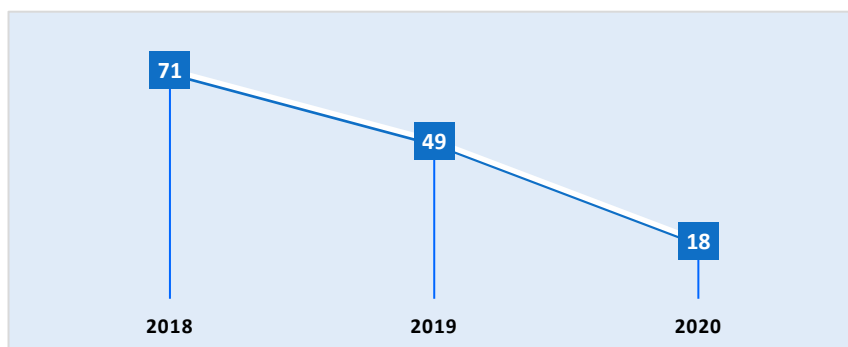
A partir de 2012, o número de horas trabalhadas foi padronizado em 167 horas humanas/mês nas Empresas Eletrobras, o que corresponde a 2.000 horas humanas/ano, conforme a norma NBR 14.280. Os gráficos a seguir apresentam o histórico da TF e da TG desde 2014.

Taxa de Frequência de Acidentes Anual



Taxa de Frequência de Acidentes Mensal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	0,00	2,10	2,11	0,00	0,00	0,00	2,11	0,00	2,11	0,00	0,00	2,08

Taxa de Gravidade de Acidentes Anual



Taxa de Gravidade de Acidentes Mensal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	0	6	13	0	0	0	63	65	65	4	0	2

Enfrentamento ao Coronavírus

A partir de fevereiro, Furnas iniciou intenso movimento de comunicação quanto ao coronavírus, por meio de Informes na intranet e de e-mails corporativos. As seguintes ações foram adotadas, envolvendo todas as diretorias, para implementação de medidas emergenciais e de contenção diante de todas as incertezas e dos riscos associados a um cenário de pandemia:

- Em março, Furnas estabeleceu o trabalho *home office*, no Escritório Central e em todas as demais unidades, permanecendo em atividade presencial apenas as essenciais;
- Foram identificados os grupos de risco, os empregados com filhos em creches e escolas nas localidades nas quais as aulas haviam sido suspensas, e estabelecimento de protocolos junto às terceirizadas, priorizando as ações de limpeza e desinfecção;
- Foram adquiridos Testes Rápidos para Detecção da Covid-19 (20.000 unidades) e de Testes Antígenos para Detecção da Covid-19 (2.000 unidades), além de outros materiais preventivos;
- Monitoramento diário - por equipe de Enfermagem, Nutrição, Serviço Social, Psicologia e Medicina - dos empregados em afastamento, sintomáticos e assintomáticos, e afastamento (quarentena) dos empregados sintomáticos e assintomáticos contactantes;
- Disponibilização de Plataformas Digitais para consultas, *on line*, e autoanamnese, através do Power BI e da realização de auditorias de procedimentos, em parceria com as CIPAs, para obter as evidências das medidas implementadas e oportunidades de melhoria;
- Os profissionais estão à disposição para atendimento aos empregados por teleatendimento, visando a preservação da saúde física, mental e aspectos sociais no ambiente familiar.

Plano de Previdência Complementar

Furnas é patrocinadora instituidora da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

Ao final de 2020, do total de 11.370 participantes dos dois planos administrados pela FRG, Plano de Benefício Definido (BD) e Plano de Contribuição Definida (CD), 8.542 eram filiados ao plano BD, sendo 410 ativos, 6.306 aposentados, 1.790 pensionistas, 4 auto patrocinados e 32 ex-participantes que deixaram de ser empregados de Furnas, não mais contribuindo para o plano, e que farão jus ao denominado benefício proporcional diferido quando se tornarem elegíveis ao benefício de complementação de aposentadoria. Os demais 2.828 participantes, filiados ao plano CD, dividem-se em 2.332 ativos, 400 aposentados, 53 pensionistas, 14 auto patrocinados e 29 que aderiram ao benefício proporcional diferido.

Durante o ano de 2020, o valor das contribuições normais pagas por Furnas para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder nos dois planos foi de R\$ 48.700.637,66. Com relação ao valor destinado pela Empresa à cobertura de despesas administrativas da FRG, este alcançou R\$ 41.669.443,13 no exercício.

No *ranking* do período de novembro/dezembro 2020, divulgado na revista nº 431 da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), a Fundação Real Grandeza ficou em 9º lugar entre 248 empresas. Ainda no ranking da Abrapp, entre os 15 maiores planos, o Plano BD da Real Grandeza classificou-se em 4º lugar.

Responsabilidade Sociocultural

Em 2020, a atuação social passou por grandes desafios, que trouxeram também oportunidades da Empresa estar mais perto de suas comunidades, parceiros e colaboradores, contribuindo para minimizar os efeitos da pandemia. Foram construídas novas parcerias, colaborando para a melhoria da qualidade de vida da população do entorno de seus empreendimentos.

Por meio do projeto Salvando Vidas, foram doados equipamentos de proteção individual (EPIs) e insumos para hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS). A iniciativa teve como objetivo apoiar a segurança de médicos, enfermeiros e técnicos que atuam no atendimento à população de comunidades em que a Empresa está presente, abrangendo 32 municípios do Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins, Ceará e Distrito Federal. Foram investidos 8.750 mil reais neste projeto, que proporcionaram a doação de mais de 6 milhões de EPIs para 46 hospitais.

Contando com o apoio de mobilizadores e voluntários da Empresa, foram distribuídas cestas básicas e kits de higiene para colaboradores, cooperativas, comunidades e projetos sociais do entorno dos empreendimentos, beneficiando cerca de 4,5 mil famílias. Foram adquiridas mais de 51 mil máscaras de proteção de microempreendedores e projetos sociais apoiados por Furnas, reforçando o compromisso em contribuir não apenas na prevenção e combate à pandemia, mas também na geração de trabalho e renda nesse período de crise.

A Empresa também deu continuidade à sua atuação social através de ações para a promoção do desenvolvimento territorial de comunidades, dos direitos humanos de crianças, adolescentes e grupos minoritários, além da realização de atividades culturais e esportivas, que tiveram que se adaptar em decorrência das restrições impostas pela pandemia. Em relação a temática de gênero, Furnas aderiu ao Programa Equidade é Prioridade, do Pacto Global da ONU, que visa aumentar a participação feminina em cargos de liderança.

Os valores repassados, referentes a atuação sociocultural de Furnas, em 2020, foram os seguintes:

Valores Repassados em 2020 (R\$)

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS (Patrocínios e Convênios)	
ATUAÇÃO SOCIAL	3.306.170,09
Projetos Sociais em Parceria com atuação em:	3.176.608,61
Educação	1.278.878,24
Promoção da Cidadania e dos Direitos	1.010.455,00
Geração de Trabalho e Renda	362.542,00
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	524.733,37
Ações para Promoção dos Direitos Humanos em:	129.561,48
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	107.404,08
Equidade de Gênero	22.157,40
ATUAÇÃO ESPORTIVA	400.000,00

Patrocínios Incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte)	400.000,00
ATUAÇÃO CULTURAL	13.450,00
Patrocínios Culturais Não Incentivados (Cine Furnas Cultural)	13.450,00
PATROCÍNIO A EVENTOS	60.000,00
Patrocínios a Eventos Técnicos	60.000,00
ATUAÇÃO VOLUNTÁRIA	106.426,77
Apoio a atividades do voluntariado	22.023,25
Mobilização/Capacitação de voluntários	84.403,52
Tempo do empregado investido no voluntariado: horas/ano *	-
ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	3.313.187,36
Apoio a projetos institucionais	3.295.065,08
Programas Especiais (Coleta Seletiva Solidária e Programa Luz para Todos)	18.122,28
DOAÇÕES	9.108.176,32
Doação para situação emergencial ou de calamidade pública (Combate à Covid-19) em:	9.108.176,32
Repasso de recursos financeiros ao projeto Salvando Vidas (SITAWI)	8.750.000,00
Outras ações para combate à Covid-19	358.176,32
Total de Investimentos	16.307.410,54

* Obs.: Neste ano de 2020, não foi possível mensurar o tempo do empregado investido em atuação voluntária devido a pandemia de Covid-19. Seguindo as orientações da Empresa para cumprimento de distanciamento social, as ações foram realizadas por teletrabalho.

Informações no site: <https://www.furnas.com.br/subsecao/182/responsabilidade-social?culture=pt>

AMBIENTAL

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Furnas mantém seu compromisso em conduzir ações e políticas de respeito ao meio ambiente e à biodiversidade, utilizando de práticas sustentáveis em suas atividades diárias e no aproveitamento dos recursos naturais. Nesse modelo de negócio, a Empresa reconhece sua responsabilidade ambiental investindo na proteção e conservação do meio ambiente. Em 2020, o montante foi de R\$ 111,5 milhões gastos com os seus empreendimentos.

Licenciamento Ambiental

Os estudos e relatórios são elaborados de forma a atender às condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental.

Em 2020 foram emitidos - pelo IBAMA, ANA, INEA, CETESB, IBRAM, IDAF, IGAM, entre outras instituições - documentos ambientais, para os seguintes empreendimentos:

- UHs: Funil, Furnas, Marimbondão, Porto Colômbia e Serra da Mesa;
- SEs: Barreiro, Barro Alto, Brasília Geral, Brasília Sul, Campos, Itutinga, Poços de Caldas, Porto Colômbia, Samambaia, Vitória e Tijuco Preto;
- AHE Simplício;
- LTs: Angra – Angra, Itaberá – Tijuco Preto 2, Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2, Macaé – Campos III, Mascarenhas – Linhares e Pimenta – Barreiro, 2;
- UTE: Campos;
- ETEL: Araçoiaba da Serra.

Mudanças Climáticas e Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

As Empresas Eletrobras assumiram Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas, instituindo metas de redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), a partir de 2013. Mais informações referentes à Política Ambiental e compromissos institucionais podem ser acessadas nos links: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Estrategia-Climatica.aspx> e <https://www.furnas.com.br/subsecao/56/adesoes-e-compromissos?culture=pt>

Cabe ressaltar que a Furnas busca o selo ouro pelo nono ano consecutivo no Programa Brasileiro do *Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol)*, prêmio entregue a empresas que tenham publicado e verificado por terceira parte o seu inventário completo de emissões de GEE no Registro Público de Emissões.

Em 2020, no âmbito do Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras (CMA), foi criada a Força Tarefa de Riscos, que entre outros assuntos, já reavaliou fatores de risco mais relevantes para os eventos de risco “Gestão da Adaptação” e “Gestão da Mitigação”, com o objetivo de diminuir a vulnerabilidade desses riscos na Empresa.

Para o ano de 2021, Furnas está estudando a contratação de um projeto que possibilite uma análise mais ampla das vulnerabilidades da sua geração de energia, além de estar desenvolvendo o projeto de P&D InterBRAMS, que visa identificar o comportamento das torres e cabos em regiões de alto risco, padrões de danos e estratégias de reforços, a partir da aplicação de um modelo meteorológico e o desenvolvimento de um sistema de monitoramentos de LTs para eventos extremos climáticos.

Relacionamento com a Comunidade e Territórios

Devido à epidemia da Covid-19, aos protocolos e as recomendações do poder público quanto às medidas de segurança sanitária e de isolamento social, alguns programas ambientais em 2020 tiveram o seu cumprimento prejudicado ou paralisado devido à suspensão dos seus contratos, em virtude de fato alheio à vontade do empreendedor.

Os programas que possuem em seu escopo o contato direto com a população sofreram maiores impactos da pandemia, como é o caso, do Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental que possuem no seu bojo tratativas e ações diretas com a população.

Os Programas de Educação Ambiental (PEA) são implementados junto às populações das áreas de influência dos empreendimentos da Empresa. O seu objetivo é facilitar a produção e a aquisição de conhecimentos e habilidades, visando à articulação e à integração comunitária na construção de alternativas sustentáveis para o desenvolvimento local. Trata-se de medidas compensatórias de atendimento legal que visam o empoderamento das comunidades locais a partir do fortalecimento de suas potencialidades e oportunidades de solução às suas fragilidades identificadas.

Os PEAs que tiveram atuação no ano de 2020 foram das seguintes UHEs: Serra da Mesa, Itumbiara, Luiz Carlos Barreto e Batalha.

Já os Programas de Comunicação Social atendem as comunidades afetadas por empreendimentos de Furnas. Seu objetivo é informar à população que vive nos municípios atingidos sobre os diferentes aspectos do empreendimento, sobretudo aqueles relacionados aos seus impactos reais e potenciais, respectivas medidas de mitigação e a contribuição do empreendimento no contexto de políticas públicas nacionais e do desenvolvimento regional. Moradores, estudantes e empregados são o principal público-alvo das campanhas e palestras.

Os PCs que tiveram atuação em 2020 foram dos seguintes empreendimentos: LT 750 kV Itaberá – Tijuco Preto 2- Variante, LT 500 kV Norte – Sul, UHE Porto Colômbia, AHE Tabajara, UHE Serra da Mesa, UHE Itumbiara e UHE Batalha.

Gestão da Questão Indígena

Desde 1992 Furnas e Funai vem celebrando Convênios objetivando a preservação do modo de vida da Comunidade Avá-Canoeiro. Atualmente encontra-se em vigor o Convênio 9000000455/2012. E, ainda,

bimestralmente são repassados à Funai os valores correspondentes aos *royalties* em benefício dessa comunidade indígena.

Dentre as ações relacionadas à questão indígena em 2020, destacam-se:

- Serviços de vigilância da Terra Indígena Avá-Canoeiro;
- Continuidade da recomposição da TI Avá-Canoeiro;
- Assinatura do aditamento do Convênio para implementação do Programa de Apoio aos Avá-Canoeiro (PAAC), sob responsabilidade da Funai.

Monitoramento Socioeconômico

Em atendimento às premissas do processo de Licenciamento Ambiental, no começo de 2020, foi iniciado o levantamento socioeconômico da população que ocupa as Áreas de Proteção Permanente (APP) do reservatório do APM Manso. As atividades incluíram uma campanha de campo, com aplicação de entrevistas e preparação de relatório fotográfico com intuito de realizar a análise dos aspectos demográficos dos ocupantes, bem como avaliar suas condições de vida e compreender sua relação com o entorno.

Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (PACUERA)

Em atendimento aos ditames do licenciamento ambiental, no início de 2020, o PACUERA foi apresentado à população residente da área de influência direta do reservatório da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho, para aprovação e gestão participativa.

Água, Efluentes e Resíduos

Foram realizadas inspeções técnicas para elaboração e atualização dos Planos de Monitoramento de Efluentes e Qualidade da Água (PMEQA), Planos de Gerenciamento de Resíduos (PGR) e Planos de Atendimento a Emergência (PAE) nos empreendimentos apresentados a seguir.

Planos para Águas, Efluentes e Resíduos

	PMEQA	PGR	PAE/PAEC/PRAI
Subestação (SE)	Itutinga, São José, Imbariê, Zona Oeste, Resende	Iriri, Tijuco Preto, Vitória, SE Resende, Campos, Itaberá, ETEL Araçoiaba da Serra	Tijuco Preto, Itutinga, Barro Branco, Itaberá
Usina Hidrelétrica (UHE)	Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Serra da Mesa, Simplício, Batalha	Mascarenhas de Moraes, Batalha, Funil	Funil, Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho
Usina Termelétrica (UTE)	Campos	Campos	Santa Cruz

Atendendo à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) e as políticas ambientais da Empresa, foram capacitados trabalhadores, entre empregados e terceirizados, em gestão de resíduos sólidos no APM Manso e nas UHEs Mascarenhas e Luiz Carlos Barreto.

GESTÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS

Reflorestamento

São realizadas ações de reflorestamento em Áreas de Preservação Permanente, além da reposição florestal em áreas remanescentes dos reservatórios de usinas hidrelétricas e de linhas de transmissão. Em 2020, foram reflorestados cerca de 270 hectares.

No âmbito do licenciamento da LT 138 kV Anta - Simplício - Rocha Leão, foi finalizado um plantio de 35 hectares de Mata Atlântica na Reserva Biológica (REBIO) União, em Rio das Ostras (RJ). O plantio havia sido iniciado em 2015.

Fauna Terrestre e Ictiofauna

Furnas, como forma de mitigar os impactos de suas operações, realizou o resgate de peixes nas unidades geradoras das Usinas de Porto Colômbia e Mascarenhas de Moraes, quando da parada das máquinas. Foram resgatados mais de 10.000 peixes de 4 espécies diferentes, sendo a grande maioria exemplares de *Pimelodus maculatus* (mandi amarelo).

Além dessa atividade pontual, foram realizados monitoramentos referentes à ictiofauna em diversas unidades no ano-base 2020 como apresentado na tabela a seguir:

Monitoramento da Ictiofauna					
Empreendimento/UHE	Ictiofauna	Ictioplâncton	Pesca	Sistema de Transposição	Telemetria
Simplicio	X	X		X	X
Funil	X	X			
Batalha	X	X	X		
Itumbiara		X	X		
Porto Colômbia	X	X	X		
Marimbondo	X	X	X		
Luiz Carlos Barreto de Carvalho	X	X	X		
APM Manso	X	X	X		
Corumbá	X	X			

Outro destaque do ano foi a finalização da primeira fase do monitoramento das populações do Mutum-de-penacho (*Crax fasciolata*) e do Aracua paulista (*Ortalis remota*), no entorno da UHE Marimbondo. São duas aves que estão sob algum risco de ameaça, sendo o Aracua paulista criticamente ameaçada de extinção, e o Mutum-de-penacho, vulnerável segundo a mais recente revisão da lista nacional de espécies ameaçadas (2014). O projeto foi noticiado pelo Ibama (<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2020/especies-ameacadas-de-extincao-sao-avistadas-em-programa-ambiental-da-uhe-marimbondo>), e iniciará a segunda fase em 2021.

Os seguintes monitoramentos da fauna terrestre e de águas continentais foram realizados em 2020:

Monitoramento da Fauna Terrestre e de Águas Continentais					
Empreendimento/UHE	Fauna Terrestre	Quirópteros	Vetores	Crustáceos Exóticos	Mutum-de-Penacho e Aracua
Simplicio	X				
Batalha			X		
Porto Colombia	X		X	X	
Marimbondo	X				X
LT Bom Despacho – Ouro Preto	X				
LT Itaberá - Tijuco Preto II	X				

Informações de Natureza Ambiental

Passivo ambiental: quantidade de processos ambientais administrativos e judiciais movidos contra a Empresa.

Informações no site: <https://www.furnas.com.br/subsecao/69/relatorio-de-sustentabilidade?culture=pt>

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

(Valores expressos em milhares de reais)						
Geração e distribuição de riqueza	Em 2020			Em 2019		
Distribuição do Valor Adicionado	% governo	34		% governo	14	
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	% acionistas	7		% acionistas	7	
	% empregados	14		% empregados	12	
	% financiadores	37		% financiadores	61	
	% outros	8		% outros	6	
I - RECURSOS HUMANOS						
1.1 - Remuneração	Em 2020			Em 2019		
Folha de pagamento bruta (FPB)	R\$ 1.063.392,00			R\$ 1.143.603,00		
- Empregados	R\$ 1.058.005			R\$ 1.137.515		
- Administradores	R\$ 5.387			R\$ 6.088		
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	25			54		
- Administradores	1			1		
1.2 - Benefício Concedidos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	229.132	21,55	2,12	248.300	21,71	2,81
Alimentação	46.410	4,36	0,43	47.662	4,17	0,54
Transporte	614	0,06	0,01	6.521	0,57	0,07
Previdência privada	90.370	8,50	0,84	47.401	4,14	0,54
Saúde	128.308	12,07	1,19	159.312	13,93	1,80
Segurança e medicina do trabalho	6.568	0,62	0,06	8.162	0,71	0,09
Educação ou auxílio creche	16.281	1,53	0,15	17.827	1,56	0,20
Cultura	1.064	0,10	0,01	1.487	0,13	0,02
Capacitação e desenvolvimento profissional	9.085	0,85	0,08	12.961	1,13	0,15
Participação nos lucros ou resultados	127.668	12,01	1,18	60.285	5,27	0,68
Outros	35.652	3,35	0,33	89.496	7,83	1,01
Total	691.152	65,00	6,40	699.414	61,16	7,91
1.3 - Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício	2.827			2.832		
Nº de admissões	16			111		
Nº de demissões	21			316		
Nº de estagiários no final do exercício	82			191		
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	189 (*)			192		

Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	-	-	-	-	-	-
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	2.314			2.318		
- Feminino	513			514		
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	-			-		
- De 18 a 35 anos	198			257		
- De 36 a 60 anos	2.430			2.412		
- Acima de 60 anos	199			163		
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	-			-		
- Com ensino fundamental	43			43		
- Com ensino médio	208			202		
- Com ensino técnico	899			904		
- Com ensino superior	904			908		
- Pós-graduados	773			775		
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	79,02			79,00		
- Feminino	20,98			21,00		
1.4 - Contingências e passivos trabalhistas:						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	4.541			4.948		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	235			79		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	140			75		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R\$ 34.520.127			R\$ 364.749		
II – INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
2.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	15.533	0,40	0,14	17.686	0,51	0,20
Cultura	371	0,01	0,00	8.078	0,23	0,09
Saúde e infraestrutura	899	0,02	0,01	503	0,01	0,01
Esporte e lazer	1.003	0,03	0,01	1.665	0,05	0,02
Alimentação	-	0,00	0,00	7	0,00	0,00
Geração de trabalho e renda	909	0,02	0,01	1.572	0,05	0,02
Outros	17.162	0,44	0,16	10.118	0,29	0,11
Total dos investimentos	35.877	0,92	0,33	39.629	1,15	0,45
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.577.118	65,99	23,87	2.469.492	71,72	27,92
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	181.307	4,64	1,68	154.008	4,47	1,74
Total - Relacionamento com a Comunidade	2.794.302	71,55	25,88	2.663.129	77,35	30,11

2.2 - Interação com os Fornecedores Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus Fornecedores						
Furnas espera que seus fornecedores e subcontratados • conheçam e respeitem: políticas internas e documentos nacionais, internacionais adotados pela Empresa, como: o Código de Conduta Ética e Integridade e a Política de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras, os Princípios Orientadores sobre empresas e Direitos Humanos da ONU e o cumprimento da legislação vigente nos países nos quais atua, assim como o cumprimento integral do previsto nos contratos firmados com a Empresa; • concedam: a todas as pessoas tratamento equânime, sem preconceitos de origem social, cultural, étnica ou relativos a gênero, idade, religião, opinião pública, orientação sexual, condição física, psíquica e mental, nem qualquer outra forma de discriminação. E recomenda que seus fornecedores e subcontratados realizem o mapeamento dos impactos e análises de riscos decorrentes das suas atividades, incluindo essas variáveis para definir as suas prioridades estratégicas. Informações https://www.furnas.com.br/fornecedor/?culture=pt e https://www.furnas.com.br/subsecao/297/politicas?culture=pt						
III – INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Valor total dos Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	48.978	1,25	0,45	43.153	1,25	0,49
Valor total dos Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	59.412	1,52	0,55	74.640	2,17	0,84
Valor total dos Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	488	0,01	0,00	882	0,03	0,01
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	2.669	0,07	0,02	4.046	0,12	0,05
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Passivos e contingências ambientais	378.749	9,70	3,51	-	0,00	0,00
Total da Interação com o meio ambiente	490.296	12,55	4,54	122.721	3,56	1,39
IV – OUTRAS INFORMAÇÕES						
Receita Operacional Líquida (ROL)	10.797.249			8.843.946		
Resultado Operacional antes do IR/CS (LAIR)	3.905.264			3.443.124		

(*) Refere-se à soma de 22 empregados efetivos e 167 profissionais vinculados ao contrato firmado com o Instituto Brasileiro de Assistência e Pesquisa (IBAP).

AUDITORES INDEPENDENTES

Furnas informa que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, prestadora dos serviços de auditoria externa à Empresa, prestou serviços relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2020.

Gabinete da Presidência
Gerência de Gestão da Estratégia e Sustentabilidade

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, estão disponíveis no website www.furnas.com.br

Furnas Centrais Elétricas S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Furnas Centrais Elétricas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais de Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas" ou "Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Furnas Centrais Elétricas S.A. e de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

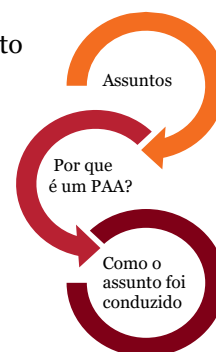
Situação operacional das empresas coligadas

Conforme mencionado na Nota 9.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as coligadas Chapecoense Geração S.A., Empresa de Energia São Manoel S.A., Enerpeixe S.A., Madeira Energia S.A., e Teles Pires Participações S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes relevante em 31 de dezembro de 2020. As circunstâncias das controladas em conjunto demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Empresa e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Furnas Centrais Elétricas S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável dos investimentos patrimoniais em subsidiárias (Nota 9) e do ativo imobilizado (Nota 10)

Os relevantes saldos do ativo imobilizado consolidados são compostos, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétrica e termoeletrica, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções.

Adicionalmente a Empresa possui saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, para os quais também é feita uma avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa futuros esperados para os respectivos investimentos.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Empresa para o ativo imobilizado e os investimentos. Por essa razão,

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos investimentos e do ativo imobilizado da Empresa.

Avaliamos a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos utilizados nesse cálculo.

Avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado.

Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.

Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA

consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Análise de constituição de tributos diferidos ativos (Nota 13)

A Empresa possui base de imposto de renda e contribuição social, substancialmente relacionados com diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos considerando o histórico de lucro tributável e as suas expectativas de realização determinadas com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, que consideram premissas de receitas decorrentes dos contratos atuais nos ambientes regulado e livre, custos operacionais e resultado financeiro.

Face aos julgamentos significativos em relação à estimativa dos resultados tributáveis futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, bem como à relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como foco em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do registro de tributos diferidos.

Com o apoio de nossos especialistas internos em temas tributários, testamos as bases de cálculo dos impostos, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes. Também analisamos a razoabilidade das projeções, o que inclui premissas financeiras e operacionais tais como: quantidade de energia comercializada, receitas, custos, encargos financeiros, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração nas projeções de lucros tributáveis futuros são razoáveis, bem como as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Mensuração do ativo contratual de transmissão (Nota 7)

O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Empresa à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro esperadas em relação às obrigações de performance e a identificação das taxas de remuneração, que representam o componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros, também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração e afetam a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuro.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) e discutimos com a administração os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis do preço do contrato.

Com o suporte da nossa equipe de especialistas em avaliação de ativos, testamos a consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares com os dados constantes nos contratos de transmissão.

Adicionalmente, avaliamos as premissas

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir das melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Empresa. Em 2020, a administração procedeu ajustes retrospectivos na mensuração do ativo contratual e dos tributos envolvidos, que resultaram substancialmente, da alteração na taxa de remuneração dos contratos e da reclassificação dos ativos relacionados aos bens da rede básica do sistema existente ("RBSE") de ativo financeiro para ativo contratual. Essas alterações decorrem de mudança de prática contábil e foram efetuadas em conexão com a aplicação do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 04/2020.	relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como: (i) definição da taxa de remuneração utilizada; e (ii) margem do contrato. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	
A Empresa é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e fiscal originados no curso normal dos negócios. A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Empresa, sendo reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável. Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis, trabalhistas e fiscais e a seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões. Obtivemos confirmação de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Empresa, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado. Avaliamos, ainda, a governança em torno desse processo e a experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações. Para determinadas causas, com o apoio dos nossos especialistas, obtivemos as opiniões legais dos consultores jurídicos internos e externos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências. Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas

Furnas Centrais Elétricas S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	utilizadas pela administração para a determinação das provisões são razoáveis e consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na

Furnas Centrais Elétricas S.A.

elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

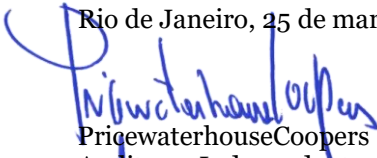
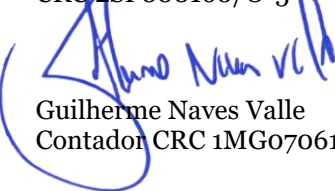
Furnas Centrais Elétricas S.A.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EMPRESA DO SISTEMA
ELETROBRAS
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

A T I V O	Nota	Controladora			Consolidado		
		31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	01.01.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	01.01.2019 (Reapresentado)
CIRCULANTE							
Caixa e equivalente de caixa	4	12.193	9.640	28.093	111.689	72.607	73.161
Caixa restrito	4	161.070	-	-	161.070	-	-
Títulos e valores mobiliários	4	961.965	684.930	479.284	961.965	684.930	479.284
Clientes	5	1.407.982	1.133.403	1.152.180	1.414.966	1.145.914	1.153.067
Créditos CCEE Repactuação GSF	6	-	10.458	65.529	-	10.458	65.529
Remuneração das participações societárias	9	71.278	108.294	126.294	71.278	108.294	126.294
Ativo de contrato	7	4.554.703	3.971.031	3.231.758	4.561.167	3.977.495	3.238.222
Impostos e contribuições sociais	13	248.850	-	-	248.748	-	-
Outros	8	360.632	341.671	433.858	360.690	342.041	434.155
		7.778.673	6.259.427	5.516.996	7.891.573	6.341.739	5.569.712
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Caixa restrito	4	-	-	-	4.689	-	-
Clientes	5	272.583	266.852	-	272.583	266.852	-
Cauções e depósitos vinculados	18	897.988	849.354	811.388	897.994	849.362	811.388
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.5	1.541	44.691	295.678	1.541	1.541	1.541
Crédito CCEE Repactuação GSF	6	-	-	10.459	-	-	10.459
Ativo de contrato	7	17.372.758	17.011.294	17.423.485	17.483.202	17.119.966	17.497.182
Concessões Indenizáveis – Geração	1.1	1.367.475	1.329.674	1.280.320	1.367.475	1.329.674	1.280.320
Outros	8	125.179	135.149	218.477	151.598	153.617	218.477
		20.037.524	19.637.014	20.039.807	20.179.082	19.721.012	19.819.367
Investimentos	9	6.067.230	6.841.560	6.046.985	5.633.921	6.394.436	6.015.644
Imobilizado	10	6.087.357	5.699.531	5.212.521	6.702.079	6.267.617	5.342.294
Intangível	10	147.950	163.394	187.843	331.066	289.130	290.988
		32.340.061	32.341.499	31.487.156	32.846.148	32.672.195	31.468.293
TOTAL DO ATIVO		40.118.734	38.600.926	37.004.152	40.737.721	39.013.934	37.038.005

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

BALANÇO PATRIMONIAL
(em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	Controladora			Consolidado		
		31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	01.01.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	01.01.2019 (Reapresentado)
CIRCULANTE							
Fornecedores	11	682.362	535.789	437.559	694.885	553.318	440.360
Financiamentos e empréstimos	12	1.499.136	1.627.157	2.071.013	1.522.892	1.629.430	2.071.013
Debêntures	12	3.022	543	-	3.022	543	-
Impostos e contribuições sociais	13	163.175	389.957	363.811	160.318	389.055	363.326
Remuneração aos acionistas	22	510.719	763.284	248.277	510.719	763.284	248.277
Concessões a pagar - uso do bem público	17	1.778	1.710	1.777	1.778	1.710	1.777
Obrigações estimadas	14	277.949	228.079	257.611	278.800	228.852	258.426
Encargos setoriais	15	81.892	89.751	57.350	82.167	90.242	57.863
Benefício pós emprego	16	12.640	11.447	10.534	12.640	11.447	10.534
Outros	21	72.081	43.977	34.959	75.625	50.355	48.664
		3.304.754	3.691.694	3.482.891	3.342.846	3.718.236	3.500.240
NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores	11	-	-	-	-	1.588	-
Financiamentos e empréstimos	12	4.382.041	5.753.000	6.634.459	4.860.258	6.089.622	6.634.459
Debêntures – principal	12	1.258.446	450.000	-	1.258.446	450.000	-
Impostos e contribuições sociais	13	3.218.773	2.908.198	4.400.258	3.226.088	2.915.294	4.405.653
Concessões a pagar - uso do bem público	17	33.558	33.817	34.023	33.558	33.817	34.023
Provisões para contingências	18	2.037.964	1.538.908	1.179.786	2.037.964	1.538.908	1.179.786
Benefícios pós-emprego	16	1.059.183	1.768.647	209.852	1.059.183	1.768.647	209.852
Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC)	19	63.404	61.705	58.242	68.987	67.684	61.782
Provisão para contratos onerosos	20	225.727	222.881	408.352	225.727	222.881	408.352
Encargos setoriais	15	254.456	294.180	304.247	254.456	294.180	304.247
Outros	21	453.866	260.084	82.372	541.987	294.085	89.078
		12.987.418	13.291.420	13.311.591	13.566.654	13.676.706	13.327.232
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22						
Capital social		6.531.154	6.531.154	6.531.154	6.531.154	6.531.154	6.531.154
Reservas de capital		5.053.045	5.053.045	5.053.045	5.053.045	5.053.045	5.053.045
Reservas de lucros:							
Reserva legal		888.300	756.649	595.957	888.300	756.649	595.957
Reserva especial de dividendos não distribuídos		5.021.591	3.737.481	2.074.939	5.021.591	3.737.481	2.074.939
Reserva de lucros a realizar		8.209.219	8.209.219	8.209.219	8.209.219	8.209.219	8.209.219
Dividendos adicionais propostos		706.536	377.314	191.723	706.536	377.314	191.723
Outros resultados abrangentes		(2.583.283)	(3.107.215)	(1.935.223)	(2.583.283)	(3.107.215)	(1.935.223)
Lucros acumulados		-	60.165	(511.144)	-	60.165	(511.144)
		23.826.562	21.617.812	20.209.670	23.826.562	21.617.812	20.209.670
Participação dos acionistas não controladores					1.659	1.180	863
		23.826.562	21.617.812	20.209.670	23.828.221	21.618.992	20.210.533
TOTAL DO PASSIVO		40.118.734	38.600.926	37.004.152	40.737.721	39.013.934	37.038.005

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

CNPJ nº 23.274.194/0001-19

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	8.627.684	9.809.512	8.693.067	9.833.946
CUSTO OPERACIONAL	24	(4.081.377)	(4.166.620)	(4.122.842)	(4.194.983)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	24	(291.557)	(304.548)	(291.557)	(306.454)
LUCRO BRUTO		4.254.750	5.338.344	4.278.668	5.332.509
(DESPESAS) OPERACIONAIS	25	(1.737.415)	(146.421)	(1.809.715)	(148.834)
EFEITO REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA	7	2.104.182	-	2.104.182	-
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		4.621.517	5.191.923	4.573.135	5.183.675
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	9	(322.766)	(61.389)	(254.618)	(56.187)
RESULTADO FINANCEIRO	26	(394.765)	(778.871)	(413.253)	(774.910)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		3.903.986	4.351.663	3.905.264	4.352.578
Imposto de renda e contribuição social	13	(1.287.377)	(1.445.554)	(1.288.351)	(1.446.145)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	(48.152)	892.095	(48.431)	891.805
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.568.457	3.798.204	2.568.482	3.798.238
Parcela atribuída aos controladores		2.557.156	3.781.492	2.568.457	3.798.204
Parcela atribuída aos acionistas não controladores		11.301	16.712	25	34
Resultado por ação básico líquido (R\$)		0,038	0,056	0,038	0,056

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS

CNPJ n.º 23.274.194/0001-19

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Lucro do exercício	2.568.457	3.798.204	2.568.482	3.798.238
Outros resultados abrangentes:				
Ganho (perda) em benefícios pós-emprego	779.306	(1.754.648)	779.306	(1.754.648)
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	(255.374)	582.656	(255.374)	582.656
Total do resultado abrangente do exercício	3.092.389	2.626.212	3.092.414	2.626.246

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS

CNPJ n.º 23.274.194/0001-19

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	6.531.154	5.053.045	10.880.115	191.723	-	(1.935.223)	20.720.814	863	20.721.677
Prejuízo acumulado - Ativo contratual - Ofício CVM 04/2020	-	-	-	-	(511.144)	-	(511.144)	-	(511.144)
SALDO EM 01 JANEIRO DE 2019	6.531.154	5.053.045	10.880.115	191.723	(511.144)	(1.935.223)	20.209.670	863	20.210.533
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	(1.754.648)	(1.754.648)	-	(1.754.648)
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	-	-	-	-	-	582.656	582.656	-	582.656
Prejuízo acumulado	-	-	-	-	(2.434)	-	(2.434)	-	(2.434)
Lucro do exercício	-	-	-	-	3.787.575	-	3.787.575	317	3.787.892
Destinação do resultado:									
Reserva legal	-	-	160.692	-	(160.692)	-	-	-	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2018	-	-	(250.000)	-	-	-	(250.000)	-	(250.000)
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2019	-	-	1.912.542	-	(1.912.542)	-	-	-	-
Dividendo mínimo	-	-	-	-	(763.284)	-	(763.284)	-	(763.284)
Dividendo Adicional Proposto 2018	-	-	-	(191.723)	-	-	(191.723)	-	(191.723)
Dividendo Adicional Proposto 2019	-	-	-	377.314	(377.314)	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Reapresentado)	6.531.154	5.053.045	12.703.349	377.314	60.165	(3.107.215)	21.617.812	1.180	21.618.992

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Reapresentado)	6.531.154	5.053.045	12.703.349	377.314	60.165	(3.107.215)	21.617.812	1.180	21.618.992
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	779.306	779.306	-	779.306
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	-	-	-	-	-	(255.374)	(255.374)	-	(255.374)
Ajustes de exercícios anteriores – SPE Belo Monte	-	-	-	-	4.394	-	4.394	-	4.394
AFAC - SPE Transenergia Goiás	-	-	-	-	-	-	-	436	436
Lucro do exercício	-	-	-	-	2.568.457	-	2.568.457	43	2.568.500
Destinação do resultado:									
Reserva legal	-	-	131.651	-	(131.651)	-	-	-	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2019	-	-	-	(377.314)	-	-	(377.314)	-	(377.314)
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2020	-	-	1.284.110	-	(1.284.110)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(510.719)	-	(510.719)	-	(510.719)
Dividendo Adicional Proposto 2020	-	-	-	706.536	(706.536)	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	6.531.154	5.053.045	14.119.110	706.536	-	(2.583.283)	23.826.562	1.659	23.828.221

⁴De acordo com os termos da Lei nº 6.404/1976, art. 189, § único e art. 200, inciso I. As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(em milhares de reais)

(em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2020	31.12.2019 (reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	13.9	3.903.986	4.351.663	3.905.264	4.352.578
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:					
Depreciação e amortização	24	279.971	274.593	280.017	274.648
Variações monetárias/cambiais líquidas		(9.127)	70.040	(9.123)	70.046
Encargos financeiros		474.031	759.642	494.650	759.642
Renda de aplicação financeira	26	(38.896)	(43.845)	(41.031)	(48.068)
Juros s/refinanciamentos de créditos e empréstimos concedidos	26	(31.256)	(5.050)	(31.256)	(5.050)
Receita de ativo contratual de transmissão	7	(4.854.345)	(3.463.794)	(4.867.006)	(3.473.871)
Receita de construção	23	(291.738)	(305.512)	(291.738)	(307.415)
Resultado da equivalência patrimonial	9.1	322.766	61.389	254.618	56.187
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	25	(25.673)	120.069	(25.673)	120.069
Provisão (reversão) para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	25	499.056	359.122	499.056	359.122
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos	25	(294.422)	(312.684)	(223.812)	(312.684)
Provisão (reversão) contrato oneroso	25	2.846	(185.472)	2.846	(185.472)
Provisão (reversão) para plano de incentivo ao desligamento de pessoal	21	(7.078)	1.460	(7.078)	1.460
Provisão (reversão) para acordo judicial entre Furnas e empregados plano BD		-	(2.282)	-	(2.282)
Provisão (reversão) para perda com investimentos	25	297.913	(496.790)	297.913	(496.790)
Provisão (reversão) para perda de depósitos judiciais	25	53.897	-	53.897	-
Provisão (reversão) para PAES - crédito tributário	25	29.019	-	29.019	-
Provisão (reversão) GAG Melhoria	25	70.479	62.695	70.479	62.695
Baixa de investimentos	25	9.796	-	9.796	-
Baixa de imobilizado	10.4	161	879	161	879
Baixa de financiamento - dação em pagamento	25	(25.042)	(32.760)	(25.042)	(32.760)
Encargos setoriais		576.894	561.058	576.678	561.036
Resultado atuarial - benefícios pós-emprego	25	81.011	(144.807)	81.011	(144.807)
Participação dos não controladores		-	-	(25)	(34)
		1.024.249	1.629.614	1.033.621	1.609.129
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais					
Clientes		(255.654)	26.035	(250.127)	14.411
Cauções e depósitos vinculados		(26.272)	(19.537)	(26.271)	(19.545)
Repactuação do Risco Hidrológico – GSF	6	10.458	65.530	10.458	65.530
Tributos a recuperar		12.829	73.155	15.201	71.755
Contas a receber – CIEN	8.1	134.284	-	134.284	-
Créditos com fornecedores	8	66.496	(139.730)	66.496	(139.730)
Desativações e alienações em curso	8	(46.146)	(34.578)	(46.146)	(34.578)
Despesas pagas antecipadamente		(18.275)	(21.288)	(18.275)	(21.288)
Outros		(16.362)	1.344	(34.866)	(12.739)
		(138.642)	(49.069)	(149.246)	(76.184)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais					
Fornecedores		208.921	139.673	202.327	155.989
Arrendamento mercantil		-	-	53.798	-
Obrigações estimadas	14	49.803	(29.551)	49.881	(29.593)

Continua

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(em milhares de reais)

Continuação	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019 (reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (reapresentado)
Tributos a recolher		(18.988)	(87.148)	(22.455)	(86.975)
Convênio Itaipu - revitalização de ativos	21	161.070	-	161.070	-
Outros		4.062	9.052	12.102	12.175
		404.868	32.026	456.723	51.596
Caixa proveniente das atividades operacionais					
Recebimento de ativo contratual de transmissão	7	4.163.147	3.382.242	4.174.036	3.388.934
Recebimento de encargos financeiros		24.554	1.805	24.554	1.805
Pagamento à entidade de previdência complementar - dívida (FRG)	16.2	(13.401)	(12.945)	(13.401)	(12.945)
Pagamento à entidade de previdência complementar - plano BD/CD		(90.370)	(88.355)	(90.370)	(88.355)
Pagamento de encargos financeiros		(351.200)	(649.910)	(360.021)	(649.910)
Pagamento de encargos setoriais		(556.280)	(509.477)	(556.280)	(509.477)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.770.915)	(1.453.231)	(1.770.915)	(1.453.231)
Pagamento de projetos P&D		(86.319)	(65.419)	(86.319)	(65.419)
Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições - principal	13	(26.692)	(29.242)	(26.692)	(29.242)
Pagamento pelo uso do bem público	17.1	(2.547)	(2.466)	(2.547)	(2.466)
		1.289.977	573.002	1.292.045	579.694
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.580.452	2.185.573	2.633.143	2.164.235
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de ativo imobilizado	10.4	(367.440)	(287.461)	(484.715)	(725.809)
Aquisição de ativo intangível		(3.935)	(6.108)	(61.332)	(28.719)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias	9.1	(53.924)	(183.935)	(53.924)	(183.935)
Aumento de caixa com uso restrito	4.2	(161.070)	-	(165.759)	-
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital	9.1	(22.000)	(167.139)	-	-
Alienação de investimentos em participações societárias		-	32.000	-	32.000
Recebimento de empréstimos e financiamentos		2.914	338	2.914	338
Recebimento de remuneração de investimentos e participações societárias		301.789	205.297	301.789	205.297
Resgate/(aplicação) de títulos e valores mobiliários		(240.593)	(166.610)	(240.593)	(166.610)
Outros		(5.557)	1.879	(5.557)	(6.398)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(549.816)	(571.739)	(707.177)	(873.836)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	(396)	2.439
Emissão de debêntures	12.7	800.000	450.000	800.000	450.000
Empréstimos e financiamentos obtidos	12.3	420.000	650.083	561.595	988.978
Amortização de arrendamento mercantil		(21.409)	(3.698)	(21.409)	(3.698)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	12.3	(2.062.036)	(2.008.157)	(2.062.036)	(2.008.157)
Pagamento de remuneração aos acionistas		(1.164.638)	(720.515)	(1.164.638)	(720.515)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(2.028.083)	(1.632.287)	(1.886.884)	(1.290.953)

Continua

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS
 CNPJ nº 23.274.194/0001-19

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
 (em milhares de reais)

Continuação	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019 (reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (reapresentado)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		2.553	(18.453)	39.082	(554)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.1	9.640	28.093	72.607	73.161
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.1	12.193	9.640	111.689	72.607

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS

CNPJ nº 23.274.194/0001-19

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas de energia e serviços	12.492.442	11.505.044	12.560.610	11.534.231
Outras receitas operacionais	119.467	226.860	117.758	223.008
Menos:				
Insumos				
Custo de energia comprada	(1.753.206)	(1.465.857)	(1.774.985)	(1.480.355)
Materiais	(21.098)	(29.016)	(21.153)	(29.125)
Serviços de terceiros	(552.090)	(704.991)	(564.633)	(709.200)
Outros custos operacionais	(1.899.086)	(1.657.216)	(1.900.661)	(1.660.971)
2. VALOR ADICIONADO BRUTO	8.386.429	7.874.824	8.416.936	7.877.588
Depreciação e amortização	(279.971)	(274.593)	(280.017)	(274.648)
Constituição/reversão de provisões	(633.115)	455.342	(703.725)	455.342
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	7.473.343	8.055.573	7.433.194	8.058.282
Receitas financeiras (transferências)	294.195	151.217	296.270	155.499
Equivalência patrimonial	(322.766)	(61.389)	(254.618)	(56.187)
4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	7.444.772	8.145.401	7.474.846	8.157.594
5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	1.056.350	1.134.111	1.063.392	1.143.603
Governo (impostos e contribuições)	2.554.382	1.722.476	2.556.079	1.724.327
Encargos financeiros e variação monetária	688.960	930.088	709.523	930.409
Encargos setoriais	576.623	560.522	577.370	561.017
Remuneração aos acionistas	510.719	763.284	510.719	763.284
Participação dos acionistas não controladores	-	-	25	34
Lucro do exercício retido	2.057.738	3.034.920	2.057.738	3.034.920
TOTAL	7.444.772	8.145.401	7.474.846	8.157.594

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Furnas Centrais Elétricas S.A.
(EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS)
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas” ou “Empresa”) é uma empresa de economia mista de capital fechado, com sede à Av. Graça Aranha, 26, Centro, Rio de Janeiro, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica na região abrangida pelo Distrito Federal e pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Tocantins, Rondônia, Ceará e Bahia. A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadores e consumidores livres de todo o território nacional.

Furnas detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, sintetizadas a seguir:

Geração

A matriz de geração é composta por aproximadamente 97% de energia de fontes renováveis. São 27 usinas em operação, cujas concessões são 100% de Furnas ou em parceria com a iniciativa privada ou em regime de Sociedade de Propósito Específico (SPE) e que contam com 18.238,97 MW^(*) de potência instalada total, das quais:

- a) 21 (vinte e uma) são hidrelétricas (UHEs) com 17.765,97 MW^(*) de potência instalada total, sendo:
 - 4 (quatro) 100% Furnas, 6 (seis) sob administração especial – afetadas pela Lei nº 12.783/2013 e 2 (duas) em parceria com 9.046,20 MW de potência instalada; e
 - 9 (nove) em SPEs, com 8.719,77 MW^(*) de potência instalada.
- b) 1 (uma) é termelétrica 100% Furnas, com 350 MW^(*) de potência instalada.
- c) 5 (cinco) são eólicas em SPEs, com 123 MW^(*) de potência instalada.

As 4 (quatro) UHEs 100% Furnas são: Mascarenhas de Moraes, Itumbiara, Simplício/Anta e Batalha.

A Usina Hidrelétrica Mascarenhas de Moraes, com 476 MW^(*) de potência instalada, iniciou sua operação comercial em abril de 1957 e sua concessão se encerra em 2024.

Quanto à UHE Itumbiara, com 2.082 MW^(*) de potência instalada, Furnas garantiu o direito de prorrogação da concessão pelo prazo de até 30 (trinta) anos, a partir de 2020, com o atendimento das condições definidas pela Lei 13.182/2015, alterada posteriormente pela Lei 13.299/2016.

O Complexo Hidrelétrico Simplício/Anta, cuja concessão se encerra em 2041 e conta com 333,70 MW^(*) de potência total instalada, compreende a UHE Simplício, com 305,70 MW, que iniciou sua operação em junho de 2013, e a PCH (pequena central hidrelétrica) Anta, com 28 MW^(*), cuja primeira unidade geradora (14 MW) entrou em operação comercial em agosto de 2018 e a segunda (também com 14 MW) em outubro de 2018.

A Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,50 MW^(*) de potência instalada, iniciou sua operação em maio de 2014, e sua concessão se encerra em 2041.

As 6 (seis) UHEs sob regime de administração especial, que tiveram suas concessões prorrogadas por meio da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 são: Corumbá I, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Funil, Furnas, Marimbondo e Porto Colômbia.

Furnas detém ainda, em regime de parceria: (i) a titularidade integral da concessão da UHE de Serra da Mesa, com potência instalada de 1.275 MW^(*). Por meio de contrato celebrado com a CPFL Renováveis, ocorre o arrendamento, pelo referido parceiro a Furnas, dos bens e instalações por ele postos em serviço na UHE, mediante sua participação de 51,54% na mesma; e (ii) 70% da titularidade da concessão compartilhada do Aproveitamento Múltiplo de Manso, com potência instalada de 210 MW^(*), cabendo os 30% restantes à Proman.

Quanto à fonte térmica, está em andamento a implantação do fechamento do Ciclo Combinado na UTE Santa Cruz, o qual, quando concluído, acrescentará 150 MW^(*) à sua potência instalada total, que passará de 350MW^(*) para 500MW^(*).

As 5 (cinco) usinas eólicas em SPEs são: São Januário, Nossa Senhora de Fátima, Jandaia, São Clemente e Jandaia I, integrantes do Complexo Eólico Fortim, que entrou em operação comercial em 06/2020.

Transmissão

Furnas possui 34.985,13 km^(*) de linhas de transmissão, dos quais 21.691,20 km são de sua exclusiva concessão e 13.293,93 km^(*) em SPEs. Para os empreendimentos em corrente contínua das SPEs, Furnas passou a considerar a extensão por polo, e não mais por trecho, em linha com as premissas adotadas pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

A capacidade de transformação de energia da empresa é de 131.609,65 MVA^(*), da qual 97.290,97^(*) oriunda de 55 subestações em operação (100% Furnas ou em processo de transferência para Furnas) e um transformador do vão da LT Ibiúna-Bateias, e 34.318,68 MVA^(*) oriunda de 17 subestações em SPEs (incluindo transformadores de Furnas em Subestações de terceiros).

Furnas participa, em regime de SPE, da construção da ampliação da SE Viana 2.

Em 2020 entraram em operação os seguintes empreendimentos:

- Parque Eólico São Januário;
- Parque Eólico Nossa Senhora de Fátima;
- Parque Eólico Jandaia;
- Parque Eólico São Clemente;
- Parque Eólico Jandaia I;
- LT 230 kV Jandaia - Russas II C1;
- LT 500 kV Itatiba - Bateias C1;
- LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba C1;
- LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias C1;
- SE Jandaia;
- SE Fernão Dias.

(*) Informação não auditada.

1.1. Indenizações pós Projeto Básico – modernização e melhorias

1.1.1 Geração Hidráulica

A Lei nº 12.783/2013 garantiu o direito das concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica, que prorrogaram suas concessões, à indenização pela parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, não amortizados ou não depreciados, cujo valor seria atualizado até a data de seu efetivo pagamento à concessionária.

O Decreto nº 7.805/2012, que regulamenta a Medida Provisória nº. 579, convertida na Lei nº 12.783/2013, estabeleceu que as indenizações referentes às concessões de geração seriam calculadas com base no Valor Novo de Reposição (VNR), considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação da instalação até 31 de dezembro de 2012, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013, que regulamenta o Decreto nº. 7.850/2012, estabeleceu que as concessionárias deveriam comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados aos bens reversíveis até dezembro de 2015.

Em outubro de 2015, Furnas apresentou Relatório elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. apontando os investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, das usinas hidrelétricas Corumbá, Funil, Furnas, Luiz Carlos de Barreto de Carvalho, Marimbondo e Porto Colômbia, cujas concessões foram prorrogadas à luz da Lei nº. 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração. A documentação apresentada indica o valor de R\$ 1.367.475, atualizado em 31 de dezembro de 2020 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 1.329.674), como valor base para a citada indenização, sendo que o valor contábil residual dos referidos bens, em 2 de outubro de 2015, era de R\$ 996 milhões.

Em janeiro de 2019, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) decidiu pela instauração da Audiência Pública, nº. 003/2019, a fim de colher subsídios e informações adicionais para aprimorar os critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados e não depreciados, realizados ao longo das concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783, de 2013.

Em outubro de 2019, a análise das contribuições à Audiência Pública foi publicada na Nota Técnica nº096/2019-SRG-SFF-SCG/ANEEL, que levou em consideração as inovações trazidas pela Resolução Normativa ANEEL (REN) nº 882/2020, revisando o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) da geração por meio de uma atualização dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET). A versão 2.1 desse submódulo alterou os fatores de anualização aplicados no cálculo da parcela de GAG Melhorias e do valor do Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI). No caso das usinas prorrogadas em regime de cotas, o WACC aumentou de 7,16% para 7,71% anual.

1.1.2. Geração Térmica (UTE Santa Cruz)

Com fundamento no art. 5º da Lei nº 12.783/2013, Furnas requereu a prorrogação da outorga da UTE Santa Cruz. O referido pedido se reportou ao Contrato de Concessão nº 004/2004, bem como à ampliação prevista na Resolução nº 294/2002, ao contrato de compra de gás e ao de venda de energia até 2026.

Desde então, Furnas tem realizados diversas reuniões com a Agência Reguladora e o Ministério de Minas e Energia.

Desta forma, no presente momento, existe pedido de prorrogação da outorga da UTE Santa Cruz ainda pendente de análise pelo Poder Concedente.

Caso a prorrogação não ocorra, a Empresa pleiteará a indenização dos ativos não depreciados ou não amortizados na data da reversão dos bens para a união, nos termos da citada Lei.

Ressalta-se que em 31/12/2020, o valor residual do ativo monta R\$ 1.211.038 (R\$ 987.585 em 31.12.2019).

1.2. COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a propagação do COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, como pandemia, fazendo com que os países adotassem abordagens que possibilitem a prevenção de infecções, a preservação da vida e a minimização dos impactos decorrentes da referida doença.

Em decorrência da pandemia, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. Estas medidas resultaram em desaceleração da cadeia de suprimentos e significativo impacto na economia global.

Furnas mantém acompanhamento diligente quanto à potencial materialização de impactos financeiros, no que diz respeito à pandemia, sobre a capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros.

Nesse sentido, constata-se que em 2020 a Empresa não observou impactos relevantes sobre a sua capacidade financeira, de suas Controladas e demais investidas.

A seguir destacamos as principais medidas que foram adotadas pela Empresa.

1.2.1 Contexto Operacional

Três ações foram fundamentais para o enfrentamento da pandemia:

- (i) instalação do monitoramento remoto de subestações;
- (ii) reuniões com fornecedores, com coordenação unificada pela *Holding*, para dirimir os principais obstáculos na implementação das obras e o monitoramento constante dos empreendimentos;
- (iii) realização de *workshops* para compartilhamento de melhores práticas e soluções de problemas em comum.

- Geração

Furnas monitorou os potenciais impactos nos negócios de comercialização, firmados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e Ambiente de Contratação Livre (ACL), com o acompanhamento das comunicações de caso fortuito ou força maior; pedidos de renegociação; risco de crédito das contrapartes (capacidade de honrar os pagamentos assumidos pelos contratos) e inadimplência.

Portanto, ainda que a pandemia do COVID-19 tenha trazido impactos negativos para o mercado de energia, não houve efeitos relevantes nos negócios de comercialização de energia elétrica da Empresa, visto que os resultados ficaram dentro do planejado.

- Transmissão

Em junho de 2020, a ANEEL reconheceu parte dos impactos que a pandemia causou no setor, por meio da publicação da Resolução Autorizativa nº 8.926/2020, que autorizou a postergação de prazos de entrada em operação comercial de empreendimentos de transmissão de energia elétrica em até 4 meses, como medida de enfrentamento dos efeitos do COVID-19.

- Impactos financeiros e econômicos da pandemia provocada pelo COVID-19

A Empresa e algumas de suas investidas aderiram ao programa de *Standstill* anunciado pelo BNDES, em março de 2020, o que mitigou preventivamente riscos à liquidez, sobretudo durante o período de maior incerteza quanto à extensão dos impactos financeiros da pandemia. Este programa possibilitou suspensão dos pagamentos de juros e principal durante 6 meses do ano, com capitalização dos juros ao saldo devedor, sem alteração das datas finais dos contratos.

NOTA 2 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Furnas detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujas principais características são listadas a seguir:

2.1 Geração de Energia Elétrica

Usina	Participação de Furnas (%)	Rio/Local	Potência Instalada (MW)(1) (*)	Garantia Física (MW médio) (*)	Data da Concessão Original	Data de Vencimento	Data da Assinatura da Renovação (**)	Data de Vencimento Renovado (**)
Em Operação								
Hidrelétricas								
Batalha	100	São Marcos	52,50	48,80	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	-
Corumbá ⁽⁹⁾	100	Corumbá	375,00	217,40	05.10.1981 e 29.11.1984	29.11.2014	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Funi ⁽⁹⁾	100	Paraíba do Sul	216,00	115,00	16.06.1961 e 10.03.1967	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Furnas ⁽⁹⁾	100	Grande	1.216,00	582,00	26.07.1957	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Itumbiara ⁽⁹⁾	100	Paranaíba	2.082,00	964,30	26.02.1970	21.03.2020 ⁽⁸⁾	Não afetada	-
Luiz Carlos Barreto de Carvalho ⁽⁹⁾	100	Grande	1.050,00	495,40	18.06.1962	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Marimbondo ⁽⁹⁾	100	Grande	1.440,00	689,70	03.03.1967	07.03.2017	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Mascarenhas de Moraes ⁽⁹⁾	100	Grande	476,00	289,50	31.10.1973	29.01.2024 ⁽⁷⁾	Não afetada	-
Porto Colômbia ⁽⁹⁾	100	Grande	320,00	186,00	11.03.1967 e 20.08.1968	16.03.2017	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Simplicio/Anta ⁽⁴⁾	100	Paraíba do Sul	333,70	191,30	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	-
Hidrelétricas Compartilhadas (Parceria)								
Manso ⁽⁹⁾	70	Manso	210,00	87,80	10.02.2000	09.02.2035	Não afetada	-
Serra da Mesa ⁽⁹⁾	48,46	Tocantins	1.275,00	637,50	06.05.1981 e 12.11.2004	30.09.2040 ⁽³⁾	Não afetada	-
Termelétricas								
Campos (Roberto Silveira) ⁽¹¹⁾	100	Campos dos Goytacazes	25,00	20,90	27.07.2007	27.07.2027	Não afetada	-
São Gonçalo (fora de operação)	100	São Gonçalo	-	-	12.01.1953 e 14.07.1977	Prorrogação negada ⁽⁶⁾	-	-
Santa Cruz ⁽⁵⁾	100	Rio de Janeiro	500,00	401,20	22.08.1963 e 10.03.1967	07.07.2015 ⁽¹⁰⁾	Afetada, mas ainda não prorrogada	-

(1) Potência homologada pela Aneel.

(2) 1º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004, assinado em 04 de dezembro de 2012.

(3) 2º Termo aditivo ao contrato nº 005/2004, assinado em 26 de maio de 2017. (REA 6055/2016)

(4) Usina de Simplicio, com capacidade instalada 305,70 MW e garantia física de 175,4 MW; PCH Anta com capacidade instalada de 28 MW e garantia física de 15,90 MW.

(5) A potência de 500 MW exclui as UGs 3 e 4, cuja operação comercial se encontra suspensa por tempo indeterminado, conforme despacho Aneel No 3.263, de 19 de outubro de 2012. Inclui, todavia, a potência de 150 MW ainda não disponível devido ao atraso nas obras de expansão da usina, ao final das quais as UGs 11 e 21 funcionarão em ciclo combinado com as UGs 1 e 2. A garantia física de 401,2 MW é relativa à potência instalada de 500 MW.

(6) Prorrogação negada por meio da Portaria MME nº 245, de 20 de abril de 2012, antes, portanto, da edição da MP 579, em setembro do mesmo ano.

(7) 3º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004, assinado em 26 de maio de 2017. (REA 6054/2016)

(8) A Lei nº 13.182, de 03 de novembro de 2015, facultou a Furnas a prorrogação da concessão da UHE Itumbiara em contrapartida a sua participação no Fundo de Energia do Sudeste-Centro-Oeste (FESC) e à celebração de contratos de energia lastreados na garantia física da usina com unidades consumidoras localizadas no submercado Sudeste/Centro-Oeste, a partir de leilões promovidos por Furnas. Assim sendo, e dada adesão da Empresa ao regime previsto pela referida Lei, Furnas terá a prorrogação da concessão da UHE Itumbiara por prazo adicional de até 30 anos. Conforme despacho ANEEL nº 3.108, de 03/11/2020, o processo 48500.001030/2015-13 foi encaminhado ao Ministério de Minas e Energia pelo Diretor Geral da ANEEL, recomendando a prorrogação do prazo da outorga de concessão e encaminhando a minuta de contrato de concessão.

(9) A Portaria MME nº 178, de 3/05/2017, revisou os valores de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no SIN, com validade a partir de 1º de janeiro de 2018.

(10) Solicitada à Aneel prorrogação da concessão nos termos do requerimento REQ.GCO.P.027.2013, de 05.07.2013 cujas condições seguem vigentes.

(11) A UTE Roberto Silveira (Campos) encontra-se fora de operação comercial, conforme consta no Despacho ANEEL 708/2019. Potência instalada de 25,00 MW conforme despacho ANEEL 484/2016.

(*) Informação não auditada.

(**) Segundo Lei nº 12.783/2013.

Ainda no segmento de geração de energia, Furnas participa em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) detentoras de empreendimentos de geração, cujo detalhamento apresentamos a seguir:

Empreendimento	Participação de Furnas (%)	Rio ou Município/Estado ou País	Potência Instalada (MW) ⁽¹⁾ (*)	Garantia Física (MW médio) (*)	Data da Concessão ou Outorga	Data de Vencimento
Hidrelétricas em Operação						
Baguari ⁽⁵⁾	15,00	Doce	140,00	84,70	15.08.2006	14.08.2041
Foz do Chapecó ⁽⁵⁾	40,00	Uruguai	855,00	427,20	07.11.2001	06.11.2036
Peixe Angical ⁽⁵⁾	40,00	Tocantins	498,75	280,50	07.11.2001	06.11.2036
Retiro Baixo ⁽⁵⁾	49,00	Paraopeba	82,00	36,60	15.08.2006	14.08.2041
Santo Antônio ^{(7) (10)}	43,06	Madeira	3.568,30	2.424,20	13.06.2008	12.06.2043
São Manoel ⁽⁹⁾	33,33	Teles Pires	735,84	430,40	10.04.2014	09.04.2049
Serra do Facão ⁽⁵⁾	49,47	São Marcos	212,58	178,80	07.11.2001	06.11.2036
Teles Pires	24,50	Teles Pires	1.819,80	930,70	07.06.2011	06.06.2046
Hidrelétricas em Operação - Regime de Cotas						
Três Irmãos	49,90	Tietê	807,50	217,50	10.10.2014	09.10.2044
Empreendimento Suspenso						
Inambari ⁽²⁾	19,60	AM/Peru	2.200,00	-	-	-
Complexos Eólicos - Brasil Ventos Energia S.A.⁽⁶⁾						
Fortim - São Januário ⁽¹¹⁾	100%	Fortim/CE	21,00	9,70	19.07.2012	18.07.2047
Fortim - Nossa Senhora de Fátima ⁽¹¹⁾	100%	Fortim/CE	30,00	13,60	10.08.2012	09.08.2047
Fortim - Jandaia ⁽¹¹⁾	100%	Fortim/CE	27,00	14,10	10.08.2012	09.08.2047
Fortim - São Clemente ⁽¹¹⁾	100%	Fortim/CE	21,00	10,20	26.07.2012	25.07.2047
Fortim - Jandaia I ⁽¹¹⁾	100%	Fortim/CE	24,00	10,60	06.07.2012	05.07.2047
Famosa - Famosa I ⁽³⁾	49%	Tibau/RN	-	-	-	-
Famosa - Pau Brasil ⁽³⁾	49%	Icapuí/CE	-	-	-	-
Famosa - Rosada ⁽³⁾	49%	Tibau/RN	-	-	-	-
Famosa - São Paulo ⁽³⁾	49%	Icapuí/CE	-	-	-	-
Baleia - Bom Jesus ⁽³⁾	49%	Itapipoca/CE	-	-	-	-
Baleia - Cachoeira ⁽³⁾	49%	Itapipoca/CE	-	-	-	-
Baleia - Pitumbu ⁽³⁾	49%	Itapipoca/CE	-	-	-	-
Baleia - São Caetano ⁽³⁾	49%	Itapipoca/CE	-	-	-	-
Baleia - São Caetano I ⁽³⁾	49%	Itapipoca/CE	-	-	-	-
Baleia - São Galvão ⁽³⁾	49%	Itapipoca/CE	-	-	-	-
N/A - Itaguaçu da Bahia ⁽⁸⁾	98%	Itaguaçu da Bahia/BA	291,00	132,30	-	-
N/A - Ventos de Angelim ⁽¹²⁾	90%	Acaraú/CE e João Câmara/RN	-	-	-	-
Serra do Mel - Serra do Mel I ⁽⁴⁾	90%	Serra do Mel/RN	-	-	-	-
Serra do Mel - Serra do Mel II ⁽⁴⁾	90%	Serra do Mel/RN	-	-	-	-
Serra do Mel - Serra do Mel III ⁽⁴⁾	90%	Serra do Mel/RN	-	-	-	-

d) Potência homologada pela Aneel.

e) Empreendimento suspenso ainda na fase de estudo de viabilidade. A potência instalada seria a expectativa do projeto. A SPE encontra-se em processo de extinção.

f) Os empreendimentos eólicos dos Complexos Famosa e Baleia participaram do Mecanismo Competitivo de Descontratação de Energia de Reserva de 2017, de que trata o Decreto nº 9.019/2017 e lograram êxito, com exceção do parque Famosa I. Como resultado da desconstrução, as outorgas foram revogadas pela ANEEL. No caso específico do parque Famosa I, posteriormente houve a revogação da outorga e aplicação de multa por parte da ANEEL.

g) Os empreendimentos eólicos do Complexo Serra do Mel foram constituídos na modalidade de Consórcio, que se encontra em processo de extinção, e tiveram suas energias desconstruídas integralmente no Mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos - MCSO de Energia Nova A4+ - Redução Permanente (Resolução Normativa ANEEL nº 693, de 15 de dezembro de 2015) em 2017. Furnas solicitou a revogação, sem penalidades, das outorgas dos projetos desconstruídos neste Mecanismo. Observa-se, no entanto, que a ANEEL, além de revogar as outorgas em 2018, suspendeu, pelo período de 1 (um) ano, o direito de Furnas de contratar ou participar de licitações promovidas pela agência.

h) A Portaria MME nº 178/2017, publicada no Diário Oficial da União em 04/05/2017, revisou os valores de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no SIN, com validade a partir de 1º de janeiro de 2018. Somente a UHE Peixe Angical não sofreu alteração de valor.

i) A holding Brasil Ventos Energia S.A. (BVE) é responsável pela gestão dos empreendimentos eólicos. A participação acionária de Furnas em BVE é de 100%. O Complexo Eólico Punaú foi excluído porque as SPEs do Complexo foram extintas, nas quais a participação de BVE era de 49%.

j) Em 28/08/2018, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da sociedade e integralizaram este aumento. Em 02/10/2018, Furnas subscreveu a parcela das sobras não subscritas por CEMIG e SAAG. O montante subscrito elevou a sua participação acionária para 41,54%. Furnas realizou aporte de recursos financeiros em MESA, em razão da aprovação em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da SPE em 03/10/2018, que aumentou o capital subscrito em R\$ 300 milhões. Odebrecht Energia do Brasil e Caixa FIP Amazônia não subscreveram e a participação acionária de Furnas aumentou para 42,46%. Um novo aumento de capital foi aprovado na AGE de 29/11/2018 e após o aporte de Furnas sua participação acionária passou a ser de 43,06%.

k) As SPEs do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia foram incorporadas na holding Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. e, assim, o Complexo Itaguaçu da Bahia tornou-se o parque Itaguaçu da Bahia, que está sem outorga. Os valores de potência instalada e garantia física são estimativas do novo projeto.

l) A Portaria MME/SPE nº 352/2019, publicada no Diário Oficial da União em 10/12/2019, revisou os valores de potência instalada e garantia física de energia da UHE São Manoel.

m) O DESPACHO Nº 1/2020/SPE, publicado no Diário Oficial da União em 10/02/2020, restabeleceu a garantia física de energia definida pela Portaria MME/SPE nº 94/2013 para a UHE Santo Antônio.

n) A Portaria MME/SPE nº 65/2020, publicada no Diário Oficial da União em 21/02/2020, revisou os valores de garantia física de energia dos empreendimentos eólicos do Complexo Fortim. Somente o parque Jandaia não sofreu alteração de valor.

o) A SPE do parque eólico Ventos de Angelim, que integrava o Complexo Acaraú, incorporou as demais SPEs do Complexo e também as SPEs do Complexo Famosa III. Assim, os empreendimentos dos Complexos Acaraú e Famosa III foram unificados no parque Ventos de Angelim, que está sem outorga.

(*) Informação não auditada.

2.2 Transmissão de Energia Elétrica

Os contratos de concessão de transmissão encontram-se discriminados a seguir:

Contrato nº	Empreendimento	UF	Assinatura do Contrato de Concessão	Início da Concessão	Prazo da Concessão	Término da Concessão
Em operação						
034/2001	Expansão da Interligação Sul-Sudeste	PR, SP	09.05.2001	09.05.2001	30 anos	08.05.2031
062/2001	Diversos empreendimentos prorrogados no contexto da Lei nº 12.783/2013	RJ, SP, PR, MG, GO, TO, DF, ES, MT	29.06.2001 e 04.12.2012	01.01.2013	30 anos	31.12.2042
006/2005	LT Macaé–Campos C3	RJ	04.03.2005	04.03.2005	30 anos	03.03.2035
007/2006	LT Tijuco Preto–Itapeti–Nordeste 345 kV	SP	27.04.2006	27.04.2006	30 anos	26.04.2036
003/2009	LT Bom Despacho 3–Ouro Preto 2 500 kV	MG	28.01.2009	28.01.2009	30 anos	27.01.2039
016/2012	SE Zona Oeste 500/138 kV – 1.200 MVA	RJ	10.05.2012	10.05.2012	30 anos	09.05.2042
014/2011	LT Xavantes–Pirineus 230 kV CS	GO	09.12.2011	09.12.2011	30 anos	08.12.2041
006/2010	LT Mascarenhas–Linhares 230 kV CS; SE Linhares – 230/138 kV – 150 MVA	ES	12.07.2010	12.07.2010	30 anos	11.07.2040

2.2.1 Sistema Itaipu

Entre os empreendimentos construídos e operados por Furnas, destaca-se o sistema de transmissão de Itaipu, integrado por três troncos de transmissão em corrente alternada (750 kV) e duas linhas em corrente contínua (± 600 kV). Os troncos de transmissão em corrente alternada são compostos por nove linhas de transmissão que ligam Foz do Iguaçu, Ivaiporã, Itaberá e Tijuco Preto. Já as linhas de corrente contínua interligam diretamente Foz do Iguaçu a Ibiúna. A distância cruzada por esses sistemas, entre os Estados do Paraná e São Paulo, é de aproximadamente 900 km.

2.2.2 Empreendimentos de transmissão em regime de SPE

Investida	Linha	km ⁽¹⁾ ^(*)	Subestação	Capacidade de Transformação (MVA)	Data da Concessão ou Outorga	Prazo da Concessão ou Outorga
Baguari Energia	LT 230 kV UHE Baguari - Baguari C1 e C2 ⁽³⁾	1,21	-	-	15.08.2006	35 anos
	LT 230 kV UHE Baguari - Baguari C3 e C4 ⁽³⁾	1,36	-	-		
Belo Monte Transmissora de Energia	LT 800 kV Xingu - Estreito C1 e C2 (Bipolo 1) ⁽⁶⁾	4.152,04	Estação Cnversora 4.000 MW na SE Xingu (Bipolo 1) ⁽²⁾	4.752,00	16.06.2014	30 anos
			Estação Conversora 3.850 MW na SE Estreito (Bipolo 1) ⁽²⁾	4.660,80		
Caldas Novas Transmissão	-	-	SE Corumbá - Ampliação da SE UHE Corumbá ⁽²⁾	150,00	16.06.2011	30 anos
Empresa de Energia São Manoel	LT 500 kV UHE São Manoel - Paranaíta C1	40,00	SE UHE São Manoel	780,00	10.04.2014	35 anos
Chapecoense Geração	LT 230 kV UHE Foz do Chapecó - Foz do Chapecó C1 e C2 ⁽³⁾	2,93	-	-	07.11.2001	35 anos
	LT 230 kV UHE Foz do Chapecó - Foz do Chapecó C3 e C4 ⁽³⁾	2,90	-	-		
Enerpeixe	LT 500 kV Peixe Angical - Peixe 2 C1	20,00	SE UHE Peixe Angical	525,00	07.11.2001	35 anos

Investida	Linha	km ⁽¹⁾ ^(*)	Subestação	Capacidade de Transformação (MVA)	Data da Concessão ou Outorga	Prazo da Concessão ou Outorga
Goiás Transmissão	LT 500 kV Rio Verde Norte - Trindade C1 e C2 ⁽³⁾	373,90	SE Trindade	1.600,00	12.07.2010	30 anos
	LT 230 kV Trindade - Xavantes C1 e C2 ⁽³⁾	74,12				
	LT 230 kV Trindade - Carajás C1	30,53				
Interligação Elétrica do Madeira	LT 600 kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 C1 e C2 (Bipolo 1) ⁽⁶⁾	4.769.12	Estação Retificadora 3.150 MW na SE Coletora Porto Velho (Bipolo 2) ⁽²⁾	3.831,96	26.02.2009	30 anos
			Estação Inversora 2.950 MW na SE Araraquara 2 (Bipolo 2) ⁽²⁾	3.631,92		
Lago Azul Transmissão	LT 230 kV Barro Alto - Itapaci C2	69,34	-	-	14.05.2014	30 anos
Madeira Energia	LT 500 kV UHE Santo Antônio - Coletora Porto Velho C1	12,90	SE UHE Santo Antônio	4.130,00	13.06.2008	35 anos
	LT 500 kV UHE Santo Antônio - Coletora Porto Velho C2	13,55				
	LT 500 kV UHE Santo Antônio - Coletora Porto Velho C3 e C4 ⁽³⁾	29,20				
	LT 230 kV UHE Santo Antônio - Porto Velho C1 e C2 ⁽³⁾	39,60				
MGE Transmissão	LT 500 kV Mesquita - Viana 2 C1	252,06	SE Viana 2 + ampliação ⁽⁵⁾	900,00 + 900,00	12.07.2010	30 anos
	LT 345 kV Viana 2 - Viana C1 e C2 ⁽³⁾	15,00				
Paranaíba Transmissora de Energia	LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas C1	239,07	-	-	02.05.2013	30 anos
	LT 500 kV Rio das Éguas - Luziânia C1	368,04				
	LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2 C1	346,19				
Retiro Baixo Energética	LT 138 kV Retiro Baixo - Curvelo 2 C1	45,06	SE UHE Retiro Baixo	100,00	15.08.2006	35 anos
Serra do Facão Energia	LT 138 kV Serra do Facão - Catalão C1 e C2 ⁽³⁾	65,60	SE UHE Serra do Facão	237,00	07.11.2001	35 anos
Teles Pires Participações	LT 500 kV Teles Pires - Paranaíta C1 e C2 ⁽³⁾	18,60	SE UHE Teles Pires	2.025,00	07.06.2011	35 anos
Transenergia Goiás	LT 230 kV Serra da Mesa - Niquelândia C2	99,72	-	-	19.11.2009	30 anos
	LT 230 kV Barro Alto - Niquelândia C2	87,26				
Transenergia Renovável	LT 230 kV Barra dos Coqueiros - Quirinópolis C1	51,31	SE Edéia	300,00	23.04.2009	30 anos
	LT 138 kV Quirinópolis - UTE Quirinópolis C1	33,88				
	LT 138 kV Quirinópolis - UTE Boa Vista C1	16,35				
	LT 230 kV Chapadão - Jataí C1 e C2 ⁽³⁾	276,10	SE Jataí	450,00		
	T 138 kV Jataí - Mineiros C1	61,41				
	LT 138 kV Jataí - UTE Jataí C1	51,57	SE Mineiros ⁽⁴⁾	-		
	LT 138 kV Jataí - UTE Água Emendada C1	32,56				
	LT 138 kV Mineiros - Morro Vermelho C1	46,85	SE Morro Vermelho ⁽⁴⁾	-		
	LT 138 kV Morro Vermelho - UTE Alto Taquari C1	30,11	SE Quirinópolis	225,00		

Investida	Linha	km ⁽¹⁾ (*)	Subestação	Capacidade de Transformação (MVA)	Data da Concessão ou Outorga	Prazo da Concessão ou Outorga
	LT 230 kV Palmeiras - Edéia C1	58,58				
	LT 138 kV Edéia - UTE Tropical Bioenergia I e II C1	48,88				
Transenergia São Paulo	-	-	SE Itatiba	1.200,00	19.11.2009	30 anos
Triângulo Mineiro Transmissora	LT 500 kV Marimbondo II - Assis C1	298,43	-	-	14.08.2013	30 anos
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia	LT 500 kV Luziânia - Brasília Leste C1	68,86	SE Brasília Leste	1.080,00	09.10.2013	30 anos
	LT 500 kV Luziânia - Brasília Leste C2	66,99				
	LT 345 kV Samambaia - Brasília Sul C3	14,00				
	LT 230 kV Brasília Sul - Brasília Geral C3 (subterrânea)	13,55				
Mata de Santa Genebra Transmissão	LT 500 kV Itatiba - Bateias C1	414,26	SVC 300 Mvar na SE Santa Bárbara D'Oeste ⁽²⁾	-	14.05.2014	30 anos
	LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba C1	222,59	SVC 300 Mvar na SE Itatiba ⁽²⁾	-		
	LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias C1	249,60	SE Fernão Dias	3.600,00		
Brasil Ventos Energia - Fortim	LT 230 kV Jandaia - Russas II C1	68,76	SE Jandaia	140,00	26.07.2012	35 anos

⁽¹⁾ Valores aproximados.

⁽²⁾ A subestação acessada não pertence à SPE.

⁽³⁾ Circuito Duplo – quilometragem dobrada.

⁽⁴⁾ Subestação de manobra, sem capacidade de transformação.

⁽⁵⁾ Empreendimento em construção.

⁽⁶⁾ Para as linhas de transmissão em corrente contínua de SPE foi alterada a premissa de contabilização da extensão de rede, de forma a alinhar com as premissas adotadas pelo Ministério de Minas e Energia. Nestes casos Furnas passou a considerar a extensão por polo, e não mais por trecho, como era relatado anteriormente.

Nota: LT = linha de transmissão; SE = subestação.

(*) Informação não auditada.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão elencadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Empresa compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais a Empresa optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras da Empresa apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente e em conformidade com as normas internacionais. A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 do CPC (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, o CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações separadas da investidora, eliminando essa diferença, até então existente, entre a legislação brasileira e a norma internacional. Já para os investimentos em empreendimentos onde a Empresa detém o controle, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros provenientes de suas investidas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação destas demonstrações financeiras envolve o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis de Furnas e suas investidas em conjunto. Sendo assim, aquelas áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.3.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico onde a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

As demonstrações financeiras foram objeto de manifestação favorável pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2021.

3.2 Práticas e políticas contábeis

As práticas e políticas contábeis relacionadas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Empresa e suas investidas em suas demonstrações financeiras.

3.2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem informações de Furnas e das controladas Transenergia Goiás S.A. e Brasil Ventos Energia S.A, considerando as participações descritas na Nota 9.1.

As transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

3.2.2 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2.3 Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias

São decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

3.2.4 Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

São estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que não há perspectiva de realização dos valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base em análise confiável e no histórico de inadimplência, sendo estas deduzidas das receitas de contratos com clientes já no reconhecimento inicial (inclusive títulos a vencer), e não mais em momento em que tais perdas sejam prováveis, obedecendo o critério de perda esperada a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que toma como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro em conjunto com os critérios discriminados nos itens anteriores.

3.2.5 Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados, referentes a garantias prestadas, estão auferidos até a data do balanço e registrados ao custo histórico, acrescidos dos respectivos rendimentos.

3.2.6 Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante, representam itens para uso próprio e investimento e estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de estimativa para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, a saber: Custo amortizado (CA), instrumento patrimonial mensurado ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Tais classificações, bem como suas mensurações, são baseadas, em duas condições: (i) no modelo de negócios da Empresa no qual o ativo é mantido; e (ii) nas características de fluxo de caixa contratual do referido ativo financeiro.

Em resumo, os modelos de negócios são divididos em três categorias, conforme apresentados a seguir:

	Modelo	Contexto
1	Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais	Os que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
2	Manter tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros	Aqueles que demonstram como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.
3	Demais Modelos de Negócio para os instrumentos financeiros	Aqueles que não se enquadram em nenhum dos dois modelos anteriores.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se às categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo:

Classificação e Mensuração - CPC 48	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A tabela que demonstra as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros encontra-se na Nota 30.1.

3.2.8 Investimentos

Furnas possui participações em Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs), sob controle compartilhado com outros acionistas. Todos têm o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer o controle individual.

Os resultados dessas SPEs são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial.

Quando a participação da Empresa nas perdas acumuladas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Empresa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou realizado pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada no passivo.

Quando necessário, as políticas contábeis das empresas investidas são ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisões para perdas, quando aplicável.

3.2.9 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo e calculada pelo método linear, e apropriada ao resultado do exercício, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, conforme previsto pela Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão (item 111).

A vida útil estimada de cada bem, os valores residuais e os métodos de depreciação são efetuados em conformidade com as regras estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela ANEEL. Adicionalmente, a mesma também é responsável por estabelecer a apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (ou despesas) operacionais líquidas na demonstração do resultado.

Os bens de geração, não afetados pela Lei nº 12.783/2013 (terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos – não qualificáveis na ICPC 01 (R1) – *Contrato de Concessão*) estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (Nota 10).

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso. A depreciação desses ativos se inicia quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Ressalta-se que, segundo as normas contábeis, os terrenos não sofrem depreciação.

3.2.10 Ativo intangível

As faixas de servidões permanentes são registradas pelo custo de aquisição. Os *softwares* de manutenção de sistema corporativo são registrados e avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Neste grupo, também estão incluídos os valores provenientes do direito de uso da infraestrutura para ser utilizada pela outorgante, que são estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, os quais são registrados pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontados a valor presente, a taxa implícita do projeto.

3.2.10.1 Baixa de ativo intangível

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.2.10.2 Ativo intangível proveniente do direito da exploração das concessões

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões de Furnas decorre de Uso do Bem Público (UBP), o qual foi concedido a determinadas concessões de geração mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de UBP. O registro desta obrigação a valor presente na data da assinatura dos respectivos contratos teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

3.2.11 Provisão ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

No fim de cada exercício, o valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis são revisados para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante da provisão.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, calcula-se o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente, pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da provisão de perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.2.12 Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

3.2.12.1 Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos são classificados como passivos financeiros, ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

3.2.12.2 Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os mesmos são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

3.2.12.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, tanto no circulante como no não circulante, nas rubricas “fornecedores”, “financiamentos e empréstimos” e “outros”. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros no respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.12.3.1 Baixa de passivos financeiros

A baixa de passivos financeiros é procedida somente quando as obrigações são extintas, canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2.12.3.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

3.2.13 Impostos correntes

As provisões para Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSSL) estão baseadas no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui valores (receitas ou despesas) tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

As provisões para IR e CSSL são calculadas individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Furnas adota o regime de tributação com base no lucro real. As bases de cálculo do IR e da CSSL consistem no lucro, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o IR e de 9% para a CSSL e estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Conforme facultado pela legislação tributária algumas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. As bases de cálculo do IR e da CSSL são calculadas à razão de 8% no cálculo de IR e 12% no cálculo de CSSL sobre as receitas brutas provenientes da venda de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o IR e de 9% para a CSSL.

3.2.14 Impostos diferidos

O IR e CSSL diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se os critérios definidos pela regra fiscal forem atendidos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponde a itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

3.2.15 Benefícios a empregados

A Empresa é patrocinadora de fundo de pensão em que os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos. Existem planos de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD).

Em geral, os planos de BD estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como: idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação ao plano de pensão de BD, é o valor presente da obrigação de BD na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos.

A obrigação de BD é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de BD é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Um plano de CD é um plano de pensão segundo o qual são feitas contribuições fixas a uma entidade separada. Para a empresa, não existem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Com relação ao plano de CD, são feitas contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso, em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros, estiver disponível.

Furnas possui outros benefícios pós-emprego relacionados com seguro de vida e plano de saúde que também foram determinados atuarialmente e que se encontram provisionados.

A Empresa contabiliza os ganhos e perdas atuariais reconhecendo-os de forma integral na rubrica outros resultados abrangentes (ORA) no Patrimônio Líquido (PL), conforme previsto no CPC 33 (R1), líquido dos efeitos tributários.

3.2.16 Remuneração aos acionistas

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio (JCP), baseados nos limites definidos em lei.

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08 (R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos, e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Empresa estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social, e após as devidas destinações legais, a Empresa registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no passivo circulante e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido.

Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos da Lei nº 10.303/2001.

3.2.17 Reconhecimento de receita

Para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor, a Empresa aplica um modelo de cinco etapas, sendo elas: identificação do contrato; identificação das obrigações de desempenho; determinação do preço da transação; alocação do preço de transação e reconhecimento da receita. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A norma determina que a Empresa só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso deixarão de ter as respectivas receitas reconhecidas. Os contratos de concessão de transmissão foram considerados como ativos contratuais e registrados de acordo com o CPC 47/IFRS 15.

3.2.18 Ativo de Contrato de Transmissão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia elétrica até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir, e (ii) manter e operar a infraestrutura.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Desta forma eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na taxa interna de retorno (TIR) de cada projeto, juntamente com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Com a entrada em vigor, em 01 de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, Furnas utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento;

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção; e

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa taxa de desconto é calculada contrato a contrato e varia entre 3,19% e 14,43%, vide nota 3.7.

3.2.19 Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira, por sua vez, devem ser convertidos utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem, exceto:

- (i) variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionada a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- (ii) variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- (iii) variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar, com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em ORA e reclassificadas do PL para o resultado da amortização de itens monetários.

3.2.20 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos imobilizados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são acrescidos ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos, ainda não gastos com o ativo, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.2.21 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.2.22 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das demonstrações financeiras segue as disposições contidas no CPC 09 – *Demonstração do Valor Adicionado* e é apresentada como informação adicional.

3.2.23 Concessões a pagar

A Empresa, mediante suas concessões nas usinas de Simplício, Batalha e na usina de Baguari (em consórcio), e por meio de suas investidas Teles Pires Participações S.A., Chapecoense Geração S.A, Enerpeixe S.A, Retiro Baixo Energética S.A, Serra do Facão Energia S.A. e Madeira Energia S.A, possui ônus em seus contratos de concessão com a União para a utilização do bem público para a geração de energia.

3.3 Uso de julgamentos e estimativas contábeis

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Empresa, quando da necessidade de reconhecer impactos importantes sobre a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis se tornam críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração, a materialização no valor contábil de seus ativos e passivos e de resultado pode divergir dessas estimativas.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, Furnas formou seu julgamento sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

3.3.1 Ativo e passivo fiscais diferidos (nota 13)

O mesmo critério adotado para apuração e contabilização do IRPJ e da CSLL é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias foram realizadas, levando-se em consideração a capacidade de realização futura pela geração de lucros tributáveis.

O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar, ou não, o montante do ativo fiscal diferido.

3.3.2 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (nota 10.3)

A Administração da Empresa adota variáveis e premissas em testes de determinação de recuperação de ativos de longa duração para cálculo do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário.

Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência, na gestão do ativo (conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa), que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela ANEEL aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor.

Além disso, diversos eventos intrinsecamente incertos impactam no cálculo das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detida pela Empresa, em especial os valores de sua reversão ao final do prazo de concessão.

3.3.3 Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros (nota 18)

Furnas reconhece provisão para riscos com causas tributárias, cíveis, trabalhistas e outros. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Empresa revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

3.3.4 Obrigações atuariais (nota 16)

As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes. Os resultados reais futuros podem ser distintos das estimativas contábeis utilizadas nestas demonstrações financeiras, dadas as diferenças entre as variáveis, premissas e condições efetivamente verificadas e as utilizadas na época do julgamento.

3.3.5 Contabilização de contratos de concessão (nota 7)

Na contabilização dos contratos de concessão, a Empresa efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Nesta avaliação, determina-se a forma de reconhecimento dos contratos, incluindo a taxa de desconto e as receitas de infraestrutura associadas.

3.4 Arrendamento

3.4.1 Contratos de arrendamento (*leasing*)

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

3.4.2 Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

3.4.3 Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa.

Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

3.5 ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos do imposto de renda sobre o lucro. A Interpretação requer que a Empresa: (1) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e (2) avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização pela Empresa. Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Empresa deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil. A Empresa avalia anualmente os requerimentos da norma e, desde sua adoção em 1º de janeiro de 2019, não identificou nenhum impacto.

3.6 Normas e interpretações novas ou revisadas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis são os seguintes:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 3/CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9/CPC 48: Instr. Financeiros IFRS 7/CPC 40: Instr. Financeiros – Evidenciação IAS 39/CPC 38: Instr. Financeiros – Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis IAS 8 CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	1º de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020
OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020	Orientação quanto a aspectos relevantes do CPC n. 47 - IFRS n. 15 e do CPC n. 48 – IFRS n. 9 a serem observados na elaboração das Demonstrações Contábeis das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica.	1º de dezembro de 2020

Cabe informar que somente o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 impactou de forma significativa as Demonstrações Financeiras.

3.7 Reapresentação

Em decorrência da adoção inicial do ofício da CVM 04/2020, referente a Ativo Contratual e de um novo critério de apresentação de saldos adotado em 2020 referente ao Almoxarifado e à Impostos e Contribuição Sociais, a Empresa procedeu à reapresentação das seguintes demonstrações financeiras:

3.7.1 Balanço Patrimonial (BP) de 31.12.2019

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	9.640	-	9.640	72.607	-	72.607
Títulos e valores mobiliários	684.930	-	684.930	684.930	-	684.930
Clientes	1.133.403	-	1.133.403	1.145.914	-	1.145.914
Créditos CCEE Repactuação GSF	10.458	-	10.458	10.458	-	10.458
Remuneração das participações societárias	108.294	-	108.294	108.294	-	108.294
RBSE - concessão de serviço público	3.641.821	(3.641.821)	-	3.641.821	(3.641.821)	-
Ativo contratual de transmissão	109.108	(109.108)	-	115.572	(115.572)	-
Ativo de contrato	-	3.971.031	3.971.031	-	3.977.495	3.977.495
Impostos e contribuições sociais	1.281.482	(1.281.482)	-	1.283.752	(1.283.752)	-
Almoxarifado	34.785	(34.785)	-	34.785	(34.785)	-
Outros ativos	306.886	34.785	341.671	307.256	34.785	342.041
	7.320.807	(1.061.380)	6.259.427	7.405.389	(1.063.650)	6.341.739
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Clientes	266.852	-	266.852	266.852	-	266.852
Impostos e contribuições sociais	29.019	(29.019)	-	29.019	(29.019)	-
Almoxarifado	112.475	(112.475)	-	112.475	(112.475)	-
Cauções e depósitos vinculados	849.354	-	849.354	849.362	-	849.362
Adiantamento para futuro aumento de capital	44.691	-	44.691	1.541	-	1.541
RBSE - concessão de serviço público	13.867.481	(13.867.481)	-	13.867.481	(13.867.481)	-
Ativo contratual de transmissão	3.121.079	(3.121.079)	-	3.194.880	(3.194.880)	-
Ativo de contrato	-	17.011.294	17.011.294	-	17.119.966	17.119.966
Ativos financeiros de geração	1.329.674	(1.329.674)	-	1.329.674	(1.329.674)	-
Concessões Indenizáveis - Geração	-	1.329.674	1.329.674	-	1.329.674	1.329.674
Outros ativos	22.674	112.475	135.149	41.142	112.475	153.617
	19.643.299	(6.285)	19.637.014	19.692.426	28.586	19.721.012
Investimentos	6.870.379	(28.819)	6.841.560	6.456.004	(61.568)	6.394.436
Imobilizado	5.699.531	-	5.699.531	6.267.617	-	6.267.617
Intangível	163.394	-	163.394	289.130	-	289.130
	32.376.603	(35.104)	32.341.499	32.705.177	(32.982)	32.672.195
TOTAL DO ATIVO	39.697.410	(1.096.484)	38.600.926	40.110.566	(1.096.632)	39.013.934

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	535.789	-	535.789	553.318	-	553.318
Financiamentos e empréstimos	1.627.157	-	1.627.157	1.629.430	-	1.629.430
Debêntures - encargos	543	-	543	543	-	543
Impostos e contribuições sociais	1.671.439	(1.281.482)	389.957	1.672.807	(1.283.752)	389.055
Remuneração aos acionistas	763.284	-	763.284	763.284	-	763.284
Concessões a pagar - uso do bem público	1.710	-	1.710	1.710	-	1.710
Obrigações estimadas	228.079	-	228.079	228.852	-	228.852
Encargos setoriais	89.751	-	89.751	90.242	-	90.242
Benefícios pós-emprego	11.447	-	11.447	11.447	-	11.447
Outros	43.977	-	43.977	50.355	-	50.355
	4.973.176	(1.281.482)	3.691.694	5.001.988	(1.283.752)	3.718.236
NÃO CIRCULANTE						
Fornecedores	-	-	-	1.588	-	1.588
Financiamentos e empréstimos	5.753.000	-	5.753.000	6.089.622	-	6.089.622
Debêntures - principal	450.000	-	450.000	450.000	-	450.000
Impostos e contribuições sociais	2.783.365	124.833	2.908.198	2.788.670	126.624	2.915.294
Concessões a pagar - uso do bem público	33.817	-	33.817	33.817	-	33.817
Provisões para contingências	1.538.908	-	1.538.908	1.538.908	-	1.538.908
Benefícios pós-emprego	1.768.647	-	1.768.647	1.768.647	-	1.768.647
Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC)	61.705	-	61.705	67.684	-	67.684
Provisão para contratos onerosos	222.881	-	222.881	222.881	-	222.881
Encargos setoriais	294.180	-	294.180	294.180	-	294.180
Outros	260.084	-	260.084	294.085	-	294.085
	13.166.587	124.833	13.291.420	13.550.082	126.624	13.676.706
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	6.531.154	-	6.531.154	6.531.154	-	6.531.154
Reservas de capital	5.053.045	-	5.053.045	5.053.045	-	5.053.045
Reservas de lucros:						
Reserva legal	756.649	-	756.649	756.649	-	756.649
Reserva especial de dividendos não distribuídos	3.737.481	-	3.737.481	3.737.481	-	3.737.481
Reserva de lucros a realizar	8.209.219	-	8.209.219	8.209.219	-	8.209.219
Dividendos adicionais propostos	377.314	-	377.314	377.314	-	377.314
Outros resultados abrangentes	(3.107.215)	-	(3.107.215)	(3.107.215)	-	(3.107.215)
Lucros acumulados	-	60.165	60.165	-	60.165	60.165
	21.557.647	60.165	21.617.812	21.557.647	60.165	21.617.812
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	849	331	1.180
	21.557.647	60.165	21.617.812	21.558.496	60.496	21.618.992
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.697.410	(1.096.484)	38.600.926	40.110.566	(1.096.632)	39.013.934

3.7.2 Demonstração do Resultado (DRE) de 31.12.2019

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.648.965	1.160.547	9.809.512	8.668.451	1.165.495	9.833.946
CUSTO OPERACIONAL	(4.182.022)	15.402	(4.166.620)	(4.210.948)	15.965	(4.194.983)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	(304.548)	-	(304.548)	(306.454)	-	(306.454)
LUCRO BRUTO	4.162.395	1.175.949	5.338.344	4.151.049	1.181.460	5.332.509
(DESPESAS) OPERACIONAIS	(131.019)	(15.402)	(146.421)	(132.869)	(15.965)	(148.834)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	4.031.376	1.160.547	5.191.923	4.018.180	1.165.495	5.183.675
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(32.570)	(28.819)	(61.389)	(22.629)	(33.558)	(56.187)
RESULTADO FINANCEIRO	(556.388)	(222.483)	(778.871)	(552.427)	(222.483)	(774.910)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	3.442.418	909.245	4.351.663	3.443.124	909.454	4.352.578
Imposto de renda e contribuição social	(1.445.554)	-	(1.445.554)	(1.446.145)	-	(1.446.145)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.219.402	(327.307)	892.095	1.219.273	(327.468)	891.805
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.216.266	581.938	3.798.204	3.216.252	581.986	3.798.238
Parcela atribuída aos controladores	3.216.266	581.938	3.798.204	3.216.266	581.938	3.798.204
Parcela atribuída aos acionistas não controladores	-	-	-	(14)	48	34
Resultado por ação básico líquido (R\$)	0,048	-	0,056	0,048	-	0,056

3.7.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) de 31.12.2019

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	6.531.154	5.053.045	10.880.115	191.723	-	(1.935.223)	20.720.814	863	20.721.677
Prejuízo acumulado	-	-	-	-	(511.144)	-	(511.144)	-	(511.144)
SALDO EM 01 JANEIRO DE 2019	6.531.154	5.053.045	10.880.115	191.723	(511.144)	(1.935.223)	20.209.670	863	20.210.533
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 Anteriormente Apresentado	6.531.154	5.053.045	12.703.349	377.314	-	(3.107.215)	21.557.647	849	21.558.496
Lucro acumulado	-	-	-	-	571.309	-	571.309	317	571.626
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 Reapresentado	6.531.154	5.053.045	12.703.349	377.314	60.165	(3.107.215)	21.617.812	1.180	21.618.992

3.7.4 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) de 31.12.2019

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.442.418	909.245	4.351.663	3.443.124	909.454	4.352.578
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:						
Encargos financeiros	537.159	222.483	759.642	537.159	222.483	759.642
Receita de ativo contratual - RBSE	(2.241.887)	2.241.887	-	(2.241.887)	2.241.887	-
Receita de ativo contratual de transmissão	(136.535)	(3.327.259)	(3.463.794)	(141.664)	(3.332.207)	(3.473.871)
Receita de construção	(338.273)	32.761	(305.512)	(340.176)	32.761	(307.415)
Resultado da equivalência patrimonial	32.570	28.819	61.389	22.629	33.558	56.187
Participação dos não controladores	-	-	-	14	(48)	(34)
Outros	226.226	-	226.226	222.042	-	222.042
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais						
Almoxarifado	3.777	(3.777)	-	3.777	(3.777)	-
Desativações e alienações em curso	-	(34.578)	(34.578)	-	(34.578)	(34.578)
Outros	(52.846)	38.355	(14.491)	(79.961)	38.355	(41.606)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais						
Fornecedores	92.272	47.401	139.673	108.588	47.401	155.989
Tributos a recolher	675.055	(762.203)	(87.148)	675.228	(762.203)	(86.975)
Outros	(20.499)	-	(20.499)	(17.466)	48	(17.418)
Caixa proveniente das atividades operacionais						
Amortização de ativo contratual - RBSE	3.279.655	(3.279.655)	-	3.279.655	(3.279.655)	-
Recebimento de ativo contratual de transmissão	210.523	3.171.719	3.382.242	217.215	3.171.719	3.388.934
Pagamento à entidade de previdência complementar - Plano BD/CD	(40.954)	(47.401)	(88.355)	(40.954)	(47.401)	(88.355)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.215.434)	762.203	(1.453.231)	(2.215.434)	762.203	(1.453.231)
Outros	(1.267.654)	-	(1.267.654)	(1.267.654)	-	(1.267.654)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.185.573	-	2.185.573	2.164.235	-	2.164.235
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(571.739)	-	(571.739)	(873.836)	-	(873.836)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(1.632.287)	-	(1.632.287)	(1.290.953)	-	(1.290.953)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(18.453)	-	(18.453)	(554)	-	(554)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.093	-	28.093	73.161	-	73.161
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9.640	-	9.640	72.607	-	72.607

3.7.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA) de 31.12.2019

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Receitas de vendas de energia e serviços	10.344.497	1.160.547	11.505.044	10.368.736	1.165.495	11.534.231
Outras receitas operacionais	226.860	-	226.860	223.008	-	223.008
Menos:						
Insumos						
Custo de energia comprada	(1.465.857)	-	(1.465.857)	(1.480.355)	-	(1.480.355)
Materiais	(29.016)	-	(29.016)	(29.125)	-	(29.125)
Serviços de terceiros	(704.991)	-	(704.991)	(709.200)	-	(709.200)
Outros custos operacionais	(1.657.216)	-	(1.657.216)	(1.660.971)	-	(1.660.971)
2. VALOR ADICIONADO BRUTO	6.714.277	1.160.547	7.874.824	6.712.093	1.165.495	7.877.588
Depreciação e amortização	(274.593)	-	(274.593)	(274.648)	-	(274.648)
Constituição/reversão de provisões	455.342	-	455.342	455.342	-	455.342
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	6.895.026	1.160.547	8.055.573	6.892.787	1.165.495	8.058.282
Receitas financeiras (transferências)	3.059.333	(2.908.116)	151.217	3.063.615	(2.908.116)	155.499
Equivalência patrimonial	(32.570)	(28.819)	(61.389)	(22.629)	(33.558)	(56.187)
4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	9.921.789	(1.776.388)	8.145.401	9.933.773	(1.776.179)	8.157.594
5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Remuneração do trabalho	1.134.111	-	1.134.111	1.143.603	-	1.143.603
Governo (impostos e contribuições)	1.395.169	327.307	1.722.476	1.396.859	327.468	1.724.327
Encargos financeiros e variação monetária	3.615.721	(2.685.633)	930.088	3.616.042	(2.685.633)	930.409
Encargos setoriais	560.522	-	560.522	561.017	-	561.017
Remuneração aos acionistas	763.284	-	763.284	763.284	-	763.284
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	(14)	48	34
Lucro do exercício retido	2.452.982	581.938	3.034.920	2.452.982	581.938	3.034.920
TOTAL	9.921.789	(1.776.388)	8.145.401	9.933.773	(1.776.179)	8.157.594

3.7.6 Balanço Patrimonial (BP) de 31.12.2018 em 01.01.2019

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	28.093	-	28.093	73.161	-	73.161
Títulos e valores mobiliários	479.284	-	479.284	479.284	-	479.284
Clientes	1.152.180	-	1.152.180	1.153.067	-	1.153.067
Créditos CCEE Repactuação GSF	65.529	-	65.529	65.529	-	65.529
Remuneração das participações societárias	126.294	-	126.294	126.294	-	126.294
RBSE - concessão de serviço público	3.460.565	(3.460.565)	-	3.460.565	(3.460.565)	-
Ativo contratual de transmissão	306.754	(306.754)	-	313.218	(313.218)	-
Ativo de contrato	-	3.231.758	3.231.758	-	3.238.222	3.238.222
Impostos e contribuições sociais	1.023.991	(1.023.991)	-	1.024.862	(1.024.862)	-
Almoxarifado	39.850	(39.850)	-	39.850	(39.850)	-
Créditos homologatórios ANEEL	246.143	(246.143)	-	246.143	(246.143)	-
Outros ativos	147.865	285.993	433.858	148.162	285.993	434.155
	7.076.548	(1.559.552)	5.516.996	7.130.135	(1.560.423)	5.569.712
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Créditos CCEE Repactuação GSF	10.459	-	10.459	10.459	-	10.459
Impostos e contribuições sociais	29.019	(29.019)	-	29.019	(29.019)	-
Almoxarifado	111.187	(111.187)	-	111.187	(111.187)	-
Cauções e depósitos vinculados	811.388	-	811.388	811.388	-	811.388
Adiantamento para futuro aumento de capital	295.678	-	295.678	1.541	-	1.541
RBSE - concessão de serviço público	14.864.021	(14.864.021)	-	14.864.021	(14.864.021)	-
Ativo contratual de transmissão	2.708.502	(2.708.502)	-	2.782.199	(2.782.199)	-
Ativo de contrato	-	17.423.485	17.423.485	-	17.497.182	17.497.182
Ativos financeiros de geração	1.280.320	(1.280.320)	-	1.280.320	(1.280.320)	-
Concessões Indenizáveis - Geração	-	1.280.320	1.280.320	-	1.280.320	1.280.320
Outros ativos	107.290	111.187	218.477	107.290	111.187	218.477
	20.217.864	(178.057)	20.039.807	19.997.424	(178.057)	19.819.367
Investimentos	6.046.985	-	6.046.985	6.015.644	-	6.015.644
Imobilizado	5.212.521	-	5.212.521	5.342.294	-	5.342.294
Intangível	187.843	-	187.843	290.988	-	290.988
	31.665.213	(178.057)	31.487.156	31.646.350	(178.057)	31.468.293
TOTAL DO ATIVO	38.741.761	(1.737.609)	37.004.152	38.776.485	(1.738.480)	37.038.005

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
CIRCULANTE						
Fornecedores	437.559	-	437.559	440.360	-	440.360
Financiamentos e empréstimos	2.071.013	-	2.071.013	2.071.013	-	2.071.013
Impostos e contribuições sociais	1.387.802	(1.023.991)	363.811	1.388.188	(1.024.862)	363.326
Remuneração aos acionistas	248.277	-	248.277	248.277	-	248.277
Concessões a pagar - uso do bem público	1.777	-	1.777	1.777	-	1.777
Obrigações estimadas	257.611	-	257.611	258.426	-	258.426
Encargos setoriais	57.350	-	57.350	57.863	-	57.863
Benefícios pós-emprego	10.534	-	10.534	10.534	-	10.534
Outros	34.959	-	34.959	48.664	-	48.664
	4.506.882	(1.023.991)	3.482.891	4.525.102	(1.024.862)	3.500.240
NÃO CIRCULANTE						
Financiamentos e empréstimos	6.634.459	-	6.634.459	6.634.459	-	6.634.459
Impostos e contribuições sociais	4.602.732	(202.474)	4.400.258	4.608.127	(202.474)	4.405.653
Concessões a pagar - uso do bem público	34.023	-	34.023	34.023	-	34.023
Provisões para contingências	1.179.786	-	1.179.786	1.179.786	-	1.179.786
Benefícios pós-emprego	209.852	-	209.852	209.852	-	209.852
Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC)	58.242	-	58.242	61.782	-	61.782
Provisão para contratos onerosos	408.352	-	408.352	408.352	-	408.352
Encargos setoriais	304.247	-	304.247	304.247	-	304.247
Outros	82.372	-	82.372	89.078	-	89.078
	13.514.065	(202.474)	13.311.591	13.529.706	(202.474)	13.327.232
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	6.531.154	-	6.531.154	6.531.154	-	6.531.154
Reservas de capital	5.053.045	-	5.053.045	5.053.045	-	5.053.045
Reservas de lucros:						
Reserva legal	595.957	-	595.957	595.957	-	595.957
Reserva especial de dividendos não distribuídos	2.074.939	-	2.074.939	2.074.939	-	2.074.939
Reserva de lucros a realizar	8.209.219	-	8.209.219	8.209.219	-	8.209.219
Dividendos adicionais propostos	191.723	-	191.723	191.723	-	191.723
Outros resultados abrangentes	(1.935.223)	-	(1.935.223)	(1.935.223)	-	(1.935.223)
Prejuízo Acumulado	-	(511.144)	(511.144)	-	(511.144)	(511.144)
	20.720.814	(511.144)	20.209.670	20.720.814	(511.144)	20.209.670
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	863	-	863
	20.720.814	(511.144)	20.209.670	20.721.677	(511.144)	20.210.533
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.741.761	(1.737.609)	37.004.152	38.776.485	(1.738.480)	37.038.005

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

4.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e bancos	12.193	9.640	12.380	23.391
Aplicações Financeiras	-	-	99.309	49.216
Total circulante	12.193	9.640	111.689	72.607
Total	12.193	9.640	111.689	72.607

As aplicações financeiras das controladas apresentam a seguinte composição:

Instituição Financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31.12.2020	31.12.2019
Banco do Brasil S.A.	Fundos de Investimentos	3.86% a.a.	11.684	-
Banco do Brasil S.A.	Fundos de Investimentos	100% CDI	87.625	49.216
Total			99.309	49.216

4.2 Caixa restrito

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Caixa restrito – convênio Itaipu ⁽¹⁾	161.070	-	161.070	-
Total circulante	161.070	-	161.070	-
Caixa restrito – Transenergia Goiás S.A. ⁽²⁾	-	-	4.689	-
Total não circulante	-	-	4.689	-
Total	161.070	-	165.759	-

(1) Valor referente a recebimento do convênio entre Furnas e Itaipu para revitalização de equipamentos. Vide nota 21.4

(2) Vide nota 4.2.1

4.2.1 Caixa restrito – Controlada Transenergia Goiás S.A.

O valor se refere a aplicação financeira no Paraná Banco oferecida como cobertura colateral do Seguro de Garantia Judicial contratado pela controlada Transenergia Goiás S.A. junto à Seguradora Junto S.A., para cobertura de processo movido contra a ANEEL.

A aplicação financeira de títulos em renda fixa do Paraná Banco foi remunerada à taxa de 103% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4.3 Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil (BCB), a aplicação das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil (BB) ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. Logo, a Empresa e suas controladas aplicam suas disponibilidades em fundos extramercado lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo, cuja utilização contempla tanto o programa de investimento corporativo no curto prazo como também a manutenção do caixa operacional da Empresa.

Esta rubrica compõe-se como segue:

Descritivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Fundos de investimentos ⁽¹⁾	961.930	684.895
Total circulante	961.965	684.930

(1) Para fundo FESC, ver nota 3.2.1

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 961.965 refere-se, principalmente, a aplicações em fundos de investimentos conforme demonstrado a seguir:

- a) R\$ 591.453 (R\$ 384.702 em 31.12.2019), registrados no BB Extramercado FAE Fundo de Investimento em Renda Fixa e BB Extramercado FAE 2 Fundo de Investimento em Renda Fixa;
- b) R\$ 370.457 (R\$ 300.173 em 31.12.2019), registrados no Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Comum IRFM-1 Renda Fixa e Fundo de Investimento CAIXA Extramercado VI IRF-M 1 Renda Fixa;

Nos exercícios de 2020 e 2019 as aplicações tiveram os seguintes rendimentos:

Descritivo	2020	2019
BB Extramercado FAE e FAE 2	23.698	21.403
CEF FI Extra Comum e VI	15.196	22.435
Outros	2	4
Total	38.896	43.842

4.3.1 Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste (FESC)

Do total de fundos de investimentos, R\$ 253.731 (R\$ 0 em 31.12.2019) refere-se ao FESC, aplicado no BB Extramercado FAE 2.

O FESC é um Fundo setorial definido pela Lei nº 13.182, de 03 de novembro de 2015, com o objetivo de prover recursos para implantação de empreendimentos de geração e transmissão a partir de Sociedades de Propósito Específico – SPEs em que FURNAS detenha participação de até 49%. Os recursos de

titularidade de FURNAS a serem futuramente aportados no FESC são provenientes de parte da receita de venda da energia da UHE Itumbiara.

Os investimentos deverão apresentar rentabilidade mínima, aos acionistas das SPEs, equivalente ao custo de capital próprio estabelecido pelo acionista controlador de FURNAS, referenciado nos planos de negócio associados.

Vale mencionar que o FESC ainda depende de regulamentação do Poder Executivo para ser efetivamente criado. Não obstante, FURNAS, em atendimento à Lei 13.182/2015 e em nome da boa governança, gestão e planejamento de suas disponibilidades de caixa, já reserva os recursos a serem futuramente aportados, calculados a partir dos parâmetros legais, no referido fundo de investimento.

NOTA 5 – CLIENTES

Descritivo	Consolidado					
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Parcelamento	31.12.2020	31.12.2019
Suprimento de energia	359.746	2.400	1.725	-	363.871	373.821
Uso da rede elétrica	642.133	22.210	34.487	-	698.830	538.168
Parcelamento (Nota 5.2)	-	-	-	18.304	18.304	17.988
Energia de curto prazo	90.660	63.539	71.372	-	225.571	175.527
Consumidores industriais	121.612	-	-	-	121.612	63.873
(-) PECLD (Nota 5.1)	(73)	(18)	(601)	(12.530)	(13.222)	(23.463)
Total circulante	1.214.078	88.131	106.983	5.774	1.414.966	1.145.914
Suprimento de energia	-	-	9.548	-	9.548	9.548
Uso da rede elétrica	-	-	4.348	-	4.348	4.348
Comercialização de energia	-	-	293.560	-	293.560	293.560
Parcelamento (Nota 5.2)	-	-	-	693.510	693.510	604.889
(-) PECLD (Nota 5.1)	-	-	(307.456)	(420.927)	(728.383)	(645.493)
Total não circulante	-	-	-	272.583	272.583	266.852
Total	1.214.078	88.131	106.983	278.357	1.687.549	1.412.766

Descritivo	Controladora					
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Parcelamento	31.12.2020	31.12.2019
Suprimento de energia	359.746	2.400	1.725	-	363.871	373.821
Uso da rede elétrica	635.149	22.210	34.487	-	691.846	525.657
Parcelamento (Nota 5.2)	-	-	-	18.304	18.304	17.988
Energia de curto prazo	90.660	63.539	71.372	-	225.571	175.527
Consumidores industriais	121.612	-	-	-	121.612	63.873
(-) PECLD (Nota 5.1)	(73)	(18)	(601)	(12.530)	(13.222)	(23.463)
Total circulante	1.207.094	88.131	106.983	5.774	1.407.982	1.133.403
Suprimento de energia	-	-	9.548	-	9.548	9.548
Uso da rede elétrica	-	-	4.348	-	4.348	4.348
Comercialização de energia	-	-	293.560	-	293.560	293.560
Parcelamento (Nota 5.2)	-	-	-	693.510	693.510	604.889
(-) PECLD (Nota 5.1)	-	-	(307.456)	(420.927)	(728.383)	(645.493)
Total não circulante	-	-	-	272.583	272.583	266.852
Total	1.207.094	88.131	106.983	278.357	1.680.565	1.400.255

A Empresa mantém registrado, em 31 de dezembro de 2020, o mesmo montante de 2019, ou seja, R\$ 293.560, a valores históricos, relativos à comercialização de energia no âmbito da CCEE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação está suspensa em virtude da concessão de liminares nas ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição contra a Aneel e a CCEE. À luz das normas estabelecidas no Acordo de Mercado da CCEE, a resolução dessas pendências implica uma nova contabilização e liquidação pelas partes envolvidas sem a interveniência da CCEE. Diante da incerteza de sua realização financeira, foi constituída provisão para Perdas Estimadas para Crédito de

Liquidação Duvidosa (PECLD) sobre o valor integral a receber, estando estes valores registrados no ativo não circulante.

5.1 Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Movimentação PECLD 2020

Descrição	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(23.463)	(645.493)	(668.956)
Constituição	(3.497)	(82.891)	(86.388)
(Reversão)	13.737	-	13.737
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(13.223)	(728.384)	(741.607)

Movimentação PECLD 2019

Descrição	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(22.200)	(632.585)	(654.785)
Constituição	(12.782)	(13.553)	(26.335)
(Reversão)	11.519	645	12.164
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(23.463)	(645.493)	(668.956)

O total provisionado em 31 de dezembro de 2020 monta R\$ 741.607 (R\$ 668.956 em 31.12.2019), dos quais R\$ 420.927 (R\$ 338.037 em 31/12/2019) se referem à Companhia Energética de Goiás (CELG), atualmente Enel Distribuição Goiás, conforme descrito na nota 5.2.

5.2 Parcelamentos

Os parcelamentos são decorrentes de créditos de energia financiados com os seguintes intervenientes:

Descrição	31.12.2019	Adição	Provisões	Recebimentos	Variação Monetária	Transferências de LP para CP	31.12.2020
CEA (b)	16.195	-	-	(3.665)	-	-	12.530
Eletronuclear (c)	1.793	-	21.925	(23.718)	-	5.774	5.774
Total circulante	17.988	-	21.925	(27.383)	-	5.774	18.304
Celg D (a)	338.037	-	9.330	-	73.560	-	420.927
Eletronuclear (c)	266.852	-	-	-	11.505	(5.774)	272.583
Total não circulante	604.889	-	9.330	-	85.065	(5.774)	693.510
Total	622.877	-	31.255	(27.383)	85.065	-	711.814

Os créditos de energia financiados têm as seguintes características:

a) CELG D: de acordo com o Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças firmado em 12 de dezembro de 2003 entre Furnas e CELG D, tendo como interveniente anuente o Banco do Brasil S.A., a distribuidora reconheceu o débito referente ao faturamento de energia própria no montante de R\$ 378.938. O prazo estimado para pagamento foi de 216 meses, com o saldo sendo corrigido pelo IGP-M acrescido de juros *pro rata die* à taxa de 1% a.m. Em 31 de dezembro de 2020, o valor deste parcelamento está integralmente provisionado devido à disputa judicial do recebível, conforme comentado no item 5.1 desta nota.

b) A Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) acumulava dívida de energia vencida com Furnas no valor histórico de R\$ 37.183, correspondentes aos meses de janeiro a maio de 2017, conforme Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, nº 19576/15, assinado entre as partes em 15 de janeiro de 2015. Com base no artigo 2º, inciso III da Resolução Normativa nº 711/96 da ANEEL, o referido contrato foi rescindido em 01 de junho de 2017. O saldo devedor foi renegociado em 8 (oito) parcelas, vencendo a última em 30 de abril de 2018. Como as 3 (três) últimas parcelas não foram quitadas, foi registrada provisão para PECLD. No dia 12 de junho de 2020, após decisão judicial, foi

depositado em conta-corrente de Furnas o valor de R\$ 3.665, diminuindo o saldo a receber, que em 31 de dezembro de 2020 monta em R\$12.530.

c) Eletronuclear - Em 31 de outubro de 2019, foi assinado o Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças – 001/19 entre a Eletronuclear e Furnas, para parcelamento de débito da Eletronuclear referente ao diferencial tarifário decorrente da venda de energia ocorrida entre o período de 05.12.2009 a 31.12.2012, conforme tarifas definidas pela REH nº 1585/2013 da ANEEL. O prazo do referido contrato é de 120 (cento e vinte) meses, a partir da data de sua assinatura, com carência de principal de 24 (vinte e quatro) meses e posterior amortização total do contrato, por meio de Sistema de Amortização Constante - SAC, em 96 (noventa e seis) meses. O saldo devedor será atualizado mensalmente com base na variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A partir da assinatura do contrato, sobre o saldo devedor atualizado, incide uma taxa de 7,83% a.a., calculada *pro rata temporis*, e é cobrada taxa de Administração de 0,50% a.a.

NOTA 6 - RISCO HIDROLÓGICO

A movimentação encontra-se como segue:

Descritivo	Saldo em 31.12.2019	Realização/ Amortização	Saldo em 31.12.2020
Ativo circulante/Ativo não circulante			
UHE Batalha	1.535	(1.535)	-
UHE Simplício	6.040	(6.040)	-
UHE Manso	2.883	(2.883)	-
UHE Mascarenhas	-	-	-
UHE Serra da Mesa	-	-	-
Total	10.458	(10.458)	-
Total Circulante	10.458	(10.458)	-
Total Não Circulante	-	-	-

Descritivo	Saldo em 31.12.2019	Realização/ Amortização	Saldo em 31.12.2020
Ativo intangível			
UHE Mascarenhas	15.516	(3.800)	11.716
UHE Serra da Mesa	49.695	(2.395)	47.300
UHE Itumbiara	1.986	(1.986)	-
Total Intangível	67.197	(8.181)	59.016

6.1 Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 9 de setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo compensação parcial a custos incorridos desde 2012 por geradores hidrelétricos em função de riscos não hidrológicos, no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), relativamente à parcela das respectivas garantias físicas que não tenham sido objeto da repactuação do risco hidrológico de 2016.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) “aceleração” da garantia física de empreendimentos de geração estruturantes; (ii) restrições dos sistemas de transmissão necessários ao escoamento da geração dos empreendimentos estruturantes, e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante extensão das outorgas, limitada a 7 anos, calculada

com base em metodologia e parâmetros estabelecidos pela ANEEL, a partir dos critérios gerais definidos na Lei.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que regulamenta a Lei 14.052/2020 e estabelece a referida metodologia de cálculo da compensação aos geradores hidrelétricos.

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; (ii) renunciar a qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE; (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

A tabela a seguir apresenta os valores de compensação e consequentes prazos de extensão de outorga para as usinas de FURNAS alcançadas pela Lei, divulgados pela CCEE em 02.03.2021, que ainda dependem de homologação da ANEEL.

UHE	Valor Compensação (R\$ mi)	Prazo Extensão (meses)
Itumbiara	695,3	84,0
Mascarenhas de Moraes	35,9	2,6
Serra da Mesa	39,0	6,0
Manso	0,0	0,0
Batalha	0,2	0,5
Simplício	1,5	0,8
Furnas	5,4	1,1
Luis Carlos Barreto	4,6	1,1
Porto Colômbia	1,8	1,1
Corumbá I	2,0	1,1
Marimbondo	7,0	1,2
Funil	1,2	1,2
TOTAL	794,0	100,8

Vale mencionar que a UHE Itumbiara foi incluída no conjunto de usinas alcançadas pela Lei, considerando o cenário provável de prorrogação de sua concessão por até 30 anos, em curso no Ministério de Minas e Energia, a partir de recomendação favorável da ANEEL. O prazo adicional para a usina, divulgado pela CCEE e apontado na tabela anterior, já considera o término da concessão em 28.03.2051, portanto, incluindo ainda, além dos 30 anos de prorrogação da concessão, 395 dias de extensão em virtude da repactuação do risco hidrológico de 2016.

Com a homologação dos valores e prazos pela ANEEL, os cálculos serão analisados no escopo do parágrafo 44 do CPC-04 (R1) - Ativo Intangível e mensurados ao valor justo tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

A Empresa entende que para o registro do ativo referente à repactuação do GSF, deve no mínimo aprovar a repactuação da usina cuja outorga terá o prazo estendido nos termos da Lei e da regulamentação,

e formalizar a desistência de ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, o que deverá ocorrer oportunamente seguindo a governança interna.

A compensação aos geradores hidrelétricos que ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração será reconhecida como um intangível em contrapartida a compensação de custos com energia elétrica quando todas as condições forem atingidas.

NOTA 7 – ATIVO DE CONTRATO

As concessões de transmissão da Empresa são classificadas como ativos contratuais, inclusive os ativos associados à RBSE foram reapresentados como ativos contratuais nessas informações financeiras.

A Empresa remensurou seus ativos de transmissão e reapresentou seus saldos comparativos. A reapresentação seguiu as orientações do Ofício SEP CVM 04/2020 que alterou significativamente as premissas de mensuração dos ativos contratuais da Empresa.

As principais premissas para mensuração do ativo contratual da transmissão estão sumarizadas abaixo:

- Receita Anual Permitida (RAP) estipulada no contrato de concessão (*Bid* leilão ou renovação da concessão);
- Curva de investimento previsto anexado ao contrato de concessão, taxa de depreciação considerada no contrato de concessão;
- Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de rap esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado ou realizado.
- A identificação das margens reflete a estratégia definida pela Empresa para cada concessão e variam em função de vários fatores de negócio à época de cada contrato de concessão. Todavia, independente das margens, os custos são auferidos diretamente no resultado sem constituição de ativo.
- Parcela variável como critério de risco utilizando o histórico.
- Previsão de indenização de eventual saldo residual após o encerramento do prazo contratual da concessão.

A movimentação destes ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2019	20.655.243	20.735.404
Adição – Receita de Construção	256.159	258.062
Receita Financeira Contratual	3.463.794	3.473.871
Ajuste Contratos CT034/01, CT006/05 e CT007/06	(10.628)	(10.628)
Ajuste de Mensuração (Recebimento)	(3.382.243)	(3.359.248)
Saldo em 01 de janeiro de 2020	20.982.325	21.097.461
Adição – Receita de Construção	253.938	253.938
Atualizações - Receita Financeira	2.750.163	2.762.824
Efeito RTP e ciclos anuais	2.104.182	2.104.182
Ajuste de mensuração (Recebimento)	(4.163.147)	(4.174.036)

Saldo em 31 de dezembro de 2020	21.927.461	22.044.369

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Ativo Circulante	4.554.703	3.971.031	4.561.167	3.977.495
Ativo Não Circulante	17.372.758	17.011.294	17.483.202	17.119.966
Total	21.927.461	20.982.325	22.044.369	21.097.461

Abaixo seguem os componentes dos ativos contratuais:

Resultado do Ativo Contratual	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Ativo Contratual – RAP	6.068.603	5.165.918	6.117.593	5.213.136
Ativo Contratual – Indenização	15.858.858	15.816.407	15.926.776	15.884.325
Total	21.927.461	20.982.325	22.044.369	21.097.461

Ao longo da operação da concessão o ativo contratual é realizado por dois fluxos de caixa, (i) pelo recebimento de RAP para a parcela que será amortizada até o término da concessão e (ii) mediante indenização após a reversão da infraestrutura não amortizada ao Poder Concedente.

As principais características dos ativos de transmissão seguem abaixo:

Contrato de Concessão	Atualização	Natureza	Margem de O&M	Margem de Construção	Taxa de desconto - TIR implícita
062/2001	IPCA	Renovado - RBNI	4,73%	4,73%	6,73%
062/2001	IPCA	Renovado - RBSE	0,00%	3,00%	8,66%
034/2001	IGPM	Licitado	7,87%	7,87%	14,43%
006/2005	IGPM	Licitado	7,87%	7,87%	8,34%
007/2006	IPCA	Licitado	7,87%	7,87%	3,19%
003/2009	IPCA	Licitado	7,87%	7,87%	4,12%
006/2010	IPCA	Licitado	5,99%	5,99%	4,61%
014/2011	IPCA	Licitado	5,18%	5,18%	7,29%
016/2012	IPCA	Licitado	5,28%	5,28%	4,48%

Considerando as características que diferem temporalmente os ativos contratuais da RBSE dos demais ativos de concessão de transmissão, segue abaixo o fluxo de caixa líquido estimado (não descontado) do ativo da RBSE:

Ano	Parcela econômica	Parcela Financeira	Parcela de Ajuste	Total
-----	-------------------	--------------------	-------------------	-------

2021	1.625.885	2.340.530	550.919	4.517.334
2022	1.625.885	2.340.530	550.919	4.517.334
2023	1.642.255	2.340.530	550.919	4.533.704
2024	1.642.255	2.340.530	-	3.982.785
2025	1.642.255	2.340.530	-	3.982.785
2026	1.642.255	-		1.642.255
Total	9.820.790	11.702.650	1.652.757	23.176.197

Revisão tarifária

Através da resolução homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020 a ANEEL estabeleceu as novas receitas anuais permitidas pela disponibilização das instalações de serviço público de transmissão de energia para o ciclo 2020-2021, incluindo as receitas correspondentes à Revisão Tarifária Periódica – RTP de 08 concessões da Empresa. Dessa forma, Furnas considerando as novas receitas anuais permitidas para os contratos que sofreram RTP, mensurou e registrou os efeitos advindos dessa revisão, no montante de R\$ 2,104 bilhões, nas receitas operacionais do terceiro trimestre de 2020.

Os principais itens revisados e considerados pela Aneel no cálculo das novas receitas anuais permitidas seguem abaixo:

- Avaliação da Base Incremental;
- Homologação dos novos valores para o Banco de Preços de Referência Aneel;
- Revisão da Base e Remuneração das Transmissoras;
- Alteração da taxa de remuneração do capital do segmento de transmissão de energia elétrica;
- Consideração das baixas e desmobilizações dos ativos; e
- Atualização inflacionária do período.

Abaixo seguem os contratos de concessão que sofreram revisão tarifária e seus impactos consolidados por contrato considerando remensuração dos ativos de transmissão:

Contratos de Concessão	Natureza	Resultado da revisão tarifária - receita operacional
062/2001	Renovado - RBNI	(206.863)
062/2001	Renovado - RBSE	2.387.459
034/2001	Licitado	(6.774)
006/2005	Licitado	(51.503)
007/2006	Licitado	(41.893)
003/2009	Licitado	1.069
006/2010	Licitado	23.775
014/2011	Licitado	(854)
016/2012	Licitado	(235)

	Total	2.104.181
--	-------	-----------

NOTA 8 – OUTROS ATIVOS

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a receber, dispostos como segue:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Créditos com fornecedores	134.538	199.088	134.538	199.088
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – créditos com fornecedores (nota 8.2 e 8.3)	(47.677)	(46.366)	(47.677)	(46.366)
Desativações e alienações em curso	116.050	58.966	116.050	58.966
Serviços prestados a terceiros	86.552	86.230	86.552	86.230
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – serviços prestados a terceiros (nota 8.2 e 8.3)	(86.102)	(85.921)	(86.102)	(85.921)
Alienações de bens e direitos	3.533	2.431	3.533	2.431
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – alienações de bens e direitos (nota 8.2)	(3.533)	(2.431)	(3.533)	(2.431)
Alienação em curso	-	10.938	-	10.938
Dispêndios a reembolsar	2.570	3.637	2.570	3.637
Dispêndio a reembolsar em curso	10.014	234	10.014	234
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – dispêndios a reembolsar (nota 8.2)	(395)	(887)	(395)	(887)
Empregados	54.991	37.331	54.991	37.331
Empréstimos concedidos	-	84	-	84
Despesas pagas antecipadamente	45.327	33.683	45.327	33.683
Acordo de Leniência (nota 8.4)	5.520	5.520	5.520	5.520
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – acordo de leniência (nota 8.2)	(5.520)	(5.520)	(5.520)	(5.520)
Almoxarifado	42.843	34.785	42.843	34.785
Outros	1.921	9.869	1.979	10.239
Total Circulante	360.632	341.671	360.690	342.041
Outros créditos sujeitos a variação monetária	24.141	17.513	24.141	17.513
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – Outros créditos e Gamek (nota 8.2)	(24.112)	(17.483)	(24.112)	(17.483)
Bens e direitos destinados a alienação	2.370	14.836	2.370	14.836
Concessões a licitar	3.862	3.862	3.862	3.862
Concessões licitadas	1.250	1.250	1.250	1.250

Fundos vinculados	-	-	26.419	18.468
Almoxarifado	114.271	112.475	114.271	112.475
Empresas de energia elétrica	350.028	473.929	350.028	473.929
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (notas 8.1, 8.2 e 8.3)	(346.631)	(471.233)	(346.631)	(471.233)
Acordo de Leniência (nota 8.5)	84.602	84.602	84.602	84.602
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – acordo de leniência (nota 8.2)	(84.602)	(84.602)	(84.602)	(84.602)
Total Não Circulante	125.179	135.149	151.598	153.617

8.1 Companhia de Interconexão Energética (CIEN)

Diante das incertezas quanto à realização dos créditos, Furnas constituiu perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores registrados no total de R\$ 134.284 no período findo em 31 de dezembro de 2019, classificados na rubrica de empresas de energia elétrica.

Em novembro de 2020 foi revertida a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa e considerada efetivamente como perda após a 49ª Vara Cível da capital do Estado do Rio de Janeiro não acatar um Recurso Especial. A baixa em definitivo do contas a receber foi em decorrência de perda da ação ajuizada por Furnas por inadimplemento do instrumento contratual nº. 12.399, firmado em 05.05.1998, em que foi pleiteado pagamento de penalidades, pagamento de quantias previstas no contrato e multas rescisórias.

8.2 Contas a receber CHESF

O valor registrado de R\$ 30.096 se refere a créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) nas operações de setembro de 2000 a setembro de 2002 no Mercado Atacadista de Energia (MAE). Ressalta-se que há constituição integral de provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa deste montante, que está classificado na rubrica de empresas de energia elétrica.

8.3 Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A movimentação na PECLD para as rubricas deste grupamento de contas é a seguinte:

Descrição	Controladora e Consolidado	
	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(141.035)	(573.318)
(Constituições) Reversões	(2.192)	117.973
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(143.227)	(455.345)

8.4 Eletrobras Participações S.A. – Eletropar

Com base no contrato de Cessão do Direito de Uso da Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e de Fibras Ópticas, celebrado em 29.06.1999, foram emitidas faturas correspondentes ao serviço executado. Furnas constituiu PECLD dos valores a receber, que montam R\$ 105.233 em 31.12.2020 (R\$ 105.233 em 31.12.2019).

8.5 Acordo de leniência

A Eletrobras informou aos seus acionistas e ao mercado em geral em fato relevante publicado em 02 de janeiro de 2019 que assinou, em 31 de dezembro de 2018, o termo de adesão ao Acordo de Leniência firmado entre o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (“CGU”) e a Odebrecht S/A, com a interveniência da Advocacia Geral da União (AGU), para fins de ressarcimento, em relação a empreendimentos dos quais participa, direta ou indiretamente, por meio de suas controladas.

Furnas receberia pelo referido acordo o montante de R\$ 117.684 em 21 (vinte e uma) parcelas anuais, a serem corrigidas pela SELIC, a partir de outubro de 2019, que reconhecido a valor presente, no período findo em 31 de dezembro de 2018, representava o montante de R\$ 90.122.

O valor a receber considera a participação acionária de 43,0554% de Furnas na SPE Madeira Energia S.A. (MESA), *holding* da Usina Hidroelétrica de Santo Antônio.

A adesão ao acordo foi uma oportunidade de ressarcimento à Eletrobras de parte dos recursos a que a Empresa tem direito, diante dos prejuízos causados pela Odebrecht S/A, decorrentes do esquema de corrupção desvendado pela “Operação Lava Jato”.

Destaca-se que a Eletrobras continuará adotando as medidas necessárias para ressarcimento dos danos causados às empresas do grupo, em razão dos atos ilícitos dos quais as empresas foram vítimas.

Em dezembro de 2019, Furnas optou por constituir PECLD sobre o saldo existente em função do inadimplemento da Odebrecht S/A e pelo incremento do risco de crédito por conta da recuperação judicial ocorrida durante o exercício de 2019.

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Acordo de Leniência	117.684	117.684	117.684	117.684
Ajuste a valor presente (AVP)	(27.562)	(27.562)	(27.562)	(27.562)
PECLD	(90.122)	(90.122)	(90.122)	(90.122)
Total	-	-	-	-
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	-	-

NOTA 9 – INVESTIMENTOS

A rubrica de investimentos de Furnas está composta como segue:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Participações societárias permanentes				
SPEs de Geração	3.199.688	3.932.363	2.895.523	3.561.524
SPEs de Transmissão	3.402.694	3.145.514	3.273.550	3.069.229
Subtotal de investimentos em SPEs	6.602.382	7.077.877	6.169.073	6.630.753
Perdas Estimadas sobre participações societárias permanentes	(551.545)	(253.632)	(551.545)	(253.632)
Outros investimentos	16.393	17.315	16.393	17.315
Total de investimentos	6.067.230	6.841.560	5.633.921	6.394.436

9.1 Mutação do investimento no período indicado:

Descritivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 31.12.2019 (Reapresentado)	Aportes / Adição	Capitalização de AFAC / AFAC (b)	Baixa / Reversão	Equivalência Patrimonial	Ajustes de Exercícios Anteriores	Dividendos Propostos pelas Investidas	Saldo Controladora em 31.12.2020	Adições / Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2020
Participações societárias permanentes											
<u>SPEs de Geração</u>											
Baguari Energia S.A.	30,61	69.485	-	-	-	8.603	-	(9.388)	68.700	-	68.700
Chapecoense Geração S.A.	40,00	409.864	-	-	-	112.186	-	(148.310)	373.740	-	373.740
Teles Pires Participações	24,72	376.921	14.245	-	-	(17.768)	-	-	373.398	-	373.398
Enerpeixe	40,00	254.272	-	-	-	46.614	-	(35.175)	265.711	-	265.711
Inambari Geração de Energia (a)	19,60	93	-	-	-	-	-	-	93	-	93
Madeira Energia S.A.	43,05	1.595.099	-	-	-	(622.438)	-	-	972.661	-	972.661
Retiro Baixo Energética S.A.	49,00	144.796	-	-	-	16.245	-	(3.858)	157.183	-	157.183
Serra do Facão Energia S.A.	49,47	21.892	-	-	-	1.060	-	-	22.952	-	22.952
CSE Centro de Soluções Estratégicas	49,90	3.499	-	-	(1.697)	(444)	-	(574)	784	-	784
Tijóá Participações e Investimentos	49,90	13.191	-	-	-	35.201	-	(25.762)	22.630	-	22.630
Energia Olímpica (Nota 9.2.3)	49,90	1.244	-	-	(1.244)	-	-	-	-	-	-
Empresa de Energia São Manoel	33,33	657.106	-	-	-	(25.260)	-	-	631.846	-	631.846
Brasil Ventos Energia S.A.	100,00	384.901	-	22.000	(6.427)	(90.484)	-	-	309.990	(304.165)	5.825
<u>SPEs de Transmissão</u>											
Caldas Novas	49,90	11.769	-	-	-	978	-	(231)	12.516	-	12.516
Goiás Transmissão S.A.	49,00	204.859	-	-	-	9.930	-	(2.358)	212.431	-	212.431
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50	783.528	-	-	-	12.035	-	(2.859)	792.704	-	792.704
MGE Transmissão S.A.	49,00	139.176	-	-	-	(2.028)	-	-	137.148	-	137.148
Transenergia Goiás S.A.	99,00	76.285	-	43.150	-	9.709	-	-	129.144	(129.144)	-
Transenergia Renovável S.A.	49,00	116.471	-	-	-	9.918	-	(9.992)	116.397	-	116.397
Transenergia São Paulo S.A.	49,00	54.797	-	-	-	5.932	-	(1.409)	59.320	-	59.320
Triângulo Mineiro	49,00	112.865	-	-	-	15.259	-	(1.470)	126.654	-	126.654
Paranaíba	24,50	153.725	-	-	-	25.848	-	(6.139)	173.434	-	173.434
Vale do São Bartolomeu	39,00	60.305	357	-	-	3.357	-	-	64.019	-	64.019
Mata de Santa Genebra	49,90	570.803	39.322	-	-	48.665	-	-	658.790	-	658.790
Belo Monte Transmissora	24,50	826.053	-	-	-	72.097	4.393	(17.124)	885.419	-	885.419
Lago Azul Transmissão	49,90	34.878	-	-	-	2.019	-	(2.179)	34.718	-	34.718
Subtotal de investimentos em SPEs		7.077.877	53.924	65.150	(9.368)	(322.766)	4.393	(266.828)	6.602.382	(433.309)	6.169.073

Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Continuação

Descritivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 31.12.2019 (Reapresentado)	Adição	Capitalização de AFAC / AFAC (b)	Reversão	Equivalência Patrimonial	Ajustes de Exercícios Anteriores	Dividendos Propostos pelas Investidas	Saldo Controladora em 31.12.2020	Adições / Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2020
Perdas estimadas s/ particip. societ. Permanentes											
Inambari Geração de Energia		(93)	-	-	-	-	-	-	(93)	-	(93)
Empresa de Energia São Manoel (c)		(128.694)	(68.773)	-	-	-	-	-	(197.467)	-	(197.467)
Madeira Energia S.A. (c)		(76.168)	(63.375)	-	73.171	-	-	-	(66.372)	-	(66.372)
Teles Pires Participações (c)		-	(5)	-	5	-	-	-	-	-	-
Belo Monte Transmissora (c)		(40.156)	(15.531)	-	-	-	-	-	(55.687)	-	(55.687)
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (c)		-	(105.046)	-	-	-	-	-	(105.046)	-	(105.046)
Mata de Santa Genebra (c)		-	(124.623)	-	-	-	-	-	(124.623)	-	(124.623)
Lago Azul Transmissão (c)		(8.521)	-	-	6.264	-	-	-	(2.257)	-	(2.257)
Subtotal de perdas estimadas s/ particip. societ. Permanentes		(253.632)	(377.353)	-	79.440	-	-	-	(551.545)	-	(551.545)
Outros investimentos											
Investimentos pelo custo de aquisição		17.315	2.891	-	(3.813)	-	-	-	16.393	-	16.393
Subtotal de outros investimentos		17.315	2.891	-	(3.813)	-	-	-	16.393	-	16.393
Total de investimentos		6.841.560	(320.538)	65.150	66.259	(322.766)	4.393	(266.828)	6.067.230	(433.309)	5.633.921

(a) SPE em fase de descontinuidade das operações

(b) O valor de AFAC está condicionado à aprovação do SEST para a integralização no capital da Brasil Ventos (R\$ 22.00) e Transenergia Goiás (R\$ 43.150), vide nota 9.5

(c) Na visão do acionista, em 31 de dezembro de 2020 a estimativa de perdas com investimentos em SPEs foi de R\$ 551.545 (R\$ 253.632 em 31 de dezembro/2019). Anualmente a administração de Furnas realiza uma análise sobre todos os investimentos e compara com a sua perspectiva de retorno. As diferenças são registradas no resultado como provisão ou reversão dos saldos existentes no ano anterior.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descritivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 01.01.2019	Aportes / Adição	Capitalização de AFAC / AFAC	Baixa / Reversão	Equivalência Patrimonial	Ajustes Ofício CVM 04/2020 (c)	Ajustes de Exercícios Anteriores	Dividendos Propostos pelas Investidas	Saldo Controladora em 31.12.2019 (Reapresenta do)	Adições / Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2019 (Reapresent ado)
Participações societárias permanentes												
<u>SPEs de Geração</u>												
Baguari Energia S.A.	30,61	71.011	-	-	-	10.441	-	-	(11.967)	69.485	-	69.485
Chapecoense Geração S.A.	40,00	395.841	-	-	-	122.483	-	-	(108.460)	409.864	-	409.864
Teles Pires Participações	24,72	363.104	27.981	-	-	(14.164)	-	-	-	376.921	-	376.921
Enerpeixe	40,00	260.599	-	-	(32.000)	48.103	-	-	(22.430)	254.272	-	254.272
Inambari Geração de Energia	19,60	93	-	-	-	-	-	-	-	93	-	93
Madeira Energia S.A.	43,05	2.004.915	-	-	-	(409.816)	-	-	-	1.595.099	-	1.595.099
Retiro Baixo Energética S.A.	49,00	134.277	-	-	-	13.796	-	-	(3.277)	144.796	-	144.796
Serra do Facão Energia S.A.	49,47	12.990	-	-	-	8.902	-	-	-	21.892	-	21.892
CSE Centro de Soluções Estratégicas	49,90	2.572	-	-	-	927	-	-	-	3.499	-	3.499
Tijóá Participações e Investimentos	49,90	10.523	-	-	-	26.948	-	-	(24.280)	13.191	-	13.191
Energia Olímpica	49,90	1.244	-	-	-	-	-	-	-	1.244	-	1.244
Empresa de Energia São Manoel	33,33	644.735	19.333	-	-	(6.962)	-	-	-	657.106	-	657.106
Brasil Ventos Energia S.A. (a)	100,00	-	-	418.126	(33.225)	-	-	-	-	384.901	(370.839)	14.062
<u>SPEs de Transmissão</u>												
Caldas Novas	49,90	10.741	-	-	-	981	280	-	(233)	11.769	-	11.769
Goiás Transmissão S.A.	49,00	188.574	-	-	-	21.357	-	-	(5.072)	204.859	-	204.859
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50	688.992	-	-	-	66.538	27.997	-	-	783.527	-	783.527
MGE Transmissão S.A.	49,00	127.583	-	-	-	11.593	-	-	-	139.176	-	139.176
Transenergia Goiás S.A.	99,00	41.545	-	-	-	1.991	32.749	-	-	76.285	(76.285)	-
Transenergia Renovável S.A.	49,00	143.185	-	-	-	18.915	(29.915)	-	(15.713)	116.472	-	116.472
Transenergia São Paulo S.A.	49,00	48.583	-	-	-	8.149	-	-	(1.935)	54.797	-	54.797
Triângulo Mineiro	49,00	91.698	1.406	-	-	19.761	-	-	-	112.865	-	112.865
Paranaíba	24,50	184.358	-	-	-	12.596	(40.243)	-	(2.986)	153.725	-	153.725
Vale do São Bartolomeu	39,00	51.173	4.926	-	-	4.207	-	(1)	-	60.305	-	60.305
Mata de Santa Genebra	49,90	482.329	130.289	-	-	(41.815)	-	-	-	570.803	-	570.803
Belo Monte Transmissora	24,50	795.355	-	-	-	58.147	(23.708)	(2.434)	(1.307)	826.053	-	826.053
Lago Azul Transmissão	49,90	28.255	-	-	-	702	4.021	-	1.900	34.878	-	34.878
Subtotal de investimentos em SPEs		6.784.275	183.935	418.126	(65.225)	(16.220)	(28.819)	(2.435)	(195.760)	7.077.877	(447.124)	6.630.753

Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Continuação

Descritivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 01.01.2019	Aportes / Adição	Capitalização de AFAC / AFAC	Baixa / Reversão	Equivalência Patrimonial	Ajustes Ofício CVM 04/2020 (c)	Ajustes de Exercícios Anteriores	Dividendos Propostos pelas Investidas	Saldo Controladora em 31.12.2019 (Reapresenta do)	Adições / Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2019 (Reapresenta do)
<u>Perdas estimadas s/ particip. societ. Permanentes</u>												
Inambari Geração de Energia		(93)	-	-	-	-	-	-	-	(93)	-	(93)
Empresa de Energia São Manoel (b)		(293.670)	-	-	164.976	-	-	-	-	(128.694)	-	(128.694)
Madeira Energia S.A. (b)		(152.674)	-	-	76.506	-	-	-	-	(76.168)	-	(76.168)
Teles Pires Participações (b)		(6.666)	-	-	6.666	-	-	-	-	-	-	-
Belo Monte Transmissora (b)		(139.708)	-	-	99.552	-	-	-	-	(40.156)	-	(40.156)
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (b)		(28.445)	-	-	28.445	-	-	-	-	-	-	-
Mata de Santa Genebra (b)		(120.645)	-	-	120.645	-	-	-	-	-	-	-
Lago Azul Transmissão (b)		(8.521)	-	-	-	-	-	-	-	(8.521)	-	(8.521)
Subtotal de / perdas estimadas s/ particip. societ. Permanentes		(750.422)	-	-	496.790	-	-	-	-	(253.632)	-	(253.632)
<u>Outros investimentos</u>												
Investimentos pelo custo de aquisição		13.132	4.183	-	-	-	-	-	-	17.315	-	17.315
Subtotal de outros investimentos		13.132	4.183	-	-	-	-	-	-	17.315	-	17.315
Total de investimentos		6.046.985	188.118	418.126	431.565	(16.220)	(28.819)	(2.435)	(195.760)	6.841.560	(447.124)	6.394.436

Descritivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 01.01.2019	Aportes / Adição	Capitalização de AFAC / AFAC	Baixa / Reversão	Equivalência Patrimonial	Ajustes Ofício CVM 04/2020 (c)	Ajustes de Exercícios Anteriores	Dividendos Propostos pelas Investidas	Saldo Controladora em 31.12.2019	Adições / Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2019
<u>Passivo a Descoberto</u>												
Brasil Ventos Energia S.A. (a)	100,00	(16.875)	-	-	33.225	(16.350)	-	-	-	-	-	-
Total de Passivo a Descoberto		(16.875)	-	-	33.225	(16.350)	-	-	-	-	-	-

- (a) Valor referente a transferência da conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no total de R\$ 418.126 (R\$ 250.897 em 31 de dezembro de 2018). Este valor de AFAC está condicionado à aprovação da SEST para a integralização no capital da Brasil Ventos. Foi efetuada também a transferência do saldo de Passivo a Descoberto no montante de R\$ 33.225 (R\$ 16.875 em 31 de dezembro de 2018).
- (b) Na visão do acionista, em 31 de dezembro de 2019 a estimativa de perdas com investimentos em SPes foi de R\$ 253.632 (R\$ 750.422 em 31 de dezembro/2018). Anualmente a administração de Furnas realiza uma análise sobre todos os investimentos e compara com a sua perspectiva de retorno. As diferenças são registradas no resultado como provisão ou reversão dos saldos existentes no ano anterior.
- (c) Valores referentes à participação de Furnas sobre os ajustes registrados no Patrimônio Líquido das SPes transmissoras decorrentes da adequação do Ativo de Contrato conforme Ofício CVM 04/2020. Ver Nota 9.2.6.2

9.2 Resumo das informações das investidas

De acordo com as orientações dispostas no CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, segue quadro resumo com as informações das principais investidas de Furnas e uma coluna com o total das demais investidas:

Informações Financeiras Das SPEs	Principais Investidas								Demais Investidas	Total
	Chapecoense	Enerpeixe	Madeira Energia	IE Madeira	Serra do Facão	Teles Pires Participações	Belo Monte Transmissora	Total		
Balancos Patrimoniais em 31.12.2020										
Caixa e equivalente de caixa	122.643	297.446	262.620	31	5	159.315	45.182	887.242	517.393	1.404.635
Outros ativos circulantes	142.464	179.129	682.523	439.614	378.347	114.706	216.448	2.153.231	295.361	2.448.592
Ativo financeiro, intangível e imobilizado	2.568.432	1.631.862	19.316.488	6.091.110	1.595.958	4.496.217	7.765.476	43.465.543	(a) 11.643.631	55.109.174
Outros ativos não circulantes	56.550	126.955	2.053.498	108.496	149.982	422.158	134.610	3.052.249	664.401	3.716.650
Total Ativo	2.890.089	2.235.392	22.315.129	6.639.251	2.124.292	5.192.396	8.161.716	49.558.265	13.120.786	62.679.051
Empréstimos e financiamentos (curto prazo)	138.128	283.295	414.112	257.899	48.859	221.699	399.512	1.763.504	465.769	2.229.273
Outros passivos circulantes	233.285	510.566	735.823	245.041	186.339	95.258	101.032	2.107.344	345.060	2.452.404
Empréstimos e financiamentos (longo prazo)	778.003	361.324	16.760.423	1.555.316	210.256	2.804.598	2.801.929	25.271.849	4.501.813	29.773.662
Outros passivos não circulantes	806.324	415.930	2.145.678	1.345.464	1.632.445	543.359	1.245.280	8.134.480	932.462	9.066.942
Patrimônio Líquido	934.349	664.277	2.259.093	3.235.531	46.393	1.527.482	3.613.963	12.281.088	6.875.682	19.156.770
Total Passivo	2.890.089	2.235.392	22.315.129	6.639.251	2.124.292	5.192.396	8.161.716	49.558.265	13.120.786	62.679.051
Demonstrações dos Resultados em 31.12.2020										
(+) Receita Líquida	935.862	303.132	3.200.238	595.799	402.091	792.973	833.619	7.063.714	1.714.546	8.778.260
(-) Custo da Operação	(300.255)	32.574	(2.719.799)	(158.691)	(130.330)	(666.993)	(84.733)	(4.028.227)	(840.574)	(4.868.801)
Lucro Bruto	635.607	335.706	480.439	437.108	271.761	125.980	748.886	3.035.487	873.972	3.909.459
(-) Despesas operacionais	(6.821)	(7.719)	(82.383)	(58.270)	(4.664)	(20.477)	(14.669)	(195.003)	(155.348)	(350.351)
(+) Receita financeira	11.789	27.467	258.775	11.904	26.331	11.297	6.968	354.531	24.003	378.534
(-) Despesa financeira	(209.535)	(193.793)	(2.112.254)	(341.629)	(288.696)	(209.804)	(292.805)	(3.648.516)	(376.216)	(4.024.732)
Lucro antes dos impostos	431.040	161.661	(1.455.423)	49.113	4.732	(93.004)	448.380	(453.501)	366.411	(87.090)
(-) Impostos sobre o lucro	(150.575)	(45.129)	9.756	12	2.946	21.128	(154.102)	(315.964)	(95.863)	(411.827)
Lucro Líquido (Prejuízo)	280.465	116.532	(1.445.667)	49.125	7.678	(71.876)	294.278	(769.465)	270.548	(498.917)
Outras informações:										
Depreciação e amortização	(86.627)	(52.452)	(871.924)	(7.646)	(44.070)	(187.408)	(468)	(1.250.595)	(144.572)	(1.395.167)

As informações das SPEs foram obtidas através das Demonstrações Financeiras do 4TRI2020 auditadas por auditores independentes. Porém, conforme procedimento utilizado pelo sistema Eletrobras, e permitido pela legislação contábil, é facultado o uso do balancete com um mês de defasagem (novembro), critério utilizado para as seguintes SPEs: Baguari, MGE Transmissão, Vale do São Bartolomeu e São Manoel.

(a) Saldo composto, principalmente, pelos valores registrados nas seguintes investidas: São Manoel (R\$ 3.262.405), Mata de Santa Genebra (R\$ 2.795.119) e Paranaíba (R\$ 1.614.907).

Em 31 de dezembro de 2020, as seguintes investidas de Furnas apresentaram em seus balanços o capital circulante líquido negativo:

CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO NEGATIVO			
SPEs	AC	PC	CCL
Chapecoense	265.107	371.413	(106.306)
Empresa de Energia São Manoel	193.508	210.909	(17.401)
Enerpeixe	476.575	793.861	(317.286)
Madeira	945.143	1.149.935	(204.792)
Teles Pires Participações	274.021	316.956	(42.935)

9.2.1 Serra do Facão (SEFAC)

Seguindo o previsto no item 8, Direito de Preferência na aquisição de ações do Acordo de Acionistas da Sociedade, a Serra do Facão Energia S.A. informou que recebeu, em 05 de agosto de 2019, correspondência da Camargo Correa Investimento em Infraestrutura S.A. – CCII, informando o seu interesse em alienar todas as ações de sua propriedade, que representam 6,7705% de ações ordinárias e 5,4649% do capital social total da Serra do Facão. Os acionistas Furnas e DME Energética Ltda – DMEE manifestaram interesse em adquirir as ações, das quais caberão a Furnas 4,5393% dessa parcela, passando sua participação no capital social de 49,47% (37,40% ON e 12,07% PN) para 54,01% (41,94% ON e 12,07% PN). À DMEE caberão 0,9256%, passando sua participação no capital social de 10,08% (ON) para aproximadamente 11,01% (ON).

Em 21 de novembro de 2019, foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre Camargo Correa Investimentos, Furnas e DMEE e a operação foi submetida à anuência prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e da ANEEL, sendo esta dispensada caso não confirmada a sua necessidade.

Destaca-se que ainda não foram realizadas a assinatura do livro de registro de ações da SEFAC referente ao lançamento da transferência, em benefício de Furnas, de parte das ações ordinárias detidas pela CCII e o pagamento do montante indicativo de R\$ 29.842, o qual será corrigido pelo CDI, *pro-rata temporis*, no período compreendido entre a data de assinatura do Contrato de Compra e Venda e o dia útil imediatamente anterior à data da assinatura do livro de registro de ações.

Em 23 de dezembro de 2019, o CADE autorizou a operação.

A transação foi submetida à ANEEL e ao BNDES, como previsto. A Companhia já recebeu parecer favorável da ANEEL, aguardando a finalização do processo junto ao BNDES.

9.2.2 Triângulo Mineiro (TMT) e Vale do São Bartolomeu (VSB)

Em 17 de dezembro de 2018, foi assinado Acordo de Compra e Venda da participação de 51% do parceiro FIP Multiestratégia Milão no empreendimento, com a devida anuência da ANEEL, para a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA. A consumação da referida venda está sujeita a cumprimento de condições precedentes usuais para a operação. Não há impacto ou perda nesta operação. No período findo em 31 de dezembro de 2020, as ações ainda não haviam sido transferidas.

9.2.3 Energia Olímpica

Em 06 de dezembro de 2019 foi realizada a AGE de Extinção da Sociedade de Propósito Específico Energia Olímpica S.A, com participação de Furnas (49,9%) e Light (50,1%). Esta SPE foi constituída em 2014 com o objetivo exclusivo de construir a subestação Olímpica e as linhas de transmissão de 138 kV entre as subestações Barra da Tijuca-Olímpica e Gardênia-Olímpica, dedicadas ao fornecimento de energia elétrica para o Parque Olímpico, por ocasião dos Jogos Olímpicos 2016 no Rio de Janeiro.

Como os custos das obras foram custeados integralmente pelo MME, e ao término das obras, a Light passou a ser a operadora das instalações por se localizarem na sua área de concessão, não houve pagamento pela transferência das ações de Furnas para a Light.

A Ata da Assembleia foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA em 12 de dezembro de 2019 e a baixa do CNPJ e do alvará ocorreram em 05 de março de 2020, com data retroativa de 12 de dezembro de 2019.

9.2.4 Centro de Soluções Estratégicas (CSE)

O CSE foi constituído em outubro de 2013 com o objetivo de prestação de serviços especializados no segmento de geração e transmissão de energia elétrica. Inicialmente as atividades foram concentradas no contrato de AO&M (Administração, Operação e Manutenção) firmado em 2015 com a Tijoá Participações e Investimentos S.A. para atuação na UHE Três Irmãos.

Em 2016, o CSE expandiu sua atuação com dois novos clientes, a MGE Transmissão S.A e a Transenergia São Paulo S.A. (TSP), para prestação dos serviços de operação e manutenção de linha de transmissão e das subestações de Viana (ES) e Mesquita (MG), e serviços de operação e manutenção para a subestação de Itatiba (SP), respectivamente.

Com o término dos contratos com a Tijoá e MGE no último trimestre de 2019, e com a TSP, no primeiro trimestre de 2020 foi realizada, em 01 de junho de 2020, a reunião do Conselho de Administração que deliberou pela proposta de dissolução do CSE, a ser submetida à Assembleia Geral Extraordinária.

Em 31 de dezembro de 2020, o CSE apresenta capital circulante positivo no valor de R\$ 1.570, ou seja, os seus ativos circulantes são suficientes para liquidar os seus passivos circulantes.

CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO			
SPEs	AC	PC	CCL
CSE	4.974	3.404	1.570

9.2.5 Brasil Ventos Energia S.A.

Em 31 de outubro de 2020, houve a liquidação e encerramento das empresas do Complexo Punaú (49%), bem como a aquisição, pela Brasil Ventos, das ações do FIP Salus no Complexo Itaguaçu da Bahia. Após essas últimas operações, a Administração de Furnas concluiu a sua estratégia de concentrar todas as suas participações em projetos de energia eólica sobre a administração da sua controlada integral.

Em Comunicado ao Mercado de 14 de dezembro de 2020, a Eletrobras informou a operação de encerramento das 7 (sete) Sociedades de Propósito Específico (SPEs) não operacionais pertencentes ao Complexo Punaú (RN), sendo elas: (i) Carnaúba I Eólica; (ii) Carnaúba II Eólica S.A.; (iii) Carnaúba III Eólica S.A.; (iv) Carnaúba V Eólica S.A.; (v) Cervantes I Eólica S.A.; (vi) Cervantes II Eólica S.A. e (vii) Punaú I Eólica S.A.

As SPEs encerradas tinham participação acionária do Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão (50,99%), Furnas Centrais Elétricas (49%) e das Centrais Geradoras Eólicas das SPEs (0,1%).

O encerramento das SPEs estava previsto no Plano Diretor de Negócios e Gestão 2020/2024, divulgado ao mercado por meio de Fato Relevante em 27 de março de 2020.

9.2.6 Ajustes de políticas contábeis em coligadas

9.2.6.1 Cálculo do UBP

Em 31 de dezembro de 2020, Furnas efetuou ajuste no valor do seu investimento na SPE Serra do Facão Energia S.A., no montante de R\$ 107.611 (R\$ 114.937 em 31 de dezembro de 2019), a fim de padronizar as políticas contábeis dessa entidade para a elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, em razão da contabilização divergente quanto ao registro do Uso do Bem Público (UBP).

9.2.6.2 Ajuste de Ativo de Contrato conforme Ofício CVM 04/2020

Furnas efetuou ajustes nos valores dos seus investimentos nas SPEs de Transmissão no montante total de R\$ 28.819, em razão da contabilização da adoção do Ativo de Contrato dos exercícios de 2017, 2018 e 2019, conforme Ofício Circular CVM nº 04/2020, de 1º de dezembro de 2020. As SPEs efetuaram a reapresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2019 em suas demonstrações financeiras, conforme abaixo:

Descritivo	Part. (%)	Patrimônio Líquido			
		31.12.2019	Ajuste CVM 04/2020	31.12.2019 (Reapresentado)	Ajuste Investimento em Furnas
SPEs de Transmissão					
Caldas Novas Transmissão	49,90%	23.025	561	23.586	280
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	3.083.798	114.275	3.198.073	27.997
Transenergia Goiás S.A.	99,00%	43.995	33.080	77.075	32.749
Transenergia Renovável S.A. (a)	49,00%	285.209	(61.052)	224.157	(29.915)
Paranaíba	24,50%	791.705	(164.258)	627.447	(40.243)
Belo Monte Transmissora	24,50%	3.488.277	(96.768)	3.391.509	(23.708)
Lago Azul Transmissora	49,90%	39.491	8.058	47.549	4.021
Total		7.755.500	(166.104)	7.589.396	(28.819)

a) A adequação ao ofício da CVM não gerou nenhum impacto na Transenergia Renovável. Foi feita uma ajuste no fluxo de caixa futuro do ativo de contrato, referente ao encerramento da receita de ICG/IEG após junho/2025 que gerou um impacto de R\$ 39.089 em 2018 e de R\$ 21.963 em 2019, totalizando R\$ 61.052.

9.3 Outros investimentos

Trata-se de investimentos adquiridos pelo custo de aquisição e, quando aplicável, são avaliados a valor de mercado.

9.4 Remuneração das participações societárias permanentes

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
<u>SPEs de Geração</u>				
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	-	29.090	-	29.090
Energia Olímpica	-	428	-	428
Enerpeixe S.A.	11.653	12.236	11.653	12.236
Retiro Baixo	3.858	6.357	3.858	6.357
Tijóá Participações e Investimentos	5	-	5	-
<u>SPEs de Transmissão</u>				
Belo Monte Transmissora	17.123	13.810	17.123	13.810
Caldas Novas Transmissão	465	1.231	465	1.231
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	2.859	-	2.859	-
Goiás Transmissão S.A.	8.146	11.668	8.146	11.668
Lago Azul Transmissora	110	110	110	110
MGE Transmissão S.A.	5.616	5.616	5.616	5.616
Paranaíba	6.163	5.985	6.163	5.985
Transenergia Renovável S.A.	520	4.492	520	4.492
Transenergia São Paulo S.A.	14.760	17.271	14.760	17.271
Total	71.278	108.294	71.278	108.294

9.5 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
<u>Participações societárias permanentes</u>				
<u>SPEs de Geração</u>				
Baguari Energia S.A. (Baguari)	315	315	315	315
Retiro Baixo Energética	1.226	1.226	1.226	1.226
<u>SPEs de Transmissão</u>				
Transenergia Goiás (a)	-	43.150	-	-
Total	1.541	44.691	1.541	1.541

(a) Em 31 de dezembro o saldo do AFAC no valor de R\$ 43.150 (R\$ 43.150 em 31.01.2020) foi transferido para a conta de Investimento, ver nota 9.1, aguardando aprovação do SEST para a integralização no capital da Transenergia Goiás.

NOTA 10 – IMOBILIZADO

10.1 Composição do imobilizado, por macro atividade

Controladora					
Descritivo	Taxas médias anuais de depreciação (%)	31.12.2020			31.12.2019 (Reapresentado)
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Geração	2,50	9.586.324	(3.711.569)	5.874.755	5.942.516
Transmissão ^(a)	2,98	257.683	(24.705)	232.978	220.982
Administração	7,78	674.746	(442.548)	232.198	263.075
Comercialização	10,67	1.130	(1.123)	7	17
Subtotal		10.519.883	(4.179.945)	6.339.938	6.426.590
Em curso					
Geração	-	577.281	-	577.281	412.581
Transmissão ^(a)	-	182.388	-	182.388	167.491
Administração	-	16.402	-	16.402	15.943
Subtotal		776.071	-	776.071	596.015

(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativos	(720.036)	-	(720.036)	(1.014.458)
(-) Obrigações vinculadas a concessão	(308.616)	-	(308.616)	(308.616)
Imobilizado Líquido – Total	10.267.302	(4.179.945)	6.087.357	5.699.531

Consolidado					
Descritivo	Taxas médias anuais de depreciação (%)	31.12.2020			31.12.2019 (Reapresentado)
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Geração	2,50	9.586.324	(3.711.569)	5.874.755	5.942.516
Transmissão ^(a)	2,98	257.683	(24.705)	232.978	220.982
Administração	7,78	675.181	(442.784)	232.397	263.500
Comercialização	10,67	1.130	(1.123)	7	17
Subtotal		10.520.318	(4.180.181)	6.340.137	6.427.015
Em curso					
Geração	-	1.255.613	-	1.255.613	976.509
Transmissão ^(a)	-	188.971	-	188.971	171.250
Administração	-	17.280	-	17.280	16.577
Subtotal		1.461.864	-	1.461.864	1.164.336
(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativos		(791.306)	-	(791.306)	(1.015.118)
(-) Obrigações vinculadas a concessão ^(b)		(308.616)	-	(308.616)	(308.616)
Imobilizado Líquido - Total		10.882.260	(4.180.181)	6.702.079	6.267.617

(a) Os valores expressos nas rubricas transmissão referem-se às subestações de Batalha e Simplício, além de material em depósito (de peças sobressalentes) para eventuais reparos em linhas de transmissão. Com a entrada em operação da UHE Simplício, uma parcela de seus bens - ligados à transmissão - que não são alcançados pela ICPC 01 - foi transferida de em curso para serviço.

(b) O saldo referente a amortizações é proveniente das reservas para amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal nº 41.019/1957 e que foram aplicadas, até aquela data, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica, e aos contratos de Obrigações Especiais (Termo de Transferência Não-Onerosa - TTNO) do período de 2013 a 2018, regularizados em abril de 2019.

10.2 Obrigações vinculadas a concessões

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Amortização	(81.998)	(81.998)	(81.998)	(81.998)
Participação da União	(28.539)	(28.539)	(28.539)	(28.539)
Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão – TTNO	(196.076)	(196.076)	(196.076)	(196.076)
Outras	(2.003)	(2.003)	(2.003)	(2.003)
Total	(308.616)	(308.616)	(308.616)	(308.616)

O saldo de amortizações é proveniente das reservas para amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal nº 41.019/1957 e que foram aplicadas, até aquela data, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Cabe destacar que os valores referentes à geração correspondem às usinas não afetadas.

Quanto ao Termo de Transferência Não-Onerosa (TTNO), o saldo é referente aos contratos de Obrigações Especiais do período de 2013 a 2018, regularizados em abril de 2019.

10.3 Resultados do cálculo do Impairment

Furnas revisa anualmente o valor recuperável dos seus ativos de longa duração, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de avaliar eventuais perdas. Em 2020, houve a aplicabilidade do teste de *Impairment* para todas unidades geradoras de caixa, tendo sido apurado perdas nas seguintes unidades geradoras de caixa:

- Geração – UHE Batalha e UTE Santa Cruz.

- As outras usinas são testadas como Contratos Onerosos, vide nota 20, uma vez que as mesmas operam sob o regime de cotas, tendo seus ativos revertidos para a União nos termos da Lei nº 12.783/2012, sendo Furnas, responsável pela sua administração, operação e manutenção.

- Os ativos de Transmissão não são testados para *Impairment* por estarem abarcados na Norma Contábil CPC47/IFRS15. Vide nota 3.

Esta revisão é denominada como Teste de *Impairment*, feita em atendimento ao CPC01.

O teste consiste em calcular o valor presente dos fluxos de caixa de cada Unidade Geradora de Caixa, e compará-lo com seu valor de livro. Inclui-se no fluxo de caixa os valores de indenização previstos para o final da concessão, calculados pela metodologia no Valor Novo de Reposição – VNR, com exceção da UTE Santa Cruz, onde foi considerado o valor residual contábil.

As Unidades Geradoras de Caixa foram definidas da seguinte forma:

Geração – Usinas individualizadas renovadas e não renovadas pela Lei nº 12.783/2013 (Nota 2).

A seguir, as principais premissas para avaliação do modelo *Impairment*, por unidade geradora de caixa, adotadas por Furnas:

- Custos – Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO)

No cenário foi considerada a projeção de seis anos (2020 a 2025) com base no orçamento de 2020. Após 2026, foi considerada uma perpetuidade até o fim de cada contrato.

- Receitas

As receitas foram baseadas nos contratos de lastro não individualizado comercializados no ACR (Ambiente de Contratação Regulado) e ACL (Ambiente de Contratação Livre), e rateado às usinas com base na proporção de suas garantias físicas.

- Impostos e Encargos

PIS/COFINS - Alíquota de 9,25% sobre a Receita Bruta (Lucro Real).

P&D - 1% da ROL.

CFURH – 7 % sobre a produção de energia estimada multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência - TAR estimada.

Taxa de Fiscalização ANEEL - 0,4% sobre a Receita Bruta.

RGR – 2,5% até a data de vencimento da concessão.

TUST – Considerado o valor da TUST previsto para 2021 para a projeção de todos os ativos.

• Valor Residual

Para os contratos de Geração renovados pela Lei 12.783/2013, não há previsão de indenização, uma vez que se trata de contratos de Operação e Manutenção.

Já para os contratos de Geração não renovados, há previsão de indenização e esta será com base no imobilizado não depreciado.

• Investimentos

Não foram considerados novos investimentos em 2021 nas usinas testadas, com exceção à usina UTE Santa Cruz com projeção para 2020 (outubro a dezembro) a 2021.

• Depreciação

Utilizada a taxa da ANEEL conforme sua Resolução nº 674/2015.

• UBP

Atendendo à orientação OCPC 05, foi considerado UBP para os ativos de Batalha e Simplício, cujos montantes aproximados são de R\$ 249 mil e R\$ 972 mil ao ano com base na amortização realizada, respectivamente.

• Taxa de desconto para fluxo de caixa

Weighted Average Cost of Capital (WACC) = custo médio ponderado de capital: a) Ativos de Geração não Renovadas: 6,11% a.a. real; b) Ativos de Geração Renovadas: 6,14% a.a. real. As taxas de desconto antes dos impostos foram em média 12,64%.

Nas UGCs que apresentaram provisão para *impairment*, as taxas foram as seguintes:

UHE Batalha – 8,64%

UTE Santa Cruz - 7,76%

Após aplicação do teste de *impairment*, utilizando-se das metodologias e premissas acima elencadas, a Empresa identificou em dezembro de 2020 uma diminuição na perda estimada na Unidade Geradora de Caixa usina UTE Santa Cruz e a reversão da perda estimada da usina UHE Batalha.

O valor de *impairment* apurado para o período findo em 31 de dezembro de 2020, está composto como segue:

Para o segmento de geração:

Controladora			
Descritivo	31.12.2019 (Reapresentado)	(Constituição) / Reversão	31.12.2020
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	-	(16.565)
UTE Santa Cruz	(618.569)	215.800	(402.769)
UHE Batalha	(376.680)	78.622	(298.058)
Total	(1.011.814)	294.422	(717.392)

Consolidado			
Descritivo	31.12.2019 (Reapresentado)	(Constituição) / Reversão	31.12.2020
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	-	(16.565)
UTE Santa Cruz	(618.569)	215.800	(402.769)
UHE Batalha	(376.680)	78.622	(298.058)
SPE Brasil Ventos	(660)	(70.610)	(71.270)
Total	(1.012.474)	223.812	(788.662)

10.4 Movimentação do ativo imobilizado

Controladora					
Descritivo	Saldo em 31.12.2019 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Saldo em 31.12.2020
Serviço					
Custo					
Direito de uso - IFRS16	133.659	(18.840)	-	-	114.819
Terrenos	611.439	-	-	645	612.084
Barragens, reservatórios e adutoras	4.529.628	-	-	44.249	4.573.877
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.338.035	-	-	27.491	1.365.526
Máquinas e equipamentos	3.660.724	-	(1.665)	108.242	3.767.301
Veículos	53.203	-	-	7.419	60.622
Móveis e utensílios	25.879	-	(149)	(76)	25.654
Subtotal	10.352.567	(18.840)	(1.814)	187.970	10.519.883
Depreciação					
Direito de uso - IFRS16	(2.811)	(14.739)	-	-	(17.550)
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.533.567)	(85.033)	-	-	(1.618.600)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(806.027)	(39.795)	-	-	(845.822)
Máquinas e equipamentos	(1.515.589)	(111.514)	1.515	46	(1.625.542)
Veículos	(46.359)	(3.923)	-	29	(50.253)
Móveis e utensílios	(21.624)	(663)	136	(27)	(22.178)
Subtotal	(3.925.977)	(255.667)	1.651	48	(4.179.945)
Total em Serviço	6.426.590	(274.507)	(163)	188.018	6.339.938
Em Curso					
Terrenos	3.802	1.364	-	(645)	4.521
Barragens, reservatórios e adutoras	116.600	32.891	-	(35.745)	113.746
Edificações, obras civis e benfeitorias	34.524	9.445	-	(27.058)	16.911
Máquinas e equipamentos	357.088	299.109	-	(109.917)	546.280
Veículos	1.351	4.911	-	(4.920)	1.342
Móveis e utensílios	10	164	-	(164)	10
A ratear	9.607	1.438	-	(8.936)	2.109
Estudos e Projetos	5.094	1.501	-	-	6.595
Transformação, fabricação e reparo de materiais	948	90	-	-	1.038
Compras em andamento	3.006	-	-	-	3.006
Material em depósito	63.680	16.528	-	-	80.208
Adiantamento a fornecedores	305	-	-	-	305
Total em Curso	596.015	367.441	-	(187.385)	776.071
(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.014.458)	-	294.421	-	(720.036)
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(308.616)	-	-	-	(308.616)
Imobilizado Líquido - Total	5.699.531	92.934	294.258	633	6.087.357

Consolidado					
Descritivo	Saldo em 31.12.2019 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Saldo em 31.12.2020
Serviço					
Custo					
Direito de uso - IFRS16	133.659	(18.840)	-	-	114.819
Terrenos	611.439	-	-	645	612.084
Barragens, reservatórios e adutoras	4.529.628	-	-	44.249	4.573.877
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.338.035	-	-	27.491	1.365.526
Máquinas e equipamentos	3.660.777	-	(1.665)	108.242	3.767.354
Veículos	53.203	-	-	7.419	60.622
Móveis e utensílios	26.457	4	(149)	(276)	26.036
Subtotal	10.353.198	(18.836)	(1.814)	187.770	10.520.318
Depreciação					
Direito de uso - IFRS16	(2.811)	(14.739)	-	-	(17.550)
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.533.567)	(85.033)	-	-	(1.618.600)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(806.027)	(39.795)	-	-	(845.822)
Máquinas e equipamentos	(1.515.611)	(111.521)	1.515	46	(1.625.571)
Veículos	(46.359)	(3.923)	-	29	(50.253)
Móveis e utensílios	(21.808)	(686)	136	(27)	(22.385)
Subtotal	(3.926.183)	(255.697)	1.651	48	(4.180.181)
Total em Serviço	6.427.015	(274.533)	(163)	187.818	6.340.137
Em Curso					
Terrenos	4.436	1.364	-	(645)	5.155
Barragens, reservatórios e adutoras	116.600	32891	0	(35.745)	113746
Edificações, obras civis e benfeitorias	34.396	9575	0	(27.058)	16913
Máquinas e equipamentos	372.986	299.109	-	(110.283)	561.812
Veículos	1.351	4.911	0	-4920	1342
Móveis e utensílios	12	200	0	(166)	46
A ratear	9.605	1.438	-	(8.736)	2.307
Estudos e Projetos	5.094	1501	0	0	6595
Transformação, fabricação e reparo de materiais	948	90	0	0	1038
Compras em andamento	3.006	0	0	0	3006
Material em depósito	67.567	19.224	0	0	86791
Adiantamento a fornecedores	305	-	-	-	305
Licenças Ambientais	11.350	245	-	-	11.595
Serviços de Terceiros	535.857	113.900	-	366	650.123
Seguros	823	267	-	-	1.090
Total em Curso	1.164.336	484.715	0	-187.187	1.461.864
(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.015.118)	-	223.812	-	(791.306)
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(308.616)	-	-	-	(308.616)
Imobilizado Líquido - Total	6.267.617	210.182	223.649	631	6.702.079

10.5 Intangível

Em 31 de dezembro de 2020 Furnas mantém registrado no intangível custo de *software* de manutenção de sistema corporativo no total de R\$ 204.652, sendo este último deduzido da amortização acumulada de R\$ 158.423 calculada à taxa de 20% a.a.

Do valor total de R\$ 331.066 registrado no consolidado do intangível em serviço de Furnas, R\$ 38.538 refere-se ao valor dos contratos de concessão onerosa de Furnas com a União para a UBP para a geração de energia elétrica das usinas de Batalha e Simplício, e R\$ 123.751 refere-se à GSF para as seguintes usinas em operação: R\$ 30.716 - UHE Mascarenhas de Moraes, R\$ 59.275 - UHE Serra da Mesa e R\$ 33.760 - UHE Itumbiara.

Os registros do GSF foram realizados com base na orientação do item 6 “Repactuação do Risco Hidrológico de Geração de Energia Elétrica” do despacho ANEEL Nº 245/2016, e sua amortização se dará ao longo do prazo de concessão das usinas, sendo amortizados R\$ 317 mensais para a UHE Mascarenhas de Moraes, R\$ 200 mensais para a UHE Serra da Mesa e R\$ 662 mensais para a UHE Itumbiara.

Descrição	Controladora					
	Saldo em 31.12.2019	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31.12.2020
Vinculados à concessão - Geração						
Em serviço						
Custo	11.429	-	-	-	-	11.429
Uso do Bem Público	38.538	-	-	-	-	38.538
GSF	123.751	-	-	-	-	123.751
Amortização	(1.246)	-	-	(128)	-	(1.374)
Amortização - UBP	(8.819)	-	-	(1.377)	-	(10.196)
Amortização - GSF	(56.555)	-	-	(a) (8.181)	-	(64.736)
	107.098	-	-	(9.686)	-	97.412
Em curso						
Custo	3.929	-	-	-	-	3.929
	3.929	-	-	-	-	3.929
Total vinculado à concessão – Geração	111.027	-	-	(9.686)	-	101.341
Vinculados à concessão – Transmissão						
Em serviço						
Custo	790	-	-	-	-	790
Amortização	1	-	-	-	-	1
	791	-	-	-	-	791
Em curso						
Custo	1.301	-	-	-	-	1.301
	1.301	-	-	-	-	1.301
Total vinculado à concessão – Transmissão	2.092	-	-	-	-	2.092
Não Vinculados à concessão – Outros intangíveis						
Em serviço						
Custo	185.765	-	-	-	6.668	192.433
Amortização	(142.016)	-	-	(15.034)	-	(157.050)
	43.749	-	-	(15.034)	6.668	35.383
Em curso						
Custo	6.526	3.934	-	-	(1.326)	9.134
	6.526	3.934	-	-	(1.326)	9.134
Total vinculado à concessão – Outros intangíveis	50.275	3.934	-	(15.034)	5.342	44.517
Total	163.394	3.934	-	(24.720)	5.342	147.950

Descritivo	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2019	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31.12.2020
Vinculados à concessão - Geração						
Em serviço						
Custo	11.429	-	-	-	-	11.429
Uso do Bem Público	38.538	-	-	-	-	38.538
GSF	123.751	-	-	-	-	123.751
Amortização	(1.246)	-	-	(128)	-	(1.374)
Amortização - UBP	(8.819)	-	-	(1.377)	-	(10.196)
Amortização - GSF	(56.555)	-	-	^(a) (8.181)	-	(64.736)
	107.098	-	-	(9.686)	-	97.412
Em curso						
Custo	3.929	-	-	-	-	3.929
	3.929	-	-	-	-	3.929
Total vinculado à concessão – Geração	111.027	-	-	(9.686)	-	101.341
Vinculados à concessão – Transmissão						
Em serviço						
Custo	790	-	-	-	-	790
Amortização	1	-	-	-	-	1
	791	-	-	-	-	791
Em curso						
Custo	1.301	-	-	-	-	1.301
	1.301	-	-	-	-	1.301
Total vinculado à concessão – Transmissão	2.092	-	-	-	-	2.092
Não Vinculados à concessão – Outros intangíveis						
Em serviço						
Custo	185.841	-	-	-	6.668	192.509
Amortização	(142.062)	-	-	(15.052)	-	(157.114)
	43.779	-	-	(15.052)	6.668	35.395
Em curso						
Custo	132.232	61.332	-	-	(1.326)	192.238
	132.232	61.332	-	-	(1.326)	192.238
Total vinculado à concessão - Outros intangíveis	176.011	61.332	-	(15.052)	5.342	227.633
Total	289.130	61.332	-	(24.738)	5.342	331.066

^(a) Vide Nota 6

NOTA 11 – FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2010	31.12.2019
Materiais e serviços	387.627	346.375	400.150	348.541
Fornecedores de energia elétrica – suprimento	87.178	75.764	87.178	75.764
Fornecedores de energia elétrica – encargos de uso da rede	175.501	51.415	175.501	51.415
Fornecedores de energia elétrica – CCEE	28.040	57.507	28.040	72.870
Outros	4.016	4.728	4.016	4.728
Total circulante	682.362	535.789	694.885	553.318
Materiais e serviços	-	-	-	1.588
Total circulante	682.362	535.789	694.885	554.906

NOTA 12 – FINANCIAMENTOS, EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

12.1 Composição do endividamento – controladora e consolidado

Contraparte	Moeda/ Indexador	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Controladora							
				Encargos	31.12.2020		Total	Encargos	31.12.2019		Total
					Principal				Principal		
					Circul.	Não Circul.			Circul.	Não Circul.	
Moeda Estrangeira											
Instituições financeiras											
BID	US\$	15.12.2031	Taxa flutuante base US\$ x Libor	211	39.230	392.300	431.741	469	30.428	334.706	365.603
Subtotal				211	39.230	392.300	431.741	469	30.428	334.706	365.603
Subtotal Moeda Estrangeira				211	39.230	392.300	431.741	469	30.428	334.706	365.603
Moeda Nacional											
Eletrobras											
Eletrobras	IPCA	2021 a 2030	6% a.a. + 1% tx. adm.	-	212.875	1.037.423	1.250.298	-	403.916	1.736.593	2.140.509
Eletrobras	Não indexado	2014 a 2020	5% a 7,5% a.a. + tx. adm. 1,5 a 2% a.a.	-	-	-	-	-	85	-	85
Eletrobras	Selic	30.07.2021	Selic	-	1.340	-	1.340	-	2.296	1.340	3.636
Eletrobras	CDI	30.10.2023	119,5% CDI	-	74.562	136.697	211.259	-	82.124	232.685	314.809
Subtotal				-	288.777	1.174.120	1.462.897	-	488.421	1.970.618	2.459.039
Instituições Financeiras											
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 1,91% a.a.	1.202	77.610	353.897	432.709	1.363	68.762	383.921	454.046
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 2,18% a.a.	70	4.332	19.758	24.160	79	3.834	21.406	25.319
BNDES	TJLP	15.12.2025	TJLP + 3% a.a.	315	19.527	77.679	97.521	351	17.054	85.271	102.676
BNDES	TJLP	15.06.2029	TJLP + 2,45 e 2,85% a.a.	525	20.210	151.142	171.877	574	18.375	156.186	175.135
Banco do Brasil (Aditivo)	CDI	01.10.2023	107,3% e 132% CDI	1.468	250.000	458.333	709.801	12.122	41.667	708.333	762.122
Banco do Brasil (Aditivo)	CDI	28.12.2020	110% CDI	-	-	-	-	25	104.156	-	104.181
Banco do Brasil	CDI	06.12.2023	115% CDI	2.121	50.000	100.000	152.121	7.488	50.000	150.000	207.488
Banco do Brasil	CDI	20.12.2020	CDI + 2,5% a.a.	-	-	-	-	12	42.500	-	42.512
CEF	CDI	27.07.2020	111% CDI	-	-	-	-	1.381	53.190	-	54.571
CEF	CDI	03.08.2020	111% CDI	-	-	-	-	2.455	100.000	-	102.455
CEF	CDI	15.10.2020	111% CDI	-	-	-	-	244	21.642	-	21.886
CEF	CDI	26.10.2020	111% CDI	-	-	-	-	274	28.494	-	28.768
CEF	CDI	16.05.2023	113,7% CDI	7.464	166.667	333.333	507.464	27.180	166.667	500.000	693.847
CEF	CDI	15.07.2019	140% CDI	-	-	-	-	-	-	-	-
CEF	CDI	15.12.2022	141% CDI	410	176.666	176.667	353.743	1.278	176.667	353.333	531.278
CEF - Finame	TJLP	17.01.2022	2,5% a.a. + TJLP	1	286	24	311	2	285	310	597
CEF - Finame	Não indexado	17.01.2022	8,7% a.a.	4	962	80	1.046	7	963	1.042	2.012
Banco BTG	CDI	03.07.2023	CDI + 2,3% a.a.	8.849	140.000	280.000	428.849	-	-	-	-
ABC do Brasil (2º Aditivo)	CDI	16.12.2019	CDI + 1,6% a.a.	-	-	-	-	-	-	-	-
Santander	CDI	26.05.2021	CDI + 2,5% a.a.	8	22.800	-	22.808	40	53.550	22.800	76.390
BBM	CDI	26.05.2021	CDI + 2,5% a.a.	5	15.200	-	15.205	27	35.700	15.200	50.927
Subtotal				22.442	944.260	1.950.913	2.917.615	54.902	983.506	2.397.802	3.436.210
Outros											
State Grid	Não indexado	28.07.2029	10% a.a.	15.728	28.207	354.828	398.763	-	45.590	379.982	425.572
Finep Sub A	Não indexado	15.11.2023	3,5% a.a.	43	9.635	18.467	28.145	58	9.635	28.101	37.794
Finep Sub B	TJLP	15.11.2023	5% a.a. + TJLP	54	13.938	26.715	40.707	97	13.938	40.653	54.688
Finep 2019	TJLP	15.05.2029	5% a.a. + TJLP	3	-	1.138	1.141	3	-	1.138	1.141
FIDC Imperium (a)	CDI	28.12.2024	108% CDI (a)	168	136.440	463.560	600.168	111	-	600.000	600.111
Subtotal				15.996	188.220	864.708	1.068.924	269	69.163	1.049.874	1.119.306
Subtotal Moeda Nacional				38.438	1.421.257	3.989.741	5.449.436	55.171	1.541.090	5.418.294	7.014.555
Total - Controladora				38.649	1.460.487	4.382.041	5.881.177	55.640	1.571.518	5.753.000	7.380.158
Banco do Nordeste do Brasil											
	IPCA	15.11.2038	IPCA + 2,26% a.a.	23.756	-	478.217	501.973	2.273	-	336.622	338.895
Total - Consolidado				62.405	1.460.487	4.860.258	6.383.150	57.913	1.571.518	6.089.622	7.719.053

(a) Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, estruturado junto ao Banco BTG Pactual em 20 de fevereiro de 2019 (nota 12.6)

12.2 Composição dos financiamentos e empréstimos (por tipo de moeda e indexador)

Descritivo	Controladora					
	31.12.2020			31.12.2019		
	\$	R\$	%	\$	R\$	%
Moeda estrangeira	83,080	431.741	7,3	90,705	365.603	5,0
US\$		431.741	7,3		365.603	5,0
Moeda nacional		3.001.418	51,0		3.591.345	48,6
CDI		1.250.298	21,2		2.140.509	29,0
IPCA		768.426	13,1		813.602	11,0
TJLP		1.340	0,1		3.636	0,1
SELIC		5.021.482	85,4		6.549.092	88,7
Não Indexado		427.954	7,3		465.463	6,3
		5.449.436	92,7		7.014.555	95,0
Total - Controladora		5.881.177	100,0		7.380.158	100,0
IPCA		501.973	7,9		338.895	4,4
Total - Consolidado		6.383.150	100,0		7.719.053	100,0

A variação dos principais indexadores de financiamentos e empréstimos, é a seguinte:

Moeda/Indexador	Variação (%)	
	2020 (Anual)	2019 (anual)
US\$	28,93	4,02
IPCA	4,31	3,12
CDI	(56,82)	(31,25)
TJLP	(18,31)	(20,20)

O saldo do principal do endividamento não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Descritivo	Controladora			
	31.12.2020			2019
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	
2021	-	-	-	1.521.547
2022	1.399.123	39.230	1.438.353	1.379.680
2023	1.132.335	39.230	1.171.565	1.082.965
2024	306.586	39.230	345.816	342.646
2025	275.537	39.230	314.767	304.760
2026	232.937	39.230	272.167	269.288
Após 2026	643.223	196.150	839.373	852.114
Total	3.989.741	392.300	4.382.041	5.753.000

Descritivo	Consolidado			
	31.12.2020			2019
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	
2021	-	-	-	1.522.214
2022	1.407.442	39.230	1.446.672	1.387.810
2023	1.146.079	39.230	1.185.309	1.092.367
2024	321.947	39.230	361.177	353.227
2025	292.572	39.230	331.802	316.538
2026	251.781	39.230	291.011	340.383
Após 2026	1.048.137	196.150	1.244.287	1.077.083
Total	4.467.958	392.300	4.860.258	6.089.622

12.3 Mutação dos financiamentos e empréstimos

Descrição	Controladora				
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.041.192	6.283.448	29.821	351.011	8.705.472
Ingressos	47.645	608.683	-	-	656.328
Encargos	546.704	-	12.945	-	559.649
Variação monetária e cambial	-	92.104	-	15.131	107.235
Transferências para o circulante	1.605.141	(1.605.141)	31.436	(31.436)	-
Capitalização de juros	-	39.200	-	-	39.200
Amortizações – principal	(1.977.898)	-	(30.259)	-	(2.008.157)
Amortizações – encargos	(630.771)	-	(13.046)	-	(643.817)
Amortizações – dação em pagamento	(35.752)	-	-	-	(35.752)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.596.261	5.418.294	30.897	334.706	7.380.158
Ingressos	-	420.000	-	-	420.000
Encargos	288.112	-	8.518	-	296.630
Variação monetária e cambial	247.206	(192.590)	32.646	73.165	160.427
Transferências para o circulante	1.684.571	(1.684.571)	15.571	(15.571)	-
Capitalização de juros	-	28.608	-	-	28.608
Amortizações – principal	(2.022.622)	-	(39.415)	-	(2.062.037)
Amortizações – encargos	(304.846)	-	(8.776)	-	(313.622)
Amortizações – dação em pagamento	(28.987)	-	-	-	(28.987)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.459.695	3.989.741	39.441	392.300	5.881.177

Descrição	Consolidado				
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.041.192	6.283.448	29.821	351.011	8.705.472
Ingressos	47.645	945.305	-	-	992.950
Encargos	548.977	-	12.945	-	561.922
Variação monetária e cambial	-	92.104	-	15.131	107.235
Transferências para o circulante	1.605.141	(1.605.141)	31.436	(31.436)	-
Capitalização de juros	-	39.200	-	-	39.200
Amortizações – principal	(1.977.898)	-	(30.259)	-	(2.008.157)
Amortizações – encargos	(630.771)	-	(13.046)	-	(643.817)
Amortizações – dação em pagamento	(35.752)	-	-	-	(35.752)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.598.534	5.754.916	30.897	334.706	7.719.053
Ingressos	-	561.596	-	-	561.596
Encargos	318.416	-	8.518	-	326.934
Variação monetária e cambial	247.206	(192.590)	32.646	73.165	160.427
Transferências para o circulante	1.684.571	(1.684.571)	15.571	(15.571)	-
Capitalização de juros	-	28.608	-	-	28.608
Amortizações – principal	(2.022.622)	-	(39.415)	-	(2.062.037)
Amortizações – encargos	(313.667)	-	(8.776)	-	(322.443)
Amortizações – dação em pagamento	(28.987)	-	-	-	(28.987)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.483.451	4.467.958	39.441	392.300	6.383.150

As principais variações ocorridas no exercício de 2020, na mutação dos financiamentos e empréstimos, estão compostas como segue:

- a) Ingressos (moeda nacional): acréscimo no valor de R\$ 561.596, referentes a: 1) R\$ 141.596 de liberação de empréstimo realizado pela controlada Brasil Ventos Energia S.A. com o Banco do Nordeste do Brasil, com vencimento em 15/11/2038; e 2) R\$ 420.000 de liberação de empréstimo realizado com o Banco BTG Pactual S.A., com vencimento em 03/07/2023.
- b) Amortizações (moeda nacional): R\$ 2.413.467, referentes a: 1) R\$ 322.443 de pagamento de encargos; 2) R\$ 2.062.037 de amortização de principal da dívida com BNDES, CEF, BB, Financiadoras de Estudos e Projetos – FINEP, Banco Santander, Banco BBM, State Grid Brazil Holding e Eletrobras; e 3) R\$ 28.987 de amortização de débitos decorrentes de empréstimos junto à Eletrobras (nota 12.4 – Dação em pagamento).

12.4 Dação em pagamento

Furnas celebrou, em 13 de dezembro de 2017, Instrumento Particular de Dação em Pagamento com a Eletrobras a fim de solver ou amortizar os débitos decorrentes de contratos de empréstimos celebrados entre as mesmas, mediante transferência das ações ordinárias e preferenciais de emissão das SPES.

Em 13 de janeiro de 2020, a Eletrobras alienou as ações da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A., no valor de R\$ 44.775.

Os valores de venda em 2020 apresentaram valorização de R\$ 28.987 (R\$ 25.042 de *valuation* e R\$ 3.945 de atualização monetária) com relação aos praticados em 2018 e, de acordo com Instrumento Particular de Dação em Pagamento celebrado em 13/12/2017, foram repassados a Furnas que utilizou o referido montante para quitação parcial do contrato de empréstimo ECR 285.

12.5 Mútuo entre Furnas e State Grid Brazil Holding (SGBH)

Furnas celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa SGBH, cujo objeto é a concessão de recursos a Furnas na importância total de até R\$ 294.700, liberado em parcelas, mediante solicitações, ao longo da implantação da Linha de Transmissão, que está sob a responsabilidade da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., cujos sócios são: SGBH (51%), Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ocorreu a última liberação desses recursos em um total de 14 (quatorze) desembolsos iniciados em 2015. A partir de 28 de janeiro de 2020 começaram as amortizações em 20 (vinte) parcelas semestrais, com liquidação total prevista para julho/2029 e índice de atualização de 10% a.a. O saldo em 31 de dezembro de 2020 monta R\$ 398.763.

12.6 Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)

Em 1º de fevereiro de 2019, Furnas firmou contrato de cessão de direitos creditórios com o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Imperium CCEAR, administrado pelo Banco BTG Pactual S.A. DTVM, no montante de R\$ 600.000. O objeto do contrato corresponde à antecipação de recursos provenientes de vendas e direitos relativos ao 1º Leilão ANEEL de 16 de dezembro de 2005 de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs, celebrados com diversas empresas distribuidoras devedoras. A finalidade do referido Fundo foi a quitação integral dos valores devidos à CEF através do Contrato nº 0469.870-42.

12.7 Debêntures

12.7.1 Composição das Debêntures

Emissora	Data de Emissão	Principais Características	Série	Taxa de Juros	Vencimento	31.12.2020	31.12.2019
Emitidas pela Controladora	12/2019	Primeira emissão de debêntures simples de 2 (duas) séries, da espécie quirografária, não conversíveis em ações.	Série 1	117,6% do CDI	15/11/2024	451.267	450.543
Emitidas pela Controladora	02/2020	Primeira emissão de debêntures simples de 2 (duas) séries, da espécie quirografária, não conversíveis em ações.	Série 2	IPCA + 4,08% a.a.	15/11/2029	810.202	-
Total						1.261.468	450.543

Furnas emitiu a 1ª oferta de debêntures em duas séries simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações. A primeira série foi emitida em 20 de dezembro de 2019 e, a segunda, em 20 de fevereiro de 2020.

12.7.2 Movimentação das Debêntures

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-
Captação	-	450.000	-	450.000
Encargos	543	-	543	-
Amortização	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	543	450.000	543	450.000
Captação	-	800.000	-	800.000
Encargos	42.517	-	42.517	-
Amortização	(37.577)	-	(37.577)	-
Custo de Transação	(2.461)	(19.685)	(2.461)	(19.685)
Variação Monetária	-	28.131	-	28.131
Transferências	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	3.022	1.258.446	3.022	1.258.446

12.8 Cláusulas contratuais restritivas (Covenants)

Os contratos de financiamentos e empréstimos possuem cláusulas que estipulam a comprovação da utilização dos recursos liberados a cada desembolso, em consonância com a sua finalidade específica. O descumprimento dessa obrigação inibe novas liberações e poderá implicar a declaração de vencimento antecipado das dívidas e consequente rescisão do contrato. Ressalta-se que não houve infração da Empresa em relação a essas cláusulas.

A Empresa possui em seus contratos de financiamentos cláusulas restritivas (*covenants* financeiros), conforme abaixo:

Instituição Financeira	Nº do Contrato	Saldo Devedor	Condições Restritivas	Condição Atendida
BNDES	07.2.0953.1 (UHE Simplício)	432.709	Índice de capitalização mínimo de FURNAS igual ou superior a 0,3	Sim
BNDES	10.2.0625.1 (UHE Batalha)	97.521	Índice de capitalização mínimo de ELETROBRAS igual ou superior a 0,3	Sim
BNDES	10.2.0046.1 (UHE Baguari)	24.160	Índice de capitalização mínimo de ELETROBRAS igual ou superior a 0,3	Sim
BTG Pactual	Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios	600.168	Índice de Cobertura Mínimo do faturamento Cedido igual ou superior a 1,5 do aporte mensal na Reserva (QMM)	Sim
BBI	Debêntures 1ª série	451.267	Dív. Líquida/EBITDA ≤4 (ELETROBRAS e FURNAS) ANUAL	Sim
BBI	Debêntures 2ª série	832.348	Dív. Líquida/EBITDA ≤4 (ELETROBRAS e FURNAS) ANUAL	Sim

NOTA 13 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2020, a composição dos impostos e contribuições sociais apresenta-se como segue:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Circulante				
Tributos a recuperar	(1.594.162)	(1.281.482)	(1.597.962)	(1.283.752)
Tributos a recolher	1.508.487	1.671.439	1.509.532	1.672.807
Total circulante	(85.675)	389.957	(88.430)	389.055
Não circulante				
Tributos a recuperar	(164.307)	(147.023)	(164.307)	(147.023)
(-) Provisão para perdas	164.307	118.004	164.307	118.004
Tributos a recolher	179.150	201.122	181.967	203.999
Tributos diferidos ativos	(2.159.707)	(1.995.117)	(2.159.707)	(1.995.117)
Tributos diferidos passivos	5.199.330	4.731.212	5.203.828	4.735.431
Total não circulante	3.218.773	2.908.198	3.226.088	2.915.294

Visando melhor compreensão, os valores que compõem os Ativos Circulante e Não Circulante, estão apresentados líquidos dos Passivos correspondentes, sendo itens redutores das contas de Impostos e Contribuições Sociais a Recolher, bem como de Impostos e Contribuições Sociais Diferidos.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico – CPC 32, bem como orientação da *Holding*, por meio da Informação Técnica DFCT - 002/2020, a Empresa avaliou o saldo de ativos e passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e ajustes de IFRS, no valor líquido passivo de R\$ 3 bilhões, cuja realização por exercício futuro se dará conforme abaixo:

Período	31.12.2020
2021	(256.733)
2022	(544.015)
2023	(631.655)
2024	(689.508)

2025	(689.508)
Após 2025	(228.204)
Total	(3.039.623)

13.1 Tributos a Recuperar

Classificam-se nesta rubrica, no Ativo Circulante e Não Circulante, os impostos e contribuições a recuperar, como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) – antecipações do exercício	1.137.797	900.569	1.137.797	900.569
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – antecipações do exercício	416.549	329.002	416.549	329.002
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	26.923	23.766	30.421	25.258
ICMS a recuperar	2.073	787	2.074	788
INSS	6.509	6.382	6.543	6.400
PASEP / Cofins a Compensar	1.217	1.217	1.327	1.925
IRPJ e Contribuição Social Exercícios Anteriores	514	17.392	514	17.392
Outros	79	80	236	131
Imposto de Renda a compensar – Lei nº 11.770	2.501	2.287	2.501	2.287
Total circulante	1.594.162	1.281.482	1.597.962	1.283.752
ICMS a recuperar	135.288	118.004	135.288	118.004
Paes a Recuperar	29.019	29.019	29.019	29.019
(-) Provisão para perdas	(164.307)	(118.004)	(164.307)	(118.004)
Total não circulante	-	29.019	-	29.019

Os créditos de ICMS referem-se ao Convênio de Compromisso e Cooperação Financeira que fizeram entre si a Eletronorte e o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Mato Grosso (DERMAT), com a interveniência do Governo do Estado do Mato Grosso, para a realização de obras e serviços de implantação e asfaltamento da estrada de acesso ao APM Manso, cuja titularidade dos créditos foi transferida para Furnas, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Desestatização nº 02/1999.

Decorridos 60 dias após o término do referido Convênio, em 31 de dezembro de 2002, Furnas manteve contatos com a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso visando ao ressarcimento dos referidos créditos.

Nos exercícios de 2007 e 2008, a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso efetuou auditoria nas empresas envolvidas na execução das obras e serviços necessários à implementação e asfaltamento do acesso a Usina de Manso, resultando no relatório – Processo nº 100081-001/2005, emitido pela Gerência Executiva de Fiscalização Segmentada do Estado do Mato Grosso, não apresentando diferenças significativas dos registros contábeis efetuados em Furnas.

Face ao relatório acima referenciado e, por entender não ter esgotado os canais de negociação, a Empresa optou por manter seus registros contábeis atualizados e correspondente provisão para perdas, prosseguindo com as tratativas de acordo com o Governo do Estado do Mato Grosso.

13.2 Tributos a recolher

A seguir, a classificação dos tributos a recolher por tipo:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013	17.372	17.393	17.372	17.393
Programa de Regularização Tributária - Pert	5.968	5.798	5.968	5.798
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	958.374	1.075.521	958.432	1.075.571
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	347.636	391.379	347.680	391.427
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	14.330	16.064	14.409	16.088
Pasep/Cofins	81.649	71.484	82.358	71.525
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	7.168	6.171	7.208	6.221
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	6.512	17.745	6.577	18.297
Impostos retidos – Lei nº 10.833	39.776	44.884	39.776	44.884
ICMS/ISS	27.805	21.863	27.842	22.447
Imposto de Renda retido sobre encargos de dívida	1.564	2.892	1.564	2.892
Outros	333	245	346	264
Total circulante	1.508.487	1.671.439	1.509.532	1.672.807
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) – Lei nº 12.865/2013	120.155	137.697	120.155	137.697
Programa de Regularização Tributária – PERT	48.239	52.669	48.239	52.669
Pasep/Cofins	10.756	10.756	13.573	13.633
Total não circulante	179.150	201.122	181.967	203.999

Conforme estabelecido nas Portarias ME nº. 139, de 3 de abril de 2020 e 245, de 15 de junho de 2020, Furnas aderiu à postergação de pagamento das contribuições Pis e Cofins relativas as competências março, no valor de R\$ 68 milhões, abril, de R\$ 62 milhões e maio de R\$ 63 milhões, as quais foram prorrogadas com vencimento em 25 de agosto, 23 de outubro e 25 de novembro, respectivamente.

Adicionalmente, de acordo com a Portaria ME nº. 201/2020, Furnas aderiu a suspensão dos débitos automáticos dos parcelamentos com vencimento em maio, junho e julho de 2020, as quais permaneceram em aberto, para quitação concomitante para as parcelas com vencimento normal em agosto, outubro e dezembro de 2020.

13.3 Tributos diferidos ativos

A Empresa mantém registrado, em 31 de dezembro de 2020, nos termos dos pronunciamentos técnicos CPCs 26 e 32, saldo dos impostos diferidos ativos no montante de R\$ 2.159.707, resultantes de diferenças temporárias, como evidenciado a seguir:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Adições temporárias				
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	2.091.860	1.538.908	2.091.860	1.538.908
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.395.282	1.420.955	1.395.282	1.420.955
Provisão para perda na realização de imobilizado	12.502	12.502	12.502	12.502
Provisão para perda – contrato oneroso	225.727	222.881	225.727	222.881
Provisão para Programa de Aposentadoria Extraordinária - PAE	6.371	89.719	6.371	89.719
Provisão para perda não operacional	737.551	369.159	737.551	369.159
Provisão para perda Acordo de Leniência	90.122	90.122	90.122	90.122
Provisão para perda PAES a recuperar	29.019	-	29.019	-
Impairment	720.036	1.014.459	720.036	1.014.459
Despesas Adm e Gerais (DAG) descapitalizadas	-	119.891	-	119.891
Passivo atuarial	1.043.608	2.634.517	1.043.608	2.634.517
	6.352.078	7.513.113	6.352.078	7.513.113
Imposto de renda	1.588.020	1.878.278	1.588.020	1.878.278
Contribuição social	571.687	676.180	571.687	676.180
(-) Perdas Estimadas para não realização	-	(559.341)	-	(559.341)
	2.159.707	1.995.117	2.159.707	1.995.117
Total não circulante	2.159.707	1.995.117	2.159.707	1.995.117

13.4 Tributos diferidos passivos

A Empresa mantém registrados, em 31 de dezembro de 2020, nos termos dos pronunciamentos técnicos CPCs 26, 32 e 47, o saldo dos impostos diferidos passivos, no montante de R\$ 5.199.330, como evidenciado a seguir:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Exclusões temporárias				
Fim de RTT- Adoção IN RFB 1.515/14	(462.459)	(483.583)	(475.691)	(490.724)
Ativo de Contrato	(14.829.684)	(13.431.749)	(14.829.684)	(13.437.014)
	(15.292.143)	(13.915.332)	(15.305.375)	(13.927.738)
Imposto de renda	(3.823.037)	(3.478.832)	(3.826.344)	(3.481.935)
Contribuição social	(1.376.293)	(1.252.380)	(1.377.484)	(1.253.496)
Total do passivo diferido não circulante	(5.199.330)	(4.731.212)	(5.203.828)	(4.735.431)

O valor de R\$ 15,2 bilhões refere-se ao montante base para apuração de passivos fiscais diferidos, que são calculados sobre os ajustes contábeis pertinentes às regras do IFRS. Ressalta-se que, por representarem ajustes temporários, os mesmos somente poderão afetar os tributos correntes quando de sua realização futura (Caixa).

Quanto ao montante de R\$ 462.459, refere-se a base de registro de tributo diferido passivo resultante da aplicação das alíquotas de 9% para a CS e de 25% para o IR, sobre as diferenças apuradas nos resultados tributáveis dos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, durante a vigência do RTTe que visou atender aos dispositivos da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014 e da IN RFB nº 1.515 de 24 de novembro de 2014, revogada pela IN RFB nº 1.700 de 14 de março de 2017. A movimentação da realização do passivo diferido está demonstrada abaixo:

Descritivo	Valor
Montante referente à 1ª adoção (aplicação da Lei no 12.973/14) - 2010 a 2014	
Saldo em 01.01.2015	627.405
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2015	(59.326)
Saldo em 31.12.2015	568.079
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2016	(21.124)
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2017	(21.124)
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2018	(21.124)
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2019	(21.124)
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2020	(21.124)
Saldo Remanescente	462.459
Imposto Diferido	157.237

13.5 Programa de recuperação fiscal (REFIS) – Lei nº 12.865/2013

Furnas, em 30 de dezembro de 2013, optou pelo REFIS baseado na Lei nº 12.865/2013, referente aos processos:

a) PASEP (15374-001.505/2001-18) no valor de R\$ 220.767 que estava provisionado como perda provável no valor de R\$ 259.438;

b) COFINS (15374-001.504/2001-65) no valor de R\$ 155.987 sem provisão porque seu prognóstico de perda era possível, e

c) PASEP/COFINS (18471.001.315/2008-59) no valor de R\$ 43.443 que estava provisionado como perda provável no valor de R\$ 63.388.

Vale mencionar que o valor total terá financiamento limitado a 180 meses e saldo devedor corrigido pela SELIC mensalmente.

O montante da dívida do REFIS, em 31 de dezembro de 2020, está como segue discriminado:

Descritivo	Valor
Saldo em 31.12.2019 (107 parcelas)	155.090
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2019 (12 parcelas)	17.393
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2019 (95 parcelas)	137.697
Pagamentos efetuados em 2020	(21.615)
Atualização Monetária em 2020	4.052
Saldo em 31.12.2020 (95 parcelas)	137.527
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2020 (12 parcelas)	17.372
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2020 (83 parcelas)	120.155

13.6 Programa Especial de Recuperação Tributária (PERT) – MP 783/2017

Em 31 de maio de 2017, foi publicada a MP nº 783/2017 que instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária – PERT.

Furnas, em 31 de agosto de 2017, optou pela adesão ao referido programa, no tocante ao processo administrativo nº 16682.720.874/2013-18 (PIS/PASEP e COFINS) no valor de R\$ 88.039, já considerados os descontos previstos.

O montante da dívida do PERT, em 31 de dezembro de 2020, está assim discriminado:

Descritivo	Valor
Saldo em 31.12.2019 (121 Parcelas)	58.467
Pagamentos efetuados em 2020	(5.076)
Atualização Monetária em 2020	816
Saldo em 31.12.2020 (109 Parcelas)	54.207
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2020 (12 parcelas)	5.968
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2020 (97 parcelas)	48.239

13.7 IRPJ e CSLL no resultado

O IR e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício. No entanto, quando estiverem relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes (ORA) ou diretamente no patrimônio líquido (PL), os tributos acompanharão a base de registro e também serão reconhecidos em ORA ou diretamente no PL.

A conciliação da apropriação das despesas de IR e CSLL com os valores revertidos de IR diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

Descrição	Controladora				Consolidado			
	31.12.2020		31.12.2019 (Reapresentado)		31.12.2020		31.12.2019 (Reapresentado)	
	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)
Lucro / Prejuízo antes dos impostos	3.903.986	3.903.986	4.351.663	4.351.663	3.905.264	3.905.264	4.352.578	4.352.578
Encargo dos impostos apurado com base nas alíquotas nominais	(975.997)	(351.359)	(1.087.916)	(391.650)	(976.316)	(351.474)	(1.088.145)	(391.732)
Efeitos das adições e exclusões:								
Indenização RBSE	166.597	59.975	(203.821)	(73.376)	166.597	59.975	(203.821)	(73.376)
Adições / Exclusões da Lei nº 12.973/2014	77.022	27.728	(18.497)	(6.659)	77.022	27.728	(18.497)	(6.659)
Ajustes 1ª adoção Lei nº 12.973/2014 (2010/2014)	(5.281)	(1.901)	(5.281)	(1.901)	(5.281)	(1.901)	(5.281)	(1.901)
Ajustes INRFB 1771/2017 CPC 47 – IFRS 15 e 16	(36.899)	(13.284)	(42.339)	(15.242)	(36.899)	(13.284)	(42.339)	(15.242)
Provisões operacionais	(260.343)	(93.723)	5.472	1.970	(260.343)	(93.723)	5.472	1.970
Equivalência patrimonial	(83.611)	(30.100)	(11.741)	(4.227)	(83.611)	(30.100)	(11.741)	(4.227)
Outros	10.241	3.412	12.597	3.771	10.240	3.411	12.280	3.609
Demais adições/exclusões	(6.162)	(2.218)	(91.742)	(33.027)	(6.162)	(2.218)	(91.742)	(33.029)
Constituição/Reversão de créditos tributários	(35.406)	(12.746)	883.264	317.975	(35.407)	(12.746)	883.199	317.951
Contrato Oneroso	(712)	(256)	46.368	16.692	(711)	(256)	46.368	16.692
Benefício pós emprego	(20.253)	(7.291)	36.202	13.033	(20.253)	(7.291)	36.202	13.033
Impairment / GAG Melhorias	55.986	20.155	62.497	22.499	55.986	20.155	62.497	22.499
SPEs	-	-	-	-	(507)	(309)	-	-
Incentivos Fiscais	7.253	-	11.620	-	7.252	-	11.620	-
Juros sobre Capital Próprio	127.680	45.964	-	-	127.680	45.964	-	-
Total	(979.885)	(355.644)	(403.317)	(150.142)	(980.713)	(356.069)	(403.928)	(150.412)
Corrente	(944.479)	(342.898)	(1.059.269)	(386.285)	(945.127)	(343.224)	(1.059.680)	(386.465)
Diferido	(35.406)	(12.746)	655.952	236.143	(35.586)	(12.845)	655.752	236.053
Total	(979.885)	(355.644)	(403.317)	(150.142)	(980.713)	(356.069)	(403.928)	(150.412)
Total	(1.335.529)		(553.459)		(1.336.782)		(554.340)	

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Folha de pagamento	39.307	42.039	39.526	42.257
Provisão de férias	36.201	36.716	36.638	37.115
Provisão de gratificação de férias	37.586	27.550	37.586	27.550
Provisão de 13º salário	5.207	5.110	5.210	5.110
Provisão de FRG sobre férias	7.359	5.410	7.359	5.410
Provisão de FRG sobre 13º salário	1.891	1.590	1.891	1.590
INSS sobre provisão de férias	25.397	18.757	25.538	18.878
INSS sobre 13º salário	1.520	1.492	1.531	1.492
FGTS sobre provisão de férias	7.012	5.140	7.054	5.175
FGTS sobre 13º salário	417	409	415	409
Outros	2.917	2.271	2.917	2.271
Participações nos lucros (PLR)	113.135	81.595	113.135	81.595
Total circulante	277.949	228.079	278.800	228.852

NOTA 15 – ENCARGOS SETORIAIS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
P&D – Recurso em poder da empresa	10.627	9.354	10.828	9.498
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	32.401	48.671	32.471	48.966
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	35.715	29.027	35.715	29.027
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (Tfsee)	3.149	2.699	3.153	2.751
Total circulante	81.892	89.751	82.167	90.242
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – projetos próprios	254.456	294.180	254.456	294.180
Total não circulante	254.456	294.180	254.456	294.180

NOTA 16 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Furnas possui contratos com a Fundação Real Grandeza (FRG) – fundo de pensão – para a concessão de benefícios pós-emprego aos seus funcionários, bem como contribui como patrocinadora desse Fundo. Abaixo, a posição (resumida) do passivo de Furnas com a FRG:

Descritivo	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Contribuições amortizantes Plano BD	12.640	15.577	28.217	11.447	26.743	38.190
Outros benefícios (Ajuste atuarial, seguro de vida e saúde)	-	1.043.607	1.043.607	-	1.741.904	1.741.904
Total	12.640	1.059.184	1.071.824	11.447	1.768.647	1.780.094

A obrigação atuarial apresentada foi impactada principalmente pela remensuração dos ativos financeiros e pela queda na taxa de desconto de 0,04% entre os exercícios de 2019 (3,24%) e 2020 (3,20%), devido as hipóteses atuariais e econômicas utilizadas (nota 16.4.3).

16.1 Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões

A Empresa é Patrocinadora Instituidora da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes. Em decorrência da cisão das atividades nucleares, ocorrida em 1997, a Eletronuclear tornou-se, também, patrocinadora do Plano de Benefício Definido (Plano BD).

Em 9 de abril de 2003, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), por meio do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida (Plano CD), o que possibilitou a adesão, a partir de 1º de maio de 2003, de empregados do quadro próprio da Entidade ao referido Plano.

Atualmente, a Real Grandeza administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido (Plano BD) e outro na modalidade de Contribuição Definida (Plano CD).

Em ambos os planos, o regime atuarial de financiamento é o de capitalização.

No Plano BD, os benefícios são concedidos com base no salário de atividade, descontado o valor garantido pelo regime geral da previdência social. O programa garante a concessão de um patamar mínimo de renda, além do resgate ou portabilidade de contribuições para desligados e a possibilidade de continuarem vinculados mesmo após o rompimento do vínculo empregatício, mediante contribuição plena. Além disso, há a concessão de um pecúlio por morte em regime de pagamento único.

O Plano CD, por sua vez, oferece basicamente os mesmos benefícios, entretanto sem paralelo direto com os salários da atividade. Constitui um plano de acumulação de poupanças durante a fase da vida ativa na Empresa com reversão em renda de aposentadoria.

Os ativos dos Planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Empresa e são contabilizados e controlados pela FRG.

Pelo Ofício nº 1266/2015/CGAT/DITEC/PREVIC, de 11 de maio de 2015, a PREVIC aprovou o novo Regulamento do Plano BD, no qual as taxas de contribuição foram excluídas do texto regulamentar, permitindo que o custeio possa ser adequado anualmente, caso seja necessário.

Sendo assim, a partir de julho/2015, a contribuição normal da Empresa equivalente à dos participantes ativos ficou com a seguinte composição: 1,5% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 3% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 9% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social.

De acordo com o Regulamento do Plano CD, a Empresa efetuará Contribuição Regular em nome de cada participante ativo equivalente a (i) menos (ii) menos (iii), onde:

- (i) Contribuição Básica efetuada pelo participante no mês, correspondente a 2% do salário de contribuição, mais um percentual a sua escolha entre 4,5% e 10% da parcela do seu salário excedente a 7 UR (UR = R\$ 479,65);
- (ii) Contribuição Específica de valor, calculada em bases atuariais, para cobertura dos benefícios, de risco e de eventual parcela dos benefícios mínimos dos Participantes;
- (iii) Contribuição Complementar, correspondente a um percentual calculado em bases atuariais, destinada ao financiamento das despesas administrativas.

A soma das contribuições Básica, Específica e Complementar está limitada à soma dos percentuais de 9,4% e da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das Contribuições Básica, Específica e Complementar.

Os registros contábeis e as notas explicativas decorrentes dos cálculos atuariais foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente, Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda., contratado pela Eletrobras.

Em 31 de dezembro de 2020, as contribuições da Empresa à Fundação Real Grandeza, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD, atingiram R\$ 41.429 (31.12.2019 - R\$ 40.276).

O perfil populacional dos participantes do Plano BD está abaixo demonstrado:

Dados populacionais	31.12.2020	31.12.2019
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	411	510
1.2. Idade Média	53,61	54,03
1.3 Salário Médio em R\$	16.931	16.734
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - nº	6.335	6.347
2.2. Idade Média	71,13	70,49
2.3. Benefício Médio em R\$	11.660	11.064
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	1.893	1.747
3.2. Benefício Médio em R\$	3.047	2.859
População Total	8.639	8.604

16.2 Termos de compromissos

Como parte das providências necessárias ao enquadramento da FRG aos dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 e, especificamente, em relação ao prescrito no art. 6º, as Entidades Fechadas de Previdência Privada patrocinadas por órgãos públicos deveriam rever, no prazo de dois anos a contar da publicação da Emenda, os planos de benefícios, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos.

Considerando que a Real Grandeza foi instituída por Furnas e que o Plano BD foi criado antes da edição da revogada Lei Federal nº 6.435, de 15 de julho de 1977, a edição dessa Lei, em

circunstâncias posteriores, impôs a revisão do custeio do plano BD até então pactuado, com a previsão de duas alíquotas a cargo do patrocinador do Plano BD assim especificadas:

- (i) contribuição específica criada para adaptação à Lei Federal nº 6.435/1977; e
- (ii) contribuição específica criada para eliminação de déficit passado, com a implantação do Plano Especial de Custeio em 1995.

Tendo em vista que:

- (iii) o plano de custeio atuarialmente revisto adotou para essas duas alíquotas a nomenclatura de *contribuições amortizantes*;
- (iv) tais alíquotas incidem sobre o valor da folha de salários dos participantes ativos do Plano BD, de forma a garantir o cumprimento dos compromissos assumidos por Furnas desde a constituição da FRG e, posteriormente, pela Eletronuclear.

Ainda de acordo com a legislação vigente que introduziu regra que estabelece o prazo máximo para amortização de parcela não coberta de reserva matemática de benefícios concedidos e a conceder, os valores vinculados ao custeio dos compromissos referidos nos itens (i) e (ii) acima foram apurados atuarialmente, conforme consta em Parecer Atuarial datado de 7 de abril de 2011 e confeccionado por atuário independente.

Destaca-se que a então Secretaria de Previdência Complementar, em Relatório de Fiscalização de 22 de agosto de 2007, determinou à FRG a contratação com os patrocinadores do financiamento da parcela das *contribuições extraordinárias amortizantes*.

Esclarece-se que essa obrigação financeira, constituída por meio das contribuições amortizantes, corresponde a R\$ 79.929, das quais cabe a Furnas o valor de R\$ 61.458 e à Eletronuclear, R\$ 18.471 – valores referenciados a 31 de dezembro de 2010.

Foi firmado por Furnas e a FRG, em 1º de outubro de 2012, um Contrato de Pactuação de Obrigação Financeira no valor de R\$ 61.458 com o respectivo parcelamento de pagamento, nas seguintes condições:

- (i) pagamento em 86 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 876 cada, vencendo a primeira no dia 10 do mês subsequente à assinatura do Contrato e, as seguintes, no dia 10 dos meses subsequentes;
- (ii) atualização monetária desde a data de referência, 31 de dezembro de 2010, até a data do efetivo pagamento pela variação do INPC do IBGE, acrescida de juros correspondentes ao período decorrido entre a data de referência e a data do recolhimento da primeira prestação, calculados à taxa mensal equivalente a 6% a.a..

Em conformidade com as recomendações contidas na Nota Técnica nº 118/CGINP-MP, emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão em 26 de março de 2013, Furnas resolveu efetuar o Primeiro Aditamento ao contrato em 10 de setembro de 2013.

Porém, em 23 de dezembro de 2013, a SEST emitiu novas determinações, consubstanciadas na Nota Técnica nº 539/CGINP-MP, definindo a data de 31 de dezembro de 2013 como nova “Data de Referência”.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2014, Furnas assinou o Segundo Aditamento ao Contrato de Pactuação de Obrigação Financeira ajustando, conseqüentemente, todos os valores que não tinham sido alterados no Primeiro Aditamento, a saber:

- (i) com a alteração da Data de Referência, as contribuições amortizantes com base no percentual de 5,09% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição voltam a prevalecer desde 31 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2013;
- (ii) com base no novo Parecer Atuarial de 26 de agosto de 2014, foi estabelecido o valor de R\$ 68.487 como obrigação reconhecida e confessada por Furnas;
- (iii) pagamento em 109 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 795 cada, vencendo a primeira parcela no dia 10, do mês subsequente à assinatura do contrato, e, as seguintes, no dia 10 dos meses subsequentes;
- (iv) atualização monetária desde a nova Data de Referência, 31 de dezembro de 2013, até o mês anterior ao do efetivo pagamento pela variação do INPC do IBGE, acrescida de juros correspondentes ao período decorrido entre a nova Data de Referência e a data do recolhimento da prestação, calculados à taxa mensal equivalente a 5,5% a.a..

O saldo devedor, em 31 de dezembro de 2020, referente à obrigação financeira reconhecida por Furnas junto à FRG, monta em R\$ 28.217 (R\$ 38.190 - 31.12.2019), dos quais R\$ 12.640 (R\$ 11.447 - 31.12.2019) classificados no passivo circulante.

A dívida de Furnas com a FRG possui a seguinte mutação em moeda nacional:

Descritivo	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.447	26.743	38.190
Adições	-	-	-
Juros	1.776	-	1.776
Variação monetária	-	1.652	1.652
Pagamento de juros	(1.806)	-	(1.806)
Pagamento do principal	(11.595)	-	(11.595)
Transferência para o circulante	12.818	(12.818)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.640	15.577	28.217

O perfil da dívida de longo prazo de Furnas com a FRG está assim relacionado:

Vencimento	31.12.2020
2021	-
2022	13.271
2023	2.306
2024	-
Total	15.577

16.3 Obrigações registradas no Balanço Patrimonial

Obrigações registradas no Balanço Patrimonial	31.12.2020	31.12.2019
Programa Previdenciário	953.457	1.636.215
Programa de Saúde	118.367	143.879
Programa de Seguro	-	-
Total	1.071.824	1.780.094

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2020	31.12.2019
Programa Previdenciário	2.211.543	2.728.498
Programa de Saúde	381.616	388.596
Programa de Seguro	(9.846)	(9.846)
Total	2.583.313	3.107.248

16.4 Efeitos do Plano BD, Plano CD, Assistência Saúde e Seguro

16.4.1 Seguro de vida

A Empresa subsidia 75% dos prêmios de uma apólice de seguro de vida em grupo para os empregados em atividade, mas estende a possibilidade de adesão aos aposentados de qualquer espécie, desde que paguem a integralidade do prêmio. Há a identificação de passivos pós-emprego, uma vez que o prêmio é coletivo, equalizado para ambas as massas populacionais, de ativos e de aposentados. Como o prêmio calculado separadamente para a massa de inativos é significativamente maior que o da massa ativa, ocorre a transferência intergeracional de prêmios pagos, aí incluído o subsídio dado pela Empresa. Os passivos foram calculados com base nos dados das apólices relativas ao exercício, adotando, por hipótese, que a adesão dos atuais ativos à continuidade de vínculo na apólice deverá ser mantida nos níveis hoje observados.

16.4.2 Seguro-saúde

A Empresa concede aos aposentados por invalidez, e a seus dependentes, a cobertura de gastos médicos. De acordo com os dados de custos incorridos, foram avaliados, sob a hipótese de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, conforme tábua biométrica selecionada, os compromissos potenciais de longo prazo.

16.4.3 Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas		
Descritivo	2020	2019
Taxa de juros real de desconto atuarial	3,20%	3,24%
Projeção de aumento médio dos salários	2,00%	2,00%
Taxa média de inflação anual	3,27%	3,68%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	3,27%	3,68%
Hipóteses Demográficas		
Taxa de rotatividade	0% a.a.	0% a.a.
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 Segregada por sexo SUAV 15%	AT-2000 Segregada por sexo SUAV 15%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Segregada por sexo	AT-49 Segregada por sexo
Tábua de invalidez	Álvaro Vindas SUAV 50%	Álvaro Vindas SUAV 50%
% de casados na data de aposentadoria	90%	90%
Diferença de idade entre homens e mulheres	5 anos	5 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do Plano BD foi um ganho atuarial de R\$ 2.235.817 para 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.167.408 em 31 de dezembro de 2019).

16.4.3.1 Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios no chamado conceito de *Duration*.

16.4.4 Planos de benefícios em 31 de dezembro

O plano de benefício normalmente expõe a Empresa a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade. Se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o Plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos, crédito de depósitos privados e fundo de investimentos, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792/2009 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

16.4.4.1 Conciliação dos passivos dos planos de benefícios pós-emprego

a) Planos de benefícios definidos (Plano BD) e de contribuições definidas (Plano CD)

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Descritivo	31.12.2020	31.12.2019
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	16.744.019	16.143.832
(-) Valor justo dos ativos do plano	(15.911.594)	(14.563.080)
Passivo (Ativo) líquido	832.425	1.580.752
Efeito de restrição sobre o ativo	(832.425)	(1.580.751)
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	953.457	1.636.215
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	953.457	1.636.216
Custo do serviço corrente	30.665	19.939
Custos dos juros líquidos	-	-
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	30.665	19.939

b) Planos de outros benefícios pós-emprego

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Descritivo	Saúde		Seguro	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	118.367	143.879	-	-
(-) Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-
Passivo (Ativo) líquido	118.367	143.879	-	-
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	118.367	143.879	-	-
Custo do serviço corrente	1.037	1.851	-	-
Custos dos juros líquidos	6.830	8.703	-	-
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	7.867	10.554	-	-

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

Descritivo	31.12.2020			
	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	16.143.832	143.879	-	16.287.711
Custos dos serviços corrente líquido	30.665	1.037	-	31.702
Contribuição dos participantes ativos	5.029	-	-	5.029
Custos dos juros	1.098.597	3.228	-	1.101.825
Benefícios pagos	(1.036.535)	(6.005)	-	(1.042.540)
Custo de saúde – Preq / P.A.E	-	(38.469)	-	(38.469)
Contribuições patronais	-	-	-	-
(Ganhos) perdas atuariais				
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	(618)	-	(618)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	195.229	14.878	-	210.107
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	307.202	437	-	307.639
Subtotal	502.431	14.697	-	517.128
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	16.744.019	118.367	-	16.862.386
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	14.563.080	-	-	14.563.080
Receita de juros	989.975	-	-	989.975
Contribuições patronais	40.970	6.005	-	46.975
Contribuições de participantes do plano	5.029	-	-	5.029
Benefícios pagos/adiantados	(1.036.535)	(6.005)	-	(1.042.540)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	1.349.075	-	-	1.349.075
Subtotal	1.349.075	-	-	1.349.075
Valor justo dos ativos no fim do exercício	15.911.594	-	-	15.911.594

Descritivo	31.12.2019			
	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	12.775.369	167.460	5.555	12.948.384
Custos dos serviços corrente líquido	19.939	299	-	20.238
Contribuição dos participantes ativos	6.318	-	-	6.318
Custos dos juros	1.082.969	4.338	-	1.087.307
Benefícios pagos	(976.245)	(85.994)	-	(1.062.239)
Custo de saúde – Preq / P.A.E	-	3.448	-	3.448
Contribuições patronais	-	-	(5.555)	(5.555)
(Ganhos) perdas atuariais				
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	3.189.604	29.048	-	3.218.652
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	45.878	25.280	-	71.158
Subtotal	3.235.482	54.328	-	3.289.810
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	16.143.832	143.879	-	16.278.711
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	13.255.781	-	-	13.255.781
Receita de juros	1.127.621	-	-	1.127.621
Contribuições patronais	102.513	85.994	-	188.507
Contribuições de participantes do plano	6.318	-	-	6.318
Benefícios pagos/adiantados	(976.245)	(85.994)	-	(1.062.239)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	1.047.092	-	-	1.047.092
Subtotal	1.047.092	-	-	1.047.092
Valor justo dos ativos no fim do exercício	14.563.080	-	-	14.563.080

As principais categorias de ativos do plano no final do exercício de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Descritivo	31.12.2020	31.12.2019
Valores disponíveis imediatos	136	1.220
Realizável previdenciário	102.278	160.645
Renda fixa	12.071.555	10.893.650
Renda variável	3.265.203	3.060.867
Investimentos imobiliários	528.498	518.352
Empréstimos e financiamentos	199.877	208.461
Tesouraria	13.708	17.404
Outros	-	-
(-) Exigíveis previdenciários	(152.412)	(198.824)
(-) Exigíveis de investimentos	(117.249)	(98.695)
Total dos ativos garantidos	15.911.594	14.563.080

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

16.4.5 Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2020	31.12.2019
Programa previdenciário e outros benefícios pós-emprego (ganho)	2.583.313	3.107.248

Descritivo	31.12.2020			
	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício				
Contribuições patronais	-	-	-	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas	502.431	(6.979)	-	495.452
Retorno sobre ativos do plano	(1.349.073)	-	-	(1.349.073)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	74.313	-	-	74.313
Ativos / Passivos diferidos – Laudo atuarial	255.374	-	-	255.374
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em ORA	(516.956)	(6.979)	-	(523.935)

Descritivo	31.12.2019			
	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício				
Contribuições patronais	40.954	-	(5.555)	35.399
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas	3.235.482	81.375	-	3.316.857
Retorno sobre ativos do plano	(1.092.617)	-	-	(1.092.617)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(504.989)	-	-	(504.989)
Ativos / Passivos diferidos – Laudo atuarial	(582.657)	-	-	(582.657)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em ORA	1.096.173	81.375	(5.555)	1.171.993

16.4.6 Impactos no resultado do exercício

Descritivo	31.12.2019				
	Plano BD	Plano CD	Seguro Saúde	Saúde (Rescisório)	Total
(Ganhos) atuariais	(55.024)	(1.966)	(85.994)	(29.516)	(172.500)
Perdas atuariais	16.256	883	4.637	5.917	27.693
Resultado atuarial – (Ganho) / Perda	(38.768)	(1.803)	(81.357)	(23.599)	(144.807)

Descritivo	31.12.2020				
	Plano BD	Plano CD	Seguro Saúde	Saúde (Rescisório)	Total
(Ganhos) atuariais	(39.244)	(1.725)	(6.005)	(20.395)	(67.369)
Perdas atuariais	139.774	739	4.265	3.602	148.380
Resultado atuarial – (Ganho) / Perda	100.530	(986)	(1.740)	(16.793)	81.011

16.4.7 Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

Furnas espera contribuir com R\$ 41.338 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 10,38 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego:

Programa Previdenciário	31.12.2020
Menos de 1 ano	1.081.027
Entre 1-2 anos	2.074.627
Entre 2-5 anos	2.880.558
Mais de 5 anos	6.694.802
Total	12.731.014

16.5 Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

- Se a taxa de desconto fosse 1% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 1.859.943 (aumento de R\$ 2.330.053).
- Se os custos médicos fossem 1% mais altos (baixos), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 7.750 (aumento de R\$ 8.550).

16.6 Análise de sensibilidade das principais hipóteses

Descritivo	PLANO BD		
	TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	+ 1%	- 1%	
Montantes do:			
Valor presente da obrigação atuarial do plano	14.727.986	18.917.982	16.587.929
Valor justo dos ativos do plano	15.662.689	15.662.689	15.662.689
Superávit/ (Déficit) técnico do plano	934.703	(3.255.293)	(925.240)
Variações			
Aumento/redução da obrigação atuarial	-11,21%	14,05%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,00%	0,00%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit)técnico do plano	-201,02%	251,83%	-

Descritivo	PLANO CD		
	TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	+ 1%	- 1%	
Montantes do:			
Valor presente da obrigação atuarial do plano	138.938	175.014	156.090
Valor justo dos ativos do plano	248.905	248.905	248.905
Superávit/ (Déficit) técnico do plano	109.967	73.891	92.815
Variações			
Aumento/redução da obrigação atuarial	-10,99%	12,12%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,00%	0,00%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit)técnico do plano	18,48%	-20,39%	-

NOTA 17 – CONCESSÕES A PAGAR - USO DO BEM PÚBLICO

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de concessões a pagar é de R\$ 35.336 (R\$ 35.527 em 01.01.2020), dos quais R\$ 6.821 se referem à usina de Batalha (R\$ 6.849 em 01.01.2020) e R\$ 28.515 à usina de Simplício (R\$ 28.678 em 01.01.2020).

17.1 Movimentação do passivo

Descrição	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Valor
Saldo em 01 de janeiro de 2020	1.710	33.817	35.527
Encargos	-	2.357	2.357
Transferência para circulante	68	(68)	-
Amortização	-	(2.548)	(2.548)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.778	33.558	35.336

17.2 Composição do passivo por vencimentos

Ano	Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	01.01.2020
2019	-	211
2020	214	1.636
2021	1.706	1.636
2022	1.706	1.636
2023	1.706	1.636
Após 2023	30.004	28.772
Total	35.336	35.527

17.3 Informação sobre a obrigação contratual do uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto dos contratos de concessão das UHE Simplício e Batalha, FURNAS recolherá à União, da entrada em operação comercial da UHE ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 972 para UHE Simplício e R\$ 249 para UHE Batalha.

As parcelas são corrigidas anualmente, ou com a periodicidade que a legislação permitir, pela variação do IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Empresa ajustou, a valor presente, esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação:

Usinas/Duração da concessão	Controladora e Consolidado			
	Valor Original		Valor Atualizado	
	Pagamento Anual	Saldo a pagar	Pagamento Anual	Saldo a pagar
Batalha – 35 anos	249	5.152	330	6.821
Simplício – 35 anos	972	20.341	1.380	28.515

NOTA 18 – PROVISÕES PARA CONTIGÊNCIAS E CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Furnas é parte envolvida em diversas ações no âmbito administrativo e do judiciário principalmente nas esferas tributária, trabalhista e cível. A Administração, de acordo com a Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Empresa em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas.	Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Financeiras.

18.1 Movimentação por tipo de risco provável:

Descritivo	Controladora e Consolidado		
	31.12.2020	Adições/ (Reversões)	31.12.2019
Trabalhistas	880.315	260.293	620.022
Tributários	204.667	5.575	199.092
Regulatórios	348.727	145.535	203.192
Ambientais e fundiários	189.342	(35.645)	224.987
Cíveis	414.913	123.298	291.615
Total não circulante	2.037.964	499.056	1.538.908

18.1.1 Riscos trabalhistas prováveis

Em 31 de dezembro de 2020 os processos trabalhistas somam R\$ 880.315 (R\$ 620.022 em 31.12.2019). Destacamos o montante de R\$ 142.921 referente à demanda dos trabalhadores (diversos) pelo pagamento do adicional de periculosidade em suposta desconformidade com a súmula 191 do TST.

Os demais valores provisionados nesse grupo são decorrentes de reclamações vinculadas, principalmente, a: (i) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias, bem como a outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito, ou, mesmo tendo recebido o direito, julgou que foi por valor diverso do que deveria; e (ii) complementação de aposentadoria equiparada à remuneração dos empregados ativos.

18.1.2 Riscos tributários prováveis

Em 31 de dezembro de 2020 os processos tributários prováveis somaram R\$ 204.667 (R\$ 199.092 em 31.12.2019). Destacamos o processo nº 0084092-14.2015.4.02.5101 movido por Furnas contra a União Federal, no valor atual de R\$ 170.157, referente a uma ação anulatória proposta por Furnas com a finalidade de questionar cobrança final decorrente de auto de infração que apontou incompatibilidade entre os valores de PIS/COFINS informados por meio da DCTFs (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) e DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais) no exercício de 2010. Furnas tinha o entendimento de que as receitas recebidas pelo uso da rede elétrica de Itaipu seriam isentas, não as submetendo à incidência do PIS e COFINS. Foi divulgada sentença que julgou improcedente o pedido de Furnas, e a Empresa apresentou recurso de apelação e aguarda julgamento. O valor foi integralmente depositado em juízo.

18.1.3 Riscos regulatórios prováveis

Em 31 de dezembro de 2020 os processos regulatórios prováveis somam R\$ 348.727 (R\$ 203.192 em 31.12.2019), um acréscimo de R\$ 145.535 que se deve principalmente à mudança de prognóstico de possível para provável de 8 processos que juntos montam R\$ 130.180. Das ações regulatórias classificadas com risco provável destacamos o processo nº 0073708-71.2006.8.19.0001 movido pela AMPLA Energia e Serviços S.A., no valor de R\$ 103.681, referente à ação ordinária na qual

pede-se a anulação de ato administrativo, alegando violação ao congelamento de preços, que foram implementadas pelos Decretos Lei nº 2.283/86 e nº 2.284/86.

18.1.4 Riscos ambientais e fundiários prováveis

Em 31 de dezembro de 2020 os processos ambientais prováveis somam R\$ 189.342 (R\$ 224.987 em 31.12.2019), com destaque para o processo nº 0061172-72.2008.8.26.0224, no valor de R\$ 139.610, movido pela Empreendimentos e Representações Cabuçu Ltda. Trata-se de ação indenização por servidão de passagem de linha de transmissão elétrica Guarulhos-São José dos Campos ajuizada em 1985, referente à expropriação ocorrida em 1963. FURNAS ajuizou ação rescisória julgada procedente com acolhimento da prescrição, mas que aguarda julgamento no STJ.

18.1.5 Riscos cíveis prováveis

Em 31 de dezembro de 2020 os processos cíveis prováveis somam R\$ 414.913 (R\$ 291.615 em 31.12.2019), com destaque para a mudança de prognóstico de risco possível para provável dos processos nº 0168397-68.2010.8.19.0001 movido pela CONVAP Engenharia e Construções S.A., no valor de R\$ 105.224 e nº 019.1600-93.2009.8.19.0001 CAEFE Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear no valor de R\$ 101.696, e para o pagamento da parte incontroversa do processo nº 0155660-53.1998.8.19.0001 movido pela Construções e Comércio Camargo Correa S.A., no valor de R\$ 97.000.

18.2 Movimentação por tipo de risco possível:

Descritivo	Controladora e Consolidado		
	31.12.2020	Adições/ (Reversões)	31.12.2019
Trabalhistas	726.833	(177.066)	903.899
Tributários	7.044.689	(46.169)	7.090.858
Regulatórios	817.676	(194.699)	1.012.375
Ambientais e fundiários	189.407	78.277	111.130
Cíveis	798.327	(136.168)	934.495
Total não circulante	9.576.932	(475.825)	10.052.757

18.2.1 Riscos trabalhistas possíveis

Em 31 de dezembro de 2020 os processos trabalhistas com risco possível somam R\$ 726.833 (R\$ 903.899 em 31.12.2019).

Destacam-se a seguir os principais tipos processos que compõem esse montante:

- (i) 133 ações movidas por funcionários aposentados que pleiteiam o recebimento se sua complementação de aposentadoria. O somatório dos valores dessas ações montam R\$ 258.751.
- (ii) 1.415 ações movidas por trabalhadores e ex-trabalhadores terceirizados que sustentam ser FURNAS responsável de forma subsidiária pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas do seu empregador. O somatório dessas ações montam R\$ 161.334.

18.2.2 Riscos tributários possíveis

Em 31 de dezembro de 2020 os processos tributários com risco possível somam R\$ 7.044.689 (R\$ 7.090.858 em 31.12.2019).

Dado o estágio em que se encontram, os processos abaixo são acompanhados com maior atenção pela Administração, de modo que a ocorrência de desdobramentos desfavoráveis poderá acarretar uma reavaliação e, eventualmente, alteração no prognóstico de risco, sendo certo que, no atual momento, a classificação de risco adotada se mostra adequada e coerente com a avaliação realizada por nossos consultores jurídicos e representam nossa melhor estimativa contábil:

- (i) Processo nº 5033017-06.2019.4.02.5101, no valor de R\$ 1.903.685, tendo como partes Furnas (autor) e Fazenda Nacional (réu). Trata-se de processo judicial que visa a discutir a cobrança decorrente do Auto de Infração lavrado em função de supostas irregularidades na apuração do IRPJ e CSLL, no qual foi excluída do Lucro Real a reversão do passivo atuarial da FRG, discussão administrativa travada no processo administrativo nº 16682.720517/2011-98. Por se tratar de superávit atuarial, o valor foi excluído da base de cálculo e foi oferecido à tributação à medida de sua realização. Também foi apontada exclusão indevida de saldos negativos referentes a 2007, 2008 e 2009 sem apresentação do PERDCOMP. Após a decisão administrativa desfavorável, Furnas impetrou ação para ter seu direito reconhecido judicialmente, sendo que, em 31 de dezembro de 2021, não havia sido prolatada sentença no processo. União Federal ajuizou Execução Fiscal para cobrar o débito, mas o juiz suspendeu o seu andamento até que a questão seja definitivamente analisada na Ação Anulatória proposta por Furnas.
- (ii) Processo nº 12448.727019/2020-89, no valor de R\$ 1.282.226, tendo como partes a Fazenda Nacional (autuante) e Furnas (autuada). Trata-se de processo administrativo criado para cobrar o valor decorrente da parte definitivamente julgada no processo administrativo nº 16682.720516/2011-43 referente a auto de infração lavrado em função de suposta insuficiência de recolhimento para o PIS/COFINS tendo em vista que Furnas excluiu da apuração as seguintes receitas: Exclusão da RGR da base de cálculo; Receitas de transmissão Itaipu (exclusão da base de cálculo); Inclusão como receita financeira, no mês de Dez. 2007, da receita proveniente do passivo atuarial mantido junto à FRG. Ademais, a autuação compreende valores que deixaram de ser recolhidos a título de PIS e COFINS em razão da empresa ter procedido à compensação sem apresentação do documento hábil PERDCOMP. O CARF julgou improcedente o Recurso Voluntário de Furnas, que intentou Recurso Especial de Divergência que foi parcialmente admitido. Apenas a matéria relativa à exclusão da RGR permanece em análise no CARF no processo originário. As demais matérias foram definitivamente julgadas em sede administrativa. Furnas apresentou garantia para possibilitar a emissão de Certidão e levar a discussão para a esfera judicial. Até 31.12.2020 Furnas não havia sido citada na Execução Fiscal.
- (iii) Processo nº 0085231-98.2015.4.02.5101, no valor de R\$ 818.334, tendo como partes União Federal (autor) e Furnas (réu). Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União para cobrança de crédito tributário constituído em razão de diferenças de IRPJ e CSLL apuradas em decorrência do procedimento de compensação contábil efetuado por Furnas sem apresentação de instrumento hábil a tanto. Foi proferida sentença nos Embargos à Execução Fiscal julgando parcialmente procedente a mesma, para excluir a incidência da multa isolada que fora aplicada concomitantemente à multa de ofício. Na mesma sentença foi mantida a cobrança quanto às compensações procedidas sem PER/DCOMP. Furnas apresentou recurso de apelação contra a sentença, que aguarda julgamento.

- (iv) Processo nº 16682.722.946/2015-23, no valor de R\$ 815.434, tendo como partes a Fazenda Nacional (autuante) e Furnas (autuada). Trata-se de auto de infração lavrado em função da utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2010 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. Foram glosadas pela autoridade fiscal as despesas deduzidas no ano-calendário de 2010. O Recurso Voluntário interposto por Furnas foi julgado parcialmente procedente para reduzir a multa isolada aplicada. Contra a decisão a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial de Divergência que aguarda julgamento. Processo foi desmembrado para cobrança judicial da parcela relativa aos tributos não pagos em razão da empresa ter efetuado compensações sem a utilização do PER/DCOMP, por ter tido decisão final administrativa quanto a esse ponto, de modo que esse montante foi excluído do presente processo que segue em análise pelo CARF das outras matérias.
- (v) Processo nº 16682.722216/2017-94, no valor de R\$ 507.989, tendo como partes a Fazenda Nacional (autuante) e Furnas (autuada). Trata-se de processo relativo ao lançamento de ofício de valores de IRPJ e CSLL, do período de 01/2012 a 12/2012, acrescidos de multas de estimativa e de ofício. O referido lançamento decorreu da glosa, pela Receita Federal, da exclusão de R\$ 908.298.282,12 realizada por Furnas da base de cálculo do tributos acima mencionados referente ao valor recebido por Furnas em razão da prorrogação por adiantamento ao Contrato de Concessão para transmissão de energia elétrica nº 062/2001 – ANEEL, de 04/12/2012.
- (vi) Processo nº 0046753-12.2020.8.19.0001, no valor de R\$ 447.662, tendo como partes Furnas (autora) e Estado do Rio de Janeiro (réu). Furnas ajuizou ação anulatória para discutir a cobrança de ICMS sobre o gás adquirido pela UTE Santa Cruz para geração de energia.
- (vii) Processo nº 5040962-10.2020.4.02.5101, no valor de R\$ 203.663, tendo como partes Furnas (autora) e a União Federal (réu). Trata-se de ação de antecipação de garantia dos débitos constantes do PTA nº 16682.720394/2020-86 que, comportou os débitos transferidos do PTA nº 16682.721073/2014-51 relativamente à utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2009 e compensado no ano-calendário de 2009, bem como dos valores não pagos por conta da compensação sem PER/DCOMP no período.
- (viii) Processo nº 5011315-38.2018.4.02.5101, no valor de R\$ 177.120, tendo como partes Furnas (executada) e Fazenda Nacional (exequente). Trata-se de execução fiscal proposta para exigir a parcela do débito decorrente do processo administrativo nº 16682.720878/2013-04, que teve decisão final administrativa em junho de 2018 relativamente às compensações efetuadas sem PER/DCOMP. Houve sentença de 1ª instância desfavorável a Furnas. Aguarda-se o julgamento da Apelação.

- (ix) Processo nº 16682.721.073/ 2014-51, no valor de R\$ 151.153, tendo como partes Furnas (autuada) e Fazenda Nacional (autuante). Trata-se de auto de infração lavrado em função da utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2009 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. Foram glosadas pela autoridade fiscal as despesas deduzidas no ano-calendário de 2009. A Câmara Superior do CARF votou pela manutenção da autuação e da multa isolada, faltando a análise da forma de aplicação dessa multa. O processo foi desmembrado para cobrança dos tributos, aguardando-se a análise da aplicação da multa isolada. Nesse processo permanece apenas a análise quanto à multa isolada cobrada.
- (x) Processo nº 5062386-45.2019.4.02.5101, no valor de R\$ 125.535, tendo como partes Furnas (executada) e Fazenda Nacional (exequente). Trata-se de Execução Fiscal proposta para exigir a parcela do débito decorrente do processo administrativo nº 16682.720878/2013-04, que teve decisão final administrativa mantendo a multa isolada sobre a falta de pagamento das estimativas mensais. O Recurso Voluntário interposto por Furnas foi julgado parcialmente procedente para excluir a cobrança decorrente da desconsideração do aproveitamento do prejuízo fiscal. Foi mantida a cobrança dos valores compensados sem o PER/DCOMP e a multa isolada sobre a ausência das estimativas mensais. O processo foi desmembrado.

18.2.3 Riscos regulatórios possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, os processos regulatórios com risco possível somaram R\$ 817.676 (R\$ 1.012.375 em 31.12.2019).

Dado o estágio em que se encontram, os processos abaixo são acompanhados com maior atenção pela Administração, de modo que a ocorrência de desdobramentos desfavoráveis poderá acarretar uma reavaliação e, eventualmente, alteração no prognóstico de risco, sendo certo que, no atual momento, a classificação de risco adotada se mostra adequada e coerente com a avaliação realizada por nossos consultores jurídicos e representam nossa melhor estimativa contábil:

- (i) Processo nº 0026448-59.2002.4.01.3400, no valor de R\$ 263.926, tendo como partes AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (autor) e Furnas e outros (réus). Trata-se de declaração de nulidade do Despacho nº 288/02, do diretor da ANEEL, que revogou os itens 2.10.6, 2.11.1 (b), 2.11.2 e 8.3.2 das regras de mercado do MAE, homologadas pela Resolução nº 290/2000 da ANEEL. Busca-se o refazimento da contabilização e liquidação das operações da AES Sul, sem a aplicação das regras do Despacho nº 288/02.
- (ii) Processo nº 0073249-42.2016.4.01.3400, no valor de R\$ 240.911, tendo como partes Furnas (autora) e ANEEL (ré). Trata-se da aplicação do artigo 47 da Convenção de Comercialização da CCEE (regra de compartilhamento de perdas entre os agentes), a fim de que seus créditos lhe sejam pagos, ainda que proporcionalmente, por ocasião das liquidações financeiras no âmbito do MCP.

- (iii) Processo nº 0018333-44.2005.4.01.3400, no valor de R\$ 230.018, tendo como partes Furnas (autora) e ANEEL (ré). Trata-se de mandado de segurança impetrado contra o ato do Diretor Geral da ANEEL que determinou o pagamento de encargos advindos da assinatura do CUST, CCT e CUD, no âmbito do processo administrativo nº 48.500.001016/05-95 daquela Agência Reguladora, referente à UTE Cuiabá. A contingência é baseada em reflexos pecuniários na hipótese de não concedida a segurança e FURNAS ser obrigada a assinar tais contratos regulados. Processo aguardando julgamento em segunda instância.

18.2.4 Riscos ambientais e fundiários possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, os processos ambientais e fundiários com risco de perda possível somaram R\$ 189.407 (R\$ 111.130 em 31.12.2019).

Destaca-se a mudança de prognóstico de risco provável para risco possível do processo nº 0318450-61.2012.8.09.0036, no valor de R\$ 31.899, movido pelo Município de Cristalina-GO, que pleiteia a suspensão da instalação e do funcionamento da UHE Batalha, bem como o pagamento de indenização a título de reparação de eventuais danos ambientais, diante do não cumprimento das obrigações contidas no Projeto Básico Ambiental – PBA.

18.2.5 Riscos cíveis possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, os processos cíveis e outros com risco possível somaram R\$ 798.327 (R\$ 934.495 em 31.12.2019).

Dado o estágio em que se encontram, os processos abaixo são acompanhados com maior atenção pela Administração, de modo que a ocorrência de desdobramentos desfavoráveis poderá acarretar uma reavaliação e, eventualmente, alteração no prognóstico de risco, sendo certo que, no atual momento, a classificação de risco adotada se mostra adequada e coerente com a avaliação realizada por nossos consultores jurídicos e representam nossa melhor estimativa contábil:

- (i) Processo nº 0146201-70.2011.8.19.0001, no valor de R\$ 365.536, tendo como partes Furnas (autora) e ABB Ltda. (réu). Trata-se de processo indenizatório referente ao contrato de fornecimento de estações conversoras para o sistema de transmissão de ITAIPU.
- (ii) Processo nº 0230268-26.2015.8.19.0001, no valor de R\$ 198.115, tendo como partes o Consorcio Fornecedor Batalha – CONBAT (autor) e Furnas (ré). Trata-se de ação declaratória de nulidade de multa contratual e condenatório para ressarcimento de diversos valores oriundos do pleito de reequilíbrio-econômico do contrato celebrado entre as partes na ocasião da construção da AHE Batalha.

18.3 Movimentação das Cauções e Depósitos Vinculados:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhistas	361.556	467.899	361.556	467.899
Tributários	204.624	18.704	204.624	18.704
Regulatórios	198.540	190.487	198.540	190.487
Ambientais e fundiários	580	557	580	557
Cíveis	132.688	171.708	132.694	171.715
Total Não Circulante	897.988	849.354	897.994	849.362

Além dos valores pagos a título de depósitos judiciais, existem processos para os quais Furnas contratou Seguro Garantia, na ordem de R\$ 375.833 (vide Nota 32 – Seguros), bem como contratos de fiança bancária, no montante de R\$ 5.642.108, assim distribuídos: (i) Banco BTG Pactual (R\$ 3.905.538); (ii) Banco Safra (R\$ 1.010.877) e outros bancos (R\$ 725.693).

Furnas possui ainda processos como autora, principalmente nas esferas cível, regulatória e tributária, no montante de R\$ 2.300.828 (R\$ 2.182.827 em 31.12.2019), cuja estimativa de risco apresenta R\$ 297.188 (R\$ 233.197 em 31.12.2019) classificados como desfecho provável e R\$ 1.749.629 (R\$ 1.739.213 em 31.12.2019) como possível. Destaca-se que, por se tratarem de ativos contingentes, não são objeto de registro contábil.

NOTA 19 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de AFAC registrado no passivo não circulante é de:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Centrais Elétricas Eletrobras S.A. – Eletrobras	63.404	61.705	63.404	61.705
Valores referentes aos acionistas minoritários nas controladas de Furnas:				
SPE – Transenergia Goiás S.A.	-	-	436	436
SPE – Brasil Ventos Energia S.A.	-	-	5.583	5.543
Total	63.404	61.705	69.423	67.684

NOTA 20 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	30.12.2020	31.12.2019
Contrato nº 004/2004 - UHE Funil	225.727	222.881	225.727	222.881
Total	225.727	222.881	225.727	222.881
Não circulante	225.727	222.881	225.727	222.881

A Empresa realiza anualmente testes de onerosidade nos contratos de geração e transmissão de energia elétrica, em atendimento ao CPC 25.

Em 31 de dezembro de 2020, no resultado da Controladora houve uma constituição de provisão no montante de R\$ 2.846.

20.1 Movimentação da provisão

Descritivo	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	222.881	222.881
Movimento no ano de 2020:		
Constituição de (+) provisão / (-) reversão (UHE Funil)	2.846	2.846
Saldo em 31 de dezembro de 2020	225.727	225.727

NOTA 21 – OUTROS VALORES A PAGAR

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a pagar dispostos como segue:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Adiantamentos – diversos	1.635	1.295	1.635	1.295
Arrendamento mercantil	5.468	3.255	5.468	3.255
Cauções em garantia	348	348	348	348
Seguradoras	108	8.849	108	8.849
Credores diversos	42.871	6.705	46.415	13.083
Provisão para acordo judicial entre Furnas e empregados limitados pelo plano BD – FRG (4)	-	268	-	268
Provisão para o Plano de Demissão Consensual – PDC	-	379	-	379
Ressarcimento – CCEAR (1)	2.758	2.620	2.758	2.620
Contribuições FRG	18.893	20.258	18.893	20.258
Total Circulante	72.081	43.977	75.625	50.355
Credores diversos	3.598	3.599	3.690	4.449
Arrendamento mercantil	96.819	127.887	164.912	142.577
Provisão para acordo judicial entre Furnas e empregados limitados pelo plano BD – FRG (4)	6.371	6.371	6.371	6.371
Provisão para o Plano de Demissão Consensual – PDC	-	6.699	-	6.699
Contratos cessão de direitos	-	-	9.222	8.853
Outras Provisões SPEs (3)	-	-	10.714	9.608
Convênio entre Furnas e Itaipu (5)	161.070	-	161.070	-
Provisão GAG Melhoria (2)	186.007	115.527	186.007	115.527
FGTS conta empresa	1	1	1	1
Total Não Circulante	453.866	260.084	541.987	294.085

(1) CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado

(2) Vide nota 21.3

(3) Vide nota 21.2

(4) Vide nota 21.1

(5) Vide nota 21.4

21.1 Acordo judicial entre Furnas e a Associação dos Empregados de Furnas (ASEF)

Em 31 de dezembro de 2020 Furnas possui saldo a pagar no montante de R\$ 6.371 (em dezembro de 2019, R\$ 6.639).

21.2 Outras provisões

No consolidado é apresentado pela SPE Brasil Ventos um valor de R\$ 10.714 (em dezembro de 2019, R\$ 9.608), referente à provisão por multa da ANEEL em razão de revogação de outorga.

21.3 Gestão dos Ativos de Geração - GAG Melhoria

Em 18 de junho 2018, por meio da Nota Técnica ANEEL nº 92/2018, foram estipulados os valores das receitas referentes aos ativos de geração renovados nos termos da Lei nº 12.783/2013, a que fazem jus as Empresas, para a manutenção da disponibilidade aos níveis de eficiência das suas usinas hidrelétricas.

A partir de julho de 2018 as usinas que se encontram sob o regime de cotas (UHE Furnas, UHE Luiz Carlos Barreto, UHE Funil, UHE Porto Colômbia, UHE Marimbondo e UHE Corumbá I) tiveram sua Receita Anual de Geração - RAG acrescida da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, especificamente relacionada às melhorias (GAG-Melhoria) destinadas ao uso na manutenção da eficiência do sistema elétrico.

Em 31 de dezembro de 2020 a Empresa mantém registrado um passivo, a título de provisão para a realização das futuras melhorias nos empreendimentos no montante de R\$ 186.007 (R\$ 115.527 em 31.12.2019).

21.4 Convênio entre Furnas e Itaipu

Em dezembro de 2020, foi celebrado um convênio de cooperação técnica e financeira entre Furnas Centrais Elétricas S.A e Itaipu Binacional, cujo objeto é a revitalização do sistema de corrente contínua HVDC (em inglês, *High Voltage Direct Current*) de Furnas dedicado à Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Essa revitalização compreende a modernização de instalações elétricas de alta tensão em Ibiúna e Foz do Iguaçu, a qual inclui a aquisição de projetos básico e executivo, equipamentos elétricos, serviços de desmontagem e montagem eletromecânica, obras civis e serviços de engenharia relacionados.

Todo esse escopo será executado por Furnas com um prazo de implantação de 60 meses, cabendo à Itaipu o aporte de recursos da ordem de R\$ 1.073.800 no período de 2020 a 2024, tendo sido a primeira parcela, de R\$ 161.000, já recebida em 31/12/2020.

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos oriundos da Itaipu permanecerão sob a guarda e responsabilidade de Furnas durante a vigência do convênio. Após o seu encerramento, observado o fiel cumprimento do objeto e das obrigações pactuadas, os bens patrimoniais serão revertidos a Furnas.

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020 o patrimônio da Empresa, no valor de R\$ 23.826.562 (R\$ 21.617.812 em 31.12.2019 Reapresentado), está assim composto:

22.1 Capital Social

O capital da Empresa, no total de R\$ 6.531.154 (R\$ 6.531.154 em 31.12.2019), está distribuído entre ações ordinárias e preferenciais como segue:

Descritivo	Quantidade de mil ações em 31.12.2020 e 31.12.2019			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Percentual
Centrais Elétricas Eletrobras S.A. – Eletrobras	52.647.326	14.659.407	67.306.733	99,56%
Outros	91.700	205.278	296.978	0,44%
Total	52.739.026	14.864.685	67.603.711	100,00%

22.2 Reservas de Capital

Descritivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	3.405.297	3.405.297
Outros		
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	1.647.748	1.647.748
Total	5.053.045	5.053.045

22.3 Destinação do Lucro do Exercício

Descritivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Adoção inicial do CPC 47	-	-
Adoção inicial do CPC 48	-	-
Ofício CVM 04/2020	60.165	60.165
Lucro/ (Prejuízo) acumulado	4.394	(2.434)
Lucro do Exercício	2.568.457	3.216.266
(-) Reservas de capital	-	-
(-) Reservas de lucro	(1.415.761)	(2.073.234)
(-) Dividendos adicionais propostos	(706.536)	(377.314)
(-) Dividendos obrigatório	(510.719)	(763.284)
Total	-	60.165

22.4 Reservas de Lucro

	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de lucros a realizar	Total de reservas de lucro
Saldo em 31 de dezembro de 2019	756.649	3.737.481	8.209.219	12.703.349
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2020	-	1.284.110	-	1.284.110
Destinação do resultado	131.651	-	-	131.651
Saldo em 31 de dezembro de 2020	888.300	5.021.591	8.209.219	14.119.110

22.5 Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Descritivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
ORA acumulado (*)	(2.583.283)	(3.107.215)
Total	(2.583.283)	(3.107.215)

(*) Refere-se a efeitos atuariais apresentados em laudo atuarial elaborado por atuário independente, conforme demonstrado na nota 16.

NOTA 23 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (reapresentado)
Receita Operacional				
Geração				
Fornecimento de energia elétrica	1.186.892	745.151	1.186.892	745.151
Suprimento de energia elétrica ⁽ⁱ⁾	2.615.016	3.833.064	2.667.881	3.844.586
Energia de curto prazo	224.935	110.022	224.935	110.022
Receita de operação e manutenção	1.414.059	1.263.824	1.414.059	1.263.824
Receita de construção	37.800	49.353	37.800	49.353
Subtotal	5.478.702	6.001.414	5.531.567	6.012.936
Transmissão				
Receita de operação e manutenção	148.112	143.071	150.754	148.756
Receita de operação e manutenção - renovados	1.757.345	1.640.606	1.757.345	1.640.606
Receita de construção	253.938	256.159	253.938	258.062
Financeira - retorno do investimento	563.403	250.787	576.064	260.864
Financeira - retorno do investimento – RBSE	2.186.760	3.213.007	2.186.760	3.213.007
Subtotal	4.909.558	5.503.630	4.924.861	5.521.295
Outras receitas				
Prestação de serviços	26.800	18.200	25.091	14.348
Aluguéis	118	403	118	403
Outras	25	2	25	2
Subtotal	26.943	18.605	25.234	14.753
Subtotal	10.415.203	11.523.649	10.481.662	11.548.984
Deduções à receita operacional				
Impostos e contribuições sobre a receita				
ICMS	(165.670)	(140.864)	(165.670)	(140.864)
PIS / PASEP	(185.792)	(180.273)	(185.882)	(180.345)
COFINS	(858.688)	(831.965)	(858.927)	(832.299)
ISS	(746)	(513)	(746)	(513)
Subtotal	(1.210.896)	(1.153.615)	(1.211.225)	(1.154.021)
Encargos Setoriais				
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	(115.522)	(134.057)	(116.129)	(134.372)
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	(126.740)	(119.291)	(126.740)	(119.291)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(97.071)	(94.193)	(97.174)	(94.310)
PROINFA	(21.958)	(28.211)	(21.958)	(28.211)
Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	(181.307)	(154.008)	(181.307)	(154.008)
Taxa de Fiscalização Serv. de E.E (TFSEE)	(34.025)	(30.762)	(34.062)	(30.825)
Subtotal	(576.623)	(560.522)	(577.370)	(561.017)
Subtotal	(1.787.519)	(1.714.137)	(1.788.595)	(1.715.038)
Receita Operacional Líquida	8.627.684	9.809.512	8.693.067	9.833.946

⁽ⁱ⁾ No ACR, o término do Produto 2014-2019 de Energia Existente ocasionou uma queda líquida de receita na ordem de R\$ 931 milhões, visto uma quantidade contratada média até dez/19 de 319MWméd; e uma maior venda na rubrica Fornecimento, diminuiu a disponibilidade de energia para venda ACL Suprimento, representando queda de R\$ 197 milhões.

A receita da Empresa é proveniente da venda de energia elétrica gerada em suas usinas, da construção, operação e manutenção e atualização do ativo de contrato decorrente do seu sistema de transmissão. Essas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, tanto no mercado de ambiente regulado, quanto no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e em contratos do sistema de transmissão.

Os ativos associados à RBSE foram reapresentados como ativos contratuais e em decorrência das orientações do Ofício SEP CVM 04/2020, houve remensuração e reapresentação de seus saldos comparativos, vide nota 7.

NOTA 24 – CUSTO OPERACIONAL

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Custo com energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda (nota 24.1)	(1.040.831)	(836.314)	(1.062.279)	(850.960)
Encargos de uso da rede elétrica	(712.375)	(629.543)	(712.706)	(629.395)
Total do custo com energia elétrica	(1.753.206)	(1.465.857)	(1.774.985)	(1.480.355)
Custo de operação				
Combustível e água para produção de energia elétrica	(418.662)	(558.052)	(418.662)	(558.052)
Pessoal (nota 24.2)	(1.056.350)	(1.134.111)	(1.063.392)	(1.143.603)
Material	(21.098)	(29.016)	(21.153)	(29.125)
Serviços de terceiros	(552.090)	(704.991)	(564.633)	(709.200)
Depreciação e amortização	(279.971)	(274.593)	(280.017)	(274.648)
Total do custo de operação	(2.328.171)	(2.700.763)	(2.347.857)	(2.714.628)
Custo de construção				
Custo de construção – geração	(37.800)	(49.353)	(37.800)	(49.353)
Custo de construção – transmissão	(253.757)	(255.195)	(253.757)	(257.101)
Total do custo de construção	(291.557)	(304.548)	(291.557)	(306.454)
Total do custo operacional	(4.372.934)	(4.471.168)	(4.414.399)	(4.501.437)

24.1 Energia elétrica comprada para revenda com seus respectivos MWh

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Contratos iniciais/bilaterais				
MWh (*)	4.761.420	4.089.101	4.934.515	4.089.149
R\$	(897.332)	(706.342)	(918.780)	(720.988)
Energia de curto prazo				
R\$	(143.499)	(129.972)	(143.499)	(129.972)
Total R\$	(1.040.831)	(836.314)	(1.062.279)	(850.960)

(*) Informação não auditada.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante gasto com energia comprada para revenda foi de R\$ 1.040.831 em Furnas e na SPE Brasil Ventos S.A., o montante de R\$ 21.448, totalizando R\$ 1.062.279 (R\$ 850.960 em 31.12.2019). A variação observada entre os períodos de 2020 e 2019 se deve, basicamente, aos seguintes fatores: (i) reajuste de preço dos contratos vigentes; (ii) aumento do montante nos produtos vigentes; e (iii) novos contratos de curto prazo firmados.

24.2 Pessoal

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Funcionários	(1.050.359)	(1.045.714)	(1.056.407)	(1.052.450)
Administradores	(5.388)	(6.088)	(6.382)	(8.844)
Plano de demissão consensual – PDC (nota 24.2.1):				
Verbas rescisórias	(57)	(23.376)	(57)	(23.376)
Incentivos	(225)	(43.896)	(225)	(43.896)
Plano de saúde indenizado	(321)	(15.037)	(321)	(15.037)
Total	(1.056.350)	(1.134.111)	(1.063.392)	(1.143.603)

NOTA 25 – RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Perdas estimadas para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	(499.056)	(359.122)	(499.056)	(359.122)
Reversão e perdas estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	25.673	(29.947)	25.673	(29.947)
Reversão estimada de redução ao valor recuperável de ativo (<i>impairment</i>) ⁽⁴⁾	294.422	312.684	223.812	312.684
Reversão de perdas em investimentos – SPEs ⁽³⁾	(297.913)	496.790	(297.913)	496.790
Perdas estimadas GAG Melhoria	(70.479)	(62.695)	(70.479)	(62.695)
(Provisão) Reversão estimada do Contrato Oneroso ⁽⁴⁾	(2.846)	185.472	(2.846)	185.472
Perdas estimadas PAES – Crédito Tributário	(29.019)	-	(29.019)	-
Perdas estimadas – Depósitos Judiciais ⁽⁷⁾	(53.897)	-	(53.897)	-
Perdas estimadas na alienação e desativação de bens e direitos	(12.338)	(19.024)	(12.338)	(19.024)
Perdas estimadas Acordo de Leniência	-	(90.122)	-	(90.122)
Doações e contribuições não vinculadas	(20.386)	(15.965)	(20.386)	(15.965)
Arrendamento e Aluguéis	(40.866)	(50.344)	(40.866)	(50.344)
Seguros	(50.332)	(77.583)	(50.332)	(77.583)
Demais receitas / (despesas)	(36.273)	(36.716)	(37.848)	(38.566)
Reembolso Médico - Hospitalar e Odontológico	(14.693)	(17.979)	(14.693)	(17.979)
Despesas com Eventos, Patrocínio, Projetos institucionais Sócio-culturais	(4.195)	(4.823)	(4.195)	(4.823)
Despesas com estagiários, bolsistas – concurso e bolsa de estudo	(709)	(1.168)	(709)	(1.168)
Reembolso escolar, creche, vale transporte, auxílio transferência e auxílio-doença suplementação	(13.163)	(13.485)	(13.163)	(13.485)
Indenizações, perdas e danos ⁽⁶⁾	(651.407)	(199.054)	(651.407)	(199.054)
Gastos Ambientais	(235)	(17)	(235)	(17)
Custas Judiciais (inclui judiciais trabalhistas)	(51.895)	(4.263)	(51.895)	(4.263)
Indenização acordo com terceirizados ⁽¹⁾	(1.500)	(321.225)	(1.500)	(321.225)
Impostos e taxas	(7.957)	(15.402)	(8.072)	(15.965)
(Perdas) Ganhos atuariais	(81.011)	144.807	(81.011)	144.807
Ganho com SPEs de Furnas pela dação em pagamento de empréstimos para a Eletrobras ⁽²⁾	25.042	32.760	25.042	32.760
Baixa da cessão de direitos da SPE Punau pertencente a SPE Brasil Ventos	(6.425)	-	(6.425)	-
Perdas com a CIEN Cia de Interconexão Energética ⁽⁵⁾	(134.284)	-	(134.284)	-
Perda com dissolução da participação na SPE Energia Olimpica	(1.673)	-	(1.673)	-
Total	(1.737.415)	(146.421)	(1.809.715)	(148.834)
Total Receitas	345.137	1.172.513	274.527	1.172.513
Total (Despesas)	(2.082.552)	(1.318.934)	(2.084.242)	(1.321.347)

- (1) Vide nota 25.1
(2) Vide nota 12.4
(3) Vide nota 9 e 25.3
(4) Vide nota 25.2
(5) Perda – CIEN Vide nota 8.1
(6) Vide nota 25.4
(7) Vide nota 9

25.1 – Indenização acordo com terceirizados

Furnas efetuou em novembro de 2019 depósito judicial trabalhista a favor da Associação dos Contratados, Ex-Contratados e Prestadores de Serviço em Furnas (ACEP), no montante de R\$ 321 milhões, conforme acordo celebrado no âmbito do Superior Tribunal Federal (STF) entre Furnas e a ACEP. Despesas complementares realizadas em 2020 totalizaram R\$ 1.500. Não houve desdobramentos deste acordo em 2020.

25.2 – Impairment e Contrato Oneroso

Descritivo	Reversão (Perdas) estimadas Impairment saldo líquido		Reversão (Perdas) estimadas Contrato Oneroso saldo líquido	
	2020	2019	2020	2019
UHE Batalha	78.622	111.431	-	-
UHE Simplicio	-	87.834	-	-
UHE Funil	-	-	(2.846)	25.639
UTE Santa Cruz	215.800	113.419	-	159.833
Controladora	294.422	312.684	(2.846)	185.472
SPE Brasil Ventos	(70.610)	-	-	-
Consolidado	223.812	312.684	(2.846)	185.472

25.3 – Perdas em investimentos na visão do acionista

Descritivo	Reversão (Perdas) estimadas em investimentos na visão do acionista. Saldos líquidos	
	2020	2019
SPE – Belo Monte	(15.531)	99.552
SPE – IE Madeira	(105.046)	28.445
SPE – Lago Azul	6.264	-
SPE – Madeira Energia	9.796	76.506
SPE – Mata de Santa Genebra	(124.623)	120.645
SPE – Teles Pires Participações	-	6.666
SPE – Empresa de Energia São Manuel	(68.773)	164.976
Total	(297.913)	496.790

25.4 – Acordo entre Furnas e LIGHT

Foi celebrado em dezembro de 2020 um acordo entre Furnas Centrais Elétricas e a LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A. para quitação de uma ação em trâmite na 3ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

A ação versava sobre a declaração de nulidade das Portarias nº 036, 037, 040, 049 e 075/1986, do DNAEE, bem como a repetição do montante equivalente à diferença entre os valores tarifários que eram devidos durante o denominado “congelamento geral de preços”, instituído pelo Plano Cruzado, e os valores efetivamente praticados por Furnas na vigência das portarias declaradas nulas.

A decisão pelo acordo foi tomada considerando-se o estágio do processo, a existência de processo semelhante com resultado desfavorável a Furnas no mesmo tribunal, a concessão de vultoso desconto (cerca de R\$ 146.000) pela LIGHT sobre o valor da ação por ela calculado, e a desistência, por Furnas, de recurso que aguardava julgamento no STJ, com reconhecimento dos valores apurados pela LIGHT, com base nos documentos da ação, devidamente analisados e validados por Furnas. Ademais, a celebração do acordo ainda no exercício de 2020 evitou a aplicação do percentual de 4,23%, referente à variação da UFIR-RJ para 2021, sobre o valor em discussão, assim como interrompeu a escalada dos juros de mora, estabelecidos em 1% ao mês.

O acordo consistiu em aproveitamento de oportunidade de redução de passivos por parte de Furnas, à luz a Política de Acordos Judiciais e Extrajudiciais das Empresas Eletrobras, e prevê o pagamento de R\$ 496.000, dividido em 03 (três) parcelas. A primeira parcela, de R\$ 336.000, foi quitada no dia 28.12.2020. A segunda parcela, de R\$ 40.000, deverá ser quitada no dia 05.12.2021. A terceira e última parcela, de R\$ 120.000, deverá ser quitada no dia 18.03.22, sendo certo que poderá ser realizada por meio de transferência de ativos, no todo ou em parte, cujos valores ainda serão apurados pelas áreas competentes até 15.03.2022.

NOTA 26 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (reapresentado)
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	38.896	43.845	41.031	48.068
Juros s/ créditos de energia financiados e empréstimos concedidos	31.256	5.050	31.256	5.050
VM s/ créditos de energia financiados e empréstimos concedidos	88.456	14.088	88.456	14.088
Variação monetária e acréscimo moratório - energia vendida	25.616	15.498	25.630	15.498
Outras variações cambiais e monetárias ativas	98.987	43.131	98.987	43.131
Outras receitas financeiras	10.984	29.605	10.910	29.664
Subtotal	294.195	151.217	296.270	155.499
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(393.713)	(601.269)	(414.154)	(601.442)
Encargos de dívidas - FRG	(3.428)	(3.764)	(3.428)	(3.764)
Encargos financeiros sobre parcelamento	(4.868)	(12.560)	(4.868)	(12.560)
Variação monetária e cambial - empréstimos e financiamentos	(191.915)	(108.010)	(191.915)	(108.016)
Variação monetária e acréscimo moratório - energia vendida	(142)	(19)	(142)	(19)
Outras variações cambiais e monetárias passivas	(3.616)	(19.493)	(3.620)	(19.493)
Encargo financeiros sobre a remuneração dos acionistas	(24.039)	(30.515)	(24.039)	(30.515)
Outras despesas financeiras	(67.239)	(154.458)	(67.357)	(154.600)
Subtotal	(688.960)	(930.088)	(709.523)	(930.409)
Total	(394.765)	(778.871)	(413.253)	(774.910)

NOTA 27 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior, a menor e a média das remunerações pagas aos empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2020, foram de R\$ 56.281,99, R\$ 2.211,29 e R\$ 15.271,25, respectivamente. Esses valores incluem os salários, gratificações, comissões e adicionais. Cabe destacar ainda que em dezembro de 2020, o maior, o menor e a média dos honorários atribuídos aos dirigentes correspondem respectivamente a R\$ 44.102,36, R\$ 42.002,24 e R\$ 43.142,26.

Em atendimento ao CPC 05 (R1) apresentamos, a seguir, o gasto total com a remuneração do pessoal-chave da Administração, composta por Conselheiros de Administração e Fiscal e Diretores Executivos de Furnas e das SPEs consolidadas, Transenergia Goiás e Brasil Ventos Energia S.A.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Honorários de Diretoria e Conselheiros	4.475	4.778	5.170	6.720
Encargos sociais	800	927	947	1.467
Benefícios + contribuições sociais diversas	113	383	265	657
Total	5.388	6.088	6.382	8.844

NOTA 28 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações da Empresa com sua controladora, coligadas e controladas, sociedades de propósito específico e entidades governamentais são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

- As principais operações com partes relacionadas são as seguintes:
- Eletrobras: empréstimos e financiamentos, AFAC, dividendos e encargos financeiros;
- Empresas em que Furnas detém participações acionárias: dividendos, AFAC, receitas de transmissão e comercialização, Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), serviços de terceiros. Os saldos referente a AFAC e os apurados pelo método de equivalência patrimonial, poderão ser observados na nota explicativa 9;
- Partes relacionadas: clientes, créditos diversos, fornecedores, receitas de transmissão, geração e prestação de serviços, Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), serviços de terceiros, transações com coligadas;
- União Federal: empréstimos e financiamentos contraídos junto à Eletrobras, BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (vide informações constantes da nota explicativa 12.1).

28.1 Empresas do Grupo Eletrobras

Empresas	Clientes	Clientes Renegociação	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos captados	Contas a receber	(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	Outros Créditos	Juros Sobre o Capital Próprio	Contas a pagar
Eletrobras	174	-	-	(a) (1.462.897)	1.684	-	-	(508.472)	-
CGT Eletrosul	533	-	(2.587)	-	49	-	-	-	-
Chesf	10.859	-	(8.166)	-	30.097	(b) (30.096)	(d) 2.392	-	-
Eletronorte	8.456	-	(5.489)	-	19	-	-	-	-
Eletronuclear	2.235	278.357	-	-	1.038	(995)	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	(e) (161.070)
Eletropar	-	-	(20)	-	105.261	(c) (105.233)	-	-	-
Amazonas – GT	458	-	(75)	-	-	-	-	-	-
Luziânia–Niquelândia Transmissora	8	-	(10)	-	-	-	-	-	-
Total 31.12.2020	22.723	278.357	(16.347)	(1.462.897)	138.148	(136.324)	2.392	(508.472)	(161.070)
Total 31.12.2019	20.015	268.645	(16.017)	(2.459.039)	138.781	(135.329)	1.934	-	(27)

(a) (R\$ 1.462.897) Moeda Nacional, nota 12.1

(b) Nota 8.1.2

(c) Nota 8.3

(d) Trata-se de investimento ao custo de aquisição

(e) Convênio entre Furnas e Itaipu Vide nota 21.4

Empresas	Compra de energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas
Eletrobras	-	-	-	420	-	8	(193.972)	22.416
CGT Eletrosul	(2.989)	-	(31.911)	6.078	-	-	(88)	1.468
Chesf	-	-	(88.032)	118.277	-	582	(48)	384
Eletronorte	-	-	(59.137)	96.117	21	-	-	613
Eletronuclear	-	-	-	23.549	-	33.452	-	89
Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	522
Eletropar	-	-	-	-	3.962	-	-	(37)
Amazonas – GT	-	-	(813)	5.233	-	-	-	199
Eólica Chui IX S.A. (*)	-	-	-	95	-	-	-	-
Eólica Hermenegildo I S.A. (*)	-	-	-	301	-	-	-	-
Eólica Hermenegildo II S.A.(*)	-	-	-	301	-	-	-	-
Eólica Hermenegildo III S.A.(*)	-	-	-	255	-	-	-	-
Santa Vitória do Palmar (*)	-	-	-	1.029	-	-	-	-
Luziânia–Niquelândia Transmissora	-	-	(125)	-	400	-	-	94
TOTAL 31.12.2020	(2.989)	-	(180.018)	251.655	4.383	34.042	(194.108)	25.748
TOTAL 31.12.2019	-	11.374	(163.682)	241.131	949	28.363	(311.996)	34.728

(*) SPEs vendidas para a Ômega Geração S.A. (Omega) em Novembro/20.

28.2 Fundação Real Grandeza (FRG) e investidas de Furnas

Empresas	Contas a receber	Clientes	(-) Outras Provisões	Dividendos a receber	Fornecedores	Obrigações estimadas	Contas a pagar
Empresas de Geração							
Enerpeixe	-	606	-	11.653	(10.249)	-	-
Baguari	-	40	-	-	-	-	-
Retiro Baixo	-	-	-	3.858	-	-	-
Serra do Facão Energia	-	-	-	-	-	-	-
Chapecoense	740	-	-	-	-	-	-
Foz do Chapecó	40	919	-	-	-	-	-
Madeira Energia	-	-	-	-	-	-	-
Santo Antônio Energia	571	19.154	-	-	(812)	-	-
Cia Hidrelétrica Teles Pires	-	3.791	-	-	(8.351)	-	-
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	1.697	-	-	-	-	-	-
Empresa de Energia São Manuel S.A.	140	1.306	-	-	(3.440)	-	-
Energia Olímpica S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Brasil Ventos Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Tijoa Participações e Investimentos S.A.	-	1.182	-	5	-	-	-
Subtotal de Geração	3.188	26.998	-	15.516	(22.852)	-	-
Empresas de Transmissão							
Transenergia Renovável	-	-	-	520	(42)	-	-
IE Madeira	-	-	-	2.859	(1.280)	-	(407)
Transenergia São Paulo	-	-	-	14.760	(24)	-	-
Transenergia Goiás	-	46	-	-	(28)	-	-
MGE Transmissão	-	18	-	5.616	(78)	-	-
Goiás Transmissão	-	-	-	8.146	(134)	-	-
Caldas Novas Transmissão	-	18	-	465	(2)	-	-
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	11	-	-	-	(90)	-	-
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia	3	17	-	-	(60)	-	-
Mata de Santa Genebra	1	437	-	-	(659)	-	-
Lago Azul Transmissora	15	7	-	110	(9)	-	-
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	6.163	(338)	-	-
Belo Monte Transmissora	553	-	-	17.123	(1.453)	-	-
Subtotal de Transmissão	583	543	-	55.762	(4.197)	-	(407)
Total SPEs	3.771	27.541	-	71.278	(27.049)	-	(407)

Empresas	Contas a receber	Clientes	(-) Outras Provisões	Dividendos a receber	Fornecedores	Obrigações estimadas	Contas a pagar
FRG	959	-	-	-	(231)	(9.250)	(999.378)
Administradores	-	-	-	-	-	-	-
Total 31.12.2020	4.730	27.541	-	71.278	(27.280)	(9.250)	(999.785)
Total 31.12.2019	9.666	27.390	-	108.294	(19.942)	(7.000)	(1.733.575)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas
Empresas de Geração								
Enerpeixe	(117.524)	-	-	5.247	56	-	-	-
Baguari	-	-	-	450	-	-	-	-
Serra Facão Energia	-	-	-	-	68	-	-	-
Foz do Chapecó	-	-	-	10.916	182	-	-	-
Madeira Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	9.796
Santo Antônio Energia	-	85.315	-	146.298	158	-	-	(1.143)
Teles Pires Participações	-	-	-	-	-	-	-	-
Cia Hidrelétrica Teles Pires	(104.255)	-	-	43.350	-	-	-	-
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	-	-	-	-	3.445	-	-	-
Tijóá Participações e Investimentos S.A.	-	-	-	12.293	231	-	-	-
Empresa de Energia São Manoel S.A.	(37.581)	-	-	11.217	-	-	-	(68.773)
Energia Olímpica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1.673)
Subtotal de Geração	(259.360)	85.315	-	229.771	4.140	-	-	(61.793)
Empresas de Transmissão								
Transenergia Renovável	-	-	(479)	-	-	-	-	-
IE Madeira	-	-	(15.409)	-	241	-	-	(105.046)
Transenergia São Paulo	-	-	(272)	-	-	-	-	-
Transenergia Goiás	-	-	(349)	-	1.189	-	-	1.163
MGE Transmissão	-	-	(934)	-	-	-	-	214
Goiás Transmissão	-	-	(1.607)	-	-	-	-	-
Caldas Novas Transmissão	-	-	(25)	-	511	-	-	206
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	-	-	(1.108)	-	-	-	-	-
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	-	(4.103)	-	294	-	-	(25)
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia	-	-	(733)	-	42	-	-	618
Mata de Santa Genebra	-	-	(4.433)	-	-	-	-	(124.186)
Lago Azul Transmissora	-	-	(115)	-	280	-	-	6.349
Belo Monte Transmissora	-	-	(17.256)	-	-	-	-	(15.531)
Subtotal de Transmissão	-	-	(46.823)	-	2.557	-	-	(236.238)
Total SPEs	(259.360)	85.315	(46.823)	229.771	6.697	-	-	(298.031)

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas
FRG	-	-	-	-	-	81	(3.730)	(334.219)
Total 31.12.2020	(259.360)	85.315	(46.823)	229.771	6.697	81	(3.730)	(632.250)
Total 31.12.2019	(194.039)	81.576	(42.863)	220.452	4.558	8.480	(4.524)	402.401

NOTA 29 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo, segundo estabelecem os CPCs números 05, 26 e 45:

29.1 Energia elétrica

A Lei nº 12.783/2013 estabeleceu as condições de prorrogação das concessões de usinas alcançadas pelo Artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. A comercialização da energia se dá por meio do rateio, entre as distribuidoras do SIN, das cotas dessa energia e da aplicação de Receitas Anuais de Geração (RAG), estabelecidas pela ANEEL.

Já a comercialização da energia das usinas de Furnas, não alcançadas pela referida Lei, está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado – ACR, para a comercialização de energia para as concessionárias de distribuição, e outro caracterizado por contratos livremente pactuados – ACL.

A Empresa está comprometida com venda e compra de energia conforme os quadros a seguir:

29.1.1 Compromissos – posições vendidas

Ano	Comprador de Energia	LEN Manso 2008 e 2010 30 anos	LEN Simplicio e Batalha 2010 30 anos	Disponibilidade Santa Cruz 2012 15 anos	RAG	TOTAL
2022	Volume MWh (*)	788.400	2.032.320	2.152.332	20.029.740	25.002.792
	Preço MWh (R\$/MWh)				73,16	
	(*)	225,16	243,10	117,02		95,54
2023	Total (R\$ Mil)	177.516	494.053	251.874	1.465.391	2.388.835
	Volume MWh (*)	788.400	2.032.320	2.152.332	20.029.740	25.002.792
	Preço MWh (R\$/MWh)				72,86	
2024	(*)	225,16	243,10	117,02		95,31
	Total (R\$ Mil)	177.516	494.053	251.874	1.459.459	2.382.902
2025	Volume MWh (*)	790.560	2.037.888	2.158.229	20.084.616	25.071.293
	Preço MWh (R\$/MWh)				72,86	
	(*)	225,16	243,10	116,70		94,67
2026	Total (R\$ Mil)	178.002	495.407	251.874	1.448.254	2.373.537
	Volume MWh (*)	788.400	2.032.320	2.152.332	20.029.740	25.002.792
	Preço MWh (R\$/MWh)				72,28	
2027	(*)	225,16	243,10	117,02		94,84
	Total (R\$ Mil)	177.516	494.053	251.874	1.447.767	2.371.210
2028	Volume MWh (*)	788.400	2.032.320	2.152.332	20.029.740	25.002.792
	Preço MWh (R\$/MWh)				72,26	
	(*)	225,16	243,10	117,02		94,82
2029	Total (R\$ Mil)	177.516	494.053	251.874	1.447.257	2.370.700
	Volume MWh (*)	788.400	2.032.320	-	20.029.740	22.850.460
	Preço MWh (R\$/MWh)			-	72,26	
2030	(*)	225,16	243,10	-		92,73
	Total (R\$ Mil)	177.516	494.053	-	1.447.257	2.118.826
Após 2027	Volume MWh (*)	8.847.600	24.387.840	-	300.446.100	333.681.540
	Preço MWh (R\$/MWh)			-	72,26	
	(*)	221,69	243,10	-		93,14
Total	Total (R\$ Mil)	1.961.433	5.928.639	-	23.189.392	31.079.465
	Volume MWh (*)	13.580.160	36.587.328	10.767.557	420.679.416	481.614.461
	Preço MWh (R\$/MWh)					
Total	(*)	222,90	243,10	116,96	75,84	93,61
	Total (R\$ Mil)	3.027.016	8.894.313	1.259.370	31.904.777	45.085.475
Data do término do contrato						
É parte relacionada? (Sim/Não)						

LEE – Leilão de Energia Existente

LEN – Leilão de energia Nova

Invor

(*) Informações não auditadas pela auditoria independente.

29.1.2 Compromissos – posições compradas

Ano	Gerador de Energia	Total Compras
2022	Volume MWh (*)	4.586.267
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	192,91
	Total (R\$ Mil)	884.723
2023	Volume MWh (*)	4.586.267
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	183,04
	Total (R\$ Mil)	839.464
2024	Volume MWh (*)	6.051.710
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	171,65
	Total (R\$ Mil)	1.038.768
2025	Volume MWh (*)	6.035.258
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	170,97
	Total (R\$ Mil)	1.031.850
2026	Volume MWh (*)	6.035.258
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	166,54
	Total (R\$ Mil)	1.005.103
2027	Volume MWh (*)	6.035.258
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	166,54
	Total (R\$ Mil)	1.005.103
Após 2027	Volume MWh (*)	33.761.848
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	128,46
	Total (R\$ Mil)	4.337.145
Data do término do contrato		Dez/2038

(*) Informações não revisadas pela auditoria independente.

29.2 Compromissos socioambientais

Furnas, alinhada às diretrizes que norteiam as ações das Empresas do Grupo Eletrobras quanto à promoção do desenvolvimento sustentável – que busca equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental –, salienta este compromisso investindo em projetos sociais e atividades culturais, pautados pelo respeito ao meio ambiente e às comunidades no entorno de suas instalações, visando resguardar o futuro das novas gerações. Para tanto, apoia-se sempre numa abordagem preventiva aos desafios ambientais e no incentivo ao uso de tecnologias que não agredam o meio ambiente.

Descritivo	31.12.2020 (*)	31.12.2019 (*)
A – Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa		
1) Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	48.978	43.153
Subtotal	48.978	43.153
B – Investimentos em programas e/ou projetos externos		
2) Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	59.412	74.640
3) Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	488	882
4) Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	2.669	4.046
Subtotal	62.569	79.568
C – Total dos investimentos em meio ambiente (A+B)	111.547	122.721

Os referidos gastos encontram-se registrados em despesas operacionais.

(*) Informações não auditadas.

29.2.1 Termos de ajustamento de condutas (TAC)

Firmados entre Furnas e o Poder Público em diversas esferas para cumprimentos de obrigações futuras já contempladas no custo dos seguintes investimentos:

a) TAC - UHE Simplício

Firmado em 20 de fevereiro de 2013 entre Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Município de Sapucaia-RJ e a Empresa, referente a questões ambientais identificadas nos municípios atingidos pela UHE Simplício, no Rio Paraíba do Sul, em que Furnas se obriga a implantar e manter, até à assunção pelos Municípios atingidos, Estações de Tratamento de Esgoto e Redes Coletoras, bem como manter o controle de vazão e de qualidade da água. Conforme está descrito no TAC, tais ações deveriam estar concluídas até 2015 e os atrasos de mais de 15 dias em relação ao cronograma, sem os devidos esclarecimentos, ensejariam a aplicação de multas diárias no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Do total de 25 itens do TAC, 18 já foram concluídos e 7 continuam sendo acompanhados, conforme Promoção de Arquivamento expedida pelo MPF em 20 de maio de 2016 e Certidão expedida pelo MPF em 29 de novembro de 2018. Também está previsto no TAC o cumprimento das demais condicionantes da Licença de Instalação nº 456/2007 e da Licença de Operação nº 1074/2012, expedidas pelo IBAMA, conforme determinações e prazos constantes nas respectivas licenças. Este Termo de Ajustamento de Conduta extingue a Ação Civil Pública nº 2010.51.13.000406-9 junto à 1ª Vara Federal de Três Rios.

b) TAC - LT Itaberá-Tijuco Preto III

Firmado, em 15 de dezembro de 2000, por Furnas e pelo IBAMA, com o Ministério Público Federal - MPF, incluindo responsabilidades relativas à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo - SVMA/SP, ao Instituto Florestal - IF/SP, à Fundação Nacional do Índio - FUNAI e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, para remediar as pendências relativas aos impactos advindos da implantação da Linha de Transmissão Itaberá - Tijuco Preto III. De acordo com este TAC, Furnas se comprometeu a desenvolver projetos e programas socioambientais e culturais visando, principalmente, a proteção da Fauna, das Comunidades Indígenas e do Patrimônio Histórico e Arqueológico.

O prazo deste TAC se estende por 20 anos, sendo que para cada ação houve um cronograma específico.

Cabe esclarecer que o referido TAC está em processo de avaliação pelo Ministério Público Federal para emissão de decisões saneadoras.

b.1) Prazos

Para cada atividade (item do TAC) prevista há prazos definidos de até 10 (dez) anos, sendo que o mesmo poderá ser ampliado, com a concordância do MPF e dos demais Órgãos envolvidos.

A situação deste TAC está descrita a seguir:

- 1.1. Dos recursos destinados aos programas e projetos culturais e sociais e à compensação ambiental – não existe prazo para cumprimento.
O TAC, em seu Capítulo I, diz que Furnas compromete-se a destinar, no mínimo, a quantia de R\$ 4.186 mil à implementação de programas e projetos de natureza ambiental, cultural e social;
- 1.1.1. Georreferenciamento das áreas da unidade de conservação da cratera da colônia – em análise pelo MPF/PR-SP;
- 1.1.2. Ações em unidades de conservação existentes junto ao Instituto Florestal (IF) – aguardando posicionamento do MPF;
- 1.2. Das comunidades indígenas – atualmente em tratativa com o MPF;
- 1.3. Programa de patrimônio histórico e arqueológico – aguardando posicionamento do MPF/PR-SP;

1.3.1. Programa de educação patrimonial – concluído, conforme parecer do IPHAN. Ressalta-se que estamos aguardando manifestação formal do MPF/PR-SP sobre seu encerramento.

b.2) Condicionamentos

Os programas e ações ambientais estabelecidos no referido TAC foram elaborados e aprovados com anuência e participação dos órgãos licenciadores bem como fiscalizadores que assinaram esse Termo, além da Secretaria do Verde do Estado de São Paulo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Paulo e o IF de São Paulo.

b.3) Penalidades

Estão estabelecidas no TAC sanções, para cada ação e programa que não tenham sido efetivamente cumpridos, ressaltando que, nas Disposições Finais do referido Termo, estabelece-se multa diária de R\$ 25.000 a R\$ 100.000, variável em função do tempo de inadimplência.

Todo valor do referido TAC está vinculado a UFIR ou índice oficial que a substituir.

Ressalta-se que, até o presente momento, não foi aplicada qualquer penalidade a este TAC - LT 750 kV Itaberá - Tijuco Preto III.

29.2.2 Políticas ambientais

FURNAS reconhece que seu negócio pode levar à interferência ambiental e possui como compromisso conduzir suas atividades atendendo a legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal, bem como os acordos dos quais a Empresa é signatária. O cumprimento destes marcos é fiscalizado por órgãos e agências governamentais. Em consonância com os princípios e diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras, as Políticas Ambiental e de Gestão de Resíduos norteiam as ações junto às comunidades e demais partes interessadas. A Política Ambiental de Furnas teve a sua última revisão concluída em 26/12/2019. Nos meses de novembro e dezembro de 2020 foi oferecido de forma remota a todos os colaboradores da empresa, treinamento da Política Ambiental, incluindo um processo avaliativo ao final do mesmo.

Para a implementação da Política de Gestão de Resíduos, há a Instrução Normativa - IN.005.2015, revisada em 2017, que estabelece critérios para o gerenciamento de resíduos associados às diversas atividades desenvolvidas pela Empresa, visando o controle e a redução de riscos às pessoas e ao meio ambiente, destacando-se o alinhamento com os princípios do desenvolvimento sustentável e com a legislação vigente.

Outro instrumento da Política de Gestão de Resíduos é o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGR, que visa estabelecer critérios, procedimentos e medidas para controle e redução dos resíduos sólidos gerados pelo empreendimento, desde a geração até a destinação final de resíduos e disposição final de rejeitos.

29.3 Compromissos - Aportes nas SPEs

Os compromissos de longo prazo relacionados a aportes nas SPEs ocorrerão como seguem:

SPEs/Ano	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Brasil Ventos Energia S.A.	10.410	10.618	10.828	11.042	-	42.898
Teles Pires Participações S.A.	21.639	19.012	18.334	17.562	-	76.547
Total	32.049	29.630	29.162	28.604	-	119.445

NOTA 30 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

30.1 Instrumentos financeiros

A Empresa opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, os quais se encontram registrados em contas patrimoniais, segundo a norma contábil vigente para cada caso.

Descritivo	Controladora					
	31.12.2020			31.12.2019 (Reapresentado)		
	Classificação	Valor contábil	Valor justo	Classificação	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Empréstimos e recebíveis						
Clientes (Nota 5)	Custo amortizado	1.680.565	1.680.565	Custo amortizado	1.400.255	1.400.255
Ativos de contrato (Nota 7)	Custo amortizado	21.927.461	21.927.461	Custo amortizado	20.982.325	20.982.325
Empréstimos concedidos (Nota 8)	Custo amortizado	-	-	Custo amortizado	84	84
Mensurados a valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	Valor justo	961.965	961.965	Valor justo	684.930	684.930
Total Ativos financeiros		24.569.991	24.569.991		23.067.594	23.067.594
Passivos financeiros						
Mensurados ao custo amortizado						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)	Custo amortizado	7.142.645	7.142.645	Custo amortizado	7.830.700	7.830.700
Fornecedores e outras obrigações (Nota 11)	Custo amortizado	682.362	682.362	Custo amortizado	535.789	535.789
Total Passivos financeiros		7.825.007	7.825.007		8.366.489	8.366.489

Descritivo	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019 (Reapresentado)		
	Classificação	Valor contábil	Valor justo	Classificação	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Empréstimos e recebíveis						
Clientes (Nota 5)	Custo amortizado	1.687.549	1.687.549	Custo amortizado	1.412.766	1.412.766
Ativos de contrato (Nota 7)	Custo amortizado	22.044.369	22.044.369	Custo amortizado	21.097.461	21.097.461
Empréstimos concedidos (Nota 8)	Custo amortizado	-	-	Custo amortizado	84	84
Mensurados a valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	Valor justo	961.965	961.965	Valor justo	684.930	684.930
Total Ativos financeiros		24.693.883	24.693.883		23.195.241	23.195.241
Passivos financeiros						
Mensurados ao custo amortizado						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)	Custo amortizado	7.644.618	7.644.618	Custo amortizado	8.169.595	8.169.595
Fornecedores e outras obrigações (Nota 11)	Custo amortizado	694.885	694.885	Custo amortizado	554.906	554.906
Total Passivos financeiros		8.339.503	8.339.503		8.724.501	8.724.501

O valor de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2020 se aproxima do valor registrado nas Demonstrações Financeiras. A Empresa não realizou no período operações com derivativos.

30.2 Gestão de capital

Os objetivos de Furnas ao administrar sua estrutura de capital são a salvaguarda da capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, e a busca de redução dos seus custos.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

Descritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Financiamentos, empréstimos e debêntures	7.142.645	7.830.700	7.644.618	8.169.595
Fornecedores	682.362	535.789	694.885	554.906
Menos:				
Caixa e equivalentes de caixa	(173.263)	(9.640)	(277.448)	(72.607)
Outros				
TVM	(961.965)	(684.930)	(961.965)	(684.930)
Dívida líquida (A)	6.689.779	7.671.919	7.100.090	7.966.964
Patrimônio líquido	23.826.562	21.617.812	23.828.221	21.618.992
Total do capital (B)	30.516.341	29.289.731	30.928.311	29.585.956
Índice de alavancagem financeira (C = A/B x 100)	21,92%	26,19%	22,96%	26,93%

30.3 Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Empresa usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

Descritivo	Controladora			
	31.12.2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Valor Justo:				
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	961.965	-	-	961.965
Total	961.965	-	-	961.965

Descritivo	31.12.2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Valor Justo:				
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	684.930	-	-	684.930
Total	684.930	-	-	684.930

Descritivo	Consolidado			
	31.12.2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Valor Justo:				
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	961.965	-	-	961.965
Total	961.965	-	-	961.965

Descritivo	31.12.2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Valor Justo:				
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	684.930	-	-	684.930
Total	684.930	-	-	684.930

30.4 Análise de Sensibilidade

Para análise de sensibilidade dos ativos e passivos as premissas macroeconômicas consideradas foram as estabelecidas pela *holding* Eletrobras, como seguem nos quadros abaixo:

30.4.1 – Ativo

Contratos Concedidos - Var. Negativa - 2020			Indexador			Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2021	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IGP-M	85.847	443.829	4,44%	3,33%	2,22%	439.112	434.395
IPCA	55.231	285.546	3,37%	2,53%	1,68%	283.219	280.891
TOTAL	141.078	729.375				722.331	715.287

Contratos Concedidos - Var. Positiva - 2020			Indexador			Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2021	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IGP-M	85.847	443.829	4,44%	5,55%	6,66%	448.547	453.264
IPCA	55.231	285.546	3,37%	4,21%	5,05%	287.873	290.201
TOTAL	141.078	729.375				736.420	743.464

30.4.2 – Passivo - Moeda Estrangeira

Foram realizadas análises de sensibilidade dos passivos em moeda estrangeira em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de câmbio.

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2020			Indexador			Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2021	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar (R\$/US\$)	75.490	390.284	5,170	3,878	2,585	292.713	195.142
TOTAL	75.490	390.284				292.713	195.142

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2020			Indexador			Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2021	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar (R\$/US\$)	75.490	390.284	5,170	6,463	7,755	487.855	585.427
TOTAL	75.490	390.284				487.855	585.427

30.4.3 – Passivo - Taxa de Juros

Foram realizadas análises de sensibilidade dos passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2020			Indexador			Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2021	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TJLP	122.374	632.674	4,72%	3,54%	2,36%	632.361	632.046
IPCA	373.440	1.930.687	3,37%	2,53%	1,68%	1.916.082	1.901.478
Selic/CDI	467.974	2.419.426	2,90%	2,18%	1,45%	2.415.033	2.410.626
TOTAL	963.788	4.982.786				4.963.477	4.944.150

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2020			Indexador			Saldo R\$	
Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável 2021	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TJLP	122.374	632.674	4,72%	5,90%	7,08%	632.983	638.129
IPCA	373.440	1.930.687	3,37%	4,21%	5,05%	1.945.291	1.959.895
Selic/CDI	467.974	2.419.426	2,90%	3,63%	4,35%	2.423.803	2.428.167
TOTAL	963.788	4.982.786				5.002.077	5.026.191

30.4.4 Índices para Análise de Sensibilidade

		Data base 31.12.2020			
		Cenário Positivo		Cenário Negativo	
Moeda Nacional	Cenário para 31.12.2020	-25%	-50%	+25%	+50%
Selic (a.a.)	3,00%	2,25%	1,50%	3,75%	4,50%
CDI (a.a.)	2,90%	2,18%	1,45%	3,63%	4,35%
TJLP (a.a.)	4,72%	3,54%	2,36%	5,90%	7,08%

Moeda Estrangeira	Cenário para 31.12.2020				
EURO - R\$/€	6,4100	4,8081	3,2054	8,0135	9,6162
YEN - R\$/¥	0,0500	0,0376	0,0251	0,0627	0,0753
Dólar - R\$/US\$	5,1700	3,8775	2,5850	6,4625	7,7550
Libor - USD	0,23%	0,0018	0,0012	0,0029	0,0035

Moeda Nacional		Cenário para 31.12.2020				
IPCA (a.a)		3,37%	2,53%	1,68%	4,21%	5,05%
IGPM (a.a.)		4,44%	3,33%	2,22%	5,55%	6,66%

NOTA 31 – GARANTIAS

31.1 Garantias Corporativas

EMPRESA	TIPO	DESCRIÇÃO
FURNAS	Garantia	Os contratos de empréstimo/financiamento celebrados por FURNAS preveem garantias de diversas modalidades, condicionadas às negociações levadas a efeito junto às Instituições Financeiras e, concomitantemente, à <i>Holding</i> ELETROBRAS. Dentre as modalidades, avulta-se: acesso a conta corrente por meio de procuração, nota promissória, seguro garantia ou fiança bancária, aval corporativo da ELETROBRAS, garantia do Tesouro Nacional e cessão fiduciária de direitos creditórios dos contratos de geração e/ou transmissão de energia.
	Covenant	Alguns contratos preveem o EBITDA suficiente para honrar com as obrigações assumidas nos respectivos instrumentos e outros a manutenção do indicador Patrimônio Líquido / Ativo Total maior ou igual a 0,3, ora no balanço de FURNAS, ora no da ELETROBRAS, quando esta se apresenta como interveniente garantidora da operação de crédito. Nas séries das debêntures emitidas por FURNAS consta na escritura a obrigação da Empresa de manter a relação Dívida Líquida/EBITDA $\leq$ 4 (Nota 12.8).

31.2 Garantias das investidas de Furnas (SPEs)

Todas as garantias são na modalidade de fiança corporativa, ora apresentadas diretamente pela Eletrobras, ora por Furnas, com a anuência da Eletrobras.

Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (corporativo/SPE)	Participação da Controlada (%)	Valor do Financiamento - Quota Parte da Controlada (R\$ mil)	Saldo Devedor em 31/12/2020 (R\$ mil)	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício (R\$ mil)			Saldo a Desembolsar (R\$ mil)	Término da Garantia
						2021	2022	2023		
UHE Santo Antônio	BNDES Direto Original	SPE	43,06%	1.331.528	1.808.258	1.885.200	1.924.570	1.759.108	-	17/09/2040
UHE Santo Antônio	BNDES Direto Suplementar	SPE	43,06%	428.402	590.899	618.610	633.484	580.514	-	17/09/2040
UHE Santo Antônio	BNDES Repasse Original	SPE	43,06%	1.310.001	1.901.796	1.998.503	2.050.928	1.883.965	-	17/09/2040

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

UHE Santo Antônio	BNDES Repasse Suplementar	SPE	43,06%	428.402	612.600	643.750	660.637	606.856	-	17/09/2040
UHE Santo Antônio	BASA	SPE	43,06%	216.750	243.443	223.101	203.438	182.078	-	10/12/2030
UHE Santo Antônio	Emissão de Debêntures	SPE	43,06%	180.833	144.695	81.500	-	-	-	27/12/2022
UHE Santo Antônio	Emissão de Debêntures	SPE	43,06%	301.389	412.991	364.342	248.886	67.971	-	15/04/2024
Teles Pires	BNDES	SPE	24,50%	296.940	300.279	280.176	260.092	240.009	1.184	15/02/2036
Teles Pires	BNDES/Banco do Brasil	SPE	24,50%	294.000	297.004	277.117	257.251	237.384	-	15/02/2036
Teles Pires	Emissão de Debêntures	SPE	24,72%	160.680	145.741	145.741	133.178	120.615	-	30/05/2032
Caldas Novas Transmissão	BNDES	SPE	49,90%	2.536	6.773	5.665	4.766	3.867	-	15/03/2023
Caldas Novas Transmissão	BNDES	SPE	49,90%	5.536	1.328	819	269	-	-	15/03/2028
Belo Monte Transmissora de Energia S. A. (a)	BNDES REPASSE	SPE	24,50%	214.375	221.276	209.428	196.590	182.663	-	15/08/2032
Empresa de Energia São Manoel	BNDES	SPE	33,33%	437.996	535.917	539.569	526.486	512.233	-	15/12/2038
Belo Monte Transmissora de Energia (b)	Emissão de Debêntures	SPE	24,72%	142.100	163.981	162.854	160.983	155.955	-	15/03/2034
Empresa de Energia São Manoel	Emissão de Debêntures	SPE	33,33%	113.322	109.312	106.547	99.524	91.837	-	15/06/2033
UHE Santo Antônio (b)	Emissão de Debêntures	SPE	43,06%	680.188	1.688.146	1.877.404	2.074.802	2.165.120	-	28/06/2038
Mata de Santa Genebra (b)	BNDES	SPE	49,90%	508.232	564.328	535.608	506.889	478.169	-	15/06/2033

b) Solicitado em agosto 2020 cancelamento dos saldos remanescentes

c) Garantia somente de Furnas

31.2.1 Garantia de Compra de Energia:

Empresa	Tipo	Descrição
Santo Antônio	Garantia	Garantir a comercialização de energia correspondente a até 665,4 MW médios ao ano, a uma receita anual mínima de R\$ 766.092.852,72, na data base de 31/12/2007, reajustados pela variação do IPCA, durante o período de 01/05/2027 até o final da liquidação das obrigações decorrentes deste contrato consolidado, mediante a compra dessa energia a ser comercializada pela BENEFICIÁRIA.

NOTA 32 – SEGUROS (Não auditado)

Os principais seguros da Empresa, com base nos valores de risco, estão abaixo demonstrados por modalidade e data de vigência:

Riscos	Controladora		
	Vigência		Importância Segurada
	Início	Término	
a) Garantias:			384.701
Garantia Financeira (CRD 109/2011 CEMIG)	01/01/2020	31/12/2020	508
Garantia Financeira CUST/CUSD - (04-CUSD/10 AMPLA)	05/05/2020	05/05/2021	160
Garantia Fiel Cumprimento – Consórcio Ouro Preto II - 006/2008	05/11/2020	05/11/2021	8.200
13ª Vara Federal da Seção Jud. DF Processo nº 0052533-67.2011.4.01-3400 - A1 022/2011.	03/10/2019	03/10/2021	1.168
1ª Vara da Fazenda da Comarca de Gurupi - TO - Proc. Nº 5000038-09.2005.827.2722	20/02/2020	20/02/2022	1.792
22ª Vara Federal DF - Processo nº 0064327-12.2016.4.01.3400	21/11/2020	21/11/2022	341
Posto Avançado de Porangatu - GO - 0000293-79.2014.5.18.0251	27/09/2019	27/09/2021	2.254
36ª Vara Cível da Comarca Capital - RJ - 0218760-78.2018.8.19.0001	12/11/2019	12/11/2021	330
15ª Vara Federal da SJDF - DF - 0065164-67.2016.4.01.3400	21/11/2019	21/11/2021	636
1ª Vara Federal da SJDF - DF - 0073851-33.2016.4.01.3400	15/12/2019	15/12/2021	650
8ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal - DF - 1004404-04.2017.4.01.3400	14/06/2020	14/06/2022	16.915
16ª Vara Cível da SJDF - DF - 1011424-46.2017.4.01.3400	05/09/2020	05/09/2022	1.296
Vara da Fazenda Pública da Comarca de Mogi das Cruzes – SP – 0004787-92.2011.8.26.0361	19/11/2019	19/11/2021	1.216
4ª Vara Cível da Capital do Rio de Janeiro – RJ – 0154049-06.2014.8.19.0001	17/12/2019	17/12/2021	109.475
União Federal Representada pela PGFN - PA 12897.000225/2010-88	24/01/2020	24/01/2022	45.957
União Federal Representada pela PGFN - PA 16682.902520/2016-32	24/01/2020	24/01/2022	18.608
Processo - 0100529-93.2018.5.01.0082	07/02/2020	07/02/2023	1.321
34ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro – RJ - 0236029-67.2017.8.19.0001	14/02/2020	14/02/2022	131
Estado do Tocantins - representado pela PGE-TO - 5000038-9.2005.8.27.2722	20/02/2020	20/02/2022	1.793
União Federal representada pela PGFN - PA 12897.000225/2010-88	21/02/2020	21/02/2022	2.938
Processo - 0001048-85.2014.5.03.0101	18/02/2020	18/02/2023	540
Processo - 0010769-90.2016.5.03.0101	05/03/2020	05/03/2023	565
Processo - 0010363-46.2014.5.15.0088	11/03/2020	11/03/2023	1.191
Município de Além Paraíba - Rep. Pela PMG/MG - 5000029-19.2019.8.13.0015	05/02/2020	05/02/2022	21.659
5ª Vara Federal do DF - 0010364-55.2017.4.01.3400	29/03/2020	29/03/2022	214
14ª Vara Federal do DF - 0012483-86.2017.4.01.3400	29/03/2020	29/03/2022	385
Vara do Trabalho de Ivaiporã - 0000852-71.2013.5.09.0073	01/04/2020	01/04/2022	1.389
79ª Vara do Trabalho do RJ - 0010472-77.2014.5.01.0079	29/04/2020	29/04/2023	816
2ª Vara do Trabalho de Passos MG (Endosso) - 0010769-90.2016.5.03.0101	25/03/2020	05/03/2023	170
3ª Vara Federal do DF – 0022319-54.2015.4.01.3400	30/04/2020	30/04/2022	3.212
13ª Vara Federal do DF – 1007403-90.2018.4.01.3400	12/04/2020	12/04/2022	984
2ª Vara Federal do DF – 1009093-23.2019.4.01.3400	12/04/2020	12/04/2022	8.036
4ª Vara Federal do DF – 1007411-67.2018.4.01.3400	12/04/2020	12/04/2022	1.684

Continua

Continuação

Riscos	Controladora		
	Vigência		Importância Segurada
	Início	Termino	
13ª Vara Federal do DF – 0015714-24.2017.4.01.3400	10/04/2020	10/04/2022	4.239
14ª Vara Federal do DF – 0019108-39.2017.4.01.3400	28/04/2020	28/04/2022	249
13ª Vara Federal do DF – 0019109-24.2017.4.01.3400	28/04/2020	28/04/2022	747
Sindicato dos Trabalhadores Ind. Urb. STIU-DF – 0001353-02.2013.5.10.0007	04/05/2020	04/05/2023	487
2ª Vara do Trab. Aparecida de Goiânia – GO – 0232500-48.2009.5.18.0082	11/05/2020	11/05/2023	3.442
2ª Vara do Trabalho Aparecida de Goiânia – GO – 0000789-72.2010.5.18.0082	11/05/2020	11/05/2023	8.342
Vara do Trabalho de Ivaiporã – PR – 0000894-23.2013.5.09.0073	21/05/2020	21/05/2023	733
Vara do Trabalho de Itapeva – SP - 0010809-02.2019.5.15.0047	22/05/2020	22/05/2023	2.229
2ª Vara Federal do DF – 0012475-12.2017.4.01.3400	22/05/2020	22/05/2022	760
2ª Vara do Trabalho Aparecida de Goiânia – GO – 0002261-06.2013.5.18.0082	01/06/2020	01/06/2023	2.640
Vara da Fazenda Pública da Comarca de Mogi das Cruzes – SP – 0002974-14.2011.8.26.0361	08/06/2020	08/06/2022	404
7ª Vara Federal do DF – 0053779-25.2016.4.01.3400	22/06/2020	22/06/2022	1.506
3ª Vara do Trabalho de Foz do Iguaçu – SC – 0001419-86.2016.5.09.0303	23/06/2020	23/06/2023	3.057
2ª Vara Federal do DF – 0008772-10.2016.4.01.3400	23/06/2020	23/06/2022	13.787
3ª Vara do Trabalho de Brasília – DF – 0001152-80.2017.5.10.0003	26/06/2020	26/06/2023	1.405
65ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro – RJ – 0010370-97.2014.5.01.0065	20/07/2020	20/07/2023	1.477
3ª Vara do Trabalho de Mogi das Cruzes – SP – 1002072-16.2017.5.02.0373	20/07/2020	20/07/2023	3.842
Vara do Trabalho de Ivaiporã – PR – 0000671-94.2018.5.09.0073	20/07/2020	20/07/2023	800
3ª Vara do Trabalho de Mogi das Cruzes – SP – 0098800-20.2009.5.02.0373	24/07/2020	24/07/2023	1.822
16ª vara do Trabalho do Rio de Janeiro – RJ – 0010768-94.2014.5.01.0016	27/07/2020	27/07/2023	2.715
17ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro – RJ – 0011829-84.2014.5.01.0017	27/07/2020	27/07/2023	3.721
58ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro – RJ – 0011357-91.2013.5.01.0058	27/07/2020	27/07/2023	2.986
1ª vara do Trabalho de Três Rios – RJ – 0001341-55.2011.5.01.0541	27/07/2020	27/07/2025	3.345
59ª vara do Trabalho do Rio de Janeiro – RJ – 0011025-24.2013.5.01.0059	30/07/2020	30/07/2023	885
58ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro – RJ – 0010229-02.2014.5.01.0058	04/08/2020	04/08/2023	3.887
14ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro – RJ – 0000804-25.2010.5.01.0014	10/09/2020	10/09/2023	1.499
2ª vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia – GO – 0151400-71.2009.5.18.0082	18/09/2020	18/09/2023	1.346
15ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro – RJ – 0010099-78.2013.5.01.0015	11/11/2020	11/11/2023	1.621
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – P.A. 16682-721736/2017-80	16/11/2020	16/11/2022	36.736
Nova Engevix S.A. – 48ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro – RJ – 0213582-80.2020.8.19.0001	19/11/2020	19/11/2022	200
3ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro – RJ – 0078900-15.1995.5.01.0003	19/11/2020	19/11/2023	12.997
1ª Vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia – GO – 0010048-21.2015.5.18.0081	19/11/2020	19/11/2023	3.459
1ª Vara do Trabalho de Mogi das Cruzes – SP – 0098900-78.2009.5.02.0371	04/12/2020	04/12/2023	802
b) Responsabilidade Civil			66.000
D&O Seg. Resp. Civil de Conselheiros.	08/11/2019	08/05/2021	66.000

Continua

Continuação

Riscos	Controladora		
	Vigência		Importância Segurada
	Início	Termino	
c) Veículos (especificar)			185
Responsabilidade Civil Facultativa Veículos (RCFV) - Frota (p/ veículo) – DM 50.000,00 - DP 50.000,00	08/11/2020	08/11/2021	-
Seguro Automóvel - Fiat Pálio elétrico - Valor Determinado	16/03/2020	16/03/2021	185
Seguro Automóvel - Toyota Hilux LSI – Tabela FIPE 100%	01/06/2020	01/06/2021	-
Seguro Automóvel - Mercedes Benz Artego - Tabela FIPE 100%	28/06/2020	28/06/2021	-
Seguro Automóvel – Corolla Sedan XEI 2.0 16V – Tabela Fipe 100%	17/04/2020	17/04/2021	-
Caminhões TEREX - Riscos Diversos e RCFV	25/05/2019	29/05/2021	-
d) Riscos Operacionais – All Risks			6.271.796
Seguro de Riscos Operacionais para todos os Riscos (<i>All Risks</i>) dos equipamentos das Usinas e Subestações de Furnas	30/10/2019	30/04/2021	6.271.796
e) Riscos Diversos – Equipamentos Estacionários			3.056
Seguro de Riscos Diversos – Equipamentos Estacionários na modalidade <i>All Risks</i> com cobertura adicional para Roubo/Furto/	20/08/2019	20/08/2021	3.056
f) Vida e Acidentes Pessoais			2.086.634
Seguro de Vida e Acidentes Pessoais com cobertura para Diretores, Empregados Ativos, Estagiários e Jovens Aprendizizes de Furnas	04/02/2020	04/02/2021	2.086.634
g) Transportes			876.428
Transporte Nacional (Interestadual, Urbano e Operação Isolada) internacional/importação	17/04/2019	17/04/2021	876.428
TOTAL			9.688.800

Operacionais: Seguro na modalidade Riscos Operacionais para todos os Riscos (*All Risks*), dos equipamentos, previamente selecionados, das Usinas e Subestações de Furnas pelo valor Real em Risco, no montante de R\$ 6.271.795.974,70 (seis bilhões, duzentos e setenta e um milhões, setecentos e noventa e cinco mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta centavos), para garantir, até o Limite Máximo de Indenização (LMI), no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Seguros Garantia: Modalidade de Seguro com o objetivo de garantir cobertura nos seguintes casos: (i) Concorrência (*Bid Bond*) – utilizado para manter firmes as propostas, salvaguardando o licitante dos custos decorrentes da não assinatura de Contratos; (ii) Executante (*Performance Bond*) – utilizado como garantia da performance e fiel cumprimento de contratos; (iii) Judicial – utilizado para garantir o pagamento de valor correspondente aos depósitos em juízo que o executado necessite realizar no trâmite de procedimentos judiciais.

Responsabilidade Civil Geral: Cobertura para o reembolso de indenizações que o segurado venha a ser obrigado a pagar em consequência de lesões corporais ou danos materiais, por ele provocados involuntariamente (por omissão, negligência ou imprudência) a terceiros ou a pessoas pelos quais possa responder civilmente.

Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos: Seguro que visa reembolsar ao segurado a indenização à qual esteja obrigado, judicial ou extrajudicialmente, a pagar em consequência de danos corporais e/ou materiais involuntários causados a terceiros.

Transportes Nacionais e Internacionais: Cobre danos causados ao objeto segurado, especialmente à carga transportada (mercadorias em geral, principalmente as afins do segurado, mudanças domésticas, malotes, bagagem, mostruário, equipamentos elétricos, remessa postal etc.), por roubo, desaparecimento e danificação, com indenização por reembolso.

Vida e Acidentes Pessoais: Seguro com cobertura para Diretores e Empregados Ativos, e de Acidentes Pessoais com cobertura para Diretores, Empregados Ativos, Estagiários e Jovens Aprendizizes para garantir o pagamento do capital segurado ao próprio segurado ou ao seu beneficiário, em função da ocorrência de evento coberto pelas apólices.

Riscos Diversos: Visa atender necessidades específicas de cobertura não encontradas nos ramos tradicionais de seguros. Oferece coberturas para os riscos de perdas e danos materiais decorrentes de causa externa, exceto aqueles expressamente excluídos/ Equipamentos Estacionários (Estação Meteorológica).

D&O: Seguro com cobertura mundial com o objetivo de proteger o Segurado, todos os integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, bem como os ocupantes de função de confiança e demais empregados ou ex-empregados investidos de competência por delegação dos administradores.

NOTA 33 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 05 de fevereiro de 2021, Furnas concluiu a compra da totalidade das ações pertencentes à J. Malucelli Energia S.A. na SPE Transenergia Goiás S.A, pelo valor de R\$ 1.000, correspondente a 1% do capital social da sociedade, passando a deter 100% do capital social.